



Escritos Euclidianos | vol. 2

José Huguenin (org.)

José Huguenin
(Organizador)

Escritos Euclidianos



Vol. 2

1a Edição
Volta Redonda - RJ
AVL
2021

2021© Academia Volta-redondense de Letras

2021 © Vários autores

Os direitos autorais dos textos ou são de domínio público ou pertencem a seus autores e sua publicação neste volume tem sua expressa autorização. Os textos não podem ser reproduzidos em outros meios sem a explícita autorização de seus autores.

Foto Euclides da Cunha: Wikimedia Commons

Diagramação e capa: João Paulo Oliveira Huguenin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Escritos euclidianos [livro eletrônico] : volume 2
/ organização José Huguenin ; João Paulo
Oliveira Huguenin ; João Paulo Oliveira
Huguenin. -- 1. ed. -- Volta Redonda, RJ :
Academia Volta-redondense de Letras, 2021.
PDF

ISBN 978-65-993451-0-4

1. Contos brasileiros 2. Crônicas brasileiras I.
Huguenin, José. II. Huguenin, João Paulo Oliveira.
III. Huguenin, João Paulo Oliveira.

20-53546

CDD-B869.3
B869.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Contos : Literatura brasileira B869.3
2. Crônicas : Literatura brasileira B869.8

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Academia Volta-redondense de Letras - AVL

Patrono: Manoel Bandeira

Presidente: Vicente Melo

Vice-presidente: Mércia Christani

Coordenação Editorial: José Huguenin

Sumário

Apresentação	5
Parte I- Euclides e a Amazônia	
A terceira margem do texto: Euclides e a Amazônia	13
<i>Leopoldo Bernucci</i>	
A dois passos do deserto: visões urbanas de Euclides na amazônia	33
<i>Milton Hatoum</i>	
A amazônia que Euclides conheceu: primeiras impressões	45
<i>Maria Olívia Garcia Ribeiro de Arruda</i>	
Euclides da Cunha e Cândido Rondon: nas plagas de um Brasil profundo	69
<i>Anabelle Loivos Considera</i>	
“Judás-Asvero”, um conto de Euclides da Cunha	91
<i>Anélia Pietrani</i>	
Contribuições de Euclides da Cunha à formação do pensamento ambiental no Brasil	117
<i>Fabiana Figueira Corrêa</i>	
Do pensamento euclidiano e da evolução da tutela jurídico-ambi- ental no Brasil	133
<i>Igor Ferreira dos Santos</i>	
A amazônia de Euclides da Cunha: um olhar para a relação da humanidade com o próprio mundo que habita	149
<i>Lais Peres Rodrigues</i>	

Parte II- Textos Gerais

Ensaaios

Teatro de sombras..... 165

Marco Lucchesi

Considerações sobre o consórcio entre ciência e arte na obra de
Euclides da Cunha 171

Léa Costa Santana Dias

Os Sertões: história, memória e resistência 193

Raquel Aparecida Bueno da Silva

Abraço-vos Euclides - cartas ao pai, cartas aos filhos..... 201

Rick Azevedo da Cunha

O rio-rio-rio de Euclides e Guimarães: poéticas da abertura, poé-
ticas da ausência..... 233

Andrey Istvan Mendes Carvalho

Versos

Na Selva..... 257

Euclides da Cunha

No Campo 260

Euclides da Cunha

Ecos de Euclides 261

Rick da Cunha

Os sertões euclideanos 263

Lourildo Costa

Falta Ar 267

Andréa Reis

O entardecer do poeta 269

Janaina da Cunha

APRESENTAÇÃO

Eis que entregamos os **Escritos Euclidianos - Vol. 2!** Construído durante o ano de 2020, num tempo em que a humanidade vivia momento tão difícil, seria compreensível seu adiamento, a interrupção do projeto. Mas a proposta do Vol. 2 foi tão carinhosamente aceita pelos realizadores e autores, que podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que é um alento sua finalização e disponibilização aos leitores como mais uma singela prova de que não nos deixaremos vencer e, apesar das dores, seguiremos firmes, cientes de que a arte, a literatura, é mais do que importante nestes e em qualquer tempo: é uma necessidade.

E, assim, damos o segundo passo na missão de reunir e divulgar textos sobre a vida e a obra de Euclides da Cunha. Ele nos inspira. Foi um forte. A missão no Alto Purus, no Acre, é um exemplo de situação em que seria compreensível a desistência. Mas ele foi até o fim. Foi nessa viagem que Euclides conheceu a floresta amazônica, que viu de perto os seringueiros, que continuou sua missão de mostrar o Brasil ao Brasil. O fez com a maestria que lhe era peculiar. É justamente a experiência amazônica de Euclides que destacamos nesta edição.

Inauguramos neste volume 2 um formato que nos permitirá discutir mais detalhadamente alguns ângulos específicos da obra euclidiana. A primeira parte do livro aborda os temas específicos e a segunda parte apresenta textos mais gerais ou sobre outras temáticas. Para montagem do conteúdo, escrevemos a autores e pesquisadores que tem ou tiveram contato com a obra euclidiana. Grandes nomes da literatura e da academia brasileira responderam ao chamado enviando-nos textos, autorizando a publicação.

Na **Parte I - Euclides e a Amazônia**, apresentamos uma série espetacular de ensaios com a temática amazônica. Abrimos

com ensaio “A terceira margem do texto: Euclides e a Amazônia”, do professor e escritor Leopoldo Bernucci, um dos maiores estudiosos da obra euclidiana da atualidade. Ele discute a força do texto euclidiano presente em “A margem da história”, para Bernucci, a maior obra de Euclides depois de “Os sertões”. O ensaio nos apresenta esta obra prima como uma nova página épica (“Euclides não era do tipo que se contentasse com qualquer petite histoire.”) denunciando mais um crime contra brasileiros marginalizados e submetidos a toda sorte de maus tratos e exploração. Do premiado escritor e professor Milton Hatoum, que já estudou a obra euclidiana em suas pesquisas acadêmicas, o ensaio “A dois passos do deserto: visões urbanas de Euclides na Amazônia” apresenta uma visão inovadora das observações de Euclides no Norte do país. Em geral, o encanto com a natureza exuberante é mais comumente relatado. Aqui, Hatoum acentua o encanto de Euclides, o engenheiro, com a “urbs” de Belém e de Manaus. Isso é feito com astúcia que só um arquiteto-escritor poderia fazer. As impressões amazônicas de Euclides também são tema do ensaio da professora Maria Olívia Garcia Ribeiro de Arruda, doutora em Teoria e História Literária, pesquisadora da obra euclidiana e professora da Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo. A professora Anabelle Loivos Considera, doutora em letras, apresenta no ensaio “Euclides da Cunha e Cândido Rondon: nas plagas de um Brasil profundo” o contato de Rondon e Euclides, iniciado muito antes das vivências amazônicas de ambos.

Ainda na primeira parte, temos ensaios com viés mais analítico tanto da obra quando dos desdobramentos. No ensaio “Judas-Asvero”, um conto de Euclides da Cunha”, a professora Anélia Montechiari Pietrani, doutora em letras, faz uma análise magnífica de conto euclidiano “Judas-Asvero”. Dois ensaios surpreendentes mostram a relação de Euclides da Cunha com o pensamento ambientalista brasileiro. Em “Contribuições de Euclides da Cunha à formação do pensamento ambiental brasileiro”, a bi-

óloga, professora e escritora Fabiana Figueira Corrêa, mostra o papel de Euclides nesta seara atual e sensível. Já o advogado e escritor euclidianista Igor Ferreira dos Santos, mostra pontos comuns do pensamento euclidiano com a atual legislação ambiental no ensaio “Do pensamento euclidiano e da evolução da tutela jurídico-ambiental no Brasil.” Fechando a primeira parte, a mestra e doutoranda em Literatura, Laís Peres Rodrigues apresenta uma análise da relação antropológica do olhar euclidiano dos povos amazônicos em “A amazônica de Euclides da Cunha: um olhar para relação da humanidade com o próprio mundo que habita”. Evidentemente que não esgotamos todas as nuances deste tema, há ainda muita coisa feita nesta temática que certamente discutiremos em volumes futuros.

Na **Parte II - Textos Gerais**, apresentamos outra magnífica série de ensaios e finalizamos com poemas. Um ensaio poeticamente esplêndido sobre o cenário da guerra de Canudos é apresentado em “Teatro de sombras” do poeta, romancista, doutor em Literatura e atual presidente da Academia Brasileira de Letras, Marco Lucchesi, que já teve Euclides da Cunha como tema de pesquisa acadêmica e organizou o número devotado a Euclides da Cunha da série “Melhores Crônicas”, da Editora Global. O texto euclidiano é reverenciado mundialmente por unir ciência e beleza literária. É isso que a professora Léa Costa Santana Dias, doutora em Literatura, apresenta no ensaio “Considerações sobre o consórcio entre ciência e arte na obra de Euclides da Cunha”. É claro que a obra máxima do autor cantagalense não poderia deixar de figurar entre as análises. Em “Os sertões: história, memória e resistência” a professora Rachel Aparecida Bueno da Silva apresenta reflexões acerca da história, memória e resistência de Canudos, num momento em que o Brasil revive sua recente história de golpes. A afetividade familiar de Euclides é revelada no ensaio “Abraço-vos, Euclides - cartas ao pai, cartas aos filhos” , do professor, escritor e editor Rick da Cunha, cujo objetivo é

traçar o perfil de “pai” e de “filho” de Euclides da Cunha, a partir dos estudos de cartas que o engenheiro escritor remeteu aos seus filhos e ao seu pai, entre o final do século XIX e início do século XX, nos revelando mais sobre o homem Euclides. Por fim, o acadêmico e escritor Andrey Carvalho nos revela uma magnífica ponte entre os universos de Euclides da Cunha e Guimarães Rosa em “O rio-rio-rio de Euclides e Guimarães: poéticas da abertura, poéticas da ausência.”

Na seção de Versos apresentamos dois poemas de Euclides da Cunha, retirados de seu livro “Ondas”. Pesquisamos poemas que de alguma forma dialogassem com textos amazônicos. E encontramos! Vemos que já estava formada no autor-adolescente daquele “caderno de poesia” uma visão ambientalista, que via a floresta como refúgio, abrigo, solução. Isso pode ser visto no poema “Na selva”. Não foi o contato com a floresta amazônica que despertou em Euclides o sentimento ambientalista, mas essa postura já fazia parte de seu caráter. Em “No campo”, reforça-se o apreço à natureza. Também publicamos três poemas inéditos, escritos especialmente para este volume dos Escritos Euclidianos, cumprindo o papel do projeto de incentivar novas produções. O poeta, escritor e editor Rick da Cunha faz uma sensível homenagem evocando “Ecos de Euclides”. O poema “Os sertões euclidianos”, do poeta e confrade Lourildo Costa, que faz uma homenagem a quem apresentou o Brasil a brasileiros. A poeta e trovadora Andréa Reis apresenta um canto de denúncia em “Falta ar” Por fim, apresentamos “O entardecer do poeta”, da escritora e poeta Janaína da Cunha, dedicado ao poeta Euclides.

Este projeto é realizado pelos movimentos euclidianos de Cantagalo-RJ, terra natal de Euclides. Pessoas envolvidas com a causa euclidiana em diversas frentes, seja através de coletivos como o Juventude Euclidiana e o GEAC, ou através de euclidianistas independentes que militam na causa da divulgação da obra euclidiana. Em particular, cumprimos os amigos Alex

Vietas e Matheus Arruda que por motivos de força maior não puderam participar diretamente do Volume 2, mas são entusiastas de primeira hora do projeto e contribuem sempre.

Não poderíamos terminar esta apresentação sem agradecer! Agradecer a todos os autores a gentileza de atender ao convite, a generosidade de partilharem seus talentos e saberes. À Academia Volta-redondense de Letras, na pessoa de seu Presidente, Vicente Melo, agradecemos a manutenção do projeto. Por fim, agradecemos a você, leitor, esperando que tenha uma ótima leitura e que esta obra o ajude de alguma forma.

Saudações Euclidianas

José Huguenin
Organizador do Volume 2
Coordenador Editorial da AVL

Parte I
Euclides e
a Amazônia

A Terceira Margem do Texto: Euclides da Cunha e a Amazônia¹

Leopoldo Bernucci *

Quanto aos céus, ó Terra, te pareces,
Se o não excedes! (Milton, O paraíso perdido, IX)

Euclides é um enigma. E sua obra uma esfinge ainda a ser decifrada. Todos os esforços dos críticos em mais de um século não bastaram ainda para penetrar as camadas profundas de significado de seus textos. *Os sertões*, obra ímpar na história da literatura latino-americana, já rendeu milhares de páginas de comentários ajuizando os méritos do livro. Contudo, os demais textos de Euclides ficaram relegados a lugar secundário do qual até hoje eles não têm podido sair completamente. Não estou me referindo nem a *Contrastes e confrontos*, nem a *Peru versus Bolívia*, livros que primam pelo rigor histórico e técnico, escritos com semelhante paixão e força poética àquela encontrada no livro de estreia do autor. Mas, penso, principalmente, em *À margem da história* como sendo, a meu ver, obra maior de Euclides depois de *Os sertões*. Para a nossa sorte, em regime de exceção está claro, começam a surgir recentemente estudos luminosos que tem-se adentrado com grandes acertos críticos no universo de *À margem da história*. Refiro-me às abordagens do professor e colega Francisco Foot Hardman na primeira parte do seu livro *A vingança da Hileia* (2009).

1 Publicado originalmente na Revista Latitude.

Concebida de modo estruturalmente multifacetada, essa última e póstuma obra de Euclides se divide em quatro partes. A primeira, dedicada à Amazônia; a segunda, a questões continentais de transporte ferroviário e de fronteiras; a terceira, como reza o próprio subtítulo, é um esboço político “Da Independência à República”; e, finalmente, a quarta é um ensaio absolutamente original, “Estrelas indecifráveis”, no qual Euclides consorcia e espria os seus conhecimentos científicos de astronomia com os de arte e de história bíblica. Dessas quatro partes, a primeira é que aqui nos interessa, porque nos possibilitará tecer alguns comentários em torno de sua gênese textual. Os sete ensaios que se enfeixam na Parte I de *À margem da história* foram, provavelmente, redações preliminares de capítulos de um livro planejado e que, por força do destino, Euclides nunca pôde concluir². Trata-se de *Um paraíso perdido*, obra sobre a Amazônia e que foi bastante aludida por ele em cartas a seus amigos. Este projeto, o seu segundo mais importante em densidade crítica e escopo histórico, teve o início de sua gestão em 1906, como pode-se constatar pela carta do escritor enviado ao amigo Francisco Escobar em 13 de junho do mesmo ano:

Em paz, portanto, esta rude pena de caboclo ladino. Ou melhor, que vá alinhando as primeiras páginas de *Um paraíso perdido*, o meu segundo livro vingador. Se o fizer, como o imagino, [...] (perdoe-me a incorrigível vaidade) hei de ser para a posteridade um ser enigmático, verdadeiramente incompreensível entre estes homens.³

Em correspondência de 30 de setembro de 1906, Euclides voltará ao tema, contando agora a esse outro amigo, Firmo Dutra, com o qual tinha passado considerável tempo em Manaus depois de sua expedição para o Alto Purus que ele, sim, tinha realmente começado a escrever o tal livro na Vila Glicínia, residência de

2 Para essa discussão consultar as págs. 37-39 e 56 do livro de Foot Hardman.

3 *Correspondência*, p. 306.

Alberto Rangel, antes da sua partida para o Purus⁴. E se ainda for necessário rastrear anteriormente a 1906 outra menção do livro, ela aparecerá numa missiva de 10 de março de 1905 ao amigo e confidente Coelho Neto como prova incontestada desse ardente desejo:

Vivo sem luz, meio apagado e num estonteamento. Nada te direi da terra e da gente. Depois aí, e num livro: Um paraíso perdido, onde procurarei vingar a Hylea maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII. Que tarefa e que ideal! Decididamente nasci para Jeremias destes tempos. Faltam-me, apenas umas barbas brancas, emaranhadas e trágicas. Vamos a outro assunto.⁵

Nesse mesmo ano de 1905, Euclides estabelece a conhecida analogia entre a sua ansiada obra e a de Milton, *Paradise Lost*, em carta a Artur Lemos, outro amigo da Amazônia paraense:

Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se em si mesma. O forasteiro contempla-a sem a ver através de uma vertigem. Ela só lhe aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente.⁶

Euclides deve ter visto na obra de Milton não só uma analogia temática, mas algo mais profundo, para além da observação de espaço que ele faz: “esconde-se em si mesma”. Façamos uma pausa para refletir sobre essa definição. Da impossibilidade de se pensar em *Paradise Lost* num espaço linear, horizontal somente, indo de A a B, somos obrigados a contemplar através da poderosa metáfora do caos do poeta inglês, movimentos verticais e uma tri-dimensionalidade que ao mesmo tempo extravasa a concepção vulgar de pontos estruturados num plano. Consequentemente, os espaços Céu e Terra se confundem nesse poema e na sua contiguidade, sempre empurrando as suas fronteiras, estaria o

4 Firmo Dutra, “Euclides e a Amazônia”. *Correio da Manhã*, 1/1/1939, p. 4.

5 *Correspondência*, p. 266.

6 *Correspondência*, p. 268-69. Utilizar a citação de Inferno verde, p. 447.

Inferno, como à espera de seu momento de aglutinação. Enquanto isso, Satã viaja através do Cosmos.

Neste cataclismo cósmico surgem as noções de abismo, caos e imensidão. Milton na sua cegueira, portanto, criou um espaço barroco que somente ele pôde “ver”. “No light, but rather darkness visible” (Vertem somente escuridão visível)⁷ diz o poeta saindo das margens da linguagem convencional e lógica para arriscar outros oximoros⁸. A bem da verdade, é um espaço que viola as leis da geometria mas que se encaixa perfeitamente nas da poesia. E se pensarmos ainda que a sua linguagem pudesse ser ortodoxa, segundo as normas do século XVII, bastaria notar com que liberdade Milton utilizou versos não rimados, em acrósticos, forjando o seu poema ora como um hino, ora como uma epopeia. O poeta inglês, portanto, criou uma linguagem que terminou captando a atenção de Euclides e coincidindo com as suas preferências poéticas.

E não poderia o nosso escritor o ter feito de outra forma: “Para os novos quadros e os novos dramas, que se nos antolham, um novo estilo”, afirma Euclides a propósito do *Inferno verde* de Alberto Rangel, palavras essas que também cabem perfeitamente a Euclides. “Sua literatura”, observa Foot Hardman, é “alheia às escolas estéticas fechadas”, e “cavava espaços na luta contra os limites extremos do *habitat* humano”⁹. Tal qual a natureza amazônica portentosa que Euclides descreve, em constante estado de mutação, perdendo os rios as suas margens para ganhar outras ou formando novos acidentes geográficos, os seus textos sobre a Amazônia também buscam essa *terceira margem*, como outro lugar simplesmente, ou um entre-lugar, em todo o caso um *locus* do qual se escreve sobre o inusitado ou sobre uma realidade fantástica que na manhã seguinte poderá deixar de existir, como a

7 *O paraíso perdido*, I, 63.

8 Ver *Paradise Lost* 1.692: “the precious bane”; *Paradise Lost* 2.6: “that bad eminence”.

9 Prefácio de *Inferno verde* (452); *A vingança da Hileia* (49).

geografia amazônica depois das *terras caídas*. Por isso, a escritura desse livro, que reflete ainda algumas soluções composicionais e estilísticas de *Os sertões*, teve que fugir de seu antigo leito, como aqueles rios, transbordando-se e apegando-se durante o processo a novos procedimentos: “o enquadramento, o foco narrativo, a divisão temática e o jogo de vozes já não se podiam estruturar como outrora”¹⁰. Esta fugaz qualidade que Euclides imprime à sua visão da Amazônia termina por contaminar também a sua escritura. O “claro-escuro do desconhecido” (448) apontado por ele, por exemplo, aliás de raiz barroca, vem em última instância dar conta do seu estilo retorcido e todo ele feito de engenho e agudezas: opulenta desordem (224), sinistra catequese (254), caçadores de árvores (255), civilizado sinistro (256), estranhos civilizados (257), civilização caduca (257), castelo de palha (259), claro-escuro (448), profecias retrospectivas (449), “inferno florido dos seringais” (452).

Vimos acima como a própria sintaxe de Euclides causa um certo estranhamento ao desviar-se o autor das normas bem comportadas do português: “a terra que está em ser” (244), procedimento que rompe o nexos lógico normativo da sintaxe e que mais tarde encontrará em Guimarães Rosa o seu mais hábil cultor: “cê vai, ocê fique, você nunca volte”, são as palavras da personagem feminina de um dos seus contos mais famosos: “A terceira margem do rio”. “Tem tudo, falta-lhe tudo” (224) são as de Euclides, criando uma entre tantas antíteses que redundam em paradoxos ao tentar definir o objeto estudado.

Se o *Paradise Lost* lhe criou o ensejo para desenvolver a grande metáfora que daria título ao livro nunca terminado de Euclides, uma peça das mais belas ali contida, “Judas-Ahverus”, reforçando o sentido de castigo que o seringueiro carrega consigo ao longo da vida, nos obriga a retornar a Milton. Como diz Euclides, “o homem ali é ainda um intruso impertinente” (223), e po-

10 Foot Hardman, p. 62.

deríamos expandir este modo de caracterizá-lo, concluindo que por essa violação o seringueiro está condenado a um castigo. Já se notou esta analogia da punição entre o *Paradise Lost* e “Judas-Ahsverus”,¹¹ mas é útil ainda insistir sobre a sua possível ligação com o conto de Guimarães Rosa. Vago, misterioso, ambíguo, o pai deixa a família, sem explicar o porquê daquele abandono, e passa a viver na terceira margem do rio, a qual poderá ser também ocupada um dia pelo filho-narrador. Auto-punição, penitência, visão fantasmagórica oscilando com a da realidade, é assim como nos dois relatos, a imagem do punido se nos apresenta. É um castigo sinistro que em Euclides recai sobre o intruso em sua “ambição maldita” (264) e que em Guimarães Rosa ele é apenas sugerido, por ser ambíguo, anulando qualquer possibilidade de se conhecer a verdadeira causa do abandono do lar pelo pai.

Embora Euclides estivesse obcecado pela ideia do futuro livro e falasse sobre ele várias vezes no ano de 1905, ele já havia de algum modo refletido sobre o vasto território amazônico a partir de 1898, quatro anos antes da publicação de *Os sertões*, em resenha crítica sobre o livro de Manuel Tapajós, *Fronteira sul do Amazonas*. Questão de limites. Esta foi talvez a sua primeira incursão em assuntos ligados à grande floresta¹². Curiosamente, a partir de outubro de 1906, Euclides deixara de tocar no assunto de *Um paraíso perdido*. Este silêncio tem intrigado mais de um crítico no encalço de suas razões¹³. Todavia, não é preciso escavar muito a fundo para descobrir que estas estão dadas nos próprios comentários que Euclides oferece no livro. Um deles, particularmente relevante, é aquele sobre a representação e o estudo da Amazônia, trazendo à baila novamente as discussões em torno do consórcio entre ciência e arte.

11 Foot Hardman (75).

12 A resenha se publica em O Estado de S. Paulo no dia 14 de novembro de 1898.

13 Foot Hardman, p. 56.

Não é de se admirar que enquanto Euclides disserta sobre a dificuldade de se apreender o universo amazônico ele esteja falando metatextualmente também sobre a sua própria dificuldade discursiva de dar conta de seus mais variados aspectos. Porque, escrever uma história da Amazônia, convenhamos, não é tarefa para comuns letrados. E este desafio, Euclides o tinha claramente articulado:

É uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópicos e a visão apertadinha e breve dos analistas: é um infinito que deve ser dosado. [...] Escreverei Um paraíso perdido, por exemplo, ou qualquer outro em cuja amplitude eu me forre de uma definição positiva dos aspectos de uma terra que, para ser compreendida, requer o trato permanente de uma vida inteira.¹⁴

Em uma palavra: quanto mais se pensa que a conhecemos, a Amazônia se torna menos conhecida. “É de toda a América”, diz ele, “a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida” (224). Indaguemos esta afirmação sobre tal dificuldade e lancemos algumas hipóteses sobre esse inconcluso projeto, verdadeiro *work-in-progress*, abandonado por razões que só podemos conjecturar.

Digamos que Euclides teve que enfrentar-se a dois tipos de dificuldades: uma moral e outra técnica. A primeira, como Foot Hardman bem assinalou, poderia ser conflitiva para o nosso escritor, arranhando a sua ética intelectual porque, “enquanto que na frente diplomática ele se mantinha como fiel servidor da causa do Estado nacional [como funcionário do Ministério das Relações Exteriores], já na condição de escritor parecia duvidar, amargurado, das possibilidades de emergência de uma sociedade nacional estável”¹⁵. A segunda, como o próprio Euclides explica na sua correspondência e em ensaio, tem a ver com a dimensão

14 *Correspondência*, p. 269

15 Foot Hardman, p. 48.

e complexidade do espaço estudado. Uma vez mais é o crítico quem elabora esta ideia:

Mas a própria extensão continental e internacional da Amazônia, a biodiversidade indescritível dos espaços, o traçado oculto e cindido de suas vozes em confronto tornavam difícil a estruturação de uma forma narrativa capaz de dar conta dessa fugacidade do tempo histórico.¹⁶

Poderíamos acrescentar que tal dificuldade não é somente de ordem estrutural, mas também cognitiva, já que – assim pensava Euclides – para se conhecer a Amazônia é preciso muitas vidas, numa clara expressão da impossibilidade então de apreendê-la, exceto por parcelas, fragmentos, pequenas unidades, sem nunca chegar a uma visão de conjunto.

Mais surpreendente ainda é o fato de Euclides, inspirado pelo poema heroico de Milton, terminar absorvendo na sua visão do Amazonas o espírito épico, colocando na sua prosa o seringueiro e o Índio, principalmente, como heróis ou protagonistas principais. Ademais, quis ele em termos estruturais e composicionais imitar os desafios encontrados por Milton, que não perde tempo no exórdio de seu poema, em invocar a Musa, pedindo-lhe inspiração e forças antes de começar a compor os seus versos. De idêntica forma Euclides reconheceu tal desafio e esteve consciente de que “[t]hings un-attempted yet in prose or rhyme” (De assuntos ocupado que inda o Mundo / Tratados não ouviu em prosa ou verso)¹⁷ tinham que ser interpretados e registrados pela força espetacular da sua prosa. Eis aqui o autor:

Quem terá envergadura para tanto? Por mim não a terei. A notícia que aqui chegou num telegrama de meu novo livro [*Contrastes e confrontos*], tem fundamento: escrevo, como fumo, por vício. Mas irei dar a impressão de um escritor esmagado pelo assunto. E, se

16 Foot Hardman, p. 57.

17 Milton, *O paraíso perdido*. Trad. de Antônio José de Lima Leitão. Notas de Xavier da Cunha. Ilustrações de Gustavo Doré. São Paulo: Gráfica e Editora Edigraf Ltda., s/d/; p. 9

realmente conseguir escrever o livro anunciado [Um Paraíso Perdido], não lhe darei título que se relacione demais com a paragem onde Humboldt aventurou as suas profecias e onde Agassiz cometeu os seus maiores erros.¹⁸

Mas que tipo de história quis Euclides realmente escrever? Por estranho que possa parecer Euclides não acreditava que ele ou ninguém pudesse escrever uma história definitiva da Amazônia, já que para ele a Amazônia é uma “terra sem história” como ele a caracteriza em ensaio introdutório em *À margem da história*. Todavia, sob este aspecto, o manuscrito original desse importante ensaio revela uma concepção absolutamente contrária da versão final, posto que depois de algumas notas preliminares, o escritor introduz uma seção intitulada “O Vale Amazônico: História da Terra e dos Homens”.

Euclides não era do tipo que se contentasse com qualquer *petite histoire*. A história que ele queria escrever tinha que ser forçosamente grandiosa e heroica. Além disso, que se afeiçoasse a um desenho complexo e completo da nacionalidade brasileira:

[...] não temos ainda uma história. Não aventuro um paradoxo. Temos anais como os chineses. À nossa história, reduzida aos múltiplos sucessos da existência político-administrativa, falta inteiramente a pintura sugestiva dos homens e das coisas, ou os travamentos de relações e costumes que são a imprimadura indispensável ao desenho dos acontecimentos. Está como a da França antes de Thiérry. Não lhe escasseiam fatos, episódios empolgantes e alguns atores esculturais que embalem o nosso orgulho.

Mas o seu discurso é obscuro.¹⁹

É justamente por reconhecer a condição marginal da terra e dos povos amazônicos a ser estudada, daí o título *À margem da história*, que ele teve que empurrar este majestoso território e

¹⁸ *Correspondência*, p. 269.

¹⁹ “Discurso de Recepção na Academia Brasileira de Letras”. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 208.

seus protagonistas para o centro da historiografia brasileira. Não deixa de ser acidental que margem e centro se transformem na dicotomia que orientará seus ensaios amazônicos da mesma forma que assim guiou Euclides na representação do território marginalizado do nordeste brasileiro enfatizando o olvido e o abandono dos sertanejos de *Os sertões*.

Firmada em princípios básicos de organização discursiva, a historiografia do século XIX – à qual se aderiu Euclides – ponderou também, com muito mais rigor e recato, os riscos a que ela se submetia, se o historiador não estivesse atento à noção de *verdade*; porque toda narração considerada histórica se modelava até então a partir de dois princípios fundamentais: a coleta dos dados históricos e a busca de um discurso conveniente à noção de verdade. Mas é forçoso reconhecer que, independentemente de quaisquer épocas, imaginar uma história que forjasse mentiras ou, irresponsavelmente, cometesse erros grosseiros de interpretação dos fatos – comprometendo de forma aviltante o conceito de verdade – seria o mesmo que vislumbrar o fim da própria atividade historiográfica.²⁰

Arnaldo Momigliano afirma que “os historiadores do século XIX estavam menos preocupados com a coleta de material que com a narração de uma estória e a compreensão adequada desta estória”.²¹ Assim parece ser também o caso de Euclides quando escreveu *Os sertões*, que não prescindiu da pesquisa nos arquivos e da coleta de testemunhos enquanto esteve na Bahia durante o período final da guerra. Mas é sabido também que ele pôde escrever sobre aspectos da natureza e dos homens do sertão sem haver estado em contato direto com eles até os últimos dias da campanha militar. De forma semelhante, para escrever *À margem da história*, o nosso escritor se armou de um cabedal historio-

20 Igual fortuna teriam a filosofia e a lógica porque dependem do conceito de verdade para justificar-se como áreas importantes de conhecimento. Ver Mignolo, op. cit., p. 368.

21 A. Momigliano, p. 218.

gráfico e cartográfico impressionante e equipou-se de livros dos melhores naturalistas europeus. Soma-se a esse enorme apoio livresco a experiência do escritor fluminense que viveu aproximadamente um ano na Amazônia. A exemplo de Tucídides, Euclides realizará de novo o consórcio entre arte e ciência, utilizando o mesmo tom sincero do narrador que modelara para *Os sertões* como história ao gosto do Romantismo. Patriótico, artístico, infatigável perseguidor de uma expressão justa, embora subjetiva, da verdade, Euclides como Tucídides, na correta descrição que faz deste Momigliano, transmite-nos a sua preocupação social de modo dramático e vibrante.²²

Assim, para dissipar enganos, o modelo historiográfico adotado requer do historiador uma disposição mental ética que não existe no campo da ficção. E a razão é relativamente simples, porque o romance, por exemplo, lida com o conceito de verossimilhança e não de veracidade; e se por acaso os elementos de uma representação ficcional dos fatos coincidirem com os de uma narração de sucessos históricos, não se deverá pensar que o romancista quis aderir a um preceito verdadeiro da mesma maneira como o faz o historiador. Aliás, na eventualidade de que a preocupação do romancista seja realmente com a realidade, esta é admissível somente quando considerada como categoria das coisas possíveis do mundo da ficção. Portanto, mesmo se a comunicação do verdadeiro ou do verídico for prioridade do ficcionista, esta só será concebida como representação e jamais como narração veraz de acontecimentos.

Já se discutia entre os antigos filósofos da história a questão da verdade *de re* (dos fatos) e *de dicto* (da narração)²³. Plínio se interessou pelo conceito da verdade natural que afeta as próprias coisas, enquanto que Cícero abordou o problema da verdade mo-

22 Idem, *ibidem*.

23 Cf. M. Kneale, "Modality *De Dicto* and *De Re*", in Nagel, Suppes and Tarski (eds.), *Logic, Methodology and Philosophy of Science*, Stanford: Stanford UP, 1962.

ral que concerne à narração dos fatos. São duas maneiras de lidar com um único conceito resultante de dois métodos: um empírico, porque necessita a verificação dos dados na *arqueologia* que a atividade historiográfica pressupõe; e outro, de maior densidade moral, porque implica uma articulação da linguagem que não somente possa convencer, do ponto de vista retórico, mas que também logre comunicar com grande eficiência, e de forma ética, a verdade dos fatos tal como esta é concebida através da pena de cada historiador.

Retornemos à pergunta de por que Euclides teria abandonado *Um paraíso perdido* como projeto de livro no final de 1906? A resposta não deve estar relacionada somente com a monumentalidade e complexidade do objeto em estudo. A Amazônia, também, em seu estado de constante transformação, é resvaladiça, instável e devastadora aos sentidos. É assim como ele descreve essa visão no discurso apresentado na Academia Brasileira de Letras em 1906:

Com efeito, a nova impressão verdadeiramente artística, que eu levava, não ma tinham inspirado os períodos de um estilista. O poeta que a sugeria não tinha metro, nem rimas: a eloquência e o brilho dava-lhos o só mostrar algumas aparências novas que a rodeavam, escrevendo candidamente a verdade. O que eu, filho da terra e perdidamente enamorado dela, não conseguira demasiando-me em escolher vocábulos, fizera-o ele [o poeta] usando um idioma estranho agravado do áspero dos dizeres técnicos. Avaliei então quanto é difícil uma coisa trivialíssima, nestes tempos, em que os livros estão atulhando a terra, escrever...²⁴

Este território tão particular que ele inteligentemente definiu em termos quase heideggerianos (a terra que *está em ser* ou que *está no seu estado de ser*)²⁵ é uma terra que de fato existe, mas só e precisamente isto acontece graças à condição ímpar de ela

24 OC, p. 206.

25 Ver "Um clima caluniado", OC, p. 244; Prefácio de *Inferno verde*, p. 449.

continuamente brotar em busca de sua existência. É um território que nunca termina de ser, vivendo sua condição de vida anfíbia, em processo de ainda estar sendo; em uma palavra, Euclides, o poeta, a chama “a última página, ainda a escrever-se, do Gênese” (449)²⁶, traíndo a sua própria crença na teoria evolucionista para criar uma imagem poderosíssima arrancada das fantasias do criacionismo.

Apesar disso, agora como cientista, Euclides não vacila na descrição daquela paisagem inconstante, rejeitando verbos como *terminar*, *completar* que a ela não se aplicam, já que também terminar e completar são, definitivamente, noções alheias à interpretação euclidiana da Amazônia, na qual ele busca combinar poesia e ciência, em forma de ensaio, fazendo dele um dos seus melhores intérpretes. Claro que é possível arguir sobre as implicações ontológicas no ele chamar um “paraíso tenebroso” ou um “paraíso diabólico”²⁷, duzentos e setenta anos depois de Cristóbal de Acuña (1639) ter dito que “[y] à no tener la plaga de mosquitos, de que abunda en muchos parajes, se pudiera llamar á boca llena vn dilatado Paraiso”²⁸. Não é difícil observar com que destreza Euclides caminhava no dédalo das representações utópicas e distópicas da grande floresta, procurando equilibrá-las em seus ensaios. Precisava ainda superar a ansiedade de ter que harmonizar conhecimento científico com a visão artística do objeto que ele estudava ou representava. Eis aí o repto a que deveria enfrentar-se o autor tal como aponta Foot Hardman:

Se desde sempre duvidara da eficácia de ficcionalizar a história sem pôr em risco a veracidade do relato, agora era como se esbar-

26 [...] “uma página inédita e contemporânea do *Gênesis*” (Discurso à ABL, 1906: 205); “Realmente a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênese.” (Prefácio de *Inferno verde*, 1908, p. 449). Em Rangel (“O Tapará”, *Inferno verde*, 1908: “[...] a animação da fauna aparece como na gravura que representasse um pedaço da terra, na parte última do capítulo primeiro do Gênesis [sexto dia], ilustrado pelo buril ingênuo dos gravadores.” (p. 36)

27 “Um clima caluniado” (244); “Impressões gerais” (232)

28 P. Christoval de Acuña, *Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas*. Madrid, 1891.

rasse em obstáculo maior: a Amazônia, de brutalidades inauditas e violências atrozes, vingava-se de todas as tentativas de pô-la em prosa, seja na ordenação cronológica de relatos falhos, seja na pintura de paisagens entre extremos de monotonia e caos.²⁹

Não haveria exagero em afirmar que, em sua descrição da Amazônia, Euclides se debate entre adotar um “processo obrigatoriamente analítico”³⁰ e uma visão artística do grande território. O seu dilema está em conciliar uma descrição da natureza que seja cientificamente correta e precisa, com aquela da paisagem tropical, cuja qualidade estética possa nos transmitir a fulguração de uma inteligência superior e sensível e que, ao mesmo tempo, consiga nos comover. Vale dizer, o acasalamento do olho do cientista com o do artista, neste caso o poeta.

Como veremos mais adiante nas suas descrições, as categorias do Belo e do Feio não são simples de serem aplicadas à majestosa floresta, e quando Euclides o faz, o resultado é, novamente, oximorônico. Se o quadro que ele descreve é de uma natureza morta, esta também se agita; se sua intenção é representar a duplicidade de um componente da floresta, isto só é possível de modo paradoxal, quando ele o chama, por exemplo, de o “inferno florido dos seringais”³¹.

Consideremos a maneira como o nosso escritor fala das tentativas de se querer conhecer e estudar o imenso território. O seu porte é tão vasto e descomunal que

[...] impossibilita o descortino desafogado do conjunto [...] e à medida que [distinguimos melhor as infinitas faces da Amazônia], vai-se-nos turvando, mais e mais, o conspecto da fisionomia geral. Restam-nos muitos traços vigorosos e nítidos, mas largamente desunidos. Escapa-se-nos, de todo a enormidade que só se pode

29 Foot Hardman (61)

30 Prefácio ao *Inferno verde*, de Alberto Rangel. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 446.

31 Prefácio ao *Inferno verde*, de Alberto Rangel. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 452.

medir, repartida: a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza, que só se deixa ver, apequenando-se, através dos microscópios [...]”³²

Assim, para Euclides a natureza portentosa deixa muito a desejar porque, seguindo a lógica aristotélica empregada por ele, ela “não pode ser bela, sendo enorme, porque faltaria a visão de conjunto, escapando à vista dos espectadores a unidade e a totalidade.”³³

Além disto, sob o conceito estreitamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país”.³⁴

Difícilmente para Euclides as partes do todo, estas que ele denomina “fragmentos”, “aspectos parcelados”, poderiam estar em plena harmonia e ordem nessa floresta tropical. Melhor sorte teria tido ele se se aderisse minimamente ao conceito neoplatônico da Beleza dado por Plotino porque, ao contrário de Aristóteles, viu o Belo na autonomia de cada uma de suas partes e não na estrita relação de dependência entre elas e o todo. Porém, o Euclides que se aferra à lógica aristotélica despreza terminantemente tal idealismo:³⁵

Amazônia, ainda sob o aspecto estritamente físico, conhecemo-la aos fragmentos. Mais de um século de perseverantes pesquisas, e uma literatura inestimável, de numerosas monografias, mostram-no-la sob incontáveis aspectos parcelados. O espírito humano, deparando o maior dos problemas fisiográficos, e versando-o, tem-se atido a um processo obrigatoriamente analítico, que se, por um lado, é o único apto a facultar elementos seguros

32 Prefácio ao *Inferno verde*, de Alberto Rangel. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 446.

33 Suassuna, p. 53.

34 “Terra sem história (Amazônia) - Impressões gerais”, *À margem da história*. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 223.

35 Suassuna, p. 61.

determinantes de uma síntese ulterior, por outro, impossibilita o descortino desafogado do conjunto.³⁶

Já podemos medir as consequências de, sendo as partes ou fragmentos feios ou imperfeitos (“a flora ostenta a mesma imperfeita grandeza”³⁷, a “fauna singular” é “monstruosa”³⁸), não serem “capazes de se fundirem na síntese de uma impressão empolgante” e de se aproximarem do conceito de Beleza aristotélico, que privilegia as noções de harmonia e unidade como uma das características essenciais do Belo³⁹. Portanto, se “a Beleza consiste em unidade na variedade”, como quer o grego, a Amazônia serve para provar a tese da sua face mais horrenda:

Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior. [...]

Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência [...]⁴⁰

[...] o que ali está sob o disfarce das matas, é uma ruína.⁴¹

Uma vez que Euclides decidira escrever *Um paraíso perdido*, ele estava também preparado para denunciar veementemente o que ele alcunhou como “a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo”⁴² dos barões da borracha, muito antes de que outros iniciassem uma onda

36 Prefácio ao *Inferno verde*, de Alberto Rangel. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 446.

37 “Terra sem história (Amazônia) - Impressões gerais”, *À margem da história*. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 223.

38 “Terra sem história (Amazônia) - Impressões gerais”, *À margem da história*. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 224.

39 Suassuna, p. 52.

40 “Terra sem história (Amazônia) - Impressões gerais”, *À margem da história*. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 224.

41 “Terra sem história (Amazônia) - Impressões gerais”, *À margem da história*. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 226.

42 “Terra sem história (Amazônia) - Impressões gerais”, *À margem da história*. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 232.

de protestos contra os crimes perpetrados no território peruano do Putumayo/Içá e do Caquetá/Japurá. No seu ensaio de 1906, “Entre os seringais”⁴³, ele delata as condições de escravidão do emigrante nordestino, o cearense principalmente, o qual, depois de fugir da seca da sua região, sonhava com uma vida melhor na floresta; porém, uma vez estando lá, via o seu sonho se esvanecer. Este ensaio antecede por um ano as acusações de Benjamín Saldaña Rocca em seus artigos para os jornais de Iquitos *La Sanción* e *La Felpa* de agosto de 1907. Antecipa-se ainda Euclides em suas acusações aos seguintes autores e suas respectivas obras: *Por América del Sur* (1908) de Rafael Uribe Uribe, as denúncias de Walter H. Hardenburg no periódico britânico *Truth* (1909) e em seu livro *The Putumayo – The Devil’s Paradise* (1912), *Las crueldades en el Putumayo y en el Caquetá* (1910) de Vicente Olarte Camacho, *Blue Book of the Putumayo* (1912) de Roger Casement e, finalmente, *The Putumayo Red Book* (1913) de Norman Thomson.

Ao revelar as atrocidades cometidas contra os índios e seringueiros, Euclides procurou modular sua voz de tal maneira que estivesse nos interstícios das disciplinas. Como poeta, ele fez uso da linguagem literária do seu tempo e como cientista utilizou as ferramentas do racionalismo, realizando assim uma perfeita, se não rara, combinação de saberes e técnicas, dificilmente encontrada em outros escritores, mas que nele constitui precisa e naturalmente a essência de sua poética narrativa.

Seria difícil imaginar um escritor brasileiro que estivesse tão mais intimamente ligado à sua terra pelas suas forças telúricas que Euclides da Cunha. Além de sua curiosidade intelectual, que fez dele mais do que um mero observador, tornando-o um arguto e sincero intérprete do Brasil e do seu povo, Euclides tinha uma missão social a cumprir. Se não fosse assim, como entender que a ideia de voltar à Amazônia uma segunda vez, a despeito

43 Originalmente publicado na revista *Kosmos*, ano III, no. 1, Rio de Janeiro. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 508-511

das pressões familiares e dos reais danos à sua saúde já tão abalada, estivesse uma vez mais se formando nele? O seu genuíno interesse inicial pela vida conflitiva e perigosa dos povos que viviam nas fronteiras entre o Peru e o Brasil obrigou-o a escrever dois excelentes ensaios em maio de 1904: “Conflito inevitável” e “Contra os caucheiros”⁴⁴. Nestes dois textos, Euclides adverte seus leitores e as autoridades brasileiras para o perigo de uma luta armada iminente entre peruanos e brasileiros nessas fronteiras devido à crescente tensão diplomática entre os dois países vizinhos. Sendo a causa principal do conflito as incursões cada vez mais frequentes dos *caucheros* peruanos nessa zona litigiosa (do atual estado do Acre), Euclides a comunica a seus leitores, com seu salutar pessimismo, através de uma linguagem menos técnica que a da prosa mais tarde empregada para dirigir-se ao Barão de Rio Branco, porque o nosso escritor estava muito mais interessado em penetrar na vida e no âmago dos nossos seringueiros que querer simplesmente descrevê-los como anônimos atores de um mero quadro sinóptico ou estatístico feito para a história brasileira⁴⁵.

O fascínio que sentia Euclides pelo *deserto*, assim era como ele preferia chamar o interior do Brasil de modo geral e em estrita oposição à cidade, tornou-se um lugar comum na sua correspondência com amigos e colegas já no final de sua turbulenta vida. A cidade continuava a perturbá-lo. Detestava-a e anatematizava-a na conhecida crítica que fazia à rua do Ouvidor do Rio de Janeiro ou àquela Manaus da *belle époque* caracterizada por ele como meio-europeia, meio-rural. Todavia, o deserto era a sua glória, mas infeliz dele, a sua maldição também, como lugar que Eucli-

44 Ver *Contrastes e confrontos*. In: *Obra completa*, vol. I (ed. 1966), p. 155-159 e 159-162.

45 De outra perspectiva, Euclides testemunhou o rancor dos peruanos contra os seringueiros brasileiros em comentário feito ao Barão do Rio Branco, quando da passagem da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus pelo seringal do Funil. Ver *Obra completa*, vol. I (ed. 2009), p. 826-840.

des vislumbra para talvez morrer e descansar em paz, tal como sugere em carta de 22 de janeiro de 1905 a Edgar Jordão:

Estou a dois passos do deserto e nas vésperas de uma viagem, inçada de tropeços, dessas que a gente leva carta de prego para o Desconhecido.

Talvez, não volte. Falo, portanto, como quem se confessa.⁴⁶

Sem sombra de dúvida, há em suas palavras um desejo de escapar de uma existência que se tornara cada vez mais insuportável. Bem observada, essa carta foi a maneira tão peculiar de Euclides de se despedir dos amigos como se ele estivesse pressentindo que o seu fim estava próximo. E, uma vez mais, ele “foge” como sabemos, empreendendo uma jornada pela Amazônia em 1905, e tenta de novo outra escapada no ano seguinte, abortada somente pela autoridade implacável de seu pai, que tinha se tornado o seu crítico mais veemente. É assim como ficamos sabendo da reação paterna através de outra carta a Dutra, enviada do Rio de Janeiro em 7 de julho de 1906:

Não sei se aí chegou a notícia de que eu ia ser nomeado chefe da fiscalização da Madeira-Mamoré. Realmente as coisas se encaminham para isso e, se obstáculo sério que encontro – a oposição de meu pai – for desviado, aí estarei em breve, calçando de novo as minhas botas de sete léguas.⁴⁷

Em grande escala existencial, a vida trágica de Euclides da Cunha não foi muito diferente daquela dos seringueiros que ele tanto defendeu. A destes foi invisível, distante, irreal para seus leitores e sinistramente ignorada pelas luxuosas, porém inúteis, leis brasileiras. A de Euclides começou a se fazer notar por sua família, amigos e colegas, já que se tornara impossível encobri-la. Ele tinha excelentes razões para não fazê-lo: tudo andava espantosamente errado no seu matrimônio, e a malária – a única coisa duradoura que trouxera da floresta para casa – provou ser o seu

46 *Correspondência*, p. 258.

47 *Correspondência*, p. 307.

pior souvenir. O Rio de Janeiro que ele encontrou na sua volta da Amazônia em princípios de 1906 tornara-se mais abjeto ainda e o outro quadro familiar e profissional, com o seu casamento literalmente destruído e as possibilidades de um emprego estável cada vez menores, não era menos desalentador. Tivesse ele tido tempo, conforto espiritual e saúde, Euclides indubitavelmente teria escrito outro livro extraordinário sobre a Amazônia, e o seu esforço, então, de re-significar a complexidade de seu paraíso perdido não teria sido em vão. É assim como sugerem seus impecáveis ensaios sobre o tema e é assim como devemos aceitá-lo, tal como ele foi: brilhante, contraditório, vulneravelmente humano e pateticamente trágico.

** Leopoldo Bernucci é professor de estudos latino-americanos na Universidade da Califórnia, em Davis. Foi professor Visitante na USP e também já lecionou nas universidades de Yale, do Colorado e do Texas. É autor de História de um malentendido (Peter Lang), A imitação dos sentidos (Edusp), e organizador de Discurso, ciência e controvérsias em Euclides da Cunha (Edusp), coorganizador de Euclides da Cunha – Poesia Reunida (Editoria da UNESP), entre outros livros.*

A dois passos do deserto: visões urbanas de Euclides na Amazônia¹

Milton Hatoum *

eu sinto necessidade de abandonar por algum tempo o meio civilizado da nossa terra-, assim ou aspiro os sertões desertos ou as grandes capitais estrangeiras.

(Rio, 26.8.1892. Carta de Euclides da Cunha a Reinaldo Porchat]

Em várias cartas de sua extensa correspondência com amigos e parentes, Euclides exprime um desejo de movimento, de saída, de abandono do lugar: “não dou para a vida sedentária, tenho alguma coisa de árabe - já vivo a idealizar uma vida mais movimentada, numa comissão qualquer arriscada, ai por estes sertões desertos e vastos de nossa terra...”²

Há, nessa inquietação interior, um desejo de evasão de si mesmo, de “liberdade de ser ou fazer-se diverso”³, de atração pela aventura e pelo risco, e ainda um forte desejo de conhecimento do outro. Euclides se enfada com a vida sedentária no “meio civilizado da nossa terra” e os seus projetos de partida apontam para lugares opostos: o que há de mais civilizado ou de mais “inculto” (o deserto, lugar da barbárie, contra o qual Euclides “travou uma batalha obscura e tragica”⁴).

1 Publicado originalmente na Revista Teresa de Literatura Brasileira

2 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org.). “Carta a Reinaldo Porchat. Rio, 26.8.1892”. In: Correspondência de Euclides da Cunha. São Paulo.- Edusp, 1997.

3 HOLANDA, Lourival. “A letra e a lei” (texto inedito).

4 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org), op. cit., “Carta a Jose Verissimo. Manaus, 8.11.1905”

O lugar entre a metrópole e o deserto não parece exercer nenhum fascínio em Euclides. O que o seduz e a oposição extremada (civilização e barbárie) presente em muitos de seus escritos e que reflete “a consciência dividida presente no intelectual a um só tempo combativo e pessimista”⁵ Dessa cisão resulta “o desenho da sua escrita literária de um modo que se abre para a tensão e a miragem”⁶

Cisão na consciência e cisão também na linguagem, que pende para o figural e rompe com a moldura naturalista, tão presente a época de Euclides. A frase retorcida de seu estilo que tende a dramatizar tudo e em que “tudo parece impregnado de uma significação agônica” como bem assinalou Augusto Meyer ⁷, não aparece apenas nas páginas de Os sertões, mas também em seus escritos amazônicos, inclusive nas cartas que escreveu em Manaus, antes de navegar para as cabeceiras do Purus.

Nessa correspondência Euclides também reflete, nas modulações de sua escrita, um movimento que alterna tensão e miragem a partir de uma vivência urbana. Perto do “deserto” ou cercado pela floresta, ele exalta o que há de mais civilizado e critica o que há de mais “primitivo” ou nativo nas capitais do Norte. Aqui, outra vez ele adere a uma visão extremada, em que não há lugar para um espaço urbano misturado, mestiço, formado por um urbanismo de terceiro estilo, conforme a expressão de Alejo Carpentier ao discorrer sobre La Habana, mas que bem se ajustaria a maioria das cidades latino-americanas.

Vem de longe o fascínio de Euclides pela Amazônia. Em carta a Luís Cruls, ele escreveu: “Alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre”. ⁸ Mas já na segunda parte de “Os sertões”, numa breve digressão que ele chama “debuxos rápidos” ele discorre sobre as condições climáticas e mesológicas da Amazônia. Nessa e em outras passagens da obra

5 PRADO, Antonio Arnoni. "Ficção e verdade n'Os Sertões" Remate de males (Campinas: IEL, nº 13, p. 25-9, 1993)

6 Idem

7 "Nota sobre Euclides da Cunha" In: Textos críticos. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 242.

8 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org.), op. cit., "Carta a Luis Cruls. Lorena, 20.2 1903".

de Euclides, comparece o que Gilberto Freyre nomeou de “descrença baseada em fatalismo de raça, em determinismo biológico” Descrença, portanto, “na incapacidade do mestiço: incapacidade biológica, fatal”.⁹

A observação lucida de Freyre, para quem Euclides é uma “vítima de preconceitos cientificistas com aparência de verdades antropológicas”¹⁰ encontra-se não apenas na famosa passagem citada pelo sociólogo, mas também nas páginas que sucedem aos “debuxos rápidos” sobre a Amazônia, mencionados antes. A descrença na incapacidade do mestiço e na do indígena - “a raça inferior, o selvagem bronco” - influiu na visão urbana de Euclides sobre as cidades da Amazônia. Ele demorou pouquíssimo tempo em Belém (“algumas horas inolvidáveis”). No entanto, a primeira e única impressão dessa cidade é reveladora:

(...)” nunca esquecerei a surpresa que me causou aquela cidade. Nunca S. Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de arvores enormes. Não se imagina no resto do Brasil, o que é a cidade de Belém, com os seus edificios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem”.¹¹

Impressão forte e positiva (com ênfase pelo anafórico “Nunca”) da urbs modernizada” pelo senador Antônio Lemos, então intendente municipal da capital do Pará. Além da percepção do espaço urbano, que traduz uma visão idealizadora mas impactante de uma réplica de Paris em plena floresta, Euclides se impressiona “com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa” Assim, a população harmoniza com a cidade, e ambas são promessas de uma possível civilização a entrada do deserto inculto.

9 FREYRE, Gilberto. Atualidade de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

10 Idem

11 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org), op. cit., "Carta ao pai. Manaus, 30.12 1904"

Euclides viu Belém como quem vê de longe uma paisagem e se extasia. Não sentiu a pulsação da vida belenense, não caminhou pela Doca do Reduto e o Porto do Sal, não pode observar detidamente o movimento do mercado Ver-o-Peso, onde as entranhas da cidade portuária se revelam. Passou ao largo desses lugares que mostram a complexidade da cidade e sua rede de relações com o interior da Amazônia. Ele viu a grandeza de Belém sob a perspectiva de amplas alamedas alinhadas por casarões e palacetes. Viu, enfim, a Belém do fausto da economia extrativista: visão impressionante que encerrava traços de uma promessa modernizadora ainda atual.

Ao desembarcar em Manaus, a surpresa foi de outra ordem e adquiriu um tom bastante diverso. Sua permanência nessa cidade, que deveria ter sido breve, prolongou-se por mais de três meses. No entanto, a espera permitiu um discernimento mais agudo sobre a vida urbana manauara. Trata-se de uma visão menos idealizada e muito mais crítica, apesar dos preconceitos a sociedade nativa. A vivência mais intensa permitiu-lhe captar certas contradições da cidade.

Nas cartas manauaras, a escrita de Euclides adquire um traço hiperbólico, eivado de tensão e de imagens contrastantes que lembram as melhores frases de sua prosa épica. O registro da vida urbana, feito de ângulos diferentes, e regido ao mesmo tempo por um fascínio e por uma aversão pela alteridade: fascínio pela “Hiloe portentosa” que envolve o escritor, e aversão por uma cidade que se lhe configura como o avesso de suas expectativas, de um ideal urbano que Belém emoldurara. E que em Manaus, a linguagem de Euclides exprime perplexidade e desenraizamento em face de um mundo preconcebido, performado de leituras e visões que aos poucos ele questiona, reformula ou nega. A vivência em Manaus e a proximidade da floresta amazônica lhe causam uma estranheza que se reflete na linguagem, como se esta fosse o lugar mimético do exílio, “lugar da inversão de valores, da barbárie, da incultura”.¹²

Quanta coisa a dizer! - o desapontamento que me causou o Amazonas, menos que o Amazonas que eu trazia na imaginação; a estranha

12

VENTURA, Roberto. "Euclides da Cunha" Remate de males, op. cit.

tristeza que nos causa esta terra amplíssima, maravilhosa e chata, sem um relevo onde o olhar descanse; e, principalmente, o tumulto, a desordem indescritível, a grande vida a gandaia dos que a habitam... Estou numa verdadeira sobrecarga de impressões todas novas, todas vivíssimas e empolgantes. Preciso de uma situação de equilíbrio para o espírito.¹³

Em Manaus ele vai exprimir o embate interno decorrente da atração pela diferença¹⁴, da dificuldade de repensar um mundo prefigurado. O tumulto e a desordem (da cidade, do outro) expressam também o tumulto interior de um escritor cindido. E a desordem interna (a falta de um equilíbrio para o espírito) contraria, por meio da linguagem, o credo naturalista e o código positivista.

Em Manaus Euclides problematiza tudo. O autor de tantas cartas foi também o comentador contumaz de uma região brasileira que ele sabia periférica e desconhecida por seus conterrâneos. Daí o desejo, o empenho de ver o país por outro prisma, mesmo se essa visão as vezes e refrataria ou míope.

Como não pensar em Mario de Andrade quando Euclides, em carta a Afonso Arinos, escreveu:

(...) “a mais consoladora surpresa do sulista está no perceber que este nosso Brasil e verdadeiramente grande porque ainda chega até cá. Realmente, cada vez mais me convenço que esta deplorável rua do Ouvidor e o pior prisma por onde toda a gente vê a nossa terra.”¹⁵

O clima, a cidade, a região e, em parte, os homens que as habitam se lhes apresentam como questões latentes e antecipam as reflexões mais percucientes reunidas nos ensaios de *A margem da história*.

13 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org), op. cit., "Carta a Oliveira Lima. Manaus, 16 1.1905-

14 HOLANDA, Lourival, op. cit.

15 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org.), op. cit., "Carta a Afonso Arinos. Manaus, 12 1.1905"

Logo nas primeiras cartas, seus comentários sobre o “singularíssimo clima da Amazônia”¹⁶ fazem eco as “pirexias estonteantes” e as “canículas abrasadoras mencionadas n’Os sertões. Tomado por um estado febril constante, por uma espécie de sonolência mórbida, Euclides investe contra o clima equatorial. A frase “Eu escrevo-te doente” na carta enviada a Afonso Arinos¹⁷, ainda revela a dificuldade de uma adaptação climática. No entanto, menos de uma semana depois, ele lança mão de uma metáfora para afirmar sua adaptação ou assimilação à diferença:

“Eu, firme na minha envergadura esmirrada e seca, faço neste clima canicular prodígios de salamandra. Vou bem. Nem o mais ligeiro abalo, agora. Fiz as pazes com o sol do Equador e adapto-me admiravelmente na atmosfera úmida e quente, feita para as fibras das palmeiras e os nervos dos poetas.¹⁸”

Além das aliterações e do jogo fonético que dão plasticidade as linhas que iniciam e terminam esse trecho, são notáveis a metáfora da salamandra e a correspondência do clima a flora da região e ao estado poético. A metamorfose, implícita nos “prodígios de salamandra” bem pode ser lida como fruto de um processo de assimilação ou compreensão de uma outra cultura, ligado, com laivo romântico, ao fazer poético.

Aos poucos, esses prodígios vão apreendendo muita coisa da realidade urbana e regional. A crítica que ele teceu a cidade traduz não apenas o impasse de um urbanismo transplantado, mas também a fisionomia compósita e problemática da urbs, com sua face grotesca e dilacerada.

(...) “cai na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chore fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteada mente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio

16 CUNHA, Euclides da. Os sertões. Ed. crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1998.

17 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org.). op. cit., “Carta a Afonso Arinos. Manaus, 121 1905”

18 “Carta a Reinaldo Porchat. Manaus, 18.1 1905”.

caipira, meio europeia, onde o tejuar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do ianque espigado...o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute e a de uma maloca transformada em Gand.”¹⁹

Euclides percebeu a modernidade manca, incompleta de Manaus, cujo crescimento abrupto, ocorrido durante a administração do governador Eduardo Ribeiro (1892-1896), contrasta com o de Belém. Esta seria “o sonho utópico ou a utopia sonhada”²⁰ de um espaço urbano na região equatorial. O crescimento de Belém foi pontuado por um processo de continuidade, pois sua urbanização avançar nas últimas décadas do século XVIII, e desde então se tornara uma cidade Centrica.²¹ Basta lembrar as igrejas e palácios governamentais projetados pelo arquiteto italiano Giuseppe Landi na segunda metade do século XVIII, quando Belém já havia causado uma forte impressão a viajantes e naturalistas estrangeiros.

Durante o período de 1880 a 1912, Belém foi o maior centro exportador do látex, concentrando as atividades comerciais e financeiras de uma matéria-prima que chegou a representar 40% da exportação brasileira. Sua malha urbana foi ampliada e dotada dos mais sofisticados equipamentos de infraestrutura. Além disso, as praças e palacetes em estilo *art-nouveau*, o Bosque Rodrigues Alves, e o Teatro da Paz (foco irradiador de uma atividade cultural intensa) davam a Belém uma aura de modernidade comparável a poucas cidades brasileiras. De certa forma, Mario de Andrade reiterou a impressão de Euclides: “Belém me entusiasma cada vez mais (...) foi feita pra mim e caibo nela que nem mão dentro de luva”.²²

Manaus, entretanto, era apenas um povoado acanhado antes do período extrativista. No pequeno núcleo portuário de 10 mil habitantes, desprovido de traçado urbanístico, prevaleciam habitações rústicas de

19 Idem, "Carta a Domício da Gama. Manaus, 1905".

20 NUNES, Benedito. "Para, capital Belém" (texto inédito).

21 Idem.

22 ANDRADE, Mario de. O turista aprendiz. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

madeira e palha (materiais da arquitetura nativa) que se avizinhavam do casario não menos rustico de alvenaria e telha. A nova cidade, construída na última década do século XIX, não suprimiu as características de um povoado em que “os resíduos de costumes e atividades do índio eram um fato na movimentação da vida urbana.”²³ Daí o seu aspecto híbrido (“meio caipira, meio europeia”) mencionado por Euclides.

O “*tejuapar que se achata ao lado de palácios*”²⁴, ou a “maloca transformada em Gand” não são comparações de mero efeito retórico. Euclides intuiu o que ainda hoje é perceptível quando se compara Manaus com Belém. As diferenças entre ambas têm raízes fundas no processo histórico da colonização da Amazônia, com suas implicações sociais, culturais e econômicas.

A “Meca tumultuaria dos seringueiros”²⁵ e os “restos das tangas esfriadas dos tapuias” dizem muito sobre a transformação social de uma cidade onde ainda moravam muitas famílias indígenas (inclusive tapuias) e onde também milhares de nordestinos dormiam em acampamentos, a espera de um barco que os transportasse aos seringais da Amazônia. A opulência da “cidade estritamente comercial” e ‘ excessivamente cosmopolita” com seus “aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos” não dissimulava as contradições sociais. Daí “as roupagens civilizadoras” dessa grande vitrine da modernidade, a que Euclides contrapõe “o seringueiro achamboado” e a “maloca transformada em Gand.”²⁶

O que em Belém era miragem ou utopia sonhada, em Manaus torna-se tensão. Até mesmo no nome da cidade, Euclides vê uma “onomatopeia complicada e sinistra nesta palavra - feita do soar melancólico dos bares e da tristeza invencível do Bárbaro”. Ele parece possuído ou

23 AB'SABER, Aziz. "A cidade de Manaus" Boletim Paulista de Geografia, nº 15, 1953.

24 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org.), op. c it., "Carta a Domicio da Gama. Manaus, 1905"

25 Idem. "Carta a Jose Verissimo. Manaus, 13.1.1905".

26 Idem. "Carta a Domicio da Gama, Manaus, 1905" Sobre o cotidiano dos pobres e excluídos da Manaus do ciclo da borracha, ver: A Ilusão do fausto, de Ednea Mascarenhas Dias. Manaus: Ed. Valer, 1999.

contaminado cada vez mais por essa melancolia, “meu tédio lúgubre de Manaus” como revela em carta a Coelho Neto. Nessa carta, e significativa a passagem em que a cidade, “rasgada em avenidas, largas e longas, (...) faz-me o efeito de um quartinho estreito. Vivo sem luz, meio apagado e num estonteamento”²⁷.

Esse movimento interior, que oscila do tédio a uma quase anulação de si, pode ser sintoma de sua estruturação psíquica, de uma momentânea inquietação interior. Mas o fato é que o tempo de espera em Manaus torna-se um suplício. Tempo longo demais numa cidade “desmandadíssima” que contraria seu ideal positivista, em que o progresso, associado a ordem, “exigia dos mais esclarecidos, dos luminares, no topo da sociedade, assistência aos desvalidos e higiene para melhorar a saúde e evitar as epidemias.”²⁸

A “parada forçada e inaturável” em Manaus talvez tenha sido para ele uma punição de Tântalos, sempre ameaçado por uma grande pedra suspensa sobre sua cabeça, ameaçando esmagá-lo, impedindo-o de saborear um banquete a sua frente. Para Euclides, o banquete e o deserto, a viagem as cabeceiras do Purus. Enquanto espera o conserto das lanchas peruanas, ele anseia pela viagem várias vezes adiada. As cartas são pontuadas por essa ânsia de partir: “*Estou a dois passos do deserto*”; “*ansioso por me encontrar frente a frente com o deserto*”; “*estaquei a entrada do meu misterioso deserto do Purus*”²⁹. A grande cidade “insuportável” asfixia-o, causa-lhe o efeito de um espaço diminuto e fechado (um quartinho estreito), enquanto o deserto já faz parte de sua viagem imaginária.

Há uma perspectiva de redenção e heroísmo nessa viagem: “*o meu deserto bravio e salvador onde pretendo entrar com os arremessos britânicos de um Livingstone*” O deserto, ou o “Desconhecido” como ele o nomeia três vezes, e um espaço também temerário, onde ele pode se

27 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org.), op. cit., “Carta a Coelho Neto. Manaus, 10.3.1905” op. cit.

28 NUNES, Benedito, op. cit.

29 GALVAO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo (org.). op. c it.. “Carta a Domicio da Gama. Manaus, 1905” e “Carta a Dr. Edgard lordao. Manaus, 22.1.1905”

perder e de onde a volta e uma dúvida: “*Talvez, não volte. Falo, portanto, como quem se confessa.*” Mas o sentimento de apropriação e posse (“*meu deserto*”) revela o empenho de compreender uma região desconhecida, e de “*vingar-se*” de impressões e comentários equivocados sobre uma “paragem onde Humboldt aventurou as suas profecias e onde Agassiz cometeu os seus maiores erros.”³⁰

“Nada te direi da terra e da gente. Depois, ai, e num livro: Um paraíso perdido, onde procurarei vingar a Hilo e maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII. Que tarefa e que ideal!”³¹

Euclides, confessadamente pessimista, apenas teve tempo de esboçar seu paraíso perdido. Diante de um mundo tão vasto e complexo, ele percebeu que estava diante de um grande desafio, senão de um impasse:

“E uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópios e a visão apertadinha e breve dos analistas: e um infinito que deve ser dosado(...) Escreverei Um paraíso perdido, por exemplo, ou qualquer outro em cuja amplitude eu me forre de uma definição positiva dos aspectos de uma terra que, para ser bem compreendida, requer o trato permanente de uma vida inteira.”³²

“*Um infinito que deve ser dosado*”³³ e uma formulação (ou fórmula de abertura) que Euclides repetira, com outras palavras, no ensaio inaugural do livro *A margem da história*. As linhas de força de suas ideias sobre a Amazônia já se revelam nesses três meses de permanência em Manaus. Ele não abandonou a busca de certezas ou verdades científicas; mas essa busca muitas vezes contorce a linha reta do escritor-

30 Idem, trechos dispersos nas cartas: “Carta a Artur Lemos. Manaus, 1905” “Carta a Edgard lordao.

Manaus, 22.1.1905” “Carta a Coelho Neto, Manaus. 10.3.1905” “Carta a Artur Lemos. Manaus, 1905”

31 Idem, “Carta a Coelho Neto. Manaus, 10.3.1905”

32 Idem, “Carta a Artur Lemos. Manaus, 1905”.

33 Idem.

-engenheiro, cuja linguagem conflui para verdades que “desfecham em hipérboles” e se enredam em lances de fantasia.³⁴

As cartas, em seu conjunto, testemunham as várias faces de um escritor confessadamente pessimista e atormentado, movido por um desejo tenaz de refletir e escrever sobre uma região emblemática, quase sempre vista por um olhar exótico. Mas o olhar de Euclides sobre as duas grandes cidades da Amazônia está longe de ser turvo ou ingênuo. Em Manaus ainda hoje se encontram, de uma forma muito mais ostensiva, os restos da sociedade nativa entre “as roupagens civilizadoras.”³⁵

** Milton Hatoum nasceu em Manaus em 1952. Estudou arquitetura na USP e estreou na ficção com Relato de um oriente (1989), vencedor do Prêmio Jabuti (melhor romance). Seu segundo romance, Dois irmãos (2000), foi traduzido para doze idiomas e adaptado para a televisão, teatro e quadrinhos. Com Cinzas do Norte (2005), Hatoum ganhou o prêmio Jabuti (Livro do Ano), Bravo!, APCA e Portugal Telecom. Em 2006, lançou A cidade ilhada, um reunião de contos breves. Em 2008, sua primeira novela Órfãos do eldorado, foi adaptada para o cinema, e em 2013 ele reuniu suas crônicas em Um solitário à espreita. É colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo. Em 2017 recebeu do Governo Francês o título de Officier de L'Ordre des Arts et des Letres.*

34 "Parece que ali a impotência dos problemas implica o discurso vagaroso das análises: as induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfecham em hipérboles. Ver Impressões gerais" em A Margem da história. 2a ed. Porto: Livraria Chardron, Leio & Irmão Editores, 1913.

35 Cf. nota 18 deste ensaio.

A AMAZÔNIA QUE EUCLIDES CONHECEU: PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Maria Olívia Garcia Ribeiro de Arruda*

A **Gazeta de Notícias** do Rio de Janeiro, em edição de 21 de janeiro de 1906, traz uma crônica de Olavo Bilac a respeito da pouca repercussão que tivera o “magnífico artigo” de Euclides da Cunha, que saíra há dias no **Jornal do Commercio**, sobre a Amazônia. Conforme Bilac,

Há nesse artigo, - que é um grito de alarma, e um aviso generoso dado aos poderes públicos por uma alma reta e digna, - revelações que horrorizam. Os homens, que se engajam para trabalhar nos seringais, são escravos, verdadeiros escravos, tão dignos de compaixão como os que outrora eram comprados e vendidos para trabalhar nas fazendas [...] (BILAC, *Chronica*. *Gazeta de Notícias*, 1906, p.2).

Conhecemos o artigo publicado por Euclides na **Revista Kosmos** - Entre os seringais -, em 3 de janeiro de 1906; portanto o texto a que se refere Bilac certamente é o da entrevista concedida pelo engenheiro-escritor ao **Jornal do Commercio**, em 14 de janeiro de 1906, cuja repercussão também foi insignificante, se considerada a importância de seu conteúdo.

Euclides da Cunha estivera em missão de reconhecimento no Alto Purus, para a qual partira em dezembro de 1904 e da qual retornara em janeiro de 1906. Fora um empreendimento heroico,

que lhe colocara a vida em risco várias vezes e do qual conseguira sair vivo, porém com a saúde bastante debilitada.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, o escritor tentara, ao que parece, denunciar o sistema injusto de trabalho a que eram submetidos os seringueiros, porém não obteve sucesso na empreitada. Por que as denúncias de Euclides não foram ouvidas? Ou melhor: teriam essas denúncias sido abafadas? O quanto elas teriam prejudicado a imagem do escritor como alguém nomeado pelo Ministro de Relações Exteriores, no desempenho de suas funções para esse Ministério?

Muitas são as formas de apagamento da memória coletiva. Entre elas, o abafamento de uma denúncia contundente como a desse artigo a que se refere Bilac, ou mesmo o “esquecimento” dessa entrevista concedida ao **Jornal do Commercio**.

Conforme Hardman (2003, p. 2), “a grande máquina do Estado e seus operadores, entre eles os poderosos instrumentos publicistas e mediáticos da sociedade do espetáculo”, encontram sempre uma forma de apagar os rastros de denúncias como essa de Euclides.

No entanto, como as vozes das vítimas continuam martelando nos textos que pedem para ser encontrados, chegamos até a entrevista intitulada **Na Amazônia**, publicada em partes no jornal **Correio do Norte**, de Manaus, nos dias 4, 5, 6, 8 e 9 de maio de 1906. Conforme o próprio jornal, o texto é cópia da entrevista concedida por Euclides da Cunha ao **Jornal do Commercio** do Rio de Janeiro, de 14 de janeiro de 1906. Pela importância do texto, passamos então a transcrevê-lo (com a ortografia atualizada) e a comentá-lo.

1. CORREIO DO NORTE, 4 de maio de 1906:

Na edição de 4 de maio de 1906, na primeira página do jornal O Correio do Norte, de Manaus, sai a primeira parte da entrevista que, conforme esse periódico informa, era transcrita do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, de 14 de janeiro do mesmo ano: “Na Amazônia - (Entrevista com o Sr. Euclides da Cunha)”.

O texto informa haver extraído do **Jornal do Commercio**, do Rio, a entrevista de “um dos redatores do decano da imprensa brasileira com o ilustre engenheiro e eminente polígrafo dr. Euclides da Cunha, autor dos **Sertões**”, que voltara há poucos dias do Alto Purus, onde havia cumprido, “com espantosa tenacidade”, a missão que lhe fora atribuída pelo Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco.

Acrescenta que lhe parecia interessante ouvir “a opinião do homem de ciência, que é Euclides da Cunha, acerca da região que acaba de percorrer, como também se nos afigurava conveniente esclarecer vagas notícias que se divulgaram”, a ponto de colocar em dúvida que a Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus “houvesse tido integral cumprimento, assim como se espalhou que o Sr. Euclides da Cunha achara um erro na linha Beni-Javary”.

Para elucidar todos estes assuntos, um dos redatores do jornal procurou o chefe da comissão exploradora do Alto Purus, Euclides da Cunha, com quem entabulou uma conversa na qual nem conseguiu perguntar tudo o que preparara, pois “o brilhante escritor falava quase sempre e de tal interesse eram os seus pontos de vista, que o nosso companheiro teve de se limitar quase ao exclusivo papel de ouvinte empenhado em reproduzir o que se lhe dizia”. Era preciso ser rápido nas anotações para acompanhar os dados e “o dizer tão pessoal e expressivo do conhecido escritor!”

Afirma o repórter: “

O Sr. Euclides da Cunha é um homem simples, que não gosta das molduras faustosas que convêm a uma entrevista para o público. Quando lhe manifestamos o desejo de uma hora de palestra e lhe pedimos que fixasse lugar para esse encontro, estávamos numa livraria. - “Aqui, se quiser; agora, se lhe convier” - respondeu.

Mas ali não poderiam conversar, pois havia muita gente e muito barulho, então buscaram um local tranquilo, acertaram os pormenores que “não têm interesse para o público” e o repórter anotou como podia, porque sem um taquígrafo, diz ele, era impossível “registrar os termos exatos em que o Sr. Euclides da Cunha exprimiu as suas observações”.

A primeira questão colocada pelo repórter foi sobre a impressão geral que Euclides tivera do Amazonas, a que ele respondeu:

Não creia numa impressão geral acerca do Amazonas. Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que nos sobressalteia geralmente, no desembocar do Dédalo florido do Tajaparu, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento.

E por que esse desapontamento? Conforme o escritor, aquela abundância de águas era ímpar e capaz “daquele *terror* a que se refere Wallace”; no entanto, como geralmente se tem uma imagem idealizada do Amazonas, a partir das páginas “líricas” de viajantes que “desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylœ* prodigiosa com um espanto quase religioso”, ao se defrontar com o Amazonas real a impressão que se tem é de que ele se apresenta muito aquém da imagem idealizada.

Além disto, do ponto de vista artístico, aquela região parece “abrolhando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a sem número de outros lugares do nosso país”.

Euclides estabelece, então uma comparação entre a região amazônica e a região litorânea que se estende entre o Espírito Santo e a ponta do Munduba, região esta considerada por ele muito superior à outra em beleza. Para ele, a Amazônia era, sem dúvida, o maior quadro da terra, porém “chatamente rebatido num plano horizontal que mal alevantam de uma banda, a feição de restos de uma enorme moldura que se quebrou, as serranias de grés de Monte-Alegre e as serras graníticas das Guianas”.

Não é difícil de compreender esse ponto de vista do escritor: nascido em Cantagalo, morou em Teresópolis e São Fidélis ainda na infância, sempre vislumbrando as belas montanhas daquelas regiões fluminenses, depois foi para o Rio de Janeiro, cuja natureza sempre foi exuberante, portanto ao se deparar com a paisagem monótona do Amazonas, principalmente diante da imagem mental que criara do Inferno Verde após variadas leituras de cronistas e exploradores que por lá passaram, só poderia ter mesmo uma reação de decepção. No entanto, após se aclimatar e aprender a visualizar a região com um olhar científico, Euclides confessa em correspondência aos amigos que ali também era possível encontrar uma beleza natural, era uma região que se devia conhecer aos poucos.

Mas na entrevista ele afirma que na região amazônica a “linha vertical” faz falta na paisagem, ou seja, o relevo das montanhas, para que haja uma “movimentação da paisagem”, o que provoca ao observador “fadigas de monotonia inatural”, sentindo que seu olhar se abrevia nos “sem fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como o dos mares”.

Admite que a impressão dominante que sentira fora a de que “o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem desejado – quando a natureza ainda estava arumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...”

“Desordem” porque os rios ali são variáveis, o que Euclides vê como se ainda não tivessem se “firmado nos leitos”, apenas “tateavam uma situação de equilíbrio”, seguindo em “meandros instáveis, contorcidos em sacados”, com istmos que repentinamente se rompiam e se juntavam para formar ilhas e lagos que teriam a duração de seis meses, até criando “formas topográficas novas” em que ilhas e lagos se confundiam, ou “expandindo-se em *furos* que se anastomosam, reticulados e de todo incharacterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos”. Mas todos esses acidentes se desmancham após uma única enchente, o que invalidaria os trabalhos de qualquer hidrógrafo.

A flora amazônica também era, para ele, um exemplo da “mesma imperfeita grandeza”; durante os dias silenciosos - pois as noites ali são “fantasticamente ruidosas” -aquele que caminha pela mata tem “a vista embotada pelo verde negro das folhas e ao deparar, de instante em instante, os fatos alborescentes emparelhando na altura com as palmeiras, e as árvores de troncos retrinios e paupérrimas de flores”, sente a angústia de quem, de repente, recuou às idades mais remotas, como se “rompesse os recessos de uma daquelas mudas florestas carboníferas desvendadas pela visão retrospectiva dos geólogos”.

Aquela paisagem é, então, completada pela “fauna singular e monstruosa”, na qual imperam animais que dão uma “impressão paleozoica”, como anfíbios corpulentos. Quem seguir pelos “longos rios” pode encontrar algumas formas animais que ainda existem com imperfeições, como se fossem “elos da escada evolutiva”, como a “*cigana* desprezível, por exemplo; que se empoleira nos galhos flexíveis das oiranas, trazendo ainda na asa de voo curto a garra do réptil...”

Ali natureza se mostra “portentosa, mas incompleta”. Para Euclides, é uma “construção estupenda a que falta toda a

decoração interior". Ali é possível compreender bem que "a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo, consoante as conhecidas deduções de Wallace e Frederico Hart". É o resultado da última "convulsão geogênica que sublevou os Andes", e ainda não acabou o seu processo evolutivo com as "várzeas quaternárias que lhe preponderam na topografia instável".

Encerra-se aqui a primeira parte da transcrição dessa entrevista no jornal **Correio do Norte**.

2. CORREIO DO NORTE , dia 5 de maio de 1906:

Em continuação à entrevista de Euclides da Cunha que o Correio do Norte transcrevia em partes, no dia 5 de maio de 1906, novamente na primeira página do jornal, sai publicada "Na Amazônia (Conclusão)", a continuação da resposta do escritor a uma única questão feita pelo repórter: a Amazônia, afirma Euclides, é uma região que tem tudo, mas ao mesmo tempo tudo lhe falta, pois não apresenta fenômenos encadeados, desdobrados "num ritmo vigoroso", de onde possam ressaltar-se com nitidez "as verdades da arte e da ciência - e que é como que a grande lógica inconsciente das coisas". Então essa região apresenta uma singularidade: de toda a América, é a "paragem perlustrada dos sábios e é a menos conhecida".

Desde Humboldt até Emilio Goeldi ela é estudada, pesquisada ansiosamente por "todos os eleitos", continua Euclides, no entanto basta ler as obras deles que se constata não haver nenhum deixado a "calha principal do grande vale e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado no recanto de uma especialidade". O escritor cita, então, Wallace, W. Edwards, d'Orbigny, Martius, Bates, Agassis, que, diante da Amazônia, se reduziram a "geniais escrevedores de monografias".

Para o autor de **Os sertões**, toda produção de literatura científica sobre aquela região, embora muito ampla, refletia bem a “fisiografia amazônica: é surpreendente, preciosíssima, desconexa. Quem quer que se abalance a deletreá-la ficará, ao cabo desse esforço, bem pouco além do limiar de um mundo maravilhoso”.

O repórter faz, na sequência, outra pergunta: se todas essas circunstâncias não seriam causas indiretas ou remotas da situação especial do homem naqueles lugares. Euclides concorda com ele, pois deveria ser criado, para o Amazonas, um aforismo semelhante ao “*ultra eqüi notialem non peccavi*” concebido por Barleus “aos desmandos da nossa quadra colonial”.

Euclides refere-se à frase de Gaspar Barléu acrescentada à ideia de que a linha do Equador separa também a virtude do vício, ou seja, “não existe pecado ao sul do Equador”, pensamento divulgado popularmente por Chico Buarque e Rui Guerra em uma canção interpretada por Ney Matogrosso.

Conforme o escritor, os próprios amazonenses, espirituosamente, perceberam isso, tanto que, à entrada de Manaus existe uma ilha que exercia, naquela época, uma “função alarmante”: a ilha de Marapatá, à boca do Purus, popularmente conhecida por “ilha da Consciência”, onde o homem deixava a honra para escravizar-se. Ao penetrar as duas portas que o levavam ao “paraíso diabólico dos seringais”, abdicava, então, das melhores qualidades morais e fulminava-se, “a rir, com aquela ironia formidável”. Euclides acrescenta: “Parece que o seringueiro analfabeto corrigiu o Dante...”, a que o repórter emenda: “E leva ainda todas as esperanças”.

Euclides segue dizendo que essa “indiferença pecaminosa pelos atributos superiores, este sistemático renunciar aos escrúpulos e esse coração leve para o erro” eram seculares e vinham de um “doloroso tirocínio histórico”, oriundo da “Casa do Paricá”,

chegando até a barraca dos seringueiros, o que se pode encontrar nos cronistas antigos, principalmente nos escritos do padre João Daniel, “imaginoso”. Com essas leituras, conclui Euclides, é possível avaliar o “travamento de motivos físicos e morais” que ali na Amazônia afrouxavam os caracteres. Diz que lhe seria impossível citá-los em uma sequência correta, porém bastaria consultar o próprio Wallace, que lá estivera em 1852, “tão ocupado com outras ideias”.

O autor de **Os sertões** refere-se a uma frase sobre Manaus, de Wallace, que considerava cruel, mas que conservava de memória, como “um estigma” *“Morals in Barra are perhaps at the lovest obb possible in any civilized community”*. Lembra outras leituras, como de Tenreiro Aranha e José Veríssimo, entre outros, obras em que “se espalham, fracionadas, todas as cenas de um dos maiores dramas da impiedade na história”.

Na Amazônia ocorreria, ainda, o “incoercível da fatalidade física”, uma vez que a natureza ali, “soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem”.

Por mais de uma vez Euclides se refere à Amazônia como um “perpétuo banho de vapor, de que nos fala Bates”, sob o qual se compreende a “vida vegetativa sem riscos e folgada, mas não a delicada vibração do espírito da dinâmica das ideias, nem a tensão superior da vontade nos atos que se alheiem dos impulsos meramente egoísticos”. É uma visão determinista, bem de acordo com as teorias vigentes na época.

Cita o exemplo do médico italiano dr. Luigi Buscelinen, que viajara por lá fazia pouco tempo, e caracterizara as “duas primeiras fases da influência climática – sobre o forasteiro a princípio sob a forma de uma superexcitação das funções psíquicas e sensuais, acompanhada, depois, de um lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres...”

Pergunta, então, o repórter: “Mas, neste caso, deveremos cruzar os braços diante de causas tão poderosas?” – a que Euclides responde: “nunca”. Esses “desânimos antiquíssimos”, afirma ele, são as causas da nefasta situação social daquela região; para a própria “fatalidade física há o corretivo dum regimen adequado”, completa. No entanto, aqueles indivíduos que lá se fixam intensificam os inconvenientes do clima, comenta o escritor, citando como exemplo Manaus, “quase sob o Equador”, cidade que, para ele, batia “triunfalmente o *record* no consumo do álcool”, já não pelo consumo do aguardente popular como a cachaça, mas do “suntuário *whisky*”, bebida feita para o clima frio da Escócia, ou dos chopes que ali chegavam de Hamburgo e eram conservados em gelo, porque era comum encontrar alemães e ingleses residindo há muito naquela capital,

de rosto corado a exuberar saúde, pisando rijamente com os sapatos brancos as calçadas insoladas, indenes e robustos, pela circunstância única de abandonarem os antigos hábitos, submetendo-se a uma dieta tropical escrupulosamente mantida.

Nesse trecho termina a publicação da segunda parte dessa entrevista, alertando o leitor que haveria continuidade dela na edição próxima do jornal.

3. CORREIO DO NORTE , DIA 6 DE MAIO DE 1906:

Novamente “Na Amazônia – Entrevista com o Sr. Euclides da Cunha (Continuação)” está na edição do Correio do Norte de 6 de maio de 1901, na primeira página do jornal.

É Euclides que continua a resposta à pergunta do repórter sobre o que se deve fazer diante do clima que leva ao afrouxamento dos princípios morais, dizendo que no interior a incontinência era ainda mais livre, que a falta de um regime adequado, agravada pelo abuso do álcool, eram os dois causadores das

“hecatombes nos seringais” e dos “claros abertos nas fileiras dos nossos soldados nas últimas expedições”, embora o impaludismo servisse de “testa de ferro” de todos os desatinos (Impossível não pensar que o testa de ferro, atualmente, é o Covid-19!).

Prossegue o escritor dizendo que, “ao penetrar aqueles arcabouços desfibrados e em plena receptividade a todas as doenças, mal encontra uns vislumbres de vida bruxuleante e inútil”. O beribéri “seco, que mata em doze horas”, por exemplo, alastra-se no Acre devido a uma “miséria orgânica extraordinária”, porém é possível encontrar exceções como os ingleses de Manaus e o “rosto animado de um ou outro cearense desempenado”, ao longo do Purus, “rompendo varonil, dentre as faces embaciadas do comum das gentes”. A explicação é que o sujeito provavelmente seja abstêmio: “o simples fato de se não desmandar garante-lhe a existência”. Conclui-se, então, que as circunstâncias externas desfavoráveis são atenuadas, desde que o indivíduo as desbarate assumindo uma atitude de defesa. E conclui: “Quanto às outras, talvez mais graves, porque trazem a energia acumulada de alguns velhos erros históricos...”

O repórter concorda com o entrevistado e lhe pede que diga algo sobre a situação social dos seringueiros, a que Euclides responde: “Vou então ao fim das considerações que ia encadeando”. Isto posto, começa a narrar que, estando em Manaus, antes de seguir pelo Purus, ouvira de um colega uma frase “golpeante”: “No Acre, como em toda a parte, o homem é uma formação do meio: o meio é detestável, o homem, ignóbil.”

Contrariando as teorias deterministas tão em voga na época, Euclides rebate, dizendo que esse conceito “é, felizmente, exageradíssimo”, embora o seringueiro seja, de fato, “um degradado que se degrada”; distante da terra em que nasceu e que abandonou em um “lance aventureiro”, o próprio distanciamento e “a grande cópia de desilusões que o salteiam, acabam por

transmudá-lo". Os mais fortes e generosos sentimentos nele se obscurecem, apagam-se, porém isto não tem a "generalidade e a fixidez de um atributo social", é um "acidente", uma "doença aguda, mas transitória", resultante da "mais falsa, da mais revoltante e da mais criminosa organização do trabalho que ainda engehou o mais absorvente egoísmo".

E aqui começa a grande denúncia feita por Euclides ao sistema de trabalho semiescravo dos seringais, o que certamente chamou a atenção de Bilac e era a esta revelação que o poeta se referia.

O seringueiro - prossegue o autor de **Os sertões** - realiza "uma triste anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se" (e aqui ele não denomina o "patrão opulento", mas o "freguês jungido à gleba das 'estradas'"). Passa, então, a comprovar essa afirmação com alguns "cifrões secamente positivos e seguros", mostrando a conta de "venda de um homem" que, ao partir do Ceará, já começa a ser devedor: assume o encargo da passagem de barco até o Pará, "36\$", mais a verba que recebe para se preparar, 150\$; depois o transporte "num gaiola qualquer" que o leva de Belém até o distante barracão que será o seu destino, gasto que, em média, é de 150\$. A estas despesas acrescenta-se o gasto de 800\$ para os utensílios de que necessitará, como

um botão de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro e um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linhas e um agulheiro. Nada mais.

E tudo isso ele deve adquirir no barracão do seringal a que está destinado, antes de partir para a barraca que será seu destino final e sua prisão a céu aberto. Ele ainda nem aprendeu "o corte da madeira", ainda é "um brabo", mas já deve "1:135\$".

Prossegue, então, para o seu fado solitário, seguido de um comboio que lhe transporta a bagagem e os mantimentos adquiridos,

rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: : 3 paineiros de farinha de água, um saco de feijão, 1, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$. Ainda não deu um talho de machadilha, ainda é o brabo canhestro, de quem charqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000.

Mesmo que esse indivíduo tenha uma sequência de condições favoráveis que, conforme Euclides, nunca ocorreram, como: ser solteiro, conseguir chegar à barraca em maio, no início do corte; não adoecer e não necessitar de ser conduzido ao barracão, com uma despesa de “10\$ diários”, não comprar nada além daqueles víveres, ser sóbrio, determinado, não corruptível, “um estoico firmemente lançado no caminho da fortuna arrostando uma penitência dolorosa e longa”.

Pode-se ir além, diz Euclides, supondo que, embora inexperiente, o seringueiro consiga logo extrair 350 kg de borracha fina e 100 de sernambi, o que é raro no Purus.

A publicação desta parte encerra-se aqui, truncando o raciocínio do escritor, que irá se completar na próxima edição.

4. CORREIO DO NORTE, 8 DE MAIO DE 1906:

Na edição de 8 de maio de 1906, na primeira página do **Correio do Norte**, está a continuação da entrevista com Euclides da Cunha, “Na Amazônia”.

Em sequência ao exercício de suposição do entrevistado, publicado no trecho da edição anterior, ou seja, que embora inex-

periente, o seringueiro tenha a sorte de extrair prontamente 350 kg de borracha fina e 100 de sernambi, o que é raro no Purus, assim que a safra termine, “este tenaz, este estoico, este indivíduo raro ali, ainda deve”.

Está em débito porque o patrão, conforme o contrato geral, é quem lhe dá o preço da fazenda e quem faz a contabilidade das contas do pobre coitado. Então os 350 kg que ele extraiu, a 5\$, rendem-lhe 1:750; os 100 de sernambi, a \$500, \$250, num total de “2:000\$000”, portanto “é ainda devedor e raro deixa de ser”.

No ano seguinte, o já “manso”, conhecedor dos segredos do serviço, pode tirar de 600 a 700 kg, porém é preciso considerar que ficou sem trabalhar durante o período das enchentes, que vai de novembro a maio, e que somam sete meses cujas despesas para sobreviver já lhe acarretam um montante superior ao dobro do que levava em víveres; o que Euclides calcula em 500\$, ainda com a hipótese de que não precise de nenhuma ferramenta ou de nenhuma roupa nova e que tenha permanecido saudável todo esse tempo, o que é difícil naquele ambiente, com aquele clima e o impaludismo rondando por perto. Mesmo com todas essas características favoráveis, é impossível emancipar-se.

Mostra, então, o que acontece na realidade:

Aquele tipo é excepcional. O homem leva àqueles lugares a imprevidência característica da nossa raça; muitas vezes carrega a família, que lhe multiplica os encargos; e quase sempre adocece, mercê da incontinência generalizada.

É preciso acrescentar a tudo isso o “desastroso contrato unilateral” imposto ao pobre pelo patrão. Comenta o escritor: “Às vezes acredito que nunca foi lido por quem quer que seja de alguma responsabilidade política em nosso país o Regulamento de um seringal”.

Euclides afirma ter como mostrá-lo, impresso, para que o repórter presenciasse o renascimento de um “feudalismo acalcanhado e bronco”, pois o patrão “inflexível” nele decreta, “num emperramento gramatical estupendo, coisas assombrosas”.

O entrevistado exemplifica: o seringueiro é passível de multa de 100\$ - pesada para ele – caso cometa os “crimes abomináveis” de: “ a) fazer na árvore um corte inferior ao gume do machado; b) levantar o tampo da madeira na ocasião de ser cortada; c) sangrar com a machadinha de cabo maior de quatro palmos”.

Outra cláusula absurda é que o trabalhador só tem permissão para comprar no armazém do barracão, ficando sujeito à multa de 50\$ sobre a compra, caso desobedeça este item. “Farpeiem-se de aspas estes dizeres brutos. Ante eles é quase harmoniosa a gagueira terrível de Caliban”.

Ao final de pouco tempo o seringueiro está completamente perdido, pois a sua dívida só aumenta, assustadoramente, “ três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impossibilidade de um felá desprotegido e dobra toda a cerviz à servidão completa”.

A falta de piedade do *Regulamento* é assustadora; o “freguês ou aviado” não pode deixar o seringal sem saldar todas as dívidas. Não há como fugir, pois só o vislumbre da distância que teria de percorrer já o desanima. É impossível buscar outro barracão, uma vez que entre os patrões há o acordo de não aceitarem os empregados dos outros seringais. Euclides conta que há poucos meses ocorrera no Acre uma reunião para que essa aliança entre proprietários de seringais fosse sistematizada, criando pesadas multas “aos patrões recalcitrantes”.

Então o escritor questiona o repórter: “agora, disse-me, que resta no fim de um quinquênio ao aventureiro sertanejo que demanda aquelas paragens, ferreteado da ânsia de riquezas?” Absolutamente nada. Não pode ser ligado à porção de terra do bar-

raco em que habita, pois no *Regulamento* há uma cláusula que o torna eternamente hóspede na própria moradia, que é: “Todas as benfeitorias que o liquidado tiver feito nesta propriedade perderá totalmente o direito uma vez que retire-se.” Esses trabalhadores semiescravos representam, então, um quadro doloroso em suas pequenas barracas que o viajante procura, porém quase não as vê, pois está “entre as sororocas a estreitíssima trilha que conduz à vivenda, meio afogada no mato”. O habitante daquelas paragens desoladoras não dispense o menor esforço para melhorar o sítio onde mora, pois pode ser expulso dali “em uma hora, sem direito à reclamação mais breve”.

Afirma Euclides que poderia citar “alguns exemplos bem dolorosos”, que ele dispensaria revelar no momento, mas não deixa de se manifestar pela urgência de medidas que salvassem aquela “sociedade obscura e abandonada”, para a qual havia a urgência de “uma lei do trabalho” que nobilitasse o esforço do homem; “uma justiça austera” que cerceasse aqueles desmandos; e uma forma qualquer do *homestead*” que lhe desse o direito à terra. A esta veemente denúncia, retruca o repórter: “Aí está uma bela tese para um livro...”

E Euclides, já pensando no **Paraíso Perdido**, que seria o seu segundo livro-vingador, conforme ele mesmo dizia, responde: “Que farei, talvez, se m’o permitir a engenharia errante e torturada...” – lamento constante na vida do engenheiro, que desejava ter mais tempo livre para o que mais gostava: ler e escrever. No entanto – refuta o repórter – essa engenharia “lhe permitiu executar o recente encargo que lhe deram”. “Inteiramente” – replica Euclides, dizendo também que poderia, aproveitando-se da interrupção do jornalista, “destruir com um quadro documentado, de trabalhos e até de temeridades, um sussurrante cochichar de dúvidas, que nem sei de onde partem”, mas não o faria, pois lhe seria bastante garantir que, se houvesse voltado da boca do

Chandless, onde chegara depois de um naufrágio, estaria justificado, “à saciedade, esse recuo”.

No entanto, a expedição havia enfrentado o deserto, mal aparelhada, e ainda gastara 63 dias de viagem torturante, em canoas, para atingir as nascentes “mais meridionais e remotas do Purus” que transpusera, e estivera “dez minutos no vale do Ucayale...” Realmente essa expedição foi sustentada pela obstinação de Euclides e por atos de heroísmo dos poucos que o seguiram até o final. Foi um milagre o escritor de saúde frágil, tuberculoso, fumante inveterado, voltar com vida após sofrer um naufrágio, perder grande parte dos mantimentos e ter que deixar a maior parte dos que o seguiam para trás; passar fome e ser acometido de febres e crises de hemoptise. Euclides chegou até a tomar caldo de macaco para se recuperar, como consta no **Diário de Marcha**, que registra o dia a dia da expedição. Por várias vezes precisara empurrar a embarcação junto com os companheiros, pois era época de vazante; em outras, tiveram que fazer verdadeiras acrobacias em trechos de profundidade irregular, para chegar ao objetivo traçado.

Aqui termina a publicação desta parte da entrevista nessa edição do jornal, que anuncia ainda mais uma “continuação” desse depoimento de Euclides.

CORREIO DO NORTE, 9 DE MAIO DE 1906:

“**Na Amazônia** (Entrevista com o Sr. Euclides da Cunha) - (Conclusão) é mais um trecho da entrevista dada por Euclides da Cunha ao **Jornal do Commercio** e transcrita no **Correio do Norte** de 9 de maio de 1906, na primeira página do jornal.

O escritor continua: “Além disto, o governo sabe que, nos limites da minha incumbência, não há um ponto, um incidente, uma circunstância acerca da qual eu não posso informar com seg-

urança”. O repórter pergunta: “Por exemplo: que há, de positivo, acerca de um engano na linha Cunha Gomes?” – a que Euclides esclarece:

Infelizmente este caso (que não atinge de modo algum o recente Tratado de Petrópolis) saiu, muito a meu mau grado, da reserva em que deveria ficar. Reduz-se a isto: no dia 21 de setembro, ao acampar em Barcelona, determinei-lhe a latitude, com uma altura única, a da passagem meridiana de Deneb, encontrando $8^{\circ}, 46', 52''$ ao passo que a latitude oficial é $8^{\circ}, 55', 47''$. Ora, o mais bissonho observador sabe que uma divergência tal, de quase $9'$, em semelhante coordenada é inexplicável. E como os céus não me propiciaram outra estrela considerarei errada a minha latitude.

E acrescenta de vira, depois, com surpresa, que a sua conclusão pouco divergia da de Chandless, e “menos ainda da determinada pelo comissário peruano, três dias antes”, portanto essa concordância de três observações fizera-o crer em um engano, “equivoco, o que melhor nome tinha”, pois se considerava “incompetente para ser um simples auxiliar de Cunha Gomes ou de Satchel”, que era, então, o “primeiro astrônomo de Greenwich”. Portanto, não os corrigiu, afirmou apenas que a sua coordenada se aproximava muito mais da realidade do que a de “ $8^{\circ}, 55', 47''$ ”, e aquilo não era de difícil verificação.

“E a linha futura, de limites com o Peru por onde passará?” – questiona o jornalista, respondendo Euclides que poderia dizer-lhe “folgadoamente, sem a mínima responsabilidade oficial”:

Não sei o que pensa o governo a este respeito; e dele nunca tive outras instruções além das que entendiam estritamente com os trabalhos de reconhecimento. Sei o que sabe toda a gente. As pretensões peruanas roçam pela mais imaginosa fantasia. São nada menos que a revivescência histórica do desmoralizado anacronismo de Santo Ildefonso.

Euclides explica que a linha que idealizavam, saindo das nascentes do Javari a “buscar semi-distância do Madeira”, golpearia

fundo o Amazonas, “indo passar nas cercanias de Lábrea”. Em Lábrea havia mais de 20.000 seringueiros, com mulheres e crianças, por isto se pode ter ideia da população que ali se formara desde 1870 e que, “vagarosamente, pertinazmente se dilatou ao arrepio da corrente do grande rio até 9°, 15’ de latitude, onde se erige Sobral, último sítio brasileiro” e o Santa Rosa, primeiro sítio peruano, só se via a “9°, 25’”, portanto o “máximo das pretensões peruanas” – e o ponto de vista de Euclides – seria traduzido geometricamente “pela linha que interferir o Purus na latitude média de ambos, 9°, 20’. É o máximo, insisto”.

O engenheiro-escritor havia conversado longamente com os brasileiros que habitavam naquelas paragens e sabia que eles se insurgiriam até mesmo contra a comissão de reconhecimento do Alto Purus, caso esta concordasse em outro parecer “mais desfavorável que o deste juízo elementar, de Salomão”.

Acrescenta Euclides que, ao levar em conta o “rude tirocínio de desditas, a longa aprendizagem de revezes, a tremenda disciplina de trabalhos daqueles rijos caboclos de seca musculatura re-fundida nas soalheiras do Equador e a frieza assombradora com que eles sobreolham os perigos”, pressentia-lhes a “segurança das ameaças que murmuram apenas, sem desgarras, ingenuamente heroicos”.

Pede ao repórter que imagine aqueles “20000 ‘rifleiros’ desencadeados em franca rebeldia – intangíveis no embaralhado dos igarapés e na penumbra das matas...” Talvez, por sua vez, a exemplo dos Boers, eles pudessem assombrar o mundo...¹

Estava certo. Hoje Lábrea é um município do Parque Nacional Mapinguari, que se estende por 68234 km e que no último censo contava com 45069 habitantes. Infelizmente continua um território sem lei, onde imperam o corte ilegal de vegetação, quei-

¹ Documento disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=228095&pasta=ano 190&pesq=Amazônia>, acessado em 29/05/2013.

madas e gado e onde a grilagem corre solta. É um dos municípios mais violentos da Amazônia. Infelizmente não há um Euclides da Cunha para questionar esse inexplicável abandono do governo, uma vez que se lutou tanto para não perder esse território!

CONCLUSÃO

A entrevista transcrita neste trabalho tornou-se, depois, parte de **À margem da História** e seria interessante o cotejo dos textos do jornal com os do livro, a fim de verificar que mudanças ocorreram de um para o outro, assim como seria pertinente constatar se a transcrição feita pelo **Correio do Norte** é fiel à entrevista original, publicada no **Jornal do Commercio** de 14 de janeiro de 1906.

Esse depoimento de Euclides nos permite uma nova reflexão a respeito da situação em que se encontrava esse escritor no ano de sua morte. Até 1906, ano em que retornou da Amazônia e também da publicação desse texto, o grande escritor já havia se indisposto com o Exército, pelas críticas feitas em **Os sertões**, ridicularizando os militares que combateram em Canudos; com seus poemas e outros artigos, desferira também a crítica ao clero. A entrevista **Na Amazônia** colocava os coronéis da borracha em situação delicada, além de ameaçar, de certa forma, o relacionamento entre aquela elite do norte e o próprio Barão do Rio Branco, pois o chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus estava em missão do Ministério das Relações Exteriores.

Entre 1906 e 1909, Euclides novamente se colocaria contra a religião, ao defender suas ideias na prova do concurso de Lógica do Ginásio Nacional. Nesse concurso, também se tornaria *persona non grata* para Farias Brito e, por consequência, para toda a bancada do Pará, que apoiava o filósofo. E como apoiava Rui Barbosa como candidato às eleições presidenciais, estava do lado contrário a Pinheiro Machado, o grande articulador da vitória de

Hermes da Fonseca, que era militar e seria o próximo presidente do país.

Analisando todos esses fatos, é possível compreender por que Rio Branco nunca concedeu um cargo efetivo para Euclides, como este desejava, no Ministério das Relações Exteriores. Essas informações também nos instigam a repensar os sentidos destas palavras de Sílvio Júlio, na **Revista das Academias** de Letras nº 79:

Estude-se bem a biografia de Silvio Romero, a de Euclides da Cunha, a de Basílio de Magalhães, a de Alberto Torres, a de Raimundo Correia, a de Alcides Maia, a de Hermes Fontes. Compare-se cada uma delas com as turvas, subterrâneas, baralhadas de Pinheiro Machado, Urbano Santos, Artur Bernardes, primários seres cuja astúcia ou mimetismo nunca transpôs o invertebralismo do polvo.” (JÚLIO,1972, p. 125).

Concluindo, talvez seja ainda possível interpretar melhor alguns trechos das últimas cartas de Euclides, como estas palavras a Otaviano, em 5 de julho de 1909: “Já dei o que tinha de dar.” (GALVÃO, 1997, p. 414)

** Maria Olívia Garcia Ribeiro de Arruda Ex-professora da Universidade Paulista – UNIP, atualmente aposentada e atuando como pesquisadora independente, Dr^a em Teoria e História Literária (UNICAMP), Especialista em Análise do Discurso (PUC-CAMPINAS); membro do Conselho Euclidiano de São José do Rio Pardo, articulista do jornal O Rio Pardo, professora do Ciclo de Estudos Euclidianos de São José do Rio Pardo, com participação no projeto Conversas com Educadores: Euclides da Cunha na sala de aula, da UFRJ.*

REFERÊNCIAS

BILAC, Olavo. Chronica. Gazeta de Notícias, 21 de janeiro de 1906, p.3. Disponível em

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano190&pesq=o.b. Acesso em 03/06/2013.

GALVÃO, Walnice N.; GALOTTI, Oswaldo. Correspondência de Euclides da Cunha (ativa). São Paulo: EDUSP, 1997.

HARDMAN, F. Foot; “Pontos extremos: ruínas invisíveis nas fronteiras de um país”, 10/2003, The LILAS Visiting Resource Professors Papers, Vol. 1, pp.1-20, Austin, Estados Unidos, 2003. Documento em meio eletrônico, disponível em <http://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/4073/FootHardman.pdf?sequence=2> . Acesso em 31/01/2013.

NA AMAZÔNIA. Correio do Norte, Manaus, 4 de maio de 1906. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=228095&pasta=ano190&pesq=naAmazônia>. Acesso em 03/06/2013.

NA AMAZÔNIA. Correio do Norte, Manaus, 5 de maio de 1906. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=228095&pasta=ano190&pesq=naAmazônia>. Acesso em 03/06/2013.

NA AMAZÔNIA. Correio do Norte, Manaus, 6 de maio de 1906. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=228095&pasta=ano190&pesq=naAmazônia>. Acesso em 03/06/2013.

NA AMAZÔNIA. Correio do Norte, Manaus, 8 de maio de 1906. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=228095&pasta=ano190&pesq=naAmazônia>. Acesso em 03/06/2013.

NA AMAZÔNIA. Correio do Norte, Manaus, 9 de maio de 1906. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=228095&pasta=ano190&pesq=naAmazônia>. Acesso em 03/06/2013.

REVISTA das Academias de Letras. n. 79. Rio de Janeiro, 1972.

Euclides da Cunha e Cândido Rondon: nas plagas de um Brasil profundo

Anabelle Loivos Considera*

Euclides Rodrigues da Cunha (1866 – 1909) e Cândido Mariano Silva Rondon (1865 –1958) se conheceram no Rio de Janeiro, ainda na juventude. Ambos estudaram na Escola Militar da Praia Vermelha e se tornaram amigos muito próximos, especialmente quando se encontraram nas aulas de geometria analítica do 2.º ano, ministradas por ninguém mais ninguém menos que Benjamin Constant¹, destacado republicano e prócer do positivismo no Brasil. No ano de 1887, ambos os colegas de turma enveredaram por um projeto audacioso: a fundação de uma revista literária chamada *A Família Acadêmica*, que tinha Rondon como coeditor (com o futuro chanceler Lauro Müller) e Euclides como colaborador eventual. O trabalho na revista levou a uma aproximação muito profícua entre Euclides e Rondon, que passaram a ter uma amizade baseada em companheirismo, a ponto de Rondon ter sido o primeiro editor dos poemas juvenis do escritor cantagalense, bem como de seus ensaios inaugurais.

1 O Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi um dos mais eminentes positivistas em solo brasileiro, além de ter sido um dos líderes do movimento republicano. “O Formador de Homens”, como era chamado, exerceu marcada influência em seus alunos, que o viam como exemplo a ser seguido. Como excelente comunicador que era, seu carisma possibilitou agregar um admirável grupo de seguidores e admiradores em seu redor. Imediatamente após a proclamação da República, tornou-se o primeiro ministro da Guerra e, em seguida, da Educação, tendo sido autor da reforma de ensino republicana. Também seu discípulo e substituto, Marechal Roberto Trompowsky (que estudou o pensamento matemático de Comte) teve um papel relevante na sedimentação das ideias positivistas no Brasil.

Ambos órfãos de mãe; ambos de famílias sem muitas posses; ambos do interior do Brasil (Euclides, de Cantagalo-RJ; Rondon, de Santo Antônio do Leverger-MT); ambos abolicionistas e republicanistas fervorosos; ambos franzinos (mediam cerca de 1,60 m e pesavam menos de 55 quilos, o que poderia ter inviabilizado suas carreiras militares): as muitas afinidades biográficas acabaram por aproximar os jovens cadetes. Rondon foi testemunha ocular do famoso “episódio do sabre”, na Escola Militar, em 1888, em que Euclides acabou preso por insubordinação, depois de tentar partir seu espadim como protesto ao então ministro da Guerra do Império, Tomás Coelho, que passava em revista as tropas de alunos. Pelo duro regimento militar da época, Euclides poderia ter sido enforcado – mas Rondon e os colegas depuseram em seu favor, alegando “problemas nervosos”, o que o fez escapar da forca, mas, não, da expulsão do Exército.

Larry Rohter, em recente biografia de Rondon, nos conta algumas curiosas passagens sobre esse encontro de sertanistas, antes mesmo de saberem ambos que o seriam:

Nos fins de semana, Rondon não estudava sozinho. A academia militar não era diferente de qualquer outra instituição acadêmica: amigos se reuniam para fazer os trabalhos escolares, e o grupo de estudo regular de Rondon incluía Euclides da Cunha, Augusto Tasso Fragoso e Lauro Müller. Era uma turma peculiar, com personalidades e temperamentos marcadamente distintos. Rondon, sempre levando o curso muito a sério, concentrava-se na resolução de complicadas equações matemáticas ou problemas de engenharia, enquanto do outro lado da mesa Euclides da Cunha matava o tempo rabiscando versos. Tasso era brincalhão e travesso, além de encrenqueiro. Certa vez, virou-se para Euclides e disse: “Você sabe... você é realmente feio”. Euclides, tão neurótico que um colega o descreveu como dono de uma personalidade “de um dente inflamado”, saiu abruptamente da sala de estudos com os sentimentos feridos e ficou sem falar com Fragoso por vários dias. No fim, coube a Rondon bancar o conciliador e pôr panos quentes na briga.

Por tradição, porém, os cadetes mais privilegiados também tinham a obrigação de ajudar financeiramente seus colegas menos afortunados,

entre eles, obviamente, Rondon. “Atendendo a isso, organizavam-se associações secretas”, escreveu o ex-cadete Afonso Monteiro. “Num dos primeiros dias do mês, alta noite, sem que esses colegas pressentissem, alguém colocava, debaixo do travesseiro de cada um deles, um invólucro contendo dinheiro.”²

Rondon acabou escolhido por Euclides para ser padrinho de seu filho mais velho com Anna Emília Ribeiro, Sólon da Cunha, nascido em 1892, que seria acolhido pela família do sertanista depois da morte trágica do pai, em 1909. Sólon chegou mesmo a acompanhar Rondon em algumas de suas expedições pela Amazônia selvagem, o que lhe valeu uma oportunidade de estabelecer-se em Tarauacá, no Acre, como delegado auxiliar de polícia. Lá, teve uma morte trágica, como a do pai e do irmão Euclides da Cunha Filho: foi assassinado numa emboscada, em maio de 1916, aos 23 anos.

Euclides via em Rondon um homem de ideais afins aos seus, além de um caboclo formidável, que mantinha viva a disposição de se embrenhar pelos sertões e selvas desse Brasil afora, com a consciência de um tal dever patriótico de levar a civilização e suas benesses aos mais recônditos rincões. A historiadora americana, Susanna Hecht³, que possui um instigante trabalho sobre a passagem de Euclides da Cunha pela Amazônia, relata:

As declarações elegíacas e medidas de Euclides da Cunha são incomuns para a época. Sua proximidade permanente com Cândido Rondon, durante os dias que passaram juntos na Praia Vermelha, afetou sua visão dos índios. Rondon, um índio Terena, foi um positivista implacável, o

2 ROHTER, Larry. *Rondon: Uma biografia*. (Tradução de Cássio de Arantes Leite.) Rio de Janeiro, Objetiva, 2019. p. 88.

3 HECHT, Susanna B. *The Scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha*. Chicago: University of Chicago Press, 2013. No original em inglês: “Da Cunha’s measured, elegiac statements are unusual for the time. His abiding closeness to Cândido Rondon since their days together at Praia Vermelha affected his views of Indians. Rondon, a Terena Indian, was an unrelenting positivist, Brazil’s first indigenist and seminal designer of this native legislation, and almost its president. Da Cunha’s surprisingly knowledgeable discussion of aboriginal groups and migrations suggests a modulated, well-informed reading of native history, quite unusual for the time” (p. 398).

primeiro e seminal arquiteto de uma legislação indigenista no Brasil e quase seu presidente. A discussão surpreendentemente experiente de Euclides Cunha sobre grupos aborígenes e suas migrações sugere uma leitura modulada e bem informada da história nativa, bastante incomum para a época.

Se o tratamento híbrido e pujante – dado que quase cinematográfico, plástico, sociologicamente situado e, de quebra, literário – do tema do sertão é considerado um dos maiores méritos de Euclides da Cunha, a visão pragmática de uma nação por ser construída incluindo esses mesmos sertões é de Cândido Rondon. O legado do célebre indianista, nascido no Mato Grosso, capta os temas patrióticos e nacionalistas da incorporação e da construção do Estado. Rondon era um grande entusiasta do lema “Brasil, país do futuro” – síntese do pensamento desenvolvimentista da nação, nas primeiras décadas do século XX. O sonho de um Brasil “a dar certo”, “imenso, rico em minérios à espera de serem explorados, nasceu em parte com a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), a Comissão Rondon”, como pontua o brasilianista Todd Diacon⁴ (2006: 65-6), em perfil biográfico sobre o marechal. Segundo Diacon, o intrépido mato-grossense chegou a ser indicado para o Prêmio Nobel da Paz, e Harvard, uma das mais qualificadas universidades do mundo, cogitou oferecer-lhe um título honorário.

A Comissão Rondon, ocorrida entre 1907 e 1915, atravessou de sul a norte amplas regiões do que são hoje os estados de Mato Grosso, Rondônia e Amazonas, com o objetivo de instalar a linha telegráfica que seria responsável pela integração dessas regiões às principais cidades brasileiras. O grupo era composto de oficiais e praças do Exército brasileiro, militares que se somaram a telegrafistas e guarda-fios cedidos pela Repartição Geral dos Telégrafos (RGT), além de civis contratados para trabalhos pesados e também grupos de indígenas. Rondon julgava que desenvolver a infraestrutura era de fundamental importância para

4 DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

facilitar os esforços no sentido de moldar os habitantes do noroeste do Brasil como cidadãos do “seu Brasil”.

Sob o comando de Cândido Rondon, a Comissão constituiu, decerto, um dos maiores esforços realizados durante as primeiras décadas da República brasileira, com o fito de incorporar os sertões do noroeste (cujos pontos extremos eram Cuiabá e Santo Antônio do Madeira) ao restante do país. Tratava-se da tarefa complexa de encerrar os principais pontos estratégicos, na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, de forma a permitir comunicação e vigilância. Dentre as muitas conquistas da Comissão, estão a descoberta do rio Juruena (um importante afluente do Tapajós), o percurso pela serra do Norte, a correção de erros cartográficos e a pacificação de tribos indígenas. Conforme avalia Nísia Trindade,

Ao contato com os homens selvagens somava-se a ideia de um domínio sobre a natureza. A construção das linhas telegráficas era acompanhada por trabalho de reconhecimento dos rios, da flora, da fauna, de conhecimento das condições epidemiológicas e de contato com as tribos indígenas, com ênfase no conhecimento de seus costumes e das línguas faladas. Os relatórios da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas são um exemplo típico de associação entre os objetivos mais imediatos e pragmáticos de efetivar as comunicações e integração dos sertões às preocupações e estilo de trabalho típicos dos naturalistas do século XIX: volumosas descrições de espécimes da flora e da fauna; detalhadas descrições geográficas e geológicas acompanhadas de pranchas primorosas; glossário de termos indígenas, entre outras características, fazem do conjunto dos trabalhos realizados, como observou o cientista Arthur Neiva, uma das mais valiosas contribuições à ciência brasileira.⁵

O início do século XX é marcado, além do desenho de uma nacionalidade ao viés republicano e positivista, pela discussão da dualidade entre litoral e sertão, presente mesmo na poética de Catulo da Paixão Cearense, em seu lamento idílico pelo avanço do progresso: “Não há, ó

5 LIMA, Nísia Trindade. “Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil.” Revista História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. V (suplemento), 163-193 julho 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701998000400010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt; acesso em 12-09-2020.

gente, oh não/ luar como este do sertão”. Via de regra, a polarização barbárie/civilização, ao se falar dos grotões nacionais, deriva de uma casta de intelectuais que, como Euclides e Rondon, se autoproclama como portadora e guardiã de uma “cultura heroica” dos nativos, aborígenes e sertanejos, trazendo a si a função de construir a nação, forjando sua unidade territorial e moral.

O “sertão de Riobaldo”, aquele que está em toda a parte e não se delimita apenas por marcas territoriais, mas por questões identitárias e de nacionalidade muito mais complexas, surge como espaço histórico associado à barbárie, em contraposição à civilização, mas gradativamente ressignificado como *locus* da cultura autêntica em oposição à civilização de empréstimo europeizada que “se acotovelava na rua do Ouvidor”, como ironizava Euclides. Percebe-se, aqui, a ampliação do sentido primevo da palavra sertão, que ultrapassa a barreira semântica do geográfico e/ou demográfico e reinveste-se de um novo sentido, que contém as ideias de abandono e exclusão. Além do inóspito, temos um sertão marcado pelos índices do abandono, da exclusão e da doença. Se não era “do tamanho do mundo”, era, pelo menos, do tamanho do Brasil e de seu quase total desconhecimento sobre essas terras e suas gentes.

Esse embate entre contradições epistemológicas sobre o sertão e suas figurações possibilitou a reunião de figuras como Euclides da Cunha e o marechal Rondon em torno de projetos peculiares de narrativas (rei)vindicantes: nelas, estão a força telúrica da natureza, a simbiose entre esta e o homem sertanejo e a quase impenetrabilidade de elementos díspares que compõem a pátria brasileira litorânea e a dos rincões profundos.

Conforme observa José Carlos Godoy Camargo, o positivismo ortodoxo⁶ de Cândido Rondon advogava uma pretensa neutralidade cientí-

⁶ Portadores de uma visão de mundo integrado e cartesiano, os positivistas ortodoxos foram talvez os mais articulados manipuladores do imaginário social na passagem do século XIX para o XX no Brasil, a partir da difusão de símbolos e alegorias, como a bandeira, a mulher e o hino, como forma de promover a legitimação do novo regime republicano que se instaurava. Daí, “Dizer que Rondon era positivista é afirmar algo tão óbvio quanto o fato de o homem ser bípede. O Positivismo foi tudo para ele. Moldou sua visão de mundo. Forneceu o esquema para o desenvolvi-

fica, de acordo com as origens comtianas de tal corrente de pensamento. Acreditava no conhecimento positivo, universal, obtido pelos sentidos e mediado pela observação denodada e a experimentação constante. Assim é que o positivismo “desenvolveu toda uma cultura antimetafísica, voltando seus interesses para o mundo real, objetivo, palpável, movimentado pela ideia do progresso contínuo, baseado na ordem e no progresso”⁷, o que levou Rondon a formular e orientar, mais tarde, toda uma política indigenista brasileira que serviu de base para as que se seguiram, até o final do século XX, e que pressupunha alguns pilares de atuação, a saber:

1. “Morrer, se preciso for, matar nunca”;
2. “Respeito às tribos indígenas como povos independentes”;
3. “Garantir aos índios a posse das terras que habitam e são necessárias à sua sobrevivência”;
4. “Assegurar aos índios a proteção direta do Estado”.⁸

É claro que os axiomas iniciais de Rondon sobre políticas indigenistas foram reinterpretados e problematizados, de lá para cá. Antonio Carlos de Souza Lima, por exemplo, em trabalho considerado fundamental na área de etnografia⁹, responsabiliza o marechal pelo etnocídio a que foram submetidos os mesmos indígenas que suas “missões” buscavam “salvar”. Lima considera que as descobertas e contatos mantidos por Rondon e seus colaboradores com tribos nativas ainda isoladas produziram uma espécie de “efeito colateral” nocivo: a oficialização, em 1916, no Código Civil Brasileiro, do questionável paternalismo estatal em relação aos índios. A ideia corrente era, grosso modo, tornar (por

mento nacional que ele seguiu ao planejar e construir a linha telegráfica. E também determinou suas ideias sobre as relações entre índios e brancos no Brasil. [...] Em suma, Rondon construiu os êxitos de sua carreira sobre os alicerces do positivismo” (DIACON, 2006: 96).

7 CAMARGO, José Carlos Godoy. “O positivismo e a geografia em Rondon.” Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/est-geo/article/view/286/233>; acesso em 02-09-2020.

8 Idem.

9 LIMA, Antonio Carlos Souza. *Um Grande Cerco de Paz*. Poder tutelar, indianidade e formação do CAMARGO, José Carlos Godoy. O positivismo e a geografia em Rondon. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/286/233>; acesso em 02-09-2020. Estado no Brasil. (Com Caderno Iconográfico.) Petrópolis, Vozes, 1995.

bem ou por mal) os índios, “brasileiros, reduzidos à condição de brutos” (Lima, 1995: 120), parte da comunidade nacional, mas na condição exclusiva de trabalhadores nacionais.

Também o brasilianista Seth Garfield chama a atenção para o fato de Rondon ter sido nomeado por Vargas para dirigir o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), em 1939, tarefa a que se lançou de bom grado e, provavelmente, com boa vontade. Mas a questão é que também durante o governo de Getúlio é criado o Dia do Índio, uma espécie de simbologia apaziguadora que o Estado Novo inventa para encobrir os séculos da devastação das populações indígenas e o etnocídio de Estado. Segundo Garfield,

Num futuro dourado, Rondon poderia antever “índios emancipados”, dividindo as terras de suas reservas em parcelas individuais, ou até residindo com não-índios nas colônias agrícolas que o governo estabeleceria como parte da Marcha para o Oeste. Os índios certamente deveriam ser integrados à sociedade brasileira; como declarou o SPI: “**Não queremos que o índio permaneça índio.** Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível” [grifo nosso].¹⁰

Embora Cândido Rondon defendesse a assimilação dos índios à nação brasileira, ele exigia de seus comandados, como forma de compensação, que todos respeitassem as práticas sociais e religiosas dos índios, até que estes estivessem realmente “prontos” para essa incorporação – mais uma nota para a chave positivista de seus denodos. Seus críticos asseveraram que, se o objetivo “nobre” de Rondon era a transformação dos indígenas em brasileiros, por outro lado, deve-se ressaltar que o alvo final desse processo de assimilação dos aborígenes à nação brasileira era, de fato, o desaparecimento dos povos da floresta. Contam-se, inclusive, passagens quase anedóticas sobre os “ritos” cumpridos pelo marechal

¹⁰ GARFIELD, Seth. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas.” (Artigo originalmente publicado no *Journal of Latin American Studies*, n.º 29, 1997, pp. 747-768.) *Revista Brasileira de História*, vol. 20 n. 39 São Paulo, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-0188200000100002#back1; acesso em 13-09-2020.

e sua trupe: Rondon costumava “embrulhar” bebês índios com o pavilhão nacional; havia cerimônias diárias de hasteamento da bandeira, embaladas pelo Hino Nacional; promovia, ainda, exposição de *slides* com fotografias de símbolos pátrios, por ocasião de feriados cívicos, como nos conta Rohter – “ao invés de falar para o público usando apenas o auxílio visual de mapas, podia projetar slides em uma lanterna mágica, exibindo fotos em preto e branco a mão”; “a abordagem multimídia enfatizou o valor educacional das conferências de Rondon” – (2019: 345). As ações rondonistas prefiguram, como se pode intuir, práticas de forte cunho positivista, estritamente fiéis aos clássicos lemas da “pátria”, da “ordem” e da “família”.

Todos esses registros encontram-se nos diversos relatórios produzidos por Rondon e os escribas de suas muitas expedições. Mas se sabe que a retórica indigenista transmitiu outras tantas mensagens, antes mesmo do Estado Novo – momento crucial em que o discurso de poder do Estado reproduziu, de certa forma, as questões proeminentes da política mundial da época, ecoando o racismo, a xenofobia e o chauvinismo. Valeria perguntar de que forma essa retórica sobre as nações indígenas foi apropriada pela produção dos literatos brasileiros. Se, antes mesmo dos amigos da Praia Vermelha, Euclides e Rondon, então aspirantes a poetas e romancistas, José de Alencar¹¹ já esboçara um projeto literário para vivificar e representar o sertão no escopo da prosa de formação romântica, é com Euclides da Cunha – um positivista não ortodoxo¹², ao contrário de seu companheiro Rondon – que o tema das

11 Em obra clássica, que localiza o sertão no semiárido nordestino, *O sertanejo*, Alencar descreve espaços do seu Ceará por que passara em sua infância, bem como os seus personagens, numa linha temática que guarda estrita semelhança com a terra ignota descrita posteriormente por Euclides da Cunha, em *Os sertões* (cf. BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995).

12 Houve, no Brasil, dois tipos diferentes de positivismo, muito embora não excludentes entre si: um “positivismo ortodoxo”, talvez o mais conhecido, ligado à Religião da Humanidade – resultado da inevitável evolução da espécie humana para estabelecer a harmonia completa e a fraternidade universal – e apoiado por Pierre Laffitte, discípulo de Comte e propagador da crença no “Grande Ser”; e um outro “positivismo heterodoxo”, que se aproximava mais dos estudos primeiros de Augusto Comte que criaram a disciplina da Sociologia e apoiado por outro discípulo seu,

sertanias toma centralidade inaudita no pensamento social brasileiro e nos projetos de construção da nossa nacionalidade, transformando-se na grande metáfora para se pensar o Brasil. Intelectuais orgânicos, como Euclides e Rondon, recusaram o ideal de brancura elitizada das capitais e se refugiaram nas “catas”, entradas e novas bandeiras pelos sertões adustos, passando a prezar o “Brasil mameluco”, em que a fusão de raças, além de benfazeja, era o índice capaz de tornar o brasileiro “antes de tudo, um forte”.

Nos ensaios amazônicos de *À margem da história*, de Euclides, publicado *post-mortem*, ainda em 1909, nota-se uma influência bastante grande das ideias de Rondon, principalmente sobre o trato com as populações indígenas. A admiração de Euclides pelo marechal também incluía a visão de que a matéria-prima étnica e social do sertanejo, o seu amálgama, seria um fator de revigoramento da civilização brasileira, em especial pelas suas raízes índias (que, no caso de Rondon, estava no DNA de seus familiares: sua mãe era descendente de índios terena e bororo). O que havia de comum entre ambos os pensadores era o projeto de conhecer e dar a conhecer o Brasil, além do engajamento às vastas e candentes questões nacionais e o senso de missão, forjado ainda nas salas de aula e tertúlias da Escola Militar. Não é à toa que Euclides e Rondon acabaram por voltar as costas para a incensada Europa e buscaram, decididamente, a hinterlândia¹³.

Émile Littré. Benjamin Constant, por exemplo, foi um dissidente entre os positivistas, colaborando, em sua cátedra na Praia Vermelha, para a consolidação da corrente do positivismo ilustrado, que defendia uma relativização do ideário comtiano. Euclides da Cunha, em seus escritos, se filiou a esta segunda visada não ortodoxa dos estudos positivistas, afastada de certa intuição metafísica com a qual o agnóstico pensador fluminense não comungava. Cf. LEMOS, Miguel. *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil Ano de 93 (1881)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1882.

13 Hinterlândia significa, literalmente, “terra de trás”. Em alemão, a palavra também se refere à parte menos desenvolvida de um país – e, portanto, menos dotada de infraestrutura e menos densamente povoada, sendo também sinônimo de sertão ou interior. Em geografia, trata-se da região territorial de influência de um porto, como as origens e os destinos das cargas movimentadas por ele, além da observância do caráter dinâmico dessas regiões. Tanto Euclides da Cunha quanto Cândido Rondon desenvolveram suas teses e textos sobre a região amazônica e seus habitantes a partir dessa observação de dupla entrada, que considerava não só a geografia física, mas

Rondon e os positivistas tomaram por base de seus projetos indigenistas a teoria de que os nativos não eram racialmente inferiores, mas viviam simplesmente num estágio anterior da evolução social, embora não racial, como nota Diacon (2006: 149). Mesmo intelectuais urbanos como Silvio Romero, entre a pena e a ciência, já tomavam como bandeira a defesa dos tipos humanos híbridos, para engendrar uma explicação da formação das raças brasileiras e suas diferenças – muito embora adornadas por um discurso ainda titubeante e pejado de termos científicos inconclusos, típicos da época. Romero busca fugir do nacionalismo do pitoresco (que corresponde à ânsia europeia pelo exótico), demonstrando “o engano em se celebrar o índio como símbolo nacional do nativismo brasileiro, em detrimento daquele que seria, de fato, a afirmação da diferença cultural, a afirmação do *Volksgeist* brasileiro: o mestiço”¹⁴. A posição adotada pelos contemporâneos Euclides e Rondon, nesse sentido, é extremamente moderna, se levarmos em conta que suas obras e ações como engenheiros se erigem numa época em que, para certa intelectualidade eminente, o racismo científico era capaz de explicar, *per se*, os “problemas” dos não-brancos do Brasil.

Mas, como em grande parte das narrativas euclidianas, o índice de permanente contradição de uma obra que está em construção e sob o signo de um tempo de fabulações e contranarrativas – ainda que na tentativa de estabelecer uma pátria, uma frátria, uma república, enfim – tempera com lacunas, omissões e oximoros essa mesma escrita fundacional. É sabido que Euclides da Cunha descreve a Amazônia, “terra sem História”, com sua inconfundível mistura de imparcialidade científica também os agrupamentos humanos ali presentes e atuantes.

14 “Ora, nosso povo não é o índio, não é o negro, não é o português; é antes a soma de todas estas parcelas atiradas ao cadinho do Novo Mundo. São as gerações crioulas, que, deixadas de parte as nostalgias dos progenitores, esqueceram-se delas para amar este país e trabalhar na formação de uma pátria nova. (...) Uma literatura tem uma base, tem elementos e tem órgãos. A base da nossa é o sentimento do brasileiro, como nação à parte, como produto étnico determinado; os elementos são as tradições das três raças sem predomínio de uma sobre as outras; os órgãos são os nossos mais notáveis talentos, todos aqueles que sentiram como brasileiros” (p. 54-55). Cf. CHIARETTO, Marcelo. “O nativismo crítico e germanista de Sílvio Romero.” Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/viewFile/3484/3408; acesso em 13-09-2020.

fica e apaixonada subjetividade. Na insuportável mornidão da floresta, à primeira vista incompreensível para o autor – que reclamava do clima que “traduz-se num permanente banho de vapor – e quem o suporta precisa ter nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucucuiúbas”¹⁵ –, Euclides encontra uma paisagem que segue as suas próprias regras e onde a história humana não teria sido capaz de provocar tantas interveniências. A dificuldade encontrada por ele para descrever os modos de vida e interação social na selva, além de sua posição inicialmente *blasé* nos primeiros ensaios e mesmo em sua correspondência ativa, disfarça certo projeto colonial de que Euclides era portador, inequivocamente.

Vale salientar, entretanto, que são relativamente poucas as descrições que o autor se anima a fazer dos povos indígenas, embora tenha lido bastante sobre eles nas monografias científicas de que se cercou, antes de embarcar para a Amazônia, além de conversar sobre os nativos frequentemente com o amigo Rondon, em diferentes ocasiões de seus respectivos “apostolados” positivistas. Euclides prefere, ainda, apostar no tema das populações miscigenadas que foram levadas ao sonho (ou ao inferno?) verde, por programas de povoamento da região amazônica, desde o início do século XX: os mesmos sertanejos que batalharam, anos antes, na icônica Guerra de Canudos, também retratada por Euclides em *Os sertões* (1902).

Nessa perspectiva, é importante examinar alguns de seus textos sobre os índios, para o entendimento desse silêncio quase obsequioso em torno das figuras silvícolas e de que forma seus contornos narrativos influenciam certo tipo de representação dessa *persona* no texto euclidiano. Em entrevista ao *Jornal do Comércio* de Manaus, de 29 de outubro de 1905, intitulada “Os trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus”, Euclides tece um brevíssimo quadro da situação dos indígenas, fazendo uma descrição decerto lacônica da descoberta de um cadáver encontrado na barranca do rio. Essa descrição

¹⁵ Em carta a Afonso Arinos, enviada de Manaus, em 12 de janeiro de 1905. Cf. CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. (Org. Paulo Roberto Pereira.) V. 2. Rio de Janeiro: Aguilar, 2009, p. 964.

aparece em dois textos diferentes de Euclides: na citada entrevista e em “Os caucheiros”, ensaio incluso em *À margem da história*. Vale a pena a comparação de ambos os escritos, na medida em que encontramos um mote depois ampliado pelo autor – como era de praxe em suas anotações de caderneta, que acabavam por constituir textos mais robustos e burilados, a seguir. Tal é a descrição da cena no *Jornal do Comércio*:

Sobre tudo isto, a ameaça dos infieles. Duas horas antes de alcançarmos aquele ponto, tínhamos visto, atirado no barranco esquerdo do rio, num claro, entre as frecheiras, o cadáver de uma mulher, uma amauaca. Fora, ao que colhemos depois, trucidada pelos bárbaros, que rondavam por perto numa ameaça permanente e surda (CUNHA, 2009: V. 1, 657).

Os “bárbaros” são uma ameaça cotidiana naquelas paragens, segundo nos dá a entender Euclides, em sua anotação brevíssima. O autor, apenas, não nomeia nem identifica esses bárbaros, o que nos leva, os leitores, a intuímos que ele se refere, *en passant*, aos próprios habitantes do local, ou seja, os índios. Esta é a “única” explicação referenciada para a brutal morte da índia; além disso, os silêncios do texto potencializam a visão do cadáver “trucidado”, confirmando os temores de que outros ataques podem acontecer. Ressoa, assim, uma acusação indireta, grave, de que os bárbaros seriam os indígenas, ameaçadoramente arditos contra seus iguais. Tal descrição não combinaria com um Euclides da Cunha defensor dos excluídos, o autor do *mea culpa* ao sertão ignoto que era o Brasil. Já em “Os caucheiros”, encontra-se versão bastante diversa do episódio da amahuaca morta:

Num dia, de julho de 1905, quando chegava ao último puesto caucheiro do Purus, uma comissão mista de reconhecimento, todos os que a compunham, brasileiros e peruanos, viram o corpo desnudo e atrozmente mutilado, lançado à margem esquerda do rio, num claro entre as frecheiras. Era o cadáver de uma amahuaca. Fora morta por vingança, explicou-se vagamente depois. E não se tratou mais do incidente — coisa de nonada e trivialíssima na paragem revolvida pelas gentes que a atravessam e não povoam, e passam deixando-a ainda mais triste com os escombros das estâncias abandonadas... (CUNHA, 2009: V.1, 173-4).

Enquanto se alude, no trecho da entrevista ao *Jornal do Comércio*, ao fato de o assassinato da mulher indígena ter sido cometido por bárbaros da própria selva (que ameaçavam não só a população local, mas também os viajantes, como Euclides), no excerto de “Os caucheiros”, a índia “fora morta por vingança, explicou-se vagamente depois”. Entretanto, o responsável pela ação continua sem ser nomeado, oculto nas malhas do texto. O crime perde o seu caráter de ameaça generalizada e ganha uma motivação concreta (vingança), o que nos pode levar, os leitores, a inferirmos que a autoria dessa barbárie reside na sanha dos seringueiros, em constantes conflitos com os nativos. Era de praxe esse tipo de “aviso” entre os caucheiros, que não faziam nenhuma questão de esconder seus cadáveres, como numa espécie de demonstração macabra de força: um corpo feminino mutilado e nu, “cousa de nonada e trivialíssima na paragem revolvida pelas gentes que a atravessam e não povoam”. O remate da cena, em tons euclidianos, resvala para o sentido mais comum da tragédia cotidiana que os povos da floresta sofriam, encarcerados em seu processo contínuo de exclusão da pátria: “triste com os escombros das estâncias abandonadas...”.

A mudança de perspectiva em ambas as narrativas de Euclides é sintomática do seu projeto de repensar o Brasil profundo, com maior simpatia aos que estão alijados dos processos civilizatórios e republicanos, em sentido estrito. Apesar disso, o autor não se permite passar muito além desse Bojador de complicadas relações étnicas, escravidão do trabalho das populações ribeirinhas e conotações idílicas e tormentosas. Euclides tateia uma saída narrativa, com seu proverbial discurso assentado sobre oximoros e dualismos; mas o intérprete do Brasil profundo ainda se ressentido do assombro de não conseguir, de todo, encontrar uma dicção científica para o que estava a ocorrer com aqueles agrupamentos humanos. Parte, assim, para uma tentativa poética de fazê-lo. Não que essa escrita lhe pareça menor, pelo contrário: Euclides acreditava com

força no consórcio entre letras e ciência¹⁶. Mas o resultado dessa investida parece consubstanciar um projeto de conciliação entre a casta intelectual e republicana que o próprio autor representava e os abandonados pelo Brasil na vastidão da floresta. Aponta, enfim, para um alívio das consciências desses engenheiros pensadores dos sertões, mas não para as soluções pragmáticas que a República prometia e não ousava cumprir. Continua Euclides:

Mal atentamos, porém, no magnífico lance regenerador, da flora, juntando de corolas e festões garridos aquela ruinaria deplorável. Não estava inteiramente desabitada a tapera.

Num dos casebres mais conservados aguardava o último habitante. Piro, amahuaca ou campá, não se lhe distinguia a origem. Os próprios traços da espécie humana, trasmudava-lhos a aparência repulsiva: um tronco desconforme, inchado pelo paludismo, tomando-lhe a figura toda, em pleno contraste com os braços finos e as pernas esmirradas e tolhidas como as de um feto monstruoso.

Acocorado a um canto, contemplava-nos impassível. Tinha a um lado todos os seus haveres: um cacho de bananas verdes. Esta cousa indefinível que por analogia cruel sugerida pelas circunstâncias se nos figurou menos um homem que uma bola de caucho ali jogada a esmo, esquecida pelos extratores – respondeu-nos às perguntas num regougo quase extinto e numa língua de todo incompreensível. Por fim, com enorme esforço levantou um braço; estirou-o, lento, para frente, como a indicar alguma cousa que houvesse seguido para muito longe, para além de todos aqueles matos e rios; e balbuciou, deixando-o cair pesadamente, como se tivesse seguido um grande peso:

16 Numa carta endereçada a José Veríssimo, datada de 03 de dezembro de 1902, na qual contesta o crítico literário pelo fato de haver condenado o uso excessivo de termos técnicos e científicos em *Os sertões*, escreve Euclides da Cunha, justificando-se, que “o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer dos seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano”. Confiante, Euclides anuncia que “o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a avidez característica das análises e das experiências”. Cf. CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. (Org. Paulo Roberto Pereira.) V. 2. Rio de Janeiro: Aguilar, 2009, p. 875.

“Amigos”.

Compreendia-se: amigos, companheiros, sócios dos dias agitados das safras, que tinham partido para aquelas bandas, abandonando-o ali, na solidão absoluta (CUNHA, 2009: V.1, 174).

A sôfrega analogia que Euclides constrói entre o indígena Piro e a bola de caucho é basilar para a compreensão humanística que o autor procura alimentar em seus textos amazônicos. Ao acusar os caucheiros como construtores de ruínas, Euclides procura redimir os povos da floresta. Entretanto, parece ter plena consciência de que todos, sem exceção, seringalistas, caucheiros e índios, inclusive os narradores dessas histórias verdes, passariam a, inevitavelmente, fazer parte dessa monumental ruína a ser devorada pela boca da hileia. Todos: “Amigos” que se iam, promovendo o abandono físico de quem já havia sido abortado por toda uma nação. Piro: “feto monstruoso”; “regougo quase extinto e numa língua de todo incompreensível”; rebotalho de um Brasil nativista, mas da boca para fora – e do romance de formação para dentro. Sobre essa passagem, das mais icônicas e dramáticas da obra amazônica de Euclides, Francisco Foot-Hardman (2009: 46) anota:

Na exploração belicosa, aventureira e predatória dessa moderna sociedade dos caucheiros, uma senda devastadora transparece ao longo dos “rios em abandono” e veredas interrompidas do extrativismo, rapidamente retomadas pela floresta reinante. Euclides acusa o nomadismo dessa atividade febril e fugaz. Na “figura lastimável do aborígene sacrificado”, parece fixar seu argumento, emergindo, das “lides tumultuárias” dos caucheiros, a imagem desse seu conhecido oximoro, o daqueles homens “construtores de ruínas” – inclusive humanas. Na passagem final, contrapõe-se a única palavra do castelhano aprendida e pronunciada por Piro – “Amigos” – ao ciclo atroz da borracha e seus senhores. Pois ao murmurá-la, o índio, num “tocante gesto de saudade, fulminava sem o saber — com um sarcasmo pungentíssimo — “os patronos daquela cadeia enlouquecida”¹⁷.

17 FOOT-HARDMAN, Francisco. *A vingança de Hileia* – Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

O abandono de Piro revela a verdade incontestada e dolorosa, para o narrador euclidiano, de que o domínio indígena da região cessara. “Expatriados dentro da própria pátria”, expressão que Euclides usou para designar os cearenses alocados em gaiolas como fardos humanos até a Amazônia, serve como uma luva para os índios anônimos largados à própria sorte pelos seus e ameaçados pelos caucheiros, sem direito sequer a uma morte digna, cerimônias fúnebres nem qualquer registro obsequioso de sua existência. Poética e tragicamente, o autor figurativiza esses “patrícios” da selva como mortos-vivos que adornam os escombros da sanha civilizacional. Para Euclides, entretanto, mesmo tais ruínas acabariam fagocitadas pela floresta, *locus horrendus*, “desaparecendo a pouco e pouco na constrição irresistível da mata que reconquistava o seu território” (CUNHA, 2009: V.1, 174).

Genealogista de uma nação moderna, Euclides da Cunha sucumbe ao horror e à ruína, em cada página de seus ensaios amazônicos. Justo de suas contradições nascem os textos clássicos que escreveu. Muitos deles, apontando para um índice de rebaixamento moral dos comandantes da nação-em-ser que o Brasil já era; outros, fazendo reacender uma coloração patriótica que lhe dava a medida mesma da importância de sua “missão” ali, nas barrancas amazônicas. No ensaio chamado “Sucedeu em Curanjá”, o diplomata Euclides escreve a partir dessa região, assinando como chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, que tinha pelo lado peruano o capitão de corveta don Pedro Buenaño como líder. O texto conta um pouco dessa contradição latente entre o apologista do progresso e o desencantado com o malogro da República:

Foi o que sucedeu em Curanjá a 3 de julho.

Ofereceram-me um banquete (ao chefe peruano e a mim), as principais pessoas do lugar. Aceitei-o com prazer: estava ainda na ilusão de uma simpatia que desapareceria em breve. Dirigi-me ao local (uma casa comercial de C. Scharf, entregue à direção do seu guarda-livros, o alemão Alf. Shultz) e fui – logo surpreendido com a profusão de bandeiras peruanas em pleno contraste com a ausência da nossa – sendo, entretanto,

facílimo aos promotores da festa o adquirirem-na no próprio acampamento.

Notando este fato, pensei em retirar-me e aguardava a primeira oportunidade para o fazer, sem alarde ou escândalo, quando observei, entre as ramagens que decoravam as paredes de paxiúba da sala do festim, algumas folhas de palmeira cujas faces internas de um amarelo muito intenso contrastavam com o resto da folhagem. Era uma solução a atitude contrafeita que me impusera..., o espetaculoso patriotismo daquela gente. Realmente, pouco depois de sentados à mesa, tomei de golpe a palavra, sem aguardar o momento oportuno para os brindes, e numa rápida saudação agradei o convite que se me fizera – e isto por dois motivos essenciais:

Primeiro – como americano – sentindo-me feliz com todas as manifestações de cordialidade entre homens oriundos de raças quase irmãs, talvez destinados a íntimas alianças no futuro para reagirem ao imperialismo crescente das grandes nacionalidades; em segundo lugar – como brasileiro – profundamente comovido diante da “inteligente gentileza” e requintada galanteria com que se tinha posto naquela sala a bandeira de nossa terra. (O espanto dos convivas foi absoluto!) Esclareci-o então dizendo-lhes que uma extraordinária nobreza de sentir fizera que eles ao invés de irem procurar no seio mercenário de uma fábrica a bandeira de meu país tinham-na buscado no seio majestoso das matas, tomando-a exatamente da árvore que entre todas simboliza as ideias superiores da retidão e da altura. E terminei: “Porque, Srs. peruanos, a minha terra é retilínea e alta como as palmeiras...”

Não poderei dizer... o efeito destas palavras, nem o constrangimento com que o chefe peruano e outros cumprimentaram-me declarando “que eu havia compreendido muito bem o pensamento deles...” (CUNHA, 2009: V.1, 840-1).

Se, presentemente, um texto como “Sucedeu em Curanjá” nos soa como uma espécie de hino alucinado, composto ao feitio de certo tipo de nacionalismo que nos perturba, por outro lado, não é demais lembrar que vivemos sob o signo de uma “democracia” que retorna ao militarismo raso, do qual derivou a peste das milícias, levando-nos a um novo

ciclo de devastação das florestas e seus povos e à afirmação de uma casta de políticos pouco republicanos. Daí, o nacionalismo exorbitado de Euclides nos parecer menos ofensivo às nossas consciências do que a formulação neopentecostal e necropolítica da era Bolsonaro. Nas palavras de Peter Gow,

Raça, terra, país, nação, nacionalismo, pan-americanismo, imperialismo, anti-imperialismo. O texto de Da Cunha é uma condensação poética de ideias muito abrangentes e complexas num relato de um evento um tanto trivial num lugar de pouco significado aparente. Dirigido a um público leitor do Rio de Janeiro, é um exemplo da sensibilidade de Da Cunha e fala de um evento num lugar distante – sobre o qual sua audiência não se interessa de fato e certamente jamais o visitará –, e o rearticula em termos que seus leitores podem potencialmente sentir como exemplares: “tivesse você estado lá”, essas palavras clamam o leitor, “espero que tivesse reagido do mesmo modo”.¹⁸

Cândido Rondon e Euclides da Cunha, aspirantes-homens de uma pátria a se fazer e se questionar, continuamente, subverteram as entradas e errâncias a que se lançaram, polarizando opiniões, ensejando marchas e refreando jogos de cena com os quais não compartilhavam, na intensa batalha discursiva em torno da constituição e legitimação da primeira e contraditória República. A despeito da imensa lealdade que Rondon devotava aos ideais republicanos e aos seus caciques militares, nem mesmo a publicação do aguerrido libelo de Euclides, em 1902, o seminal *Os sertões*, fez com que a amizade entre os companheiros arrefecesse.

Pejadas de descrições não raro toscas e repugnantes sobre os mesmos tipos humanos que, pelo viés contrário, a obra euclidiana almeja centralizar, num movimento de aparente “empatia”, as narrativas de Euclides sobre sertões e selvas, uma vez tomadas fora do seu contexto histórico, não podem explicar a posição privilegiada que o autor sustenta, até nossos dias, na história da intelectualidade brasileira. No entanto,

18 GOW, Peter. “Canção Purus: nacionalização e tribalização no sudoeste da Amazônia.” *Revista de Antropologia*, vol. 49. n.1. São Paulo Jan./June 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000100013; acesso em 13-09-2020.

seus ensaios, tão repletos de inconsistências e contradições, paradoxalmente, são um retrato bastante fiel a se considerar da esquizofrênica sociedade da época e do desencanto de toda uma geração de homens de ciência e de letras que devotaram suas vidas e seus esforços no sentido da modernização do país.

No final da vida do colega fluminense, Rondon ainda pôde colaborar para a construção e a reunião de uma série de artigos amazônicos que dariam corpo a um seu novo “livro vingador”, que se chamaria “Um paraíso perdido” – que Euclides não terminou de escrever, dada a sua morte tão precoce. De qualquer forma, os ecos e registros dessa duradoura amizade estão registrados nas malhas fátuas da memória republicana de um país que precisa, com urgência, reconhecer e (re)ler seus narradores, atentando para suas histórias, lutas, letras e lacunas.

**Anabelle Loivos Considera, Professora associada da Faculdade de Educação da UFRJ e coordenadora do projeto de extensão “100 Anos Sem Euclides”.*

Referências bibliográficas

BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

CAMARGO, José Carlos Godoy. “O positivismo e a geografia em Rondon.” Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/286/233>; acesso em 02-09-2020.

CHIARETTO, Marcelo. “O nativismo crítico e germanista de Sílvio Romero.” Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/viewFile/3484/3408; acesso em 13-09-2020.

CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. (Org. Paulo Roberto Pereira.) V. 1 e 2. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FOOT-HARDMAN, Francisco. *A vingança de Hileia – Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GARFIELD, Seth. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas.” (Artigo originalmente publicado no *Journal of Latin American Studies*, n.º 29, 1997, pp. 747-768.) Revista Brasileira de História, vol. 20 n. 39 São Paulo, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100002#back1; acesso em 13-09-2020.

GOW, Peter. “Canção Purus: nacionalização e tribalização no sudoeste da Amazônia.” Revista de Antropologia, vol. 49. n.1. São Paulo Jan./June 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000100013; acesso em 13-09-2020.

HECHT, Susanna B. *The Scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

LEMOS, Miguel. *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil Ano de 93 (1881)*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brazil, 1882.

LIMA, Antonio Carlos Souza. *Um Grande Cerco de Paz*. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. (Com Caderno Iconográfico.) Petrópolis, Vozes, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. “Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil.” *Revista História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. V (suplemento), 163-193 julho 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701998000400010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt; acesso em 12-09-2020.

ROHTER, Larry. *Rondon: Uma biografia*. (Tradução de Cássio de Arantes Leite.) Rio de Janeiro, Objetiva, 2019.

“Judas-Asvero”, um conto de Euclides da Cunha¹

Anélia Montechiari Pietrani*

mormaço o fez adormecer com o livro aberto entre as mãos. Euclides sonhou que a Amazônia, essa “quase infinita planície desértica”, já não era uma Terra Ignota. Europeus de boa estirpe a tinham povoado: áreas imensas de floresta estavam sendo devastadas e urbanizadas; a Amazônia, em suma, seria uma extensão de Manaus e Belém, cidades cosmopolitas. Essas visões se apagaram e surgiu no sonho a voz de um homem e em seguida o próprio homem: um francês de nome Gobineau. O francês tenta convencer Euclides de que as terras incultas da América só são viáveis com a colonização europeia. Euclides tenta dizer algo, hesita, enxuga o suor que lhe escorre da testa; depois estremece diante da possibilidade de não mais viajar para as cabeceiras do Purus, de não poder escrever sobre o deserto, o Paraíso Diabólico, o Paraíso Perdido. Irrita-se com a ideia extravagante de Gobineau e, falando em francês com um sotaque afetado, expulsa o intruso da sala com gestos autoritários, como um militar se dirige a um subalterno (HATOUM, 2009, p. 26-27).

Distinguido e aclamado por sua obra máxima, *Os sertões*, desde sua publicação em 1902, Euclides da Cunha e seus escritos têm sido estudados em campos diferentes do saber, especialmente por cientistas sociais e políticos, que nele reconhecem um dos maiores intérpretes da realidade histórico-social do Brasil. Não há dúvida, porém, de que o escritor Euclides merece também a atenção acurada dos estudiosos da Literatura Brasileira, lacuna que já vem sendo preenchida por pesquisadores interessados em compreender de que forma arte e ciência se consorciavam no rigor da linguagem euclidiana, na profusão de imagens, no

1 Publicado originalmente na revista O eixo e a roda

ritmo antitético e dubitativo, no cenário antiépico e do fatalismo trágico, na multiperspectividade narrativa, na potência poética vigorosa dos textos desse escritor² que não se limita a abancar-se em sua escrivaninha, mas imerge profunda e intensamente nas paragens em que narra o visto e o sentido.

Essa imagem, aliás, do homem viajante da história (e da estória) e escritor empenhado na palavra e com a palavra é muito bem captada por Milton Hatoum no conto “Uma carta de Bancroft”, publicado no livro *A cidade ilhada* (2009), em que Euclides da Cunha figura como personagem. Nele, Hatoum consegue apreender o temperamento sempre incomodado, pouco confortável e de forma alguma passivo do viajante Euclides, que se irrita com a escassez das “observações mais comuns, mercê da proverbial indiferença, com que nos volvemos às coisas desta terra com uma inércia cômoda de mendigos fartos” (CUNHA, 1995d, v. 2, p. 118); e do escritor Euclides, que não vê possibilidade de separação entre o processo de escrita e o ato de reflexão sobre o Brasil e sobre o homem do interior brasileiro, que constitui “aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, [...] o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (CUNHA, 1995d, v. 2, p. 170), segundo as palavras do próprio autor em *Os sertões*.

No excerto do conto de Hatoum destacado como epígrafe a este artigo, estamos diante de um Euclides afásico e hesitante

2 Acerca dos estudos literários dedicados à obra euclidiana, os seguintes títulos merecem destaque: *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha* (2003), de autoria de Roberto Ventura, organizado por Mário Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana, que, embora biográfico e inconcluso devido à morte prematura do autor, traz informações pontuais sobre o caráter híbrido de *Os sertões*, “que transita entre a narrativa e o ensaio, entre a literatura e a história” (VENTURA, 2003, p. 201); *A geopoética de Euclides da Cunha* (2009), de Ronaldo de Melo e Sousa, que faz um estudo longo e detalhado sobre as máscaras narrativas em *Os sertões* e o multiperspectivismo da estética euclidiana; e *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna* (2009), de Francisco Foot Hardman, talvez o mais importante estudo sobre os escritos amazônicos de Euclides em conjugação à leitura de *Os sertões* e de outros textos representativos da temática das ruínas.

a princípio, alarmado com o avanço da cultura estrangeira, que reúne forças no próprio corpo suarento e trêmulo para expulsar o intruso que vem lhe cortar – mínima que fosse – a possibilidade de viajar Brasil adentro ou de escrever sobre o deserto, tanto aquele deserto imenso do sertão baiano, cenário da guerra fratricida de Canudos, onde ele pôde assistir à ruína dos ideais republicanos que defendera na juventude como cadete da Escola Militar do Rio de Janeiro e articulista de *A Província de São Paulo*, assim como também o deserto imenso do sertão verde amazônico, o Paraíso Diabólico, o Paraíso Perdido, sobre o qual ele desejava escrever seu segundo “livro vingador”, conforme prometido a Coelho Neto, em carta com data de 10 de março de 1905, redigida quando Euclides ainda estava em Manaus, em viagem que fez como chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus:

Esta Manaus rasgada em avenidas, largas e longas, pelas audácias do Pensador, faz-me o efeito de um quartinho estreito. Vivo sem luz, meio apagado e num estonteamento. Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: *Um paraíso perdido*, onde procurarei vingar a *Hiloe* maravilhosa de todas as brutalidades adoidadas que a maculam desde o século XVII (CUNHA, 1995c, v. 2, p. 697).

Caatinga e floresta tropical, sertão e selva se aproximam, na narrativa euclidiana, por uma imagem central: o deserto, o “desertão” nordestino e o “desertão” amazônico, vastos e desconhecidos territórios em que aparece o mesmo personagem isolado e esquecido – o sertanejo. Afinal, como bem registra Roberto Ventura (2003, p. 237), “sertão é, para Euclides, aquilo que está fora da escrita da história”. A pena da escrita de Euclides, implacável na denúncia do crime perpetrado em Canudos durante a guerra de 1896-1897 pelo exército republicano brasileiro, embrenhou-se no sertão verde da floresta amazônica em busca da narrativa dos “à margem da história”, epíteto que daria nome a

um dos livros de Euclides da Cunha, que contém grande parte de seus escritos amazônicos.

À margem da história, obra póstuma, publicada apenas alguns meses após a morte do escritor, ainda em 1909, recebeu o tratamento de edição do próprio Euclides, que lhe deixou pronta a revisão e também a ordenação dos capítulos. Dividido em quatro partes, sob os títulos “Terra sem história (Amazônia)”, “Vários estudos”, “Da independência à república” e “Estrelas indecifráveis”, o livro reúne artigos sobre a Amazônia e as vias férreas, além de esboços da história política do Brasil de 1822 a 1899, compreendendo, pois, o período da independência ao

início da República brasileira. O texto com que Euclides encerra o livro, único da última parte, “enigmático sob vários prismas”, para usarmos o adjetivo empregado por Foot Hardman (2009, p. 89), apresenta título curioso; e curioso, especialmente, para aquele leitor que ainda espera encontrar ali o Euclides defensor do Positivismo, em cujas bases filosóficas ele se formara no Colégio Aquino e na Escola Militar do Rio de Janeiro. O Positivismo teve influência considerável sobre o sistema educacional brasileiro, principalmente a partir de 1891, com a reforma Benjamin Constant. O positivista Benjamin Constant, de quem Euclides da Cunha fora aluno, se tornou, portanto, importante personagem na sua formação filosófica, científica e política.

A curiosidade que “Estrelas indecifráveis” desperta no leitor surge exatamente da contramão dessa vertente. O texto revela muito do pensar poético de Euclides a perpassar sua extensa obra. Nele – a princípio um estudo de astronomia –, o engenheiro, o cientista, o matemático, com seu incontestável caráter positivista, debruça-se detalhadamente em seus estudos científicos e documentais, deixando resvalar, no entanto, uma mente desconcertada frente às respostas inquestionáveis da teoria e das fórmulas científicas: o indecifrável do ideal, da crença, dos bril-

hos da ilusão que, “mesmo na esfera aparentemente seca do mais estreito racionalismo” (CUNHA, 1995a, v.1, p. 425), persegue os homens, tal qual a estrela que os reis magos seguiram sem que algum sábio pudesse fixá-la, imagem com que Euclides inicia o artigo e é retomada por ele no epílogo deste, insistamos, que é o único texto da quarta e última parte, espécie de texto também à margem, ao menos aparentemente, desse livro. Como não nos parece aleatória a escolha desse texto “marginal” para encerrar a obra, quisemos ressaltá-lo antes de determos nossa análise, mais adiante e minuciosamente, no conto “Judas-Asvero”, outro texto que também pode ser caracterizado como “curioso” nessa obra sobre os caminantes à margem da história e que assume lugar não menos “curioso” nas vias e nos desvios do estilo literário de Euclides da Cunha. Fixemos ainda um pouco mais nosso olhar sobre o livro *À margem da história*.

Tanto o título da obra, *À margem da história*, quanto o da primeira parte, “Terra sem história”, levam o leitor euclidiano a refletir sobre a definição de sertão feita por Roberto Ventura (2003), citada anteriormente e aplicada ao pensamento de Euclides: os personagens de sua trama estão fora da escrita e da civilização. Partem do Nordeste em busca de um lugar na terra que talvez a verde e vívida floresta pudesse lhes oferecer. O que encontram, porém, é o inferno, um inferno verde, mas um inferno, que já vem sendo revelado – quase que epifanicamente – no caminho antes de esperança trilhado pelos sertanejos que, a partir de então, se tornam seringueiros. E aqui não parece ser pouco coerente a alusão a *Paradise lost*, poema épico de John Milton, de 1667, sobre a queda de Adão e sua expulsão do paraíso, que daria título ao segundo “livro vingador” de Euclides.

São elucidativos, nesse sentido, dois excertos de Euclides da Cunha que integram a primeira parte do livro, em que se alia a trajetória de construção do próprio livro *pari passu* à apresentação dos personagens que nele figuram com sua não história. O

primeiro deles foi extraído de suas “Impressões gerais”, em que Euclides descreve, como ele mesmo diz, a “conta de venda de um homem” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 259):

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num *gaiola* qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um *rifle* (carabina Winchester) e duzentas balas, dous pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dous carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no *barracão* senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o *corte da madeira* e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 *paneiros* de farinha d’água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talhe de machadinha, ainda é o *brabo* canhestro, de quem chasqueia o *manso* experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000 (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 259, grifos do autor).70 71

O segundo é um fragmento de “Um clima caluniado”, texto integrante também da primeira parte de À margem da história:

Quando as grandes secas de 1879-1880, 1889- 1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas - a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores,

com aqueles fardos agigantados consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços de família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febrentos e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem...

E não desapareceram (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 276).

O primeiro fragmento transcrito se refere ao homem que, levado “ao paraíso diabólico dos seringais”, se depara com “a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desacomodado egoísmo”: o sertanejo-seringueiro “é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 258). Ele já é, ainda no Ceará, o seringueiro, porque é lá que “principia a dever”, como nos informa Euclides no primeiro trecho citado. As demais informações monetárias sobre a dívida contraída passo a passo em sua caminhada rumo ao inferno verde são marcadas pelos estágios por que o seringueiro passa. Não à toa Euclides da Cunha grifa palavras que são reveladoras do caminhar incessante do sertanejo tornado seringueiro. Elas concorrem também para o enlace entre descrição pelo olhar e recepção do sentir a trajetória gradativa (ou “degradativa”) do destino trágico a que esse homem é

levado para a prisão da escravidão. *Gaiola, rifle, barracão, brabo, corte, madeira, paneiros, manso* são os termos grifados: desde o “gaiola”, barco típico de transporte de pessoas e gêneros no rio Amazonas, que muitas vezes naufraga carregando centenas de indivíduos em redes, em viagens que duram dias, quase sempre

em condições bem desfavoráveis, até o “brabo” canhestro que fica “manso”, porque desconfia, apenas desconfia, da venda de si.

O segundo excerto surpreende seu leitor pela conjugação que Euclides faz entre as informações que colhe sobre as datas das secas, as doenças que infestam os famintos e moribundos das cidades do litoral e a missão que lhes é arrogada pelo poder público: a desapareição da doença, da fome, do homem expatriado dentro da própria pátria. O superlativo acentua o tom dramático da “missão dolorosíssima”, adjetivo empregado em grau bem ao gosto de Euclides. A vastidão dos períodos longos dá lugar a incisivos períodos curtos, lembrando a cessação do apoio governamental. O silêncio das reticências que terminam o longo parágrafo prepara o leitor para a frase única do parágrafo seguinte, contradizendo abruptamente o destino do sertanejo, fadado à morte, à desapareição, à expatriação, ao esquecimento.

A frase antológica repetida exaustivamente pelo leitor de *Os sertões*, segundo a qual “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 1995d, v. 2, p. 179), tem a sua representação em “Um clima caluniado”: “As gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 273). E aqui, no excerto citado, toma outra forma, uma forma de dizer abrupta, rude, bárbara, em que a conjunção *e* (aditiva ou adversativa?) inicia o período somando todo o dito e acentuando-lhe a adversidade dos próprios personagens no que eles mesmos, em sua teimosia de viver³ e sobreviver, impõem: “E não desapareceram.” O *e* – tão coloquial – que inicia o período simples em parágrafo tão curto aproxima o autor de seu

3 A expressão remete ao verso do poema “Mangue”, de Manuel Bandeira, publicado em *Libertinagem*, de 1930: “Gente que vive porque é teimosa” (BANDEIRA, 1986, p. 209). A sentença, com ligeiro acréscimo, também aparece no texto “O mangue”, prefácio ao álbum homônimo de Lasar Segall, publicado originalmente em 1947 e recolhido, mais tarde, em *Flauta de papel*. Sobre esse local de meretrício no Rio de Janeiro, diz Bandeira: “residência de gente pobre, que vive porque é teimosa” (BANDEIRA, 1986, p. 478).72 73 .

leitor: mais do que um observador da cena que deseja descrever, o narrador é movido pela emoção e pela compaixão que deseja impingir a seu leitor com relação aos bárbaros e rudes patrícios, desta vez não do sertão adusto, mas do sertão verde infernal.

1 “E não desapareceram”

Lidos em conjunto, os textos que compõem a primeira parte do livro *À margem da história* surpreendem consideravelmente pelo valor histórico e força poético-estética deste estilo euclidi-ano curioso, enigmático, tortuoso, que caminha entre a ciência e a arte. Nada em Euclides é derradeiro: tudo é um caminho de perguntas, um caminho mais de encruzilhadas que de linha reta.

Mais conto que crônica, mais ficcional que ensaístico, talvez o melhor exemplo de texto que transita entre ciência e arte, dentre os que compõem a primeira parte de *À margem da história*, seja “Judas-Asvero”, uma narrativa curta, cujo núcleo central é a história do seringueiro que, na malhação do Judas no sábado de Aleluia, esculpe o boneco do judeu traidor e, numa forma muito própria de participar do ritual de malhação, que surpreende consideravelmente Euclides, entrega-o aos tiros e às imprecações da população ribeirinha em sua descida rio abaixo numa jangada.

O título do conto é revelador de sua unidade temática e estrutural: à história do traidor Judas conjuga-se à do errante Asvero. Ambos são judeus, ambos amaldiçoados; um se mata por ter vendido o filho de Deus, outro é condenado a viver e a errar eternamente por ter agredido Cristo no caminho para a crucificação. Morte e vida estão muito próximas nesse texto. Judas é Asvero, que é o sertanejo que se vendeu pela ambição, que é o seringueiro que trabalha para escravizar-se, executando um trabalho repetitivo e degradante. Reafirma-se, assim, o que disse o ensaísta Euclides da Cunha em “Um grande problema”, do livro *Contrastes e confrontos*, “[a] exploração capitalista é assombrosa-

mente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina” (CUNHA, 1995b, v. 1, p. 219).

Consoante uma estrutura que se compõe em ambivalência, em interregnos, em nem um nem outro, o conto “Judas-Asvero” inicia-se na ambiência do dia entre a paixão de Cristo, na sexta-feira santa, e a ressurreição, no domingo de Páscoa. No intervalo do sábado de Aleluia, os seringueiros do Alto Purus estão mais do que nunca distantes do “Homem-Deus”, que, por sua vez, “sob o encanto do filho ressurreto e despeado das insídias humanas, sorri, complacentemente, à alegria feroz que arrebenta cá embaixo. E os seringueiros vingam-se, ruidosamente, dos seus dias tristes” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 292).

O campo de visão da narrativa é o do jogo entre proximidade e distanciamento. O mesmo jogo acontece com o narrador do texto: está distanciado, já que o foco narrativo é em terceira pessoa e ele assiste à cena a ser narrada, mas está também próximo, no mesmo plano dos seringueiros, “cá embaixo”, partícipe, num certo sentido, da ação engendrada de vingança ruidosa. Por outro lado, parecendo ecoar as palavras finais de Machado de Assis em seu romance *Quincas Borba*, sobre “o Cruzeiro, que a linda Sofia não quis fitar, como lhe pedia Rubião, [que] está assaz alto para não discernir os risos e as lágrimas dos homens” (ASSIS, 1994, v. 1, p. 806), o narrador euclidiano não deixa de mostrar – talvez também seguindo a linhagem da ironia machadiana – o quanto Deus, ainda que sorria e veja a alegria dos homens na véspera do dia festivo, mantém-se à distância deles, em sua glória e felicidade à espera no céu da ressurreição do filho.

Deus sorri “complacentemente”; os seringueiros vingam-se “ruidosamente”. A diferença entre os advérbios é significativa e ressalta ainda mais o distanciamento vertical entre Deus e homens, aos quais se junta horizontalmente o narrador: da complacência de Deus se distanciam os ruídos dos homens cá em-

baixo. A voz dos seringueiros, bárbara e rude, se completa com a voz do narrador, e parecem ecoar em uníssono, ainda que não haja, em todo o conto, um só verbo na primeira pessoa do plural. O narrador não consegue apenas observar e descrever a cena, como o faria um *cameraman* naturalista; ele precisa mostrar a diferença, adentrar-se nela e participar dela, colocando-se em comunhão com o objeto narrado: a voz do narrador é a voz ruidosa dos seringueiros, que contrasta com a satisfação divina diante do que vê, ou finge ver, já que o interesse de Deus parece estar mais voltado ao “encanto com o filho ressurreto e despeado das insídias humanas” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 292), ou então porque “os grandes olhos de Deus não podem descer até àqueles brejais, manchando-se” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 293).

O distanciamento se acentua quando o narrador contrapõe, por negação, a simplicidade da festa do seringueiro e a suntuosidade do ritual da Semana Santa: “Não tiveram missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lava-pés tocantes, nem prédicas comovidas” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 292). À celebração simples desses sete dias se alia o calvário de sua vida cotidianamente “na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúria, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares, que lhes parecem uma interminável sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 292).

O personagem que representará a unidade do texto já se apresenta, sutilmente, na citação acima, da primeira página do conto. O seringueiro é o Asvero que sofre todos os seus dias, toda a sua eternidade, o anátema da vida na “via dolorosa inalterável, sem princípio e sem fim, do círculo fechado ‘das estradas’” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 293). A visão do narrador não poderia ser mais pessimista, assim como é – segundo o próprio narrador – a visão dos personagens que não encontram redenção na fé; ao contrário, reconhecem-se esquecidos para sempre, “tão relegados

se acham à borda do rio solitário, que no próprio volver de suas águas é o primeiro a fugir, eternamente, àqueles tristes e desfrequentados rincões” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 293).

Tempo, espaço e personagens da trama se juntam na unidade do conto: a véspera solitária entre a paixão do calvário, que é todo dia, e o domingo da festa santa da ressurreição e da alegria de Deus, mas não dos homens; o solitário rio onde a partir de então se encenará a dramática história dos seres condenados à errância em sua solidão: o deserto parece entranhado em sua carne. Contra o “grande isolamento da sua desventura”, ou ciente dele, já que se reconhece “um excomungado pela própria distância que o afasta dos homens”, o seringueiro dispensa a prece e a penitência; submete-se à fatalidade “sem subterfugar na cobardia de um pedido, com os joelhos dobrados. Seria um esforço inútil” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 293).

Sua opção é a da arte. O Judas e sua imagem, no único dia feliz que a Igreja lhe concede (o Judas ou o dia?), não são suficientes para a vingança que deseja perpetrar. Para fazer o Judas, ao menos inicialmente, nada há de incomum. Roupas velhas, mal cosidas, braços abertos, pernas esticadas, bola desgraciosa representando a cabeça, camisa e calça ainda servíveis, botas velhas, restos de pertences e ruínas do próprio seringueiro, o Judas é um espantalho empalado no centro do terreiro. Para completar a obra de estatuária, já coberta de retoques do desenho da boca, do bigode ralo, dos olhos como dois riscos, o artista, em sua tentativa de fixar em linhas definitivas a natureza, que é inimitável, afasta-se a contemplar a sua criação em andamento. Olha-a, retoca-a, distancia-se dela mais uma vez, torna a olhar e a aproximar-se “com uma pertinácia e uma tortura de artista incontestável” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 295):

E o monstro, lento e lento, num transfigurar-se insensível, vai-se tornando em homem. Pelo menos a ilusão é empolgante...

Repentinamente o bronco estatuário tem um gesto mais comovedor do que o *parla!* ansiosíssimo de Miguel Ângelo; arranca o seu próprio sombreiro; atira-o à cabeça de Judas; e os filhinhos todos recuam, num grito, vendo retratar-se na figura desengonçada e sinistra do seu próprio pai.

É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vinga-se de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes, que o iludiram (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 295).

A obra só está pronta quando, em definitivo, o artista põe-se nela, ainda que seja apenas um retrato de si e não a si mesmo. Eis o que parece nos querer dizer Euclides ao criar um artista que produz uma obra sem saber ainda, no caso da trama encenada no conto em estudo, que o que faz é obra de arte e poesia. Estruturando seu texto em *mise en abyme*, Euclides vai fazendo o seu *parla!* enquanto observa e reflete sobre o *parla!* do seringueiro-Michelangelo. Ele sabe – e intenta nos dizer através de seu seringueiro-artista – que a arte e seu fulgor de produção imagística podem nos fazer ver, no herói derrotado, na contração antiépica, no falso sublime, o que ninguém deseja ver, o que precisa ficar invisível, soterrado nas ruínas pelo carro triunfante da História⁴.

4 A expressão remete à tese VII de Walter Benjamin em “Sobre o conceito da História”, em que, refletindo sobre a função do materialista histórico e colocando sob revisão o sentido tradicional de historiador, Benjamin destaca a não linearidade da história, marcada por rupturas e contradições. Segundo ele, nas ruínas soterradas no subsolo da história, oculta-se a fala do outro reprimido pela história dos vencedores com seus “arcos do triunfo”, caracterizados pela elegância admirável que resulta do sucesso e da conquista bélica, em nome do ufano progresso, da civilização e da modernidade, e marcados pelo supremo, pelo excelso, pelas plumas de cada um dos carros e de seus componentes: “os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso

De certo modo, e a seu modo, o seringueiro-artista de Euclides nos mostra que Octavio Paz está certo quando diz, em *O arco e a lira*, que “a imagem é marca da condição humana” (PAZ, 2012, p. 104). Ao seringueiro e a seus filhos, em assombro diante do que veem logo assim que seu pai-artista completa o quadro no lance fantástico e fatal de atar-se ao boneco com uma parte de si mesmo – seu próprio sombreiro como metonímia de si –, ata-se também o narrador que, mais do que observar a cena e descrevê-la, reconhece no manejar e modelar da imagem do boneco o valor que ele passa a assumir a partir de então: o veio reflexivo euclidiano – que a imaginação poética exige – toma o rumo da narrativa. Se retornarmos à leitura do último trecho transcrito, observaremos como Euclides da Cunha alia o ato da observação ao da reflexão, o que nos leva também a perguntar sobre o ato contemplativo e poético de seu seringueiro-artista: o que fazia ele senão refletir pausadamente, pensar profundamente e pensar-se inteiramente nos momentos em que modelava o boneco e manjava os trapos velhos e puídos, como o são sua própria vida e via dolorosíssima?

Reportemo-nos, ainda uma vez, a Octavio Paz (2012, p. 119): “A poesia leva o homem para fora de si e, simultaneamente, o faz regressar ao seu ser original: volta-o para si. O homem é a sua imagem: ele mesmo e aquele outro. Através da frase que é ritmo, que é imagem, o homem – esse perpétuo chegar a ser – é. A poesia é entrar no ser”.

O poeta não imita a natureza, porque não reproduz coisas prontas e visíveis. Ele dá existência ao que é apenas aparência. Ele faz ver o que ninguém vê. Ele faz ouvir o que ninguém ouve. O invisível e o inaudito (e também se pode ousar dizer: o insípido, o

diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

inodoro e o intocável) são a matéria da poesia. O poeta faz a coisa ser. O poeta faz da coisa o ser. Eis por que Euclides da Cunha diz que a criação do boneco Judas de seu seringueiro-artista foi um “doloroso triunfo”. A combinação entre adjetivo e substantivo é inusitada: um triunfo é sempre sinônimo de *poieo*, de que provém *poiesis* (poesia), como o latino *fungo*, significa “fazer, fabricar, produzir, imaginar, inventar, compor” (ISIDRO PEREIRA, 1976). E o resultado inventado, criado, fabricado a que chega o artista-seringueiro é mesmo o triunfo do belo, ainda que uma imagem de monstro que vai, lentamente, se tornando homem, como nos diz o narrador. No entanto, a “vitória” através da arte conquistada pelo seringueiro só pode mesmo ser associada ao sentimento da dor do corpo. Isso porque ali, naquela imagem criada pela arte, ele pôde ver-se especularmente, adentrar-se nesse labirinto de espelhos, abismar-se diante de seu próprio ser e, ao ver-se, entrar-se: “a poesia é entrar no ser”, convém repetir – como reforço e síntese – a sentença de Octavio Paz. Ali ele se vê homem que é. O artista-seringueiro, o artista Euclides estão em vertigem.

2 “Lá se vão, em filas, um a um”

O clímax do conto, porém, não está nessa constatação simultânea do personagem e do narrador – e talvez também do leitor de Euclides. O conto mantém sua continuidade narrativa, quando a “imagem material da [...] desdita” do seringueiro por ele produzida (valendo aqui a ambiguidade do dito: se é a imagem material que foi produzida, se é a desdita), precisa tomar outra forma, ou mesmo outro rumo: “A imagem material da sua desdita não deve permanecer inútil num exíguo terreiro de barraca, afogada na espessura impenetrável, que furta o quadro de suas mágoas, perpetuamente anônimas, aos próprios olhos de Deus” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 295).

Longe dos olhos dos outros homens, uma vez que já está longe dos próprios olhos de Deus, o homem feito boneco e feito

homem é inútil. É preciso, pois, dar-se a ver. A imagem de Judas, assim, se completa com a de Asvero. Os próprios seringueiros condenam Judas e aplicam-lhe a pena de descer rio abaixo, sem rumo, não sem antes receber de seu criador os últimos reparos: uma última arrumação em suas vestes, uma inútil pistola enferrujada na cintura, curiosas recomendações, singulares conselhos do criador à criatura. O boneco é personagem atuante e passa a ser sujeito da cena e da frase: “Judas feito Asvero vai avançando vagorosamente para o meio do rio” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 295). O narrador, antes disso, ainda tem tempo de amaldiçoar: “O rio que lhe passa à porta é uma estrada para toda a terra. Que a terra toda contemple o seu infortúnio, o seu exaspero cruciante, a sua desvalia, o seu aniquilamento iníquo, exteriorizados, golpeantemente, e propalados por um estranho e mudo pregoeiro...” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 295).

As reticências vão abrir o caminho no rio para a vingança, o flagelo, a punição e a autopunição (que parecem ser as palavras-síntese do conto) do “Judas feito Asvero”, o mesmo Judas “feito” pelo artista-seringueiro, o mesmo seringueiro “feito” maldito, o mesmo sertanejo “feito” proscrito. Euclides da Cunha, leitor admirado de Castro Alves, patrono da cadeira que ele ocupou na Academia Brasileira de Letras e sobre o qual proferiu a conferência “Castro Alves e seu tempo” no Centro XI de Agosto, no Rio de Janeiro, em 1907, certamente conhecia o poema de sua autoria, “Ahasverus e o gênio”, escrito em 1868 e integrante do livro *Es-pumas flutuantes*, que transcrevemos a seguir:

AHASVERUS E O GÊNIO

AO POETA E AMIGO J. FELIZARDO JÚNIOR

Sabes quem foi Ahasverus?... — o precito,

O mísero Judeu, que tinha escrito

Na frente o selo atroz!

Eterno viajor de eterna senda...
Espantado a fugir de tenda em tenda,
Fugindo embalde à *vingadora voz!*
Misérrimo! Correu o mundo inteiro,
E no mundo tão grande... o forasteiro
Não teve onde... pousar.
Co'a mão vazia — viu a terra cheia.
O deserto negou-lhe — o grão de areia,
A gota d'água — rejeitou-lhe o mar.
D'Ásia as florestas — lhe negaram sombra
A savana sem fim — negou-lhe alfombra.
O chão negou-lhe o pó! ...
Tabas, serralhos, tendas e solares...
Ninguém lhe abriu a porta de seus lares
E o triste seguiu só.
Viu povos de mil climas, viu mil raças,
E não pôde entre tantas populaças
Beijar uma só mão...
Desde a virgem do Norte à de Sevilhas,
Desde a inglesa à crioula das Antilhas
Não teve um coração! ...
E caminhou! ... E as tribos se afastavam
E as mulheres tremendo murmuravam
Com respeito e pavor.
Ai! Fazia tremer do vale à serra...
Ele que só pedia sobre a terra

— Silêncio, paz e amor! —

No entanto à noite, se o Hebreu passava,

Um murmúrio de inveja se elevava,

Desde a flor da campina ao colibri.

“Ele não morre”, a multidão dizia...

E o precito consigo respondia:

— “Ai! mas nunca vivi!” —

O Gênio é como Ahasverus... solitário

A marchar, a marchar no itinerário

Sem termo do existir.

Invejado! a invejar os invejosos.

Vendo a sombra dos álamos frondosos...

E sempre a caminhar... sempre a seguir...

Pede u’a mão de amigo — dão-lhe palmas:

Pede um beijo de amor — e as outras almas

Fogem pasmas de si.

E o mísero de glória em glória corre...

Mas quando a terra diz: — “Ele não morre”

Responde o desgraçado: — “Eu não vivi! ...”

S. Paulo, outubro de 1868 (ALVES, 1997, 86-87).

Na conferência “Castro Alves e seu tempo”, Euclides diz a respeito do poeta de “Vozes d’África”: “O que apelidamos grande homem é sempre alguém que tem a ventura de transfigurar a fraqueza individual, compondo-a com as forças infinitas da humanidade; e não sei de quem, como ele, entre nós, naquele tempo, tanto se identificasse com o sentimento coletivo, revivente, estimulando-o e aformoseando-o” (CUNHA, 1995e, v. 1, p. 472). Re-

fletindo sobre a “fraqueza individual” que se torna “sentimento coletivo” na poesia de Castro Alves e partindo da leitura do poema transcrito acima, podemos notar que, em “Judas- Asvero”, Euclides da Cunha assemelha-se a Castro Alves, que enlaça a voz do poeta à do maldito proscrito, estratégia já apontada por Alfredo Bosi (1992, p. 255), segundo o qual “[o] poeta que faz seus os brados de um povo amaldiçoado pelos deuses e pelo homem é também um ser maldito”. Também a voz do narrador, conforme apontamos no início desta análise interpretativa do conto euclidi-ano, ressoa na do seringueiro em seu sofrimento pela errância de terra em terra, pela pena que ele mesmo lhe inflige por conta do abandono, esquecimento e até – se não teimasse em viver e sobreviver, insistamos – desaparecimento a que é submetido. Também o narrador de “Judas-Asvero” é um maldito.

Na jangada que seu criador destina ao boneco e em que o arruma para que desça pelo meio do rio, as imagens de sofrimento, dor e isolamento não são atenuadas. Ao contrário, a visão do “Judas feito Asvero”, quando desce na correnteza rio abaixo, desencadeia o processo catártico dos ribeirinhos, dando vazão à fúria da população em forma de imprecações, pedras e tiros de rifle, certamente os tiros das duzentas balas que lhe serviram como parte dos 800\$000 da conta da venda de si mesmo:

Então os vizinhos mais próximos, que se adensam, curiosos, no alto das barrancas, intervêm ruidosamente, saudando com repetidas descargas de rifles, aquele bota-fora. As balas chofram a superfície líquida, erriçando-a; as balas cravam-se na embarcação, lascando-a; atingem o tripulante espantoso; trespassam-no (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 295-296).

As palavras escolhidas por Euclides, marcadas pela presença de fonemas oclusivos e fricativos, como podemos notar na citação, acentuam a aspereza do discurso e reforçam o seu gosto pela descrição impregnada de mais do que o olhar pode ver. Mais uma vez comparece no texto a palavra *ruidosamente*,

que nos remete ao início do conto, à complacência de Deus diante da “alegria feroz” dos seringueiros em seu único dia de festa, na véspera daquele que será o primeiro de tantos outros a se repetir, enquanto a frase dita a Asvero também se repetirá incansavelmente: “Caminha, desgraçado!” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 296). E o desgraçado é um misto de demônio e truão, cada vez mais se afastando da graça divina, preso a sua jangada, à vida, sem direito até à morte: não à toa, Judas feito Asvero caminha desgraçadamente no meio do rio; não à toa, a visão que o narrador tem é a de uma sombra “ao cair das tardes e ao subir das manhãs”; não à toa, o trajeto que empreende é, num momento de silêncio, “um ‘estirão’ retilíneo e longo”, enquanto, em outros, “contorneia a arqueadura suavíssima de uma praia deserta” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 296). O condenado, o proscrito, o monstro-homem esculpido pelo seringueiro à sua imagem vive sem viver; ele não morre, mesmo com as pedras atiradas, os tiros engatilhados, os convíncios lançados, a correnteza incerta do rio que o deixa à deriva, em sua solidão que já não é mais única: outros bonecos-fantasmas vêm juntar-se a ele, “outros sócios de infortúnio”, “outros aleijões apavorantes” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 296).

O leitor já não consegue mais saber se os “fantasmas vagabundos” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 297) são os Judas criados pelos seringueiros-artistas a cuja obra pronta (à malhação, ao infortúnio) assistiram assombrados os seus filhinhos; se são os Judas feitos Asvero no caminhar sem início e fim, presos às jangadas e à vida, desejosos da morte; se são os próprios seringueiros, cada um seguindo em sua *via crucis* antissacra até o próprio enforcamento:

ora muito rijos, amarrados aos postes que os sustentam, ora em desengonços, desequilibrando-se aos menores balanços, atrapalhadamente, como ébrios; ou fatídicos, braços alçados, ameaçadores, amaldiçoados; outros humildes, acurvados num acobramento profundo; e, por vezes, mais deploráveis, os que se divisam à porta de uma corda amarrada no extremo do mastro

esguio e recurvo, a balouçarem, enforcados... (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 296-297).

Os monstros-homens-fantasmas, nas últimas palavras do conto, estão finalmente em procissão: “lá se vão, em filas, um a um, vagorosamente, processionalmente, rio abaixo, descendo...” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 297). Não estão eles, no entanto, na procissão sagrada dos sete dias da Semana Santa, mas na procissão do calvário para a crucificação, que é todo dia, repetida *ad infinitum*. O seringueiro está em suicídio permanente na sua caminhada infinita.

3 Por uma cartografia lírica dos desditos

O escritor Euclides não parece ver tanta possibilidade assim de remissão à situação dos seringueiros: a missão do diplomata, em cumprimento à responsabilidade que assumiu, e a missão da jovem República brasileira – com seus olhos transatlânticos de Gobineau – nada parecem ter a dizer ou querer fazer a respeito. Foi preciso que o escritor-viajante cartografasse a poesia dos desditos, eivando-a de ambiguidades, dúvidas, assombros, vertigens, no abismo silencioso das reticências, na aspereza dos fonemas e no infinito de palavras extensas, longas como o rio em que se arrasta vagabunda a jangada de Judas feito Asvero, tornando-se o substantivo composto que dá título ao conto: o Judas-Asvero em busca da morte que só encontra vida na “via dolorosíssima” sem fim.

A imagem do sem-fim é aterradora. Nas tradições mitológicas e mítico-religiosas referentes à simbologia da morte, comumente se diz que se chega a uma praia, uma margem, uma terra, quando se atravessa da vida para a morte. Diz Gaston Bachelard, em *A água e os sonhos*, que “a água é um convite à morte; é um convite a uma morte especial que nos permite penetrar num dos

refúgios materiais elementares” (BACHELARD, 2002, p. 58). No conto de Euclides, a terra de onde parte a jangada com o Judas-Asvero despeja-lhe gritos, tiros, pedras das duas margens que delimitam o rio. Não há o outro lado. Não há outra terra. Não há outra margem. Não há nem o pai da terceira margem, personagem de Guimarães Rosa, a esperar algum dia. Nem há também purificação pela água. Nem recompensa pela travessia. O domingo da festa da ressurreição não chegará.

Ao leitor de Euclides da Cunha, fica uma esperança sutil, mimetizada nos “filhinhos” (a delicadeza do uso do diminutivo não poderia ser mais significativa em meio à aspereza e braveza do estilo euclidiano forte e duro, bárbaro mesmo) que tomam para si consciência diante do quadro que lhes pinta o pai, primeiro em um silêncio expectante, maravilhados “assistindo ao desdobrar da concepção” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 294), depois com o olhar que recua diante da obra pronta para melhor ver, e, finalmente, com o grito que antecipa o da figura fantasmagórica do quadro expressionista de Edvard Munch, “vendo retratar-se na figura desengonçada e sinistra do seu próprio pai” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 295). Resta ao leitor a esperança – mínima que seja – representada pelas mulheres e crianças, únicas que Judas-Asvero surpreende, em sua errância rio abaixo, “a subirem, desabaladamente, pela barranca acima, desandando em prantos e clamor” (CUNHA, 1995a, v. 1, p. 296), embora não se possa afirmar, com precisão, se são as crianças e mulheres, se são as barrancas que desandam, de modo que também a terra – mais do que cenário e paisagem – é personagem dessa trama ficcional enigmática e curiosa do conto “Judas-Asvero”.

Enquanto isso, o deserto – o sertão adusto da caatinga, o sertão infernal da floresta – continua sendo o rio por onde correm sem termo os retirantes em solidão, os fantasmas em errância. O deserto, “com a sua feição sugestiva de imensas cidades mortas, derruídas...” (CUNHA, 1995d, v. 2, p. 139), será (ou seria, se

a morte tão trágica e precoce não tivesse levado o homem arrebatado de paixão⁵, ainda antes de completar definitivamente sua vingança pelas palavras) o espaço de onde a arte extrai a matéria-prima que o narrador ou o poeta – estes sempre malditos – criam e recriam a estória para contar a história de luta do homem e da terra sem história.

** Anélia Montechiari Pietrani é Professora Associada de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras - UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas - UFRJ. Doutora em Letras - Literatura Comparada pela UFF (2005) e Mestre em Letras - Literatura Brasileira pela mesma universidade (1998). Líder do Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura*

5 “Doze anos após o massacre de Canudos, e três depois de retornar da Amazônia, Euclides da Cunha teve um fim trágico. Sua trajetória sentimental apresenta, por ironia, paralelos com as peripécias de Antônio Conselheiro, o personagem que tentou esboçar nas páginas de Os sertões. Ambos tiveram o destino marcado pelo adultério das esposas, pela vendetta entre suas respectivas famílias e as de seus inimigos e pelas posições que tomaram perante a República, um se opondo e o outro apoiando e depois criticando o novo regime. [...] Como o Conselheiro, o destino de Euclides também foi marcado pela República. Conheceu Ana, sua futura mulher, no dia seguinte à proclamação, em reunião à noite, na casa do pai desta, o major Solon Ribeiro, um dos líderes do golpe que derrubou a Monarquia. Nessa mesma noite, teria escrito, segundo alguns de seus biógrafos, um bilhete a Ana, em que se declarava com as seguintes palavras: ‘Entre aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem’. Euclides morreu, aos 43 anos de idade, em 15 de agosto de 1909, por volta das dez e meia de uma manhã chuvosa de domingo, em tiroteio com os cadetes Dinorá e Dilermando Candido de Assis, amante de sua mulher: ‘Vim para matar ou morrer.’ Com essas palavras, e um revólver na mão, Euclides entrou na casa dos irmãos na Estrada Real de Santa Cruz, atual Avenida Suburbana, no bairro da Piedade, no Rio de Janeiro, conforme estes declararam no inquérito.” As palavras são de Roberto Ventura (2003, p. 258-260).

Referências

ALVES, A. C. Espumas flutuantes. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997. p. 71-208.

ASSIS, J. M. M. Quincas Borba. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994. v. 1, p. 641-806.

BACHELARD, G. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BANDEIRA, M. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Roaunet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

BOSI, A. Sob o signo de Cam. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 246-272.

CUNHA, E. da. À margem da história. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995a. v. 1, p. 247-425.

CUNHA, E. da. Contrastes e confrontos. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995b. v. 1, p. 123-245.

CUNHA, E. da. Epistolário. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995c. v. 2, p. 621-752.

CUNHA, E. da. Os sertões. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995d. v. 2, p. 97-515.

CUNHA, E. da. Outros contrastes e confrontos. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995e. v. 1, p. 427-523.

HARDMAN, F. F. *A vingança da Hileia*: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HATOUM, M. Uma carta de Bancroft. In: _____. *A cidadeilhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 23-28.

ISIDRO PEREIRA, S. J. *Dicionário grego-português e português-grego*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1976.

MILTON, J. *Paradise lost*. Introdução e notas de David Hawkes. New York: Barnes and Nobles, 2004. (Barnes and Nobles Classics).

PAZ, O. *O arco e a lira*. Tradução de Ari Roiman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ROSA, J. G. A terceira margem do rio. In: _____. *Primeiras histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 77-82.

SOUZA, R. de M. *A geopoética de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

VENTURA, R. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha* – esboço biográfico. Organização de Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.86

CONTRIBUIÇÃO DE EUCLIDES DA CUNHA À FORMAÇÃO DO PENSAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL

Fabiana Figueira Corrêa*

“(...) Temos sido um agente geológico nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia. É o que nos revela a nossa história”

Euclides da Cunha, 1903

Em termos acadêmicos, admite-se que o pensamento ambiental mundial nasceu no século XX e consolidou-se a partir da década de 50, após a criação da União Internacional para Proteção da Natureza, entidade com forte identidade científica ligada à Organização das Nações Unidas, em 1948, e com a realização da Conferência Científica das Nações Unidas sobre a conservação e utilização dos recursos, realizada em 1949. Desta forma, podemos admitir que a tônica do pensamento ambiental mundial na década de 50 remete-nos a uma preocupação científica e acadêmica, encontrando-se restrita a este meio.

Uma análise, mesmo que despretensiosa de documentos históricos, de literatura, de artigos científicos e jornalísticos, anteriores aos períodos considerados acima leva-nos a questionar a atribuição da consolidação do pensamento ambiental à década de 50 do século XX. Talvez possamos considerar que o pensamento ambiental tornou-se oficial enquanto uma preocupação científica clara na década de 50, mas esta foi a

resultante de um caminho traçado em séculos anteriores. Considerando particularmente a realidade brasileira, podemos ir além deste questionamento e admitir que o pensamento ambiental não somente se expressa em período bem anterior à década de 50 do século XX, já que podemos buscar suas raízes em documentos datados do século XVIII, sendo sua natureza endógena, como defende José Augusto de Pádua: “... a evolução da consciência ecológica não deve ser considerada, como querem alguns, uma resposta exógena, tardia e regressiva ao mundo moderno. (...) A crítica ambiental desenvolveu-se, e continua a se desenvolver, como um questionamento endógeno ao universo da modernidade.” (Pádua, J.A., 2004, p.30). Pretendemos com este artigo, delinear um quadro simplificado do pensamento ambiental no Brasil, ressaltando a participação efetiva e significativa do escritor Euclides da Cunha na definição dos rumos deste pensar.

José Augusto de Pádua, em seu livro *Um Sopro de Destruição*, considera que a gênese do pensamento ambiental brasileiro ocorreu na Universidade de Coimbra, sob a influência do naturalista italiano Domenico Vandelli (1735 – 1816), que estabeleceu-se em Portugal durante o governo do Marquês de Pombal. Formou-se nesta época uma geração ilustrada luso-brasileira, representada pelo primeiro grupo de intelectuais brasileiros, nascidos na então colônia portuguesa, mas que ao efetivar seus estudos acadêmicos em Coimbra, absorviam as concepções da filosofia natural e depois, ao retornarem para o Brasil, eram capazes de fazer uma nova leitura do panorama encontrado. José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838) foi um dos intelectuais de destaque dentro deste grupo inspirado pelas ideias de Vandelli. Os intelectuais brasileiros da época apresentavam uma visão crítica favorável ao rompimento com o antigo padrão exploratório que a Coroa estabelecia com a colônia, mas não defendiam o rompimento dos laços estabelecidos entre o Governo Português e o Brasil. Podemos considerar como marco fundador do pensamento ambiental brasileiro a obra de Baltasar da Silva Lisboa, de 1786, intitulada “Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa,

acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil”. Baltasar se apoiava na racionalidade científica, especificamente nos princípios da filosofia natural, como agente transformador capaz de contribuir para o bem comum. A crítica ambiental deste período focava principalmente as questões agrárias e florestais, deixando o ambiente urbano fora do âmbito das discussões teóricas. Faz-se necessário considerar que os intelectuais brasileiros do século XIX não dissociavam a crítica ambiental dos demais problemas estruturais que se manifestavam no processo geral de formação de um novo país, ou seja, a crítica ambiental associava-se às questões econômicas e sociais, e, considerando a proposição essencial do trabalho de José de Bonifácio, podemos tomar como síntese da crítica ambiental deste período que “os grandes problemas ambientais do país só poderiam ser enfrentados no contexto de uma mudança geral nas estruturas, práticas e mentalidades nele dominantes” (Pádua, J.A., 2004, p.284).

A abolição da escravatura e a chegada da república não trouxeram avanços significativos no campo da reorganização social e econômica da sociedade brasileira. Os interesses da oligarquia rural foram mantidos e, apesar da mudança de perfil da mão de obra empregada no campo, os problemas ambientais decorrentes da relação exploratória com o campo foram perpetuados. No contexto do novo regime que consolidava-se no Brasil do final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, Euclides da Cunha colocou-se como observador crítico do cenário político e social, e, inevitavelmente, imprimiu a seus textos as cores de uma nova crítica ambiental, associada ao sentimento de nacionalidade próprio às suas denúncias.

Euclides da Cunha tem um papel de destaque entre os intelectuais da Primeira República por sua obra composta por artigos, relatórios, prosa literária e poesia, através dos quais expressava opiniões e defendia teses que versam sobre política (interna e externa), etnopolítica (com as polêmicas ideias sobre os tipos étnicos que formavam a população brasileira) e ecopolítica. Em relação a este último tema, foco pretendido neste artigo, Euclides da Cunha destacou-se de outros intelectuais de

seu tempo, pois “foi rigorosamente o primeiro intelectual brasileiro a cultivar e externar preocupações com o meio ambiente, inclusive fazendo da ecologia um tema político, de propostas de ações políticas” (Rosso, M., 2009, p. 37). Podemos discordar de Mauro Rosso no que diz respeito a Euclides da Cunha inaugurar a crítica ambiental no Brasil ao considerarmos os intelectuais do período de Colônia e Império que também manifestaram-se em relação ao tema, mas devemos concordar com os aspectos relativos ao “cultivar e externar preocupações com o meio ambiente”. No que diz respeito à proposição de questões políticas, consideramos, ainda, que Euclides da Cunha apresentava uma habilidade inigualável, e mesmo inovadora dentro do contexto da intelectualidade brasileira de seu tempo, capaz de transitar por ambientes tão distintos e escrever sobre eles, com refinada crítica ambiental, baseada não apenas em sua observação, mas em análises apoiadas nas ideias e conceitos mais modernos dentro do panorama científico que ele prezava. Euclides da Cunha foi capaz de perceber a relação da sociedade com o ambiente natural com olhos críticos e embasamento científico, estando em um passeio de bonde pela cidade do Rio de Janeiro, em um trem pelo interior de São Paulo ou em uma canoa no Rio Purus, no Acre. Diferente dos intelectuais do período republicano, Euclides da Cunha não ficou estrito ao ambiente agrário.

Podemos atribuir a um texto publicado no jornal dos alunos do colégio Aquino, no Rio de Janeiro, *O Democrata*, de 1884, a primeira manifestação da crítica ambiental de Euclides da Cunha. E neste artigo, escrito aos 18 anos, o autor apresentou um questionamento – precoce ao seu tempo – quanto às consequências geradas ao ambiente natural em função da apropriação de seus recursos pelo homem. Assim escreveu Euclides da Cunha, valendo-se de sua jovem visão crítica:

Ah! Tachem-me muito embora de antiprogressita e anticivilizador, mas clamarei sempre e sempre: - o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! E a humanidade, não será dos céus que há de partir o grande “Basta” (botem b grande) que ponha fim a essa comédia

lacrimosa a que chamam vida; (...) não finar-se-á o mundo ao rolar da última lágrima e sim ao queimar-se o último pedaço de carvão de pedra.” (Cunha, E., in Rosso, M., 2009, p. 95 – 96)

Euclides da Cunha também expressou poeticamente sua crítica ambiental no poema *Em Viagem*, onde escreve: “Me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!” (in Rosso, M., 2009, p.86). Com estes versos o autor contextualiza a sua crítica ao meio urbano, diferenciando-se dos intelectuais do período de Colônia e Império, que apresentavam um enfoque essencialmente para o meio agrário. Com este posicionamento, Euclides da Cunha aproxima-se das preocupações ambientais discutidas em nosso século, cuja preocupação com as grandes cidades é um dos principais enfoques da crítica ambiental atual.

Nos artigos *Fazedores de Desertos* (publicado em 1901, em *O Estado de São Paulo*) e *Viajando* (publicado em 1903, em *O Estado de São Paulo*, e também publicado sob o título *Entre Ruínas*, em 1904, em *O Paiz*), Euclides da Cunha dirigiu sua crítica ambiental ao próprio avanço da humanidade sobre o ambiente natural, explorando seus recursos e alterando seus ciclos e equilíbrio homeostáticos implícitos. Consideremos ainda a preocupação demonstrada por Euclides da Cunha em relação às mudanças climáticas que já eram observadas no interior paulista a bem mais de um século atrás, isso em uma época em que a mídia e a ciência ainda não falavam de tais mudanças, podemos admitir que o autor vai além deste reconhecimento, pois também aponta suas possíveis causas, e imprimiu, em sua crítica, a prevalência de valores econômicos em detrimento da preservação do patrimônio natural, como percebemos no trecho a seguir, extraído do artigo *Fazedores de Desertos*:

E o que observa quem segue, hoje, pelas estradas do oeste paulista. Depara, de momento em momento, perlongando as linhas férreas, com desmedidas rumas de madeira em achas ou em toros, aglomeradas em volumes consideráveis de centenas de esteres, e progredindo, intervaladas, desde Jundiá ao extremo de todos os ramais.

São o combustível único das locomotivas. Iludimos a crise financeira e o preço alto do carvão-de-pedra atacando em cheio a economia da terra,

e diluindo cada dia no fumo das caldeiras alguns hectares da nossa flora. (Cunha, E., 1975, p. 189)

Euclides da Cunha não apontou apenas as necessidades de suprir as linhas férreas e suas máquinas como agente modificador de meio natural, mas também, e principalmente, a forma pela qual os homens de seu tempo utilizavam a terra para agricultura. Com pouca, ou nenhuma, preocupação em somar conhecimentos tecnológicos, já disponíveis naquela época, que pudesse otimizar a produção sem sobrecarregar a terra cultivada com um desgaste desnecessário, o homem do século XIX e início do século XX apenas reproduzia, em larga escala, as técnicas copiadas dos índios pelos colonizadores: queimar para fazer a roça. No entanto, é necessário ressaltar que a prática indígena atendia a uma cultura de subsistência, associada ao nomadismo das populações, o que permitia à terra tempo suficiente para sua regeneração. Estas características que demonstram uma convivência em equilíbrio com o ambiente natural não foram copiadas pelos colonizadores, nem pelo homem contemporâneo à Euclides da Cunha.

Euclides da Cunha posicionou-se de forma enfática sobre um dos principais problemas ambientais de sua época, que infelizmente, persiste em todo nosso país nos dias de hoje, as queimadas. Apesar de todas as informações amplamente divulgadas por cientistas, técnicos, ambientalistas e jornalistas, apontando todos os aspectos negativos das queimadas, que passam pelo empobrecimento do solo, pela ameaça à flora e fauna nativas e pela saúde da população, ainda persiste, entre nós, essa prática “selvagem” e “primitiva”. E assim, o que Euclides da Cunha escreveu a seu tempo, parece-nos reportagem atual. Talvez possamos considerar que seja com pesar que nosso autor, ao final do texto *Fazedores de Desertos*, concluiu que o homem, frente às grandezas da natureza limitou-se à conduzi-la à extinção, diante a sua incapacidade ou falta de propriedade em dominá-la de forma consciente e séria, considerando que “o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem

as encadeia num esforço consciente e sério. Extingue-as”. (Cunha, E., 1975, p. 191)

Interessa ainda observar, no artigo *Viajando*, outro aspecto da crítica ambiental de Euclides da Cunha que é contemporânea ao nosso tempo: a indissociável ligação do homem com o ambiente natural no qual está inserido. O homem interfere, modifica, usufrui, altera e sofre simultaneamente as consequências desta interação dinâmica. Neste artigo, Euclides da Cunha analisa alguns aspectos relativos ao desgaste que o ambiente natural do Vale do Paraíba vinha sofrendo por interferência humana, demonstrando-nos uma relação direta entre causa e efeito. Apresentando-nos a causa, ele escreveu:

A terra, uma terra antiga cortada pela estrada real três vezes secular que ia do Rio a São Paulo, vai tornando-se cada vez mais desabrigada e pobre. Tumultuando em colinas desnudas, de flancos enterroados; afundando em pequenos vales sem encantos (...) – nada mais revela da opulência incomparável que por três séculos (...) fez do vale do grande rio, alterado num socalco de cordilheiras e recamado de matas exuberando floração ridente, o cenário predileto de nossa história. (...) (Cunha, E. in: Rosso, M., 2009, p. 327)

As consequências desta relação exploratória com as valiosas terras do Vale do Paraíba para a economia brasileira, Euclides da Cunha apresentou habilmente os efeitos decorrentes:

As estradas são ermas. De longe em longe um caminhante. Mas é também um decaído. Não é daqueles caboclos rijos e mateiros, que abriram neste vale as picadas atrevidas das “bandeiras”. O caipira desfibrado, sem o desempenho dos titãs bronzeados que lhe formam a linha obscura e heroica, saúda-nos com uma humildade revoltante, esboçando o momo de um sorriso deplorável, deixa-nos mais apreensivos, como se vivêssemos uma ruína maior por cima daquela enorme ruinaría da terra. (Cunha, E. in: Rosso, M., 2009, p. 328)

Encerrando esta breve análise da crítica ambiental euclidiana antes de sua emblemática presença no sertão baiano, ressaltamos uma citação quase profética, que encerra o artigo supracitado, onde Euclides

da Cunha mais uma vez evidenciou a ligação homem – natureza, com causa e efeito: “... todas as sombras de um povo errante que morreu, errantes, sobre uma natureza em ruínas.” (Cunha, E. *in*: Rosso, M., 2009, p. 328) É inevitável chegarmos a mesma conclusão temerosa que o autor, a destruição do ambiente natural recairá de forma desastrosa sobre a humanidade.

Para acompanhar o desenvolvimento do pensamento ambiental euclidiano, é necessário analisarmos alguns aspectos abordados por ele em seu livro máximo. Euclides da Cunha abre *Os Sertões* com uma rica descrição das características físicas, geográficas e biológicas da terra brasileira, especificamente do sertão nordestino. Seu discurso entrelaça, de forma primorosa, os princípios científicos mais acertados em seu tempo com uma beleza poética própria a poucos autores que conseguem unificar, no mesmo texto, ciência e arte. Euclides apresenta *A Terra* como um organismo vivo, apresenta-nos sua gênese, suas transformações, suas características dinâmicas, orgânicas, vivas. Em coerência com esta visão, o autor nomeia de forma própria a *Terra* com inicial maiúscula, reforçando sua condição de organismo onde a “terra se apresenta como sujeito dotado de força vital” (Souza, R. M., 2009, p. 23). Nosso autor antecipou-se assim, ainda no início do século XX, a uma corrente científica apresentada apenas na segunda metade do mesmo século, em 1969, pelo cientista inglês James Lovelock: sua identificação da Terra como organismo vivo está em perfeito acordo com a hipótese de Gaia (em homenagem a deusa que representa a Terra na mitologia Grega), defendida por este cientista. Segundo a hipótese de Gaia, todos os seres vivos estão ligados entre si e com o ambiente físico, considerando a Terra como um organismo vivo, sendo a própria vida na Terra a criar as condições para sua sobrevivência.

As formas pelas quais Euclides da Cunha apresentou a Terra em *Os Sertões* são diversificadas, em alguns momentos evidenciou as características físicas, considerando que “as forças que trabalham a terra atacam-se na contextura íntima e na superfície, sem intervalos na ação demolidora, substituindo-se com intercadência interminável, nas duas

estações únicas da região.”(Cunha, E., 1979, p.) Em outros momentos o autor valorizou as características biológicas, retratando com fidelidade científica o bioma caatinga, com “árvores sem folha, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante”(p. 29). Como a trama de galhos, ramos e espinhos, nas quais enredam-se a flora da caatinga, Euclides da Cunha trançou palavras levando-nos também a um mergulho neste ambiente agreste através de sensações experimentadas pelo homem que não lhe pertence, ao qual “a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar, agride-o, estonteia-o, enlaça-o na trama espinescente e não o atrai, repulsa-o com as folhas urticantes, com os espinhos, com os gravetos estalados em lanças” (p.29).

Mesmo quando Euclides da Cunha remeteu-se diretamente ao conflito que desenrolou-se em Canudos, em *A Luta*, encontramos referências ao ambiente natural com um elemento vivo e atuante no próprio conflito. Podemos perceber essa colocação de forma bem clara quando o autor descreve *a guerra das caatingas*, onde caracteriza este bioma tipicamente brasileiro e integra o sertanejo ao mesmo, antecipando, então, a visão defendida pela ecologia nos dias atuais, em que o homem é parte integrante do meio em que vive e que, portanto, sua sobrevivência depende das relações equilibradas estabelecidas com ele. Quando Euclides da Cunha retrata em seu texto a relação dos soldados com a caatinga demonstra a estranheza entre ambos. O soldado é o *elemento estranho* e despreparado ao ambiente que não o acolhe, como percebemos no trecho a seguir:

“Circuitam-nos, estonteadamente, os soldados. Espalham-se, correm, à toa, num labirinto de galhos. Caem, presos pelos laços corredios dos quipás reptantes; ou estacam, pernas imobilizadas por fortísimos tentáculos. Debatem-se desesperadamente até deixarem em pedaços as fardas, entre as garras felinas de acúleos recurvos das macambiras.” (Cunha, E., 1979, p.164)

No entanto, quando o autor refere-se às relações estabelecidas entre o sertanejo e a caatinga, reforça os laços da relação intrinsecamente equilibrada que lhes permitem a coexistência homeostática, onde a “flora agressiva abre ao sertanejo um seio carinhoso e amigo” (Cunha, E., 1979, p.165), já que flora e sertanejo cercam-se de “relações antigas. Todas aquela árvores são para ele velhas companheiras. Conhece-a todas. Nasceram juntos; cresceram irmamente; cresceram através das mesmas dificuldades, lutando com as mesmas agruras, sócios dos mesmos dias remansados” (Cunha, E., 1979, p. 165 - 166).

A crítica ambiental de Euclides da Cunha desloca-se, como ele, pelos diferentes biomas brasileiros, o que nos leva a considera-lo efetivamente como um permanente viajante em seu próprio país. Em tempos de Rio de Janeiro e São Paulo, o seu foco foi a Mata Atlântica; no sertão baiano, vivenciou e debulhou as ricas relações da caatinga e sua gente; na Amazônia, seu posicionamento não poderia ser diferente. Antes de penetrar neste território, que fascina desde sempre brasileiros e estrangeiros, Euclides da Cunha tratou de estudar tratados naturalistas e relatórios de viagens focados no ambiente amazônico. Antes de percorrer os caminhos amazônicos, os textos escritos por Euclides da Cunha baseavam-se em sua interpretação e conclusão dos estudos de trabalhos de naturalistas como Humboldt, Von Martius, Agassiz e Wallace, que entre outros, apresentavam a Amazônia sem o olhar brasileiro. Os artigos escritos por ele eram impregnados de ciência, predominado a visão do mundo baseada no determinismo geográfico e no evolucionismo, não desprezando também o darwinismo social. Ou seja, Euclides da Cunha, antes de vivenciar propriamente a Amazônia, cercou-se de conhecimentos e valores científicos mais modernos em seu tempo e foi a partir desta visão científica pré-concebida que passou a explorar o ambiente em questão e a reestruturar sua concepção pautada na visão essencial do brasileiro, que sempre fez questão de ser.

Nos textos amazônicos podemos perceber a Amazônia através do olhar crítico de Euclides da Cunha, ampliando nossa percepção de Brasil, sua grandiosidade geográfica, social e ambiental, o que pode nos

auxiliar na consolidação do sentimento de pertencimento a uma mesma nação. Euclides da Cunha descreveu um ambiente desconhecido da maioria dos brasileiros contemporâneos seus não como se fosse um viajante naturalista estrangeiro, mas sim como um brasileiro que descobre seu próprio território, seu próprio país. Em *A Margem da História* somos convidados pelo autor a descortinar este ambiente desconhecido ao homem que vive mais ao sul, imaginando que “a flora ostenta a mesma imperfeita grandeza”(Cunha, E., 2009, p. 2), e ao seguir pela “mata vai com a vista embotada no verde negro das folhas; e ao deparar, de instante em instante, os fetos arborescentes emparelhando em altura com as palmeiras, e as árvores de troncos retilíneos e paupérrimos de flores (p.2).

Não podemos deixar de considerar, também, a comparação possível entre a grandiosidade do autor refletindo na própria grandiosidade do país. O desafio de desvendar um país de dimensões continentais, com disparidades cortantes, diversidades volumosas e distâncias preenchidas por desertos, só pode ser vencido por um escritor de visão ampliada, de espírito sem amarras e com uma coragem desmedida. Os escritos amazônicos afloram de um talento inigualável, capaz de atribuir à realidade – muitas vezes opressora - palavras impregnadas de brasilidade e de cores libertadoras pela crítica precisa e fiel. Sendo assim, por um viés não literário alcançamos a mensagem euclidiana de nacionalidade, de importância da percepção e compreensão da complexidade de relações entre o homem e o ambiente amazônico, para que seja mantido um sistema de equilíbrio de forças e valores. E esta mensagem deixada por Euclides da Cunha, há mais de um século, é de uma contemporaneidade assustadora, que se coloca à frente até mesmos de vivências e reflexões mais ousadas em relação à temática socioambiental. Não podemos deixar de considerar que o cerne da crítica ambiental euclidiana encontra-se o homem. A relação do homem com o ambiente natural expressa-se, por vezes, de forma antagônica, pois ao mesmo tempo que o homem é colocado como o agente nefasto que devasta a floresta para alimentar as máquinas à vapor, o homem também sucumbe à força determinista do

ambiente natural. Com esta visão de ciência determinista, Euclides da Cunha admite que “a volubilidade do rio contagia o homem”, já que no “diante o homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário, que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase afugentando-o e espavorindo-o” (Cunha, E., 2009, p.7)

Os escritos amazônicos de Euclides da Cunha permitem-nos uma análise ampla, e ainda não totalmente explorada, por diferentes olhares, pois nos permitem transitar da cartografia à biologia, da hidrografia à antropologia, da política internacional à imperiosa necessidade de construção de uma identidade nacional. Sendo assim, é impossível em um breve artigo o aprofundamento em cada um destes olhares. Mas não podemos encerrar as considerações sobre esse ciclo de escritos euclidianos sem mencionar as referências comparativas estabelecidas por Euclides da Cunha em relação aos caucheiros e seringueiros e suas respectivas relações com a floresta. Os primeiros, de nacionalidade preferencialmente peruana, exploradores do caucho, uma árvore da qual se extrai a borracha a partir de sua derrubada (*Castilloa brasiliensis*). Para ele “o caucheiro, eterno caçador de territórios, não tem pega sobre a terra” (Cunha, E. 2009, p. 25), sendo, pois, um “caçador de árvores” (p. 25), ao que podemos deduzir que entre caucheiros e o caucho a relação é claramente predatória e destrutiva. Os segundos, brasileiros isolados em sua própria nação, explorados pelos “barões da borracha”, que drenavam o látex do qual se produzia a rica borracha, sem matar a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e estabelecendo uma relação onde sua sobrevivência dependia da existência e perpetuação desta árvore. Em todos os textos, sejam eles de conotação política, de crítica ambiental ou de pura beleza literária, como *Judas Ahsverus*, o que Euclides da Cunha explicita é a relação cooperativa, ousamos dizer protooperativa, entre o seringueiro e a seringueira, o que na visão atual das discussões e teoria ecológica mais atuais reconhecemos como desenvolvimento sustentável. Ao comparar a atuação frente aos recursos naturais amazônicos destes dois tipos humanos que habitavam a Amazônia por ele vivenciada, Euclides

da Cunha abre-nos a possibilidade de discutirmos os confrontos entre a exploração predatória e sustentável de seus recursos naturais.

Em concordância com Rosso, M., encerramos as breves e limitadas considerações sobre o ciclo amazônico de Euclides da Cunha, reforçando a sua capacidade em antecipar-se à seu tempo no que diz respeito à sua crítica ambiental, uma vez que o autor “prevendo o debate que iria surgir no mundo mais tarde, pleiteava uma civilização brasileira que confrontasse os interesses globais, pois temia que *a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, como se destaca um mundo de uma nebulosa.*” (ROSSO, M., 2009, p 47). Ousemos refletir sobre as considerações de Euclides da Cunha: qual o brasileiro conectado às questões ambientais que nos aflige nos dias atuais, não preocupa-se com a possibilidade da perda da soberania nacional sobre o território amazônico, sujeito às ações de missionários de causas duvidosas, biopirataria, narcotraficantes, descaso político, desamparo social, conflito de terras, pressões do agronegócio internacional e uma silenciosa, porém perigosa, disputa pelas reservas de água doce do planeta? Preocupa-nos hoje, já na segunda década do século XXI. Mas, Euclides da Cunha já apresentava, de forma muito clara, e embasa cientificamente, essa preocupação nos primeiros anos do século passado.

Em relação à evolução do pensamento ambiental brasileiro, precisamos reconhecer a importância crucial da contribuição da obra de Euclides da Cunha, antevendo questões amplamente discutidas nos dias atuais, propondo uma nova interpretação do Brasil, almejando alcançar a integridade e integração nacional, inserindo o homem como elemento dinâmico no ambiente natural e aproximando a crítica ambiental do ambiente urbano, sempre norteado pelos princípios da ciência redentora do progresso, lema de seu tempo.

Por fim, considerando a proposta de aproximar o autor Euclides da Cunha do ambiente escolar, consideramos que promover a exploração pedagógica da vida e obra do escritor Euclides da Cunha, associando estes fatores ao reconhecimento de nossa própria história e valorização do

espaço sociocultural que ocupamos, é um desafio a ser assumido pelos educadores. Retomar a história de Euclides da Cunha, reconhecendo o contexto na qual ela se desenrola, possibilita o reconhecimento do Brasil através de sua ótica crítica, apresentada com riqueza literária, e nos permite a apropriação do universo euclidiano. Esta pode não ser uma das tarefas mais fáceis, mas exatamente por ter um caráter desafiador pode gerar resultados surpreendentes e recompensadores. É certo que o pouco tempo para o trabalho com alguns fragmentos de textos euclidianos não tornamos os alunos, especialistas, mas podemos plantar sementes de paixão, admiração e orgulho por esse escritor brasileiro, cuja identidade cultural deve ser cultivada. Trabalhar diretamente com os textos euclidianos, vencer o desafio de sua leitura e poder compartilhar sua compreensão com outros leitores, aproxima-nos do universo euclidiano, permitindo constatar a contemporaneidade de seus textos, vencendo a barreira da linguagem ricamente empregada pelo escritor e estreitando realidades distanciadas não apenas geograficamente, mas também por mais de um século. Além disso, trazer a obra euclidiana para as aulas de Biologia e Ciências, pela abordagem ambiental, reforça o caráter intertextual de seus textos e permite a prática de atividades interdisciplinares e de transversalidade, tão apregoadas nos meios pedagógico.

Para encerrar, resta-nos, então, uma reflexão: estava Euclides da Cunha muito à frente de seu tempo ou estamos nós muito atrasados e descompromissados com o nosso próprio tempo? Vivendo em tempos atuais, com todos os aparatos tecnológicos disponíveis e toda facilidade de circulação de informação e ideias ao nosso alcance, qual deve ser nosso posicionamento frente às questões colocadas por Euclides da Cunha? Qual deve ser a nossa atuação frente às questões socioambientais que nos são colocadas de forma urgente? Acreditamos que podemos responder a essa indagação apoiando-nos nas palavras do próprio Euclides da Cunha: **“ou progredimos ou desaparecemos”**.

**Fabiana Corrêa, Bióloga e escritora, Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000019.pdf>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2009. TROCAR A REFERÊNCIA

CUNHA, Euclides da. **Contrastes e Confrontos**. Rio de Janeiro, Editora Record, 1975.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões (A Campanha de Canudos)**. 28ª Edição. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, S.A., 1979.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de Destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista, 1786 – 1888**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2004.

ROSSO, Mauro. **Escritos de Euclides da Cunha: política, economia e etnopolítica (organização, introdução e notas)**. Rio de Janeiro, Editora PUC – Rio, 2009.

SOUZA, Ronaldo de Melo. **A Geopoética de Euclides de Cunha**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2009.

DO PENSAMENTO EUCLIDIANO E DA EVOLUÇÃO DA TUTELA JURÍDICO-AMBIENTAL NO BRASIL

Igor Ferreira dos Santos*

Ressalvados controversos posicionamentos que relegam a discussão da questão ambiental a um lugar secundário nas pautas de interesse global, quer negando a existência de fenômenos cientificamente comprovados, quer relativizando a importância do engajamento para identificação de remédios às adversidades deles decorrentes, predomina, nas mais diversas áreas, a necessidade de se estabelecer ampla discussão sobre as relações entre o ser humano e os fatores bióticos e abióticos que compõem o meio ambiente, tornando-se ponto nodal para as projeções da própria posteridade humana.

A preocupação é justificável, sobretudo se considerada a recorrência com que alarmes naturais expressivos têm soado ao redor do planeta, indicando a imprescindibilidade da alteração de formas de manipulação dos fatores pelo ser humano. O pensamento consolidado nesse sentido, no entanto, é recente, embora não o seja a relação predatória entre homem e natureza.

Como nos lembra Fabiana Corrêa (2012, p. 23), o pensamento ambiental, sob a ótica de expressiva parcela da comunidade acadêmica, se consolidou no início da década de 50, tendo como fatos fundamentais de seu assentamento a criação da União

Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), em 1948, e a realização da Conferência Científica das Nações Unidas Sobre a Conservação e Utilização dos Recursos, em 1949.

Adriano Fabri (2014, p. 02), por sua vez, destaca o papel decisivo das organizações não governamentais, criadas na década de 60, na difusão das discussões ambientais e na mobilização da sociedade civil e artística no que tange à problematização daquilo que chama de crise civilizatória. Pontua, ademais, de que forma essa atuação em expansão teria auxiliado na tomada de decisões mais coerentes com o pensamento ambiental por parte dos poderes constituídos, a exemplo da proibição de utilização de dicloro-difeniltricloroetano nos Estados Unidos.

É nesse período, também, que surgem as primeiras menções diretas ao meio ambiente enquanto objeto de proteção jurídica.

Pioneiramente, segundo Roberto Macedo (2014), teria o artigo 12 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, colocado a necessidade de proteção do meio ambiente como um fator essencial para a construção da saúde humana. Trata-se, em verdade, de menção indireta, mas que abre portas para o reconhecimento, mais tardiamente, na Declaração de Estocolmo (1972), do meio ambiente como direito fundamental do ser humano, a ser preservado para as gerações vindouras.

A Constituição brasileira de 1988, consagra, igualmente, no Artigo 225, o meio ambiente como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, imputando ao Estado e à coletividade a obrigação por sua preservação. Reconhece-o, pois, como um direito da solidariedade, ou dos povos, ou, ainda, direito fundamental de terceira geração, pressuposto para o exercício de todos os demais. Não por outra razão é que a Carta Política sujeita os praticantes de lesão a este bem jurídico a punições penais e administrativas, sem prejuízo da responsabilidade pela reparação do dano causado.

O avanço acelerado do pensamento jurídico-ambiental na segunda metade do século XX, fortemente influenciado pelo agravamento das respostas do planeta à atuação desregulada do homem, não pode, contudo, ofuscar as importantes anotações que o antecederam e, embora em escala menor e difusa, criaram as bases para seu real desenvolvimento.

Muito antes de a comunidade acadêmica assentir quanto à relevância da discussão ambiental, e bem anteriormente à criação de um consenso internacional para a proteção legal do meio ambiente, alguns pensadores e estudiosos já levantavam, ainda que sem amparo geral, as primeiras impressões sobre o que, em sua visão precoce, se tornaria um dos principais desafios das sociedades contemporâneas à sua própria expansão. Dentre estes indivíduos, encontra-se Euclides da Cunha.

José Carlos Barbieri (2004, p. 937) esclarece, sobre isso, que, apesar de parcela abastada da sociedade contemporânea - onde se incluem os empresários - tachar de “modismo dos países ricos” a implementação de práticas ambientalmente adequadas, supostamente sugeridas sem qualquer legitimidade pelos executores de um sistema de imperialismo de responsável pelo agravamento da situação de crise ambiental, já havia no Brasil colonial pensadores preocupados com a questão ambiental. Cita, entre eles, José Bonifácio (1763-1838), Joaquim Nabuco (1849-1910), André Rebouças (1838-1898), Alberto Torres (1865-1917) e Euclides da Cunha (1866-1909), em sua visão os precursores do ambientalismo socioambiental.

Corrêa (2012, p. 23) corrobora o entendimento. Salienta que a gênese do pensamento ambiental brasileiro teria decorrido da formação, na Universidade de Coimbra, de um grupo de intelectuais nascidos na então colônia e fortemente influenciados pela naturalista italiano Domenico Vandelli (1735-1816). Elenca, ademais, a obra de Baltasar da Silva Lisboa, “*Discurso histórico,*

político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil (1786) como marco fundador dessa linha de pensamento, dirigido, em seu germe, a contestar de forma intrínseca a estrutura social, pautada em um modelo escravista, e seus impactos no meio ambiente.

Mais uma vez, invoca-se Barbieri (2004, p. 937) para lembrar que estes pensadores voltavam sua atenção “para o uso perdulário dos recursos, sendo que para muitos suas críticas se estendiam à escravidão”. Fixavam, pois, suas preocupações no rompimento da estrutura social vigente, especialmente dirigindo-as ao âmbito rural, onde se desenvolvia com maior expressividade quantitativa a prática escravista e o agressivo modelo de exploração da terra.

Nesse sentido, é possível discutir, com o máximo respeito, as conclusões de Mauro Rosso (2009, p. 37) ao elencar Euclides da Cunha como “o primeiro intelectual brasileiro a cultivar e externar preocupações com o meio ambiente, inclusive fazendo da ecologia um tema político, de propostas de ação política”.

Como se viu, a localização da ecologia como mobilizador e, ao mesmo tempo, dependente do rompimento das estruturas sociopolíticas brasileiras já havia sido providenciada por importantes teóricos antes mesmo do nascimento do consagrado autor de *“Os Sertões”*. No entanto, seu pioneirismo, conforme, mais uma vez, preciosa observação da professora Fabiana Corrêa, deve ser reconhecido no objeto de aplicação da ecologia como instrumento político, haja vista que se até o advento da República as preocupações socioambientais eram dirigidas exclusivamente ao ambiente agrário, é em Euclides da Cunha que se alargam os caminhos para a aplicação desta, até então, visionária interpretação da realidade natural, para o restante do país, a exemplo das cidades e dos sertões.

É no artigo *“Em viagem”*, amplamente reconhecido como um dos primeiros trabalhos de Euclides, que este, ainda jovem, dirigindo-se a seus colegas do Colégio Aquino, contrapõe a implementação do desenvolvimento - representada pela expansão da linha férrea no Rio de Janeiro - à preservação ambiental, num evidente anúncio do conflito em que se cimentaria sua obra mais madura, a disputa entre civilização e barbárie. Além disso, o estudante - como nunca deixaria de ser - Euclides enreda em seu poético artigo o pensamento, ainda não assim nominado, do desenvolvimento sustentável, ao alertar que o próprio homem é sujeito responsável pela consumação de sua existência, já que

não será dos céus que há de partir o grande “Basta” (botem b grande) que ponha fim a essa comédia lacrimosa a que chamam vida; mas sim de Londres; não finir-se-á o mundo ao rolar a última lágrima e sim ao queimar-se o último pedaço de carvão de pedra... (CUNHA, 1884)

Euclides foi igualmente responsável por apresentar, pensador multidisciplinar que era, soluções mais técnicas e concretas à minimização dos graves danos causados pelo sistema exploratório e a sua própria reforma. Como relembra o próprio autor, se o próprio homem produziu o deserto “pode extingui-lo ainda, corrigindo o passado” (CUNHA, 2010, p. 92).

Marleine Paula Marcondes e Ferreira de Toledo (2012, p. 102) assinala que, ao analisar a questão das secas no sertão baiano, “a solução definitiva, científico-tecnológica, a seu ver [de Euclides], é a açudagem, a exemplo dos que os romanos fizeram na Tunísia”, o que, em tese, se encontraria de acordo com o moderno uso humanitário da tecnologia. A autora reconhece que a percepção de Euclides, naquele momento, apontava para a busca de soluções institucionais, alterando o modelo de desenvolvimento vigente e ofertando sustentabilidade ao planeta.

Não obstante, talvez a mais crucial e adiantada anotação de Euclides quanto à questão ambiental se espraia por área de conhecimento em que, usualmente, não alocam o pensamento euclidiano: o Direito.

Considera (2017, p. 3345), ao comentar as impressões euclidianas sobre a extração mineral e a exploração da madeira na Amazônia, destaca que o autor “já intuía tratar-se de crime ambiental e de contrabando de espécies”, conceitos jurídicos que, malgrado possuíssem definição restritiva no período em questão, somente foram ressignificados no final do século XX para alcançar a máxima efetividade da proteção ao meio ambiente.

É importante, portanto, situar a colocação de Euclides dentro da sistemática jurídica brasileira a fim de validar, como sugerido, o pioneirismo de sua proposta.

A evolução do pensamento jurídico-ambiental brasileiro

Lemos e Bizawu (2014, p.04) defendem que a evolução do Direito Ambiental no Brasil pode ser dividida em três fases: a primeira se estende do início do processo de colonização, em 1500, até o início do período imperial; em sequência, a segunda fase se estende até a Proclamação da República, e a terceira se inaugura naquele 15 de novembro, protraindo-se no tempo até a atualidade e se subdividindo em três outras – exploração desregrada, fragmentária e holística.

À época do descobrimento – termo que, embora contestado por alguns historiadores, é usualmente utilizado para nominar a chegada dos portugueses a terras brasileiras – vigoravam em Portugal as Ordenações Afonsinas (1446) que, conforme lição de Wainer (1993, p. 192), tratava-se de código legal extremamente evoluído na seara ambiental. Invoca a autora, para sustentar sua afirmação artigos que proibiam, por exemplo, o tráfego de

alimentos para fora do reino e equiparavam o furto de aves às demais espécies de furto, arbitrando indenização a ser paga à vítima pela subtração de acordo com o tipo de ave levada pelo infrator; soma-se a eles a vedação ao corte de árvores frutíferas, tipificando como crime de injúria ao rei.

Fica claro, contudo, que a intenção legislativa envolvida em todas as prescrições mencionadas não guarda relação com a tutela direta do meio ambiente, nem mesmo com a pretensão de protegê-lo como bem comum, necessário ao equilíbrio das vindouras gerações. Pelo contrário.

Ao proibir o furto de pássaros, arbitrando indenização de acordo com a espécie do animal subtraído, pretende-se proteger o patrimônio daqueles que o detém, não causando surpresa, pois, sua assimilação às demais modalidades de furto e a repetição de tratamento dos animais enquanto coisa, entendimento que somente atualmente vem sendo objeto de transformação. De igual forma, a proibição de transpor alimentos para além das fronteiras do reino se destinava a suprir imediata escassez de alimentos, sem qualquer impacto sobre qualquer tipo de uso desmesurado da propriedade, que à época não carecia de obedecer, sequer, às funções sociais.

Quanto ao corte de árvores frutíferas, Lemos e Bizawu (2014, p. 07) defendem que “a preocupação do reino estava relacionada às madeiras e aos frutos que delas brotavam. Não havia preocupação de conservação, haja vista que o interesse buscado era econômico”, podendo a ele se acrescentar a necessidade de regulamentar o uso da madeira, diante de seu emprego na construção de navios neste período das Grandes Navegações.

Não se pode negar que tais medidas, inéditas e evoluídas para a época em que se implementaram, impunham ganhos secundários em relação à proteção ambiental, ainda que o bem jurídico primário a ser protegido não fosse o meio ambiente.

Tal sistemática foi repetida nas Ordenações Manuelinas (1521) em diversos aspectos, como na vedação à destruição de colmeias, em razão do valor econômico do mel, por exemplo. O novo diploma legal, todavia, trouxe avanço ao proibir a utilização de certos tipos de instrumentos na caça de animais, buscando afastar o sofrimento impingido por muitos deles.

Já com o advento das Ordenações Filipinas (1603), as previsões das ordenações anteriores foram mantidas, a elas se acrescentando a previsão de multas e penas àqueles cujos animais danificassem pomares de outrem e também a proibição de lançamento, em rios e lagoas, de materiais que pudessem matar os peixes, produto econômico indispensável à estabilidade do reino.

Como reconhece a própria Wainer (1993, p. 198), a despeito das diversas regras – que, como visto, não se protegia diretamente a biota, mas oferecia mecanismos secundários para tanto – “não estavam enraizados o conceito e o valor de bem público no espírito e na vida prática do homem que nas terras brasileiras se estabeleciam”.

O Regimento do Pau Brasil, de 1605, primeira lei “protecionista” florestal brasileira, tampouco demonstrou preocupações reais com o meio ambiente, sujeitando a sanção os que cortassem madeira sem licença real apenas como forma de fiscalizar os recolhimentos dos tributos referentes a este produto que, em especial, despertou interesse dos portugueses em terras brasileiras.

Sobre o tema, faz Juraci Perez Magalhães importante e oportuna digressão histórica:

Tanto no Brasil como nos demais países do mundo, a situação era a mesma. Protegiam-se os recursos naturais por motivos de ordem econômica. A pressão sobre as florestas era grande em razão do alto consumo de madeira como combustível e outras utilidades. Isto vinha provocando escassez e fazendo os preços subirem verticalmente. Era preciso, pois, fazer alguma coisa. Por essa ra-

zão, os países europeus passaram a editar medidas protetoras. (MAGALHÃES, 2002, p. 25)

Os holandeses, durante a ocupação no Nordeste brasileiro, repetiram o processo (WAINER, 1993, p. 200): vedaram o abate do cajueiro, a poluição das águas e a pesca e a caça cruéis, além de imporem a utilização da propriedade improdutiva, sob pena de sujeição desta a espécie germinativa de “desapropriação” para reforma agrária.

Toda a legislação dita protetiva, em especial a atinente à exploração madeireira, foi inócua diante das crescentes demandas do comércio internacional e da ganância exacerbada daqueles que se assentavam no Brasil, o que importou na transposição da colônia ao Império sem qualquer efetiva modificação do cenário jurídico ambiental.

Com a Independência, a situação agravou-se. A devastação das florestas foi gradativamente ampliando-se para dar lugar às lavouras de cana-de-açúcar e “o desmatamento e o comércio de madeiras eram incentivados pela necessidade de renda para o Tesouro” (LEMOS; BIZAWU, 2014, p. 12).

A extinção do sistema de sesmarias pelo Imperador foi elementar para o aceleração da degradação ambiental, na medida em que, ao “democratizar” o acesso à posse e a fragilização da propriedade, reforçou a utilização das queimadas pelos pequenos posseiros, como forma de “limpar sua área e caracterizar sua ocupação com a cultura efetiva e morada habitua” (MAGALHÃES, 2002, p. 33).

A Constituição de 1824 frustrou qualquer perspectiva de proteção do meio ambiente, ficando silente acerca do tema. Diante disso, a lei ordinária acabou se restringindo a repetir a proteção deficiente e secundária antes mencionada, com pontuais inovações no uso da terra e da posse, que deveria importar em cultivo e moradia, sem qualquer menção ao uso sustentável.

A República, que se anuncia no horizonte como um rompimento dos grilhões que impediam o progresso civilizatório, moral e também ambiental, tampouco implementa, em seus primeiros anos, as medidas necessárias à salvaguarda do meio ambiente, ratificando os interesses já indicados pela omissão da Constituição Republicana (1891).

Somente em 1911 começa a se revelar uma preocupação socioambiental real por parte do legislador, por meio da criação da primeira reserva florestal do Brasil, no antigo Território do Acre. Sucede-lhe o Código Civil de 1916, vedando *in abstracto* a poluição; o Código Florestal, de 1934 e o Estatuto da Terra, de 1964, assegurando a necessidade de observância da função social da propriedade mediante imposição de restrições; o Decreto-Lei 1.413, de 1975, pelo qual empresas poluidoras ficam obrigadas a prevenir e corrigir os prejuízos da contaminação do meio ambiente; a Lei 6.453, de 1977, delimitando a responsabilidade objetiva por dano nuclear; a Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, exigindo licenciamento ambiental; a Lei de Ação Civil Pública em 1985, regulamentando instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente; dentre tantos outros diplomas que culminaram com a promulgação da Carta de Direitos de 1988 que maximiza a proteção ambiental ao elencar o meio ambiente, como já visto, como direito fundamental, sujeito a proteção direta e vigia constante.

De volta a Euclides...

Pela sistematização inicialmente proposta, é possível perceber que Euclides da Cunha nasceu e se desenvolveu, física e intelectualmente, na segunda fase de construção do pensamento jurídico-ambiental brasileiro, vivendo a maior parte de seus curtos quarenta e três anos sob a égide da Constituição do Império e

das normas por ela recepcionadas e das que se editaram sob sua vigência.

Como já constatado, as mencionadas disposições legais, codificadas ou esparsas, embora importassem, em segundo plano, na adoção de medidas indiretas de proteção do meio ambiente, tutelavam *prima facie* direitos eminentemente patrimoniais, destinando-se, em maior parte, a garantir o crescimento do Tesouro e das riquezas de alguns particulares que fomentavam o sistema de exploração da terra e dos recursos naturais, sem comprometimento com a sua conservação ou manejo sustentável.

Em sua frondosa obra socioambiental, Euclides propõe, no entanto, o rompimento com esta atuação exploratória dos recursos naturais e, por consequência, a desconstrução dos principais pressupostos fáticos que ensejaram a edificação do ordenamento jurídico tal como posto.

É o que se extrai de seu jovem artigo “*Em Viagem*” (1884), onde, poeticamente, afirma que “o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vem o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá!”.

Igualmente, em “*Os Sertões*” (1902), ao revisar o que chama de Antecedentes da Luta, Euclides ponteia que “o jagunço, saqueador de cidades, sucedeu ao garimpeiro, saqueador da terra” (CUNHA, 2010, p.248) e este se apresentou como “um agente geológico notável”, assumindo o papel de “um terrível fazedor de desertos” (CUNHA, 2010, p.89). Nesse último, que é um dos trechos mais citados de sua crítica ambiental e se repete em “*Fazedores de Desertos*” (1901), Euclides coloca o colonizador como um agravador das queimadas originalmente praticadas pelo indígena, não deixando de provocar a direta relação entre tal medida e os custos de um “progresso” pautado na abertura de campos de pastagem em prejuízo das florestas. É imperiosa a citação do que sucede esta afirmação:

Atacou a fundo a terra, escarificando-a nas explorações a céu aberto; esterilizou-a com lastros das grupiarias; feriu-a a pontações de aluvião; degradou-a corroendo-a com as águas selvagens das torrentes; e deixou, aqui, ali, em toda parte, para sempre estéreis, avermelhando nos ermos com o intenso colorido das argilas revolvidas, onde não medra a planta mais exígua, as grandes catas, vazias e tristonhas, com a sua feição sugestiva de imensas cidades mortas, derruídas... (CUNHA, 2010, p.90)

Ao abordar a decaída da cultura do café no Vale do Paraíba, no artigo *“Entre as Ruínas”* (1904), descreve com a precisão imagética que lhe é própria a melancolia do cenário por onde trafega, a terra “cada vez mais desabrigada e pobre” que nada tem a ver com a opulenta riqueza de outros tempos, e as gentes ali deixadas, “as sombras de um povo que morreu, errantes, sobre uma natureza em ruínas”.

A relação entre as ações humanas e as alterações ambientais dá o tom de *“Fazedores de Desertos”* (1901), mormente ao se apontar as modificações do clima - “recrudescer do verão bravio (...) sem mais o antigo ritmo” e a morte da vegetação, coberta pela poeira - como frutos de uma tendência “primitiva e bárbara” em que insistimos, “plantando e talando”, a despeito das inovações científicas.

Em *“Os caucheiros”* (1907), contrapõe a relação cooperativa (CORRÊA, 2012, p. 28) havida entre o seringueiro e a seringa àquela exploração predatória implementada pelo caucheiro. Na primeira, reforça a ideia de simbiose originada da atuação do seringueiro mediante extração do látex sem o fenecimento da árvore, dado reconhecer que a sua sobrevivência necessitaria da conservação do próprio monumento natural. De outro lado, condena o abatimento do caucho, descrevendo o caucheiro como um caçador de árvores, o homúnculo da civilização, motivado pela “preocupação exclusiva de enriquecer e voltar”.

Nesse último artigo, fica visível não só a crítica de Euclides à exploração predatória em geral, exemplificada pela derrubada dos cauchos. Traz também aqui o renovado espírito de um projeto de desenvolvimento mais eficaz e sustentável; como fizera em *“Os Sertões”*, sugere, pelo exemplo do seringueiro, o aproveitamento da natureza com fincas em sua própria preservação, sem deixar de repercutir na abertura mais equilibrada do caminho do progresso. O mesmo se repete em *“Rios em abandono”* (1907), em que se defende a incorporação do “enjeitado” Rio Purus ao progresso nacional.

Sem querer exaurir a análise do discurso ambiental euclidiano por meio dos fragmentos ora destacados – o que, em verdade, demandaria mais páginas do que a própria extensa obra do escritor –, percebe-se bastante forte em Euclides a ressignificação do desenvolvimento pautado na manipulação dos recursos naturais, pois ao mesmo tempo em que rompe com a visão prevalente no sistema econômico de sua época, apontando-o como destruidor de seu próprio fundamento – a natureza –, apresenta alternativas à manutenção desta forma de produzir riquezas sem perdê-las e sem condenar o indivíduo à sua própria destruição.

Como firma na sua juventude, o grande basta, a interrupção da existência humana não virá dos céus, mas sim de Londres – grande potência de seu tempo, responsável pela Revolução Industrial –, com a marca da aniquilação dos recursos naturais em prol de um progresso que só anuncia a barbárie. Assim, Euclides afasta a concepção consolidada no arcabouço jurídico vigente e defende, mesmo sem fazê-lo diretamente, a criação de normas de proteção que tenham o fator ambiental não como elemento secundário, mas como sujeito de direitos.

Antecipa-se, assim, – tal como fez ao classificar a Guerra de Canudos como um crime, quando sequer existia esta tipificação no próprio âmbito jurídico – construindo uma conclusão que só

despontaria com força de lei anos depois de seu trágico falecimento e de forma já bastante tardia, sem grandes poderes para conter os danos provocados no planeta em séculos de exploração, mas com planejamento para impedir o surgimento de novos agravantes.

Dito de outro modo: os crimes ambientais intuídos por Euclides, embora não existissem formalmente e tampouco sujeitassem seus praticantes a qualquer sanção penal, em função do princípio *nullum crimen nulla poena sine previa lege* (não há crime sem lei, nem pena sem prévia cominação legal), foram posteriormente reconhecidos como tal pela evolução da ciência jurídica e da sociedade, implementando, finalmente, as necessárias modificações de pensamento e atuação defendidas pelo cantagalense.

Cumprido assinalar que o reconhecimento desta importante participação de Euclides na (re)construção do pensamento ambiental brasileiro não suprime a dos que o antecederam, nem desmerece a atuação tardia dos poderes instituídos. Atesta, no entanto, a facilidade com que suas ideias transitam entre os períodos históricos, garantindo, pela via de uma literatura peculiar, a imortalidade da defesa do bem-estar ambiental e, conseqüentemente, humano.

**Igor Ferreira Especialista em Direito Civil e
Processual Civil – UNESA*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSÍDERA, Anabelle Loivos. **Letramento verde: a paideia de margem dos ensaios amazônicos de Euclides da Cunha**. Anais eletrônicos do XV Congresso Internacional da ABRALIC. 2017. Disponível em <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522197842.pdf>. Acesso em: 26.06.2019.

CORRÊA, Fabiana Figueira. **Contribuição de Euclides da Cunha à formação do pensamento ambiental no Brasil**. Cultura Euclidiana: São José do Rio Pardo, 2012.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da história (1909)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Contrastes e confrontos (1907)**. São Paulo/Brasília: Cultrix/INL, 1975.

_____. **Em viagem (1884)**. Publicação Online. Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=44213#EMVIAGEM>>. Acesso em: 26.06.2019.

_____. **Os sertões: campanha de Canudos (1902)**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

LEMOS, André Fagundes; BIZAWU, Kiwonghi. **Evolução Histórico-jurídica do Meio Ambiente no Brasil: uma análise interpretativa da sistematização e codificação do Direito Ambiental**. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI – Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=239>> Acesso em: 29.06.2019.

MACEDO, Roberto Ferreira. **Breve evolução histórica do Direito Ambiental**. Publicação Online. 2014. Disponível em: <<https://ferreiramacedo.jusbrasil.com.br/artigos/145761554/breve-evolucao-historica-do-direito-ambiental>>. Acesso em: 26.06.2019.

MAGALHÃES, Juraci Perez. **A Evolução do Direito Ambiental no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

ROSSO, Mauro. **Escritos de Euclides da Cunha: política, ecológica e etnopolítica**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2009.

TOLEDO, Marleine Paula Marcondes e Ferreira de. **Euclides da Cunha e a sustentabilidade**. Cultura Euclidiana: São José do Rio Pardo, 2012.

WAINER, AnnHelen. **Legislação Ambiental Brasileira: Evolução Histórica do Direito Ambiental**. Revista de informação legislativa, v.30, nº 118, p. 191-206, abr./jun. de 1993.

A AMAZÔNIA DE EUCLIDES DA CUNHA: UM OLHAR PARA A RELAÇÃO DA HUMANIDADE COM O PRÓPRIO MUNDO EM QUE HABITA

Lais Peres Rodrigues *

Esquecemo-nos, todavia, de um agente geológico notável – o homem. Este, de fato, não raro reage brutalmente sobre a terra e entre nós, nomeadamente, assumiu, em todo o decorrer da História, o papel de um terrível fazedor de desertos.

Euclides da Cunha em *Os sertões*.

Euclides da Cunha foi leitor ávido não só dos clássicos literários mundiais, mas de muitas ciências, como geografia e geologia, chegando a se tornar membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Autor de *Os sertões*, apesar de ter manifestado em cartas direcionadas a amigos que o atormentava ser lembrado como escritor de uma obra só, sobreviveu na memória popular e acadêmica pela escrita engenhosa e original de seu livro mais famoso, sem que grande parte de seus escritos tenha vindo a conhecimento de grande público. Entretanto, suas reflexões acerca da Amazônia e da alteração geológica por que passava o globo, por ação da humanidade, são importantíssimas e o revelam como pioneiro nessas análises.

O escritor fluminense, com a atenção voltada para o interior do Brasil, foi um dos primeiros brasileiros a ressaltar suas preocupações acerca do meio ambiente. Nesse caso, é importante chamar atenção para o fato de que, inclusive, Euclides abordava a ecologia como um assunto político, até mesmo com pedidos claros de intervenções para lidar com as consequências nefastas das alterações que se empreendiam no Norte do país.

Embora a comunidade científica tenha estabelecido e fixado apenas em 2002 o termo “Antropoceno”, para se referir a alteração geológica que ocorria no globo desde a 1ª Revolução Industrial, é importante investigar como um escritor brasileiro, nascido em 1866, já encaminhava para o debate público suas preocupações acerca da degradação pela qual passava a natureza. O que se pretende apontar também neste texto é que não seria necessário que Euclides escrevesse e conhecesse o termo “Antropoceno” para compreender que as atividades humanas mudavam a cor local de maneira catastrófica. Para o geógrafo Noel Castree, por exemplo, na palestra “Representing the Anthropocene: Who Will Get to Speak for Everything and How?”, a palavra “Antropoceno” tem uma definição abrangente e holística, que é temporalmente multidirecional, mas especialmente direcionado ao futuro e levanta um questionamento sobre o que é natural e o que é social.

De igual maneira, é preciso trazer também à discussão o historiador Christophe Bonneuil, que em “The Geological Turn: Narratives of the Anthropocene” sinaliza que o termo “Antropoceno” se refere a uma época em que a humanidade, capitaneada por uma elite industrial, se tornou uma força geológica capaz de alterar o cenário natural do planeta.

Nesse caso, torna-se fundamental também estudar quem Euclides aponta como os sujeitos responsáveis pelas mudanças ocorridas no clima e na vegetação brasileiras daquela época, inúmeros agentes são indicados: latifundiários do café, empresas in-

gias de tráfego ferroviário e até mesmo os barões da borracha. Assim, fica marcada de maneira explícita uma distinção entre que parte da humanidade era responsável por deteriorar o espaço natural e a parte dominada, não cabendo, na visão euclidiana, a todo Homem arcar com essas escolhas, que fundamentalmente, visavam o lucro financeiro de poucos. Para compreender que uma parcela da humanidade tem uma maior influência nas consequências de uma alteração climática, é importante ressaltar o estudo de BONNEUIL (2015). Nele, o teórico afirma que o impacto humano na Terra foi resultado de escolhas culturais e econômicas feitas por grupos sociais, organizações e instituições específicas. Dessa maneira, as trajetórias técnicas, econômicas e sociais adotadas pelos países centrais do sistema mundial não poderiam ter ocorrido se não tivessem se beneficiado de trocas desiguais com as regiões dominadas. Afinal, o Antropoceno seria uma longa história de práticas insustentáveis. Em razão disso, é necessário colher dos textos de Euclides os atores que compuseram o cenário antropoceno que testemunhou em seu período amazônico.

Nesse sentido, Mauro Rosso, em *Escritos de Euclides da Cunha: política, economia, etnopolítica* (2009, p.43) destaca que o escritor fluminense foi o primeiro a dedicar-se com tanta ênfase, profundidade e esforço à Amazônia. Na Amazônia, segundo ROSSO, o olhar euclidiano lança as primeiras luzes para a geopolítica, rigorosamente nos moldes dos mais atuais e importantes debates. Verifica-se que, após a publicação de *Os sertões*, em 1903, a posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro atribuiu a Euclides maiores credenciais para tematizar assuntos relacionados à alteração geológica do globo, advinda de intervenções humanas. Dessa maneira, quando Euclides embarca para a Amazônia, como chefe uma comissão responsável por mapear as fronteiras do Brasil, escreve textos cada vez mais preocupados com a alteração geológica que vinha sendo posta em prática.

Havia, naquela época, uma intensa campanha de Estado que convencia a população do sertão nordestino a migrar para a Amazônia, a fim de preencher as fileiras dos seringais e atender mais uma vez a um desejo da elite que atacava ostensivamente a vegetação natural: os “barões da borracha”. Ao reconhecer nos seringueiros os mesmos habitantes marginalizados de Canudos, Euclides decide então escrever mais uma denúncia, direcionada novamente ao Estado, que dessa vez, agia em favor dos donos de seringais. A intenção era escrever um segundo livro vingador sobre aquele “paraíso perdido”, como destaca em carta ao seu amigo Coelho Neto, de 10 de março de 1905:

Nada te direi da terra e da gente. Depois aí e num livro: *Um paraíso perdido*, onde procurarei vingar a Hileia maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII. Que tarefa e que ideal! Decididamente nasci para Jeremias destes tempos. Faltam-me apenas umas longas barbas, emaranhadas e trágicas”. (CUNHA, 2009, p. 771)

Ao amigo Francisco Escobar escreve em junho de 1906:

[...] ou melhor, que vá alinhando as primeiras páginas de *Um paraíso perdido*, o meu segundo livro vingador. Se o fizer, como o imagino, hei de ser (perdoa-me a incorrigível vaidade), hei de ser para a posteridade um ser enigmático, verdadeiramente incompreensível entre estes homens. (CUNHA, 2009, p. 771)

De acordo com o escritor Milton Hatoum, em “Expatriados em sua própria pátria”, ao escolher o título *Um paraíso perdido* para o seu segundo livro vingador, Euclides sugere um extremo pessimismo frente a um mundo promissor: uma espécie de “Éden decaído”.

Assim, os sertanejos do Nordeste, ludibriados com promissoras ideias sobre uma terra onde não há seca, de muitos rios e de inúmeros animais, resolveram migrar para o Norte do país. Destaca-se, então, a profunda antítese do título e a distância que

se enquadra: de um lado, há o homem dos sertões nordestinos inserido na Amazônia, também em função imediata com a terra; por outro, a terra recebendo um significado diferente, já que não se limita ao solo e à geografia de uma determinada região; também não se configura como o Cosmos, cunhado por Euclides sobre Canudos. Chega, assim, o seringueiro numa terra desconhecida, longe de seus familiares, carregando inúmeras dívidas e sob um regime de trabalho exaustivo.

Embora não tenha conseguido organizar *Um paraíso perdido*, devido a ocasião de seu assassinato, em 1909, Euclides deixou vários textos sobre o que viu em sua última expedição. No livro *À margem da história*, como o próprio título nos antecipa, a ideia era trazer para essa obra textos daqueles que não se enquadravam na dita História tradicional da “civilização”.

No texto “Na Amazônia: terra sem História”, por exemplo, Euclides percebe a História como criação humana e como o Homem é um intruso na Amazônia, essa terra é sem História, ainda não havia sofrido secularmente com o homem, não havia sido alterada há gerações pela ação da humanidade.

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso imperitante. Chegou sem ser esperado nem querido - quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. [...]

Naqueles lugares, o brasileiro salta: é estrangeiro, e está pisando em terras brasileiras. Antolha-se-lhe um contra-senso pasmoso: à ficção de direito estabelecendo por vezes a extraterritorialidade, que é a pátria sem a terra, contrapõe-se uma outra, rudemente física: a terra sem a pátria. É o efeito maravilhoso de uma espécie de imigração telúrica. A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes. E o Amazonas, nesse construir o seu verdadeiro delta em zonas tão remotas do outro hemisfério, traduz, de fato, a viagem incógnita de um território em marcha, mudando-se pe-

los tempos adiante, sem parar um segundo, e tornando cada vez menores, num desgastamento ininterrupto, as largas superfícies que atravessa. [...] Tal é o rio; tal, a sua história: revolta, desordenada, incompleta. A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante. (CUNHA, 2009, p.625)

Ainda sobre o contexto amazônico, em “Brasileiros”, publicado no “Jornal do Comércio”, em 1907, Euclides destaca os malefícios provocados pela dita civilização destruidora, especificamente em referência aos caucheiros peruanos:

A exploração do caucho como a praticam os peruanos, derribando as árvores, e passando sempre à cata de novas ‘manchas’ de castilloas ainda não conhecidas, em nomadismo profissional interminável. [...] Há uma involução lastimável no homem [...] sempre em busca de uma mata virgem onde se oculte ou se homizie como um foragido da civilização. A sua passagem foi nefasta. (CUNHA, 2009, p.180)

Nesse trecho, fica evidente como Euclides pontua a alteração nefasta que o Homem realizava nos cenários naturais através das derrubadas de árvores na Amazônia. Por fim, é preciso recorrer também a “Os caucheiros”, em que Euclides registra:

[...] Deixariam, como ali haviam deixado, no desabamento dos casebres ou na figura lastimável do aborígene sacrificado, os únicos frutos de suas lides tumultuárias, de construtores de ruínas. (CUNHA, 2009, p.64).

O Homem, portanto, aparece como um “construtor de ruínas”, mas é possível perceber que há sempre para Euclides um apontamento, mesmo que por vezes, de maneira discreta, para os sujeitos causadores das alterações geológicas no globo. No trecho acima, por exemplo, destaca-se a figura do indígena como vítima, assim como os seringueiros também o são, afinal, foram distanciados de sua própria terra para atender as demandas capitalistas de produção a partir dos seringais.

Para Malm e Hornborg as desigualdades intra-espécies são parte e parcela da crise ecológica e não podem ser ignoradas na tentativa de entendê-las. Nesse sentido, é possível perceber que Euclides não aponta toda humanidade como sujeito, no entanto, em suas narrativas sobre o Homem como agente geológico, ressalta o protagonismo das elites que lucravam com a exploração de outros seres humanos e do próprio cenário natural.

No soneto a seguir, escrito em Manaus, em 1905, Euclides da Cunha traz uma linguagem subjetiva, que atinge seu auge na realização de uma reflexão sobre a configuração da alma do sujeito poético e sua representação, em meio ao conceito de modernidade tecnológica da arte, tão discutido naquela época e inserido nas ideias do Antropoceno.

Na ocasião da escrita, acompanhava o soneto uma fotografia do escritor com um grupo de pessoas que fez parte da comissão de reconhecimento do Alto Purus. Essa fotografia, junto com o soneto, tornou-se cartão-postal e foi enviado a diversas pessoas, como Rodrigo Octavio, diretor de redação de uma revista chamada “Renascença”; a Prager, amigo de Euclides, da Bahia, e marido da senhora a quem o poema “Página Vazia” fora endereçado; a Jango Fisher, cônsul brasileiro na Colômbia e a um destinatário que até hoje não foi identificado. Além de ter sido escolhido pelo escritor para publicação, em 1906, em “Renascença”, o fato de Euclides ter enviado o poema a várias pessoas denota a importância que o texto tinha para o escritor e a segurança estética que possuía em relação a ele.

Se acaso uma alma se fotografasse
De modo que nos mesmos negativos
A mesma luz pusesse em traços vivos
O nosso coração e a nossa face;

E os nossos ideais, e os mais cativos
De nossos sonhos... Se a emoção que nasce
Em nós, também nas chapas se gravasse
Mesmo em ligeiros traços fugitivos.

Poeta! tu terias com certeza
A mais completa e insólita surpresa
Notando, deste grupo bem no meio,

Que o mais belo, o mais forte e o mais ardentes
Destes sujeitos, é precisamente
O mais triste, o mais pálido e o mais feio...

[Manaus, 2-2-905]

(Cunha, 2009, p.324)

Nesse soneto, a problematização da representação na modernidade ganha destaque. Afinal, o que era a invenção da fotografia em meio a selva amazônica. De acordo com SOUZA, Euclides, em seu pensamento poético, consegue transcender os limites do esteticismo literário porque realiza a invenção, e não um inventário da realidade (SOUZA, 2009, p.185). A questão da representação é recorrente em seus apontamentos de crítica literária. Como uma fotografia poderia registrar aquele Euclides, que vivenciava diariamente os delírios das febres, a injustiça dos trabalhadores e o medo assombroso daquela natureza gigante que o cercava.

Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, publicado em "Jornal do Comércio", em 1906 e, posteriormente,

em “Contrastes e confrontos”, Euclides remonta à imagem que criou, em sua mente, sobre a imensidão amazônica; conta como, a princípio, ficou desapontado pelo que parecia uma grandeza monótona. Lembra que, ao passar uma noite em claro, às voltas com um texto científico sobre a região, pôde ver, em seu retorno ao convés, no dia seguinte, “pela primeira vez, o Amazonas...”, e escreveu:

Com efeito, a nova impressão verdadeiramente artística, que eu levava, não me tinham inspirado os períodos de um estilista. O poeta que a sugerira não tinha metro, nem rimas: a eloquência e o brilho dava-lhos o só mostrar algumas aparências novas que o rodeavam, escrevendo candidamente a verdade. O que eu, filho da terra e perdidamente namorado dela, não conseguira demaisando-me no escolher vocábulos, fizera-o ele usando um idioma estranho gravado do áspero dos dizeres técnicos. Avaliei então quanto é difícil uma coisa trivialíssima, nestes tempos, em que os livros estão atualhando a terra, escrever...

No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõe cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo o que vemos no rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e secas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados.

(Cunha, 2009, p.114)

O Amazonas real é inferior à imagem subjetiva que ele acalentava. Nem um nem outro consegue expressar a dimensão completa daquela paisagem, somente unidos podem expressar a poesia do lugar. Instaura-se um conflito entre a imagem anterior e a visão real, entre miragem e cenário. No ensaio “Estrelas indecifráveis”, Euclides justifica sua mundividência alegando que “nossas vistas cosmogônicas dilatam-se” quando se deparam com o consórcio do rigor da ciência e do fervor da religião na ciência cosmográfica de Kepler:

Como quer que seja, as nossas vistas cosmogônicas dilatam-se; e já não nos maravilha que a alma magnífica de Kepler passasse, com o mesmo entusiasmo fervoroso, do rigorismo impecável das suas linhas geométricas para os êxtases arrebatados dos crentes, consorciando, como nenhuma outra, o espírito científico, que nos desvenda o sentido das coisas, e o espírito religioso, aviventado pela eterna e ansiosa curiosidade de desvendarmos o nosso próprio destino.

E pensamos – maravilhados diante do crescer e do transfigurar-se da própria realidade, que, mesmo na esfera aparentemente seca do mais estreito racionalismo, se nos faz mister um ideal, ou uma crença, ou os brilhos norteadores de uma ilusão alevantada, embora eles não se expliquem, nem se demonstrem com os recursos da nossa consciência atual, como se não demonstram, nem se explicam, malgrado os recursos da mais perfeita das ciências, os astros volúveis, que pelejam por momentos e morrem indecifráveis, como resplandeceu e se apagou a estrela radiosa, que norteou os Magos no deserto, e nenhum sábio ainda fixou na altura (Cunha, 2009, p.384).

Justamente sobre a importância desse trecho, SOUZA comenta que é essencial identificar o “reconhecimento euclidiano de que a sua visão do mundo não decorre do esquema conceptual do formalismo físico-matemático, mas da cosmogonia, da ciência da gênese de todas as coisas”. Depois, é importante verificar a concepção do escritor a respeito de uma “ciência da criatividade generalizada”, capaz de condicionar toda e qualquer objetividade. Antes do fator objetivado, há o fator criativo. Portanto, a força poética governa a criação e o desenvolvimento do homem em toda atividade criativa, ainda que não se prenda somente ao “espaço da poesia da palavra, da cor e do som, a que corresponde a arte literária, pictórica e musical” (SOUZA, 2009, pp.135-137).

Nesses trechos selecionados, pode-se observar que o objetivismo da “máquina fotográfica” jamais daria conta de retratar

fielmente uma paisagem, assim como, nem mesmo o subjetivismo total. O registro da máquina precisa captar a imagem e a essência.

Era preciso um consórcio dos dois. O imaginário prévio que tinha do rio Amazonas precisou se unir ao objetivismo prático das teses científicas para que o poeta formasse uma visão total ao encarar a magnitude daquele horizonte.

Dentre os poemas postais, há um muito parecido com “Se acaso uma alma se fotografasse”, que foi escrito atrás de uma fotografia de Euclides, em 1903, e endereçado ao seu amigo Coelho Neto:

Meu caro Coelho Neto,
felizmente
Esta fisionomia,
De onde ressalta a ríspida expressão
Da face de um tapuia, espantadíssima,
Hás de achá-la belíssima...
Porque saberás ver, nitidamente,
Com os raios X da tua fantasia,
O que os outros não veem: um coração...

[S. Paulo 903]

(Cunha, 2009c, p.312)

Observa-se o destaque ao mesmo tema. Novamente, o autor solicita que a objetividade da fotografia se alie à criatividade subjetiva. Em carta de 1903, endereçada a Araripe Junior, escreve:

Se o artista é sobretudo um indivíduo empolgado por uma impressão dominante, estou nas mais impróprias condições para isto. Shakespeare não faria o Hamleto se tivesse, em certos dias, de calcular momentos de flexão de uma viga metálica; nem Miguel Ângelo talharia aquele estupendo Moisés, tão genialmente

disforme, se tivesse de alinhar, de quando em vez, as parcelas aritmeticamente chatas de um orçamento. E eram gênios (Cunha, 1997, p.159).

Para o escritor fluminense, a objetividade das formas materiais do mundo deveria unir-se à imaginação para que a arte fosse produzida. Euclides não só valoriza a metalinguagem em sua poesia como problematiza a produção poética na modernidade do início do século XX. Questiona: como escrever poesia na era das fotografias? Ele responde a essa questão, a partir da união dessa objetividade moderna com o subjetivismo-essência do poeta, permanecendo no entrelugar.

** **Lais Peres Rodrigues** faz doutorado em Literatura Comparada, na Universidade Federal Fluminense, possui mestrado em Literatura Brasileira, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é Licenciada em Letras Português-Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, leciona literatura no Colégio Teresiano Cap/PUC-RIO e produção textual na Escola Nova – Gávea. Começou a estudar Euclides da Cunha e a sua obra em 2011, quando ainda era estudante de graduação e bolsista do Projeto 100 Anos Sem Euclides, da UFRJ, desde então, não parou mais. No doutorado, sua pesquisa se concentra em buscar ecos da obra Os sertões no cinema brasileiro contemporâneo.*

Referências

BONNEUIL, Christophe. The Geological Turn: Narratives of the Anthropocene. *The Anthropocene and the Global Environmental Crisis*, ed. Clive Hamilton, Christophe Bonneuil e François Gemenne. London: Routledge, 2015, p. 15-31.

CASTREE, Noel. Representing the Anthropocene: Who Will Get to Speak for Everything and How? Jon Murdoch Memorial Lecture. Geography and Planning, Cardiff University. Publicado em 30 out. 2013. Disp. <https://www.youtube.com/watch?v=3Ks3nGYTVIY>

CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Organização de Paulo Roberto Pereira. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009, v.1 e 2.

HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities*, v. 6, p. 159-165, 2015.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da Hileia; Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.

HATOUM, Milton. *Expatriados em sua própria pátria*. Cadernos de Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002.

LATOUR, Bruno. *Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime*. Trad. Katherine Porter. Cambridge, UK: Polity Press, 2018.

_____. A era do humanismo está terminando. *Revista Prosa Verso e Arte* [online], s/d. Trad. André Langer. Disp. http://https://www.revistaprosaversoearte.com/achille-mbembe-era-do-humanismo-estaterminando/?fbclid=IwAR3ZPQZZ0oq0D1IGWn6zC4S3k789VyO8nmkFMO14BwwmCENVUDt_6DuKJ4k

SOUZA, Ronaldo de Melo e. *A geopoética de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

ROSSO, Mauro. *Escritos de Euclides da Cunha: política, ecopolítica, etnopolítica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1992.

VENTURA, Roberto. "Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha". *Limites: III Congresso da ABRALIC*. São Paulo: EDUSP; Niterói: ABRALIC, 1995.

Parte II
Textos
Gerais

TEATRO DE SOMBRAS¹

Marco Lucchesi *

Um país exilado atrás do Sol.

Abgar Renault

Houve contudo uma noite mais fria. Um céu estrelado e sem Deus. Foi em Canudos, no interior da Bahia.

A ideia de ir até lá surgiu das primeiras páginas de *Os sertões*. Tinha então dezessete anos, e a obra de Euclides mostrou-se tão espantosa para mim quanto a *Ilíada*. Foi um assombro. Senti a necessidade de conhecer melhor o martírio da terra para atingir o martírio do homem, tão imbricados comparecem n' *Os sertões*. Não fora o próprio Conselheiro a síntese terrível de uma anticlinal?

Senti-me atraído a percorrer os sertões mais esquecidos do Brasil. Como quem buscasse o perdão de um crime não cometido, sentimento difuso e originário desde a leitura de

Euclides.

Outubro de 96. O momento parece adequado. As águas do Cocorobó baixaram a ponto de tornar visíveis as fundações da igreja nova, mandada construir pelo Conselheiro, e destruída por Arthur Oscar. Eu buscava o solo sagrado que emergia misteriosamente das águas do açude. Era preciso chegar até lá. Sofrer as

1 Publicado originalmente no livro "Saudades do paraíso"

agruras da estrada. Sentir as garras da distância. Como se em Canudos eu pudesse encontrar uma redenção que me livrasse dessa culpa atávica.

Decidi viajar com alguns amigos. Uma vontade inadiável de conhecer o Brasil. Da literatura para a geografia. Do litoral para o interior. Canudos foi o emblema radical da companhia.

O itinerário coincidiu quase que integralmente com o da segunda coluna da quarta expedição, comandada pelo general Savaget. Coincidência irrelevante e única. Era outra minha expedição. Partimos de Aracaju, antes mesmo que o dia repontasse. Chegamos a Carira, última cidade de Sergipe.

A estrada cheia de pedras, deixamos Jeremoabo para trás. Uma paisagem absolutamente nova e que me parecia estranhamente familiar.

Alguns raríssimos povoados rompiam timidamente a desolação incomparável da caatinga. Eis o sertão euclídeo. Começo a perceber a vegetação disforme, macegas recrestadas, árvores decíduas, folhas urticantes, galhos secos, exsicados, revoltosos, evocando um bracejar imenso, a tortura da flora agonizante. Posso identificar facheiros e mandacarus, xiquexiques e palmatórias, além da terrível e espinhosa favela. E me lembrava de Fabiano e de sinhá Vitória, de *Vidas secas*, quando, na planície avermelhada, juazeiros alargavam manchas verdes. Eis o sertão bravio e sem remanso, com suas paragens impressionadoras.

Deparo-me com a seca e seus fantasmas. Carcaças de bois. Urubus. Cacará. Vaqueiros encourados e seus tristes aboios. Os ardores da canícula. A nostalgia da água. Penso nas profecias do Conselheiro: O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão. Haverá muito pasto e pouco rasto. Um só pastor e um só rebanho. Muitos chapéus e poucas cabeças. Uma chuva de estrelas. Um anjo irá pregar sermão pelas portas fazendo povoações: nos desertos, erguendo igrejas e capelinhas dando seus conselhos.

Tenho sede. Um travo amargo na boca. Os pensamentos, incônditos. Observo que o rio Vasa-Barris garante o verde escasso que lhe acompanha o trajeto sinuoso. Cem anos, e o tempo que não passa.

Mais de sete horas de viagem, dois pneus avariados, o calor implacável e, de repente, uma insólita elevação, o Alto do Mário.

Subo a estrada coleante. Torno a ver as árvores retorcidas e estonadas, quixabas e macambiras. Por toda a parte um silêncio colossal, um silêncio épico, doloroso. O mais triste silêncio de minha vida. Como se adivinhasse o sangue de que se nutre este silêncio-vampiro. O Alto do Mário é vermelho. Paisagem marciana. Pedras xistosas, abrasadas pelo Sol. Tenho a impressão de que um incêndio está prestes a acontecer. Sinto-lhe as labaredas.

Com andar remorado, abei-ro-me da cruz, solitária, como para testemunhar tudo quanto ignoro. A distância, uma pequena mancha d'água. Meu Deus: Canudos, submersa! Melhor apressar-me. O crepúsculo se adianta.

Um trecho da estrada sagrada de Maçacará, por onde caminhava Antônio Conselheiro. Depois o Vale da Morte, que hoje está dentro de um sítio, e – tomado por uma dor universal – contornamos o açude de Cocorobó, que já não pode ser atravessado inteiramente de barco. Passamos pelo Sargento. E, ao cair da noite, chegamos a Canudos.

Noite de Lua cheia. A Lua que, em seus sonhos cósmicos, tanta coisa dissera aos conselheiristas, e que presenciara todas as atrocidades desferidas contra Belo Monte. Quero tocar o solo da igreja nova.

Entro numa canoa absurdamente frágil e que faz muita água. É noite, como sabem ser noturnas as noites do sertão, mais

espessa que o ruidoso meio-dia. Chego a uma ilha. Avisto o cruzeiro da igreja.

Ouvidos abertos, imagino os sermões, perdidos, de Antônio Conselheiro. Como se fosse possível lobrigar-lhe o rosto escavado, a barba inculta e longa, o olhar fulgurante e profundo, o hábito azul de brim americano, abordoado ao bastão, o passo tardo e grave dos peregrinos. Sinto-lhe o espasmo assombroso da santidade, à revelia de si mesmo, talvez, bem como a dor profunda pelo altar arruinado, pelos santos destruídos. Antônio Conselheiro expirou aqui. Foi convocar no Céu um exército de querubins e serafins, como no Tasso. Começava o fim do mundo.

Pensei na cadência melancólica das rezas, refluindo nas montanhas longínquas. O toque da Ave-Maria varando os descampados. O velho sineiro, chamando para o ângelus, enquanto que as balas ricocheteavam no sino. A torre desabando, e o sineiro morrendo, esmagado.

Suportar o peso deste silêncio! Sombra no coração. Barro nos pés. Deixo a igreja da ilha. Mais uma vez, contemplo aquelas águas. Volto remando sobre o arraial de Canudos. Tudo submerso. O cemitério, a culpa e a história.

Mas o que resta de Canudos, quando se percorrem os sertões agros, essa paisagem de plantas xerófitas e carcaças, fixada por Euclides, o que resta de Canudos quando percebemos a profundidade dolorosa e ardente do conflito, golpes tremulantes repercutindo na palpitação dos ares, corpos atuando contra o fundo azul do céu, homens velhos como João Abade e Pajeú, mulheres imbatíveis que suportaram o cerco, a glória de seus corpos desfeitos, macerados pela fome e pela sede? O que resta da visão dessa paisagem submersa é o sentimento de alta reverência pelos conselheiristas, cujos descendentes ainda trazem no rosto as

marcas de um sofrimento atávico, mais indelével do que a minha culpa, pois já não esperam redenção.

O que resta de Canudos é o sentimento doloroso de que o futuro não chegou aos sertões. Passaram cem anos, mas foi ontem.

Meu Deus, perdão!

** Marco Lucchesi, poeta, escritor, tradutor, Professor Titular de Literatura Comparada (Ciência da Literatura / UFRJ), professor convidado da FioCruz e membro da Academia Brasileira de Letras, sendo eleito presidente para os mandatos 2018-2019 e 2020-2022. Graduado em História pela UFF, mestrado e doutorado em Letras (Ciência da Literatura - UFRJ) e pós-doutorado na Universidade de Köln (Alemanha). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Comparada e atuação principalmente nos seguintes temas: poesia, filosofia, língua e literatura, literatura italiana e discurso literário. Prêmio Jabuti de poesia - menção honrosa de 2004, Premio Nazionale per la traduzione 2001, Ministero dei Beni Culturali, Itália e Premio Città di Torino per "Poesie", Città di Torino.*

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONSÓRCIO ENTRE CIÊN- CIA E ARTE NA OBRA DE EU- CLIDES DA CUNHA

Léa Costa Santana Dias *

Nos estudos sobre *Os sertões*, os críticos tendem a aceitá-lo como texto híbrido, marcado pelo consórcio entre ciência e arte, mantendo uma estabilidade interpretativa que teve início com a tese de dupla inscrição aventada pelo teórico José Veríssimo, em artigo publicado no *Correio da manhã*, em 03 de dezembro de 1902:

O livro, por tantos títulos notáveis, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d'alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as “secas” que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos. (VERÍSSIMO, 2003, p. 46)

Nessa leitura rápida e superficial – já que trazida a público logo após o lançamento de *Os sertões*, não tendo havido, portanto, tempo bastante para a realização de uma análise acurada do tema –, Veríssimo elenca três modos possíveis para a utilização da linguagem. As ciências, representadas pela geografia, geologia e etnografia, seriam o território

da verdade inquestionável, dos “fatos em si”, como se fosse possível apresentá-los além da mediação da linguagem, inevitavelmente subjetiva e prenhe de significados. Quando se fala da capacidade de expor um pensamento, de imediato associada à interpretação, seria uma atribuição de áreas como a filosofia, a sociologia e a história. Um ponto a se ressaltar, na classificação de Veríssimo, é que a história não está circunscrita à mera transmissão de “fatos em si”. Nela haveria um homem pensando e emitindo opiniões sobre o mundo; e não simplesmente compondo um retrato, como se os signos representassem “coisas” presentes em algum lugar, e não implicassem um adiamento contínuo de significados. (DERRIDA, 2011) Contudo, a partir das palavras do crítico paraense, depreende-se que tais opiniões sobre o mundo não poderiam estar muito distantes da imparcialidade que se costuma atribuir às ciências, supostamente responsáveis pela busca de uma “verdade inquestionável”, já que a exposição de sentimentos seria um distintivo básico de poetas, romancistas e artistas, cujo compromisso maior seria o de emocionar o leitor. Sendo assim, os atributos literários de Euclides da Cunha estariam na capacidade de se comover perante a realidade observada – o que, no leitor, desencadearia sentimentos análogos. Comentando o posicionamento de Veríssimo a respeito das atribuições de cientistas e artistas, Luiz Costa Lima destaca que, em Euclides da Cunha, a se inferir da citação supracitada, a emocionalidade seria o elemento demarcador do homem de letras; e “as qualidades opostas – observar, experimentar, calcular – estariam reservadas para seu lado de cientista”. (LIMA, 1989, p. 218) No decorrer do texto, o crítico insiste na conclusão por acreditar que

[...] demonstra cabalmente como até a geração do cientificismo se prolongou, adaptando-se, o culto da observação. [...] a capacidade de bem observar é reservada para a apreciação científica, exigindo-se do artista que, sobre ela, acrescente a mobilização da emocionalidade do leitor. Foi a partir deste tipo de reflexão que se firmou a idéia¹ de Euclides como misto de sociólogo e escritor, combinação de cientista e homem da literatura. As bases do juízo, não custa repeti-lo, supunham a diferen-

1 Neste artigo, optou-se por preservar as normas ortográficas em vigor na época em que as obras consultadas foram publicadas.

ça radical entre ciência e arte – a primeira cultivando faculdades cerebrais, a segunda, as cordas do coração. (LIMA, 1989, p. 219)

No artigo ao qual nos referimos anteriormente, embora tenha, através da tese de dupla inscrição, acentuado a expressividade linguística do livro de Euclides da Cunha, Veríssimo faz-lhe ressalvas quanto à “artificialidade” da linguagem e, sobretudo, à presença de “termos técnicos”, demonstrando certo desconforto em lidar com a ciência e a arte num único texto:

Pena é que conhecendo a língua, como a conhece, esforçando-se evidentemente por escrevê-la bem, possuindo reais qualidades de escritor, força, energia, eloquência, nervo, colorido, elegância, tenha o Sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo, já pessoal e próprio, não obstante de um primeiro livro, sobrecarregando a sua linguagem de termos técnicos, de um boleio de frase como quer que seja arrevesado, de arcaísmos e sobretudo de neologismos, de expressões obsoletas ou raras, abusando freqüentemente contra a índole da língua, e contra a gramática das formas oblíquas em *lhe* em vez do possessivo direto, do relativo *cujo* e, copiosamente, de verbos por ele formados, e de outros modos de dizer, que, ainda quando filologicamente se possam justificar, não são, de fato, nem necessários, nem belos, antes, a meu ver, dão ao seu estilo um tom de gongorismo, de artificialidade, que certo não estava na sua intenção. Em uma palavra, o maior defeito do seu estilo e da sua linguagem é a falta de simplicidade; ora, a simplicidade que não exclui a força, a eloquência, a comoção, é a principal virtude de qualquer estilo. Mas este defeito é de quase todos os nossos cientistas que fazem literatura. (VERÍSSIMO, 2003, p. 47, grifos do autor)

Sendo a literatura, para Veríssimo, sinônimo de boas ou belas letras, somente se configuraria como “arte literária” o escrito elaborado com “os artificios de invenção e de composição”, visando a despertar prazer intelectual no leitor. (VERÍSSIMO, 2013, p. 9) Assim, por infringirem o desvelo com a linguagem requerido às belas letras, fica justificada ou explicada a censura do crítico aos “modos de dizer” de Euclides, considerados “nem necessários, nem belos”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 47) Em *História da literatura brasileira* (1916), pode-se também imaginar,

a princípio, estar o autor se referindo à noção clássica de belas letras, segundo a qual a literatura abrangeria toda a produção da retórica e da poética, não somente a ficção, mas também a história, a filosofia, a ciência e a eloquência, quer fosse impressa ou manuscrita, incluindo-se também a literatura oral. O autor, porém, esclarece a questão, rejeitando a suposta “pseudonovidade germânica”, que atribuiria à literatura não somente toda a produção escrita de um país – poesia lírica, economia política, romance, direito público, teatro, artigos de jornal –, como também toda a produção oral – discursos parlamentares, cantigas e histórias populares. Enfim, autores e obras de todo o gênero. Inspirando-se nos princípios defendidos pelo historiador Gustave Lanson, Veríssimo entende a literatura como um discurso intrinsecamente interligado à filosofia. Vista como uma espécie de “vulgarização da filosofia”, a literatura tornaria possível às sociedades serem atravessadas por todas as grandes correntes filosóficas determinantes do progresso e das mudanças sociais. Ela manteria nas almas, sem isso atormentadas pelas necessidades da vida cotidiana e pelas preocupações materiais, a ânsia pelas grandes questões da humanidade. (VERÍSSIMO, 2013, p. 9-10) Contudo, ao acentuar os supostos vícios estilísticos e linguísticos de Euclides da Cunha, bem como a “falta de simplicidade”, que seria comum em “quase todos os nossos cientistas que fazem literatura”, Veríssimo demonstra não entender como pacífica ou livre de contradições a convivência, em *Os sertões*, entre o “homem de ciência”, o “homem de pensamento” e o “homem de sentimento”. O “estilo pessoal e próprio”, mais afeito ao “homem de sentimento”, parece não se harmonizar com o emprego de “termos técnicos”, indispensáveis ao “homem de ciência”. Para o crítico, seriam correlatos os termos escritor, literato e “homem de sentimento”, e dentre as características que lhes seriam inerentes estariam o poder de comoção, a força verbal, a energia, a eloquência, o nervo, o colorido e a elegância. Inserido nessa categoria, Euclides da Cunha estaria tendo suas “reais qualidades” de escritor ameaçadas pelas interferências do “homem de ciência” e do “homem de pensamento”. No primeiro caso, os prejuízos adviriam dos “termos técnicos” presentes no texto, que poderiam lhe dar um aspecto de compêndio ou de árido romance de teses científicas;

no segundo, dos muitos neologismos e arcaísmos, do tom gongórico e artificial, das expressões obsoletas ou raras, das infrações gramaticais e linguísticas, que poderiam desencadear novos posicionamentos teóricos e requerer de críticos e autores novas posturas perante a língua e a literatura. Sendo um “conhecedor da língua” – conforme acentua José Veríssimo –, não seria temerária a hipótese de que os desvios gramaticais e linguísticos do autor tenham sido intencionais e com fins específicos, já que mantidos em edições posteriores, após inúmeras revisões, tornando possível sua inserção em uma corrente estética bem próxima do que viria a ser, anos depois, o movimento de 1922, conspícuo por renovações estéticas e linguísticas.

Num texto em que amplia os sentidos dos termos moderno e modernista, Francisco Foot Hardman aponta como plenamente modernos diversos autores que não participaram da composição da Semana de Arte Moderna em São Paulo. São pensadores orientados por filosofias positivistas, evolucionistas e materialistas, responsáveis por um movimento amplo e heterogêneo, com produção nas áreas literária, jornalística, sociológica e filosófica, tendo também abrigado, sobretudo a partir de 1890, as reivindicações da classe operária, de tendência social-democrata e libertária. Conforme o teórico, tais pensadores e autores seriam os “antigos modernistas” e, dentre eles, estaria Euclides da Cunha. (HARDMAN, 2009) O entendimento de Hardman a respeito do que seria “modernismo” ou “pensamento moderno” parece próximo da postura assumida pelo crítico José Veríssimo, já que, na *História da literatura brasileira*, o movimento aparece associado à retomada do positivismo de Comte, do transformismo de Darwin, do evolucionismo de Spencer e do intelectualismo de Taine e Renan. Segundo Veríssimo, esse movimento de ideias chegado ao Brasil por volta do decênio de 1870, pondo fim ao domínio exclusivo do Romantismo, teve as primeiras manifestações no Rio de Janeiro, também se disseminando em São Paulo e no Ceará pelo menos, a partir do contato de nossos intelectuais com a leitura dos franceses Littré, Quinet, Taine e Renan. Somente em 1882, ter-se-ia notado, no Recife, a ação de Tobias Barreto, um dos principais

fomentadores do movimento, já que apontou e/ou abriu novos caminhos e direções à nossa inteligência, suscitou discussões e polêmicas e criou discípulos que se tornaram propagadores de seus ensinamentos. No entanto, apesar de destacar a importância do pensador sergipano para a mentalidade brasileira, por ter atuado, primeiro, como demolidor de valores que travancavam o progresso, depois como força de estímulo reformista, Veríssimo nega a existência da Escola de Recife – no seu entender, apenas um grupo constituído por discípulos diretos de Tobias Barreto, com pouca expressividade nacional. (VERÍSSIMO, 2013, p. 151-5) O teórico restringe-se ao aspecto filosófico do movimento e a uma querela com o crítico sergipano, numa tentativa de minimizar a importância da chamada Escola de Recife; e não faz menção à renovação linguística, estética e temática que já se fazia presente em alguns autores aproximadamente desde 1870 – meio século, portanto, antes da Semana de Arte Moderna de São Paulo. Em sua leitura, o “modernismo” ou “pensamento moderno” estariam associados ao naturalismo/parnasianismo e à chamada poesia científica, e não às tendências do período comumente denominado pela periodização literária como “pré-modernista” – porém plenamente moderno, conforme perspectiva do crítico Francisco Foot Hardman.

Em virtude dessa ausência, omissão e/ou equívoco, pode-se inferir que, no artigo acima referido, publicado em 1902, ao destacar as infrações gramaticais e linguísticas de Euclides da Cunha, Veríssimo não as percebia como parte integrante de um projeto de ruptura com um modelo literário, ainda em vigor na época, que não contemplava de forma satisfatória as contradições e impasses característicos do processo de adequação do Brasil aos pilares da modernidade². É importante ressaltar que, no final do século XIX, o país passava por mudanças significativas na estrutura política, social e econômica. Viviam-se a abolição da escravidão, o fim da Monarquia e a implantação do regime republicano. A

2 O termo “modernidade”, neste contexto, faz alusão ao movimento de ideias chegado ao Brasil por volta do decênio de 1870, e às transformações estéticas, políticas, sociais e econômicas dele decorrentes e/ou a ele relacionadas. (HARDMAN, 2009; VERÍSSIMO, 2013)

indústria experimentava crescimento acelerado e o movimento operário, cujas primeiras ações foram forjadas ainda em plena sociedade escravista, ganhava força com o incremento da imigração de trabalhadores assalariados europeus. A conjuntura desencadeou inúmeros conflitos sociais no país, que passaram a requerer não apenas espaço de discussão na literatura, como também novas formas de expressão, condizentes com a realidade a ser traduzida em linguagem. Nesse caso, não mais se podia esperar do literato uma simples postura de “homem de sentimento”, movido pela ânsia de emocionar o leitor; mas ações típicas de um “homem de pensamento”, comprometido, portanto, com a elaboração de uma leitura crítica e política acerca do momento histórico em que estava inserido. É este o perfil no qual se encaixa o intelectual Euclides da Cunha, já que não pretende apenas sensibilizar o leitor, mas alertá-lo para os dramas vividos por uma população excluída do processo de modernização do país, tornando-o capaz de interferir nos destinos da nação. Além disso, sendo um pensador não somente envolvido com membros da comunidade científica do período, como também alguém que sempre se definiu como um de seus integrantes, Euclides empenha-se na mobilização do leitor – seja por meio da emocionalidade do “homem de sentimento”, quer pela consciência política do “homem de pensamento” –, autorizado pelas pesquisas do “homem de ciência” e pelo peso de verdade implicado no respectivo discurso. Em uma carta a Veríssimo datada de 03 de dezembro de 1902³, ao fazer defesa do consórcio entre ciência e arte como procedimento relevante no processo de elaboração de uma obra de arte, Euclides demonstra perceber *Os sertões* a partir dessa perspectiva. O autor comenta o artigo do crítico paraense publicado no *Correio da manhã* em 03 de dezembro de 1902; e revela ter visto nele renascida, devido à competência do juiz, “[...] uma velha comção que já suponha morta – a de calouro, nos bons tempos passados, em véspera de exame”. (CUNHA, 1997, p. 143) O tom é elogioso e de

3 A carta de Euclides a Veríssimo é datada de 03 de dezembro de 1902. Contudo, como o autor inicia o texto referindo-se a ontem – “Ao ler no *Correio* de ontem a notícia do seu juízo crítico sobre os *Sertões* (sic) [...]” (CUNHA, 1997, p. 143) –, supõe-se ter sido 04 de dezembro a data da escrita.

agradecimento à avaliação crítica dirigida ao livro, com apenas algumas ressalvas aos juízos emitidos quanto ao emprego de “termos técnicos”.

[...], nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam [aos termos técnicos] os homens de letras – sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada do pensamento humano. [...].

[...], o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências.

[...]. Eu estou convencido que a verdadeira impressão artística sicexige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta – e que, nesse caso, a comedida intervenção de uma tecnografia própria se impõe obrigatoriamente – e é justo desde que se não exagere ao ponto de dar um aspecto de compêndio ao livro que se escreve, mesmo porque em tal caso a feição sintética desapareceria e com ela a obra de arte. (CUNHA, 1997, p. 143-4)

Contudo, para além do teor amistoso da carta, o que nela sobressai é a exposição de uma tese. Conforme Euclides, não lhe sendo possível abordá-la mais profundamente pela imprensa, devido a suas demandas de “*commis-voyageur* da engenharia”, o próprio Veríssimo poderia fazê-lo, por ser “mais competente” e ter “grandes responsabilidades pelo nosso movimento literário”. (CUNHA, 1997, p. 144, grifos do autor) O crítico não “agitou” a questão, como era desejo do missivista, o que não impediu que outros o fizessem, mantendo viva a polêmica até os dias atuais.

Em um artigo publicado no *Correio da Manhã* em fevereiro de 1903, Moreira Guimarães revela desconfiança quanto ao consórcio entre ciência e arte no texto euclidiano. Segundo o crítico, o “ilustrado colega” da Escola Militar é um “escritor de pulso”, com a “alma tangida pelas harmonias do verso”. No livro, “o vigor da frase é empolgante”. (GUIMARÃES, 2003, p. 88) Contudo,

[...] esse belo trabalho é mais produto do poeta e do artista que do observador e do filósofo. Por igual não se encontram nesse livro as virtudes da imaginação e os atributos da reflexão. Porque nem sempre, lado a lado, marcham pelas páginas emocionantes dessa encantadora obra o delicado cultor da palavra e o destemido pensador brasileiro. (GUIMARÃES, 2003, p. 87)

Nesse entendimento, a capacidade de reflexão e as “virtudes da imaginação” transitariam em polos opostos. A primeira estaria restrita à área de atuação de pensadores e filósofos; e a segunda, à área de atuação de poetas e artistas. Sendo assim, ao fazerem uso das “virtudes da imaginação”, estes estariam distanciados dos atributos da reflexão; e aqueles, na elaboração de pensamento reflexivo, estariam dispensando os atributos da imaginação. Ou seja, ignora-se o fato de que, nos trabalhos com linguagem e/ou via linguagem – sejam estes ficcionais ou não –, estão amplamente interrelacionadas as “virtudes da imaginação” e a capacidade de elaboração de um pensamento crítico ou reflexivo. Assim, uma vez confundida com falseamento do real e ausência de seriedade documental, a literariedade em *Os sertões* seria fruto do labor verbal e da emoção com que foi escrito. As incongruências, contradições e equívocos do livro seriam tributários do talento literário de Euclides da Cunha.

A princípio, o posicionamento do engenheiro militar aparenta abrigar ideias circunscritas ao campo de atuação de profissionais não familiarizados com o universo das letras. Porém, dentre os literatos, é possível vislumbrar depoimentos que lhe sejam assonantes. É o caso do escritor Mário de Andrade, ao considerar a linguagem de *Os sertões* inadequada ao objeto que representa, devido à feição ornamental, eloquente, com ares neoparnasianos:

Pois eu garanto que *Os sertões* são um livro falso. A desgraça climática do Nordeste não se descreve. [...]. O livro de Euclides da Cunha é uma boniteza genial (sic) porém uma falsificação hedionda. Repugnante.

[...]. Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura, em epopeia... Não se trata de heroísmo não. Se trata de miséria, de miséria mesquinha, insuportável, medonha. (ANDRADE, M., 2002, p. 262-3)

O falseamento em *Os sertões*, segundo Mário de Andrade, não está necessariamente relacionado aos fatos narrados, mas ao modo pelo qual são representados. A “boniteza genial” apontada pelo crítico, comumente entendida como fantasia de poeta, se, em muitos casos, rendeu ao autor comentários elogiosos – sobretudo quando se considera a literariedade da obra –, em muitos outros foi utilizada como argumento para desconsiderar pretensões históricas, documentais, científicas. Mesmo dentre as críticas favoráveis, geralmente quando – ou por convicção ou por força da tradição – se acentuam as singularidades artísticas da obra, certas afirmativas ou conclusões denigrem o estatuto literário, por ser este associado a uma inclinação para a leviandade ou ao descompromisso com os dados coletados da realidade observada. Desse modo, as análises ajuizadas de Euclides da Cunha pertenceriam à ciência, ao discurso “verdadeiro”; e os equívocos – possíveis e, até mesmo, inevitáveis, já que a linguagem é sempre insuficiente para aludir ao real, tornando-o, nesse sentido, um conteúdo irrepresentável – seriam devaneios da imaginação, invencionices literárias. Assim se justifica, por exemplo, a seguinte declaração de Lidiane Pinheiro: “[...] *apesar do teor literário do livro, Euclides da Cunha apresenta fatos históricos e denuncia os muitos absurdos da guerra.*” (PINHEIRO, 2008, f. 4, grifos meus) Trata-se de uma reflexão possibilitada ou endossada pela maneira como alguns estudiosos da literatura costumam se referir a *Os sertões*. Segundo Walnice Nogueira Galvão, ao ser estudado sob o ponto de vista literário, todos os defeitos e incorreções do livro desaparecem. “Porque o dever número um do artista que escreve literatura é com sua própria imaginação, é com estética, não é com fatos.” (GALVÃO, 1993, p. 23) Citando seu trabalho com a correspondência de Euclides da Cunha⁴, a autora

⁴ Walnice Nogueira Galvão se refere à *Correspondência de Euclides da Cunha*, organizada em parceria com Oswaldo Galotti.

declara ter encontrado cartas de militares que participaram da guerra de Canudos nas quais são feitas ressalvas a erros e equívocos presentes na primeira edição de *Os sertões*. Mesmo em posse destas cartas que, a ele endereçadas, ter-lhe-iam possibilitado retificações, Euclides preferiu manter as informações como as havia escrito. “[...] era bonito, soava bem, combinava.” (GALVÃO, 1993, p. 24) O autor teria “deformado”, ou melhor, teria “adaptado” os fatos ao seu projeto estético. (GALVÃO, 1993, p. 23) A esse respeito, em linha de pensamento análoga, assim se expressa o crítico Valentim Fiacioli: “onde a ciência não podia resolver, fosse por suas condições teóricas de base, fosse por carência de pesquisas, a imaginação poética estava a postos para suprir o vazio que se apresentasse.” (FACIOLI, 1998, p. 54) É norteado por essa perspectiva que, em um dos textos nos quais acentua o pertencimento de Euclides da Cunha à comunidade científica do período, o historiador José Carlos Barreto de Santana também atribui a fins estéticos muitos de seus equívocos científicos, assinalando que, se assim não o fosse, provavelmente teriam sido corrigidos, já que o autor teve acesso a fontes que tornavam isso possível, além de ser notório o rigor de seu trabalho de revisão, conforme demonstram as muitas emendas, supressões e correções feitas no livro. (SANTANA, 2001, p. 106-8)

A valoração da obra, conforme os depoimentos supracitados, parece estar relacionada à literariedade, chegando esta a ser confundida com ficcionalidade. Quando não são postos em destaque os atributos literários – que são utilizados, por vezes, como argumento para indicar que, apesar de mentiroso, o texto apresenta aspectos dignos de nota –, é comum haver críticas desfavoráveis ao conteúdo, como se fosse possível, através da linguagem, a apreensão e registro de uma verdade única, inquestionável, fiel à realidade representada e completamente isenta de subjetividade. É este o tom que marca as palavras de um militar participante da guerra de Canudos, o general Siqueira Meneses, numa entrevista concedida a Gilberto Amado, no Palácio do Governo do Estado do Sergipe, em dezembro de 1911: “– Nunca me viu! Tudo mentira! Não passou por lá! Nunca o vi! Ninguém o viu!” (AMADO, 1956, p.

177) Amado relata ter iniciado a conversa com alusões a Euclides da Cunha, por acreditar que, assim, estaria sendo cordial e simpático com o general – em seu entender, um “homem”, um “soldado”, um “sábio”, um “herói” que inspirara um “belo panegírico, numa obra sem-par”, da literatura de sua pátria. (AMADO, 1956, p. 178) Para o crítico, haveria entre Euclides da Cunha e Siqueira Meneses uma amizade “natural, palpitante, viva”. (AMADO, 1956, p. 178) Louvado em *Os sertões*, ao ouvir falar de Euclides da Cunha, Siqueira Meneses certamente preferiria “palavras de gratidão, de enternecimento, de felicidade. Tudo eu poderia esperar. Tudo... menos o que ouvi. Tive surpresas na vida, mas nenhuma ultrapassou aquela.” (AMADO, 1956, p. 179) Em casa, sua mãe, pai e amigos também teriam ficado espantados com o relato. (AMADO, 1956, p. 179) De fato, a agressividade de Siqueira Meneses contrasta com a descrição elogiosa que lhe confere o escritor Euclides da Cunha, em *Os sertões*: “firme educação teórica e espírito observador”, “mais preocupado com a carreira de notas e os croquis ligeiros do que com a vida”, “expedicionário destemeroso”, “pensador contemplativo”, “olhar da expedição”, “melhor garantia de uma marcha segura”. (CUNHA, 2001a, p. 521-2) Em cotejo entre a descrição elogiosa de Euclides da Cunha e a declaração destemperada de Siqueira Meneses, Gilberto Amado revela-se convencido de que os dois não se conheciam. (AMADO, 1956, p. 180)

Euclides poetizou o personagem [...]. Forneceram-lhe algumas notas esparsas sôbre a campanha... talvez uma fotografia de Siqueira, cujo nome, salientado ao acaso, impressionou-o. Talvez nem mesmo essas notas de que falo lhe tenham sido presentes. Comprouve-se simplesmente, [...], em representar, [...], um herói romântico, uma figura de ficção que lhe pareceu necessária à obra. Que importa que não existisse? (AMADO, 1956, p. 181)

No mínimo, causam estranheza as declarações do crítico sergipano, podendo ser facilmente refutadas, já que artigos do general Siqueira Meneses, publicados à época no jornal *O País*, sob o pseudônimo de *Hoche*, foram parafraseados por Euclides da Cunha em *Os sertões*.

Leopoldo Bernucci conjectura que, além desses “empréstimos”, possivelmente tenha irritado o general a própria publicação de *Os sertões*, já que idealizara um projeto de trabalho análogo, conforme registrado no *Jornal de Notícias* de 27 de outubro de 1897: “Consta que o dr. Siqueira Meneses deseja publicar um estudo sobre o ponto de vista militar, político, social e religioso do grupo conselheirista. [...]. Este trabalho foi mostrado ao dr. Euclides da Cunha.” (apud BERNUCCI, 2001, p. 848-9)

Segundo Costa Lima, o perfil de Siqueira Meneses delineado por Euclides da Cunha é problemático do ponto de vista teórico, mas não chega a configurar uma mentira. (LIMA, 1997, p. 130) Para o crítico, “[...] é de se supor que oficiais do Exército, sentindo a instituição agredida, assumiam o papel do positivismo duro e faziam a responsabilidade pela distorção dos fatos depender de um então ambíguo talento poético.” (LIMA, 1997, p. 127) Feita essa ressalva, revelam-se convergentes os depoimentos do literato Mário de Andrade, do general Siqueira Meneses e do engenheiro militar Moreira Guimarães, pois possibilitam qualificar *Os sertões* como “[...] obra falseadora dos eventos ou poética, entendendo-se a última como uma variante da primeira; uma espécie de sublime mentira.” (LIMA, 1997, p. 131)

Num texto publicado no *Diário de Notícias* em 12 de outubro de 1952, Afrânio Coutinho também admite o talento poético de Euclides da Cunha. Porém, ao contrário dos três pensadores anteriormente referidos, o crítico preconiza não existir no livro falseamento do real, já que o insere numa discursividade cujo pacto entre autor e leitor se estabelece a partir de critérios que requerem maior fluidez na correspondência entre realidade e representação em linguagem: “[...] o que avulta na obra, como arquitetura e como construção, é o caráter de narrativa, de ficção, de imaginação. *Os sertões* são uma obra de ficção, uma narrativa heróica, uma epopéia em prosa, da família de *A guerra e a paz* (sic), da *Canção de Rolando* e cujo antepassado mais ilustre é a *Iliada*.” (COUTINHO, 1995, p. 61) Coutinho inicia o texto, informando ao leitor que a tese não é original, tendo sido levantada, talvez, por João Ribeiro. O esquecimento ou o desprezo que lha devotaram os críticos teria se dado

em razão de uma leitura em que se fez dominante a interpretação de *Os sertões* como “um estudo social e histórico de um povo e de uma situação”. (COUTINHO, 1995, p. 61) Segundo o teórico, “[...] empresaram-lhe caráter de objetividade científica, viram-na como o produto da observação direta, uma narração imparcial de fatos, a história sisuda de acontecimentos dramáticos.” (COUTINHO, 1995, p. 61) Ignorando ou desconsiderando a intenção de Euclides, delineada em “Nota preliminar”, de firmar um diálogo com “futuros historiadores” a partir de uma narrativa que faça “[...] jus ao admirável conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a História como ela o merece” (CUNHA, 2001b, p. 67), Coutinho assevera que não é de historiador o método de escrita do autor de *Os sertões*.

Não tem a objetividade, a fidelidade aos fatos, a imparcialidade, o respeito ao documento, característicos do método histórico. A vida real, o acontecimento, só lhe serviam como escorva para a imaginação criadora. O escritor partia habitualmente dos fatos, mas não permanecia preso a eles, deformava-os, modificava-os, pela lente de sua imaginação. Submetia-os ao processo de transfiguração artística. (COUTINHO, 1995, p. 65)

A desqualificação do viés histórico do texto se, por um lado, contribui para o enaltecimento de atributos literários; por outro, torna partícipes do mesmo posicionamento teórico o crítico Afrânio Coutinho, o literato Mário de Andrade, o general Siqueira Meneses e o engenheiro militar Moreira Guimarães, já que os três últimos atribuem à literariedade de *Os sertões* aquilo que entendem como infidelidade factual, parcialidade na exposição e falseamento do real. Porém, embora a leitura de Afrânio Coutinho não seja aceita em sua inteireza pelos estudiosos euclidianos, são muitos, dentre estes, os que associam as qualidades literárias da obra aos elementos ficcionais que estariam presentes na elaboração. Segundo Olímpio de Souza Andrade, pulsa em Euclides uma “alma de artista”, com uma “queda indisfarçável para a ficção, para o romance”, capaz de tornar perene o que, na pena de outros, teria a existência de uma notícia. (ANDRADE, O. S., 2002, p. 448) Sendo assim, haveria

em *Os sertões* um “material de romance”, ou melhor, “algum tanto de imaginação”. (ANDRADE, O. S., p. 438) Entendendo serem correlatos os dois termos – correspondência, no mínimo, questionável, já que pressupõe que apenas a literatura faz uso do imaginário no processo de representação do real –, Souza Andrade acredita que o toque de imaginação presente nas páginas do livro não surge nunca como instrumento de deturpação da realidade; antes, porém, em relação a esta, como um complemento indispensável. (ANDRADE, O. S., p. 423) Defendendo, assim como José Veríssimo, a dupla inscrição da obra, Andrade considera inadequado o afã de se tentar estabelecer fronteiras rígidas para um texto que se move “[...] no território livre da arte, realizada, principalmente, através da História, como seu autor a entendia.” (ANDRADE, O. S., p. 404) A princípio, poderia parecer estranha e contraditória ao leitor menos atento a inserção de *Os sertões* no território romanesco, já que, segundo o crítico, seu autor “[...] é fiel aos quadros que observou, aos fatos que relatou, sempre ajustado à interpretação rigorosa dos documentos escritos e orais de que se valeu.” (ANDRADE, O. S., p. 438) Contudo, ainda segundo Olímpio de Souza Andrade, o próprio Euclides se encarrega de dissipar a estranheza ao afirmar que não se limitaria, na elaboração da narrativa de Canudos, à exatidão das datas, nem à simples cópia dos fatos, “para não se distanciar do que sofregamente procurava no fundo das almas” (ANDRADE, O. S., p. 438), conforme se depreende deste trecho citado ao final da “Nota preliminar”:

...il s’ irrite contre les demi-vérités que sont des demi-faussetés, contre les auteurs qui n’altèrent ni une date, ni une généalogie, mais dénaturent les sentiments et les moeurs, qui gardent le dessin des événements et en changent la couleur, qui copient les faits et défigurent l’âme: il veut sentir en barbare, parmi les barbares, et, parmi les anciens, en ancien. (apud CUNHA, 2001b, p. 67)

Embora a tese do consórcio entre ciência e arte seja majoritária quando se trata de discorrer acerca das particularidades discursivas de *Os sertões*, há vozes dissonantes, como é o caso de Luiz Costa Lima. Para o estudioso, as ideias formuladas por José Veríssimo e aceitas por

críticos diversos carecem de sustentabilidade teórica e, se ainda permanecem mantidas, é porque “[...] o cânone euclidiano se estabelece não através de intensas lutas interpretativas, mas por outro acordo de cavaleiros (sic).” (LIMA, 2009, p. 132) Haveria tamanha estabilidade nesse modelo interpretativo que seus defensores agiriam como se tivessem alcançado “o irretocável”, “o que é arriscado questionar”, “o dogmático”. (LIMA, 2009, p. 134) Segundo o crítico, é também estranho, sob o ponto de vista da história da concepção da literatura, que os primeiros comentadores de *Os sertões* – José Veríssimo, Múcio Teixeira e Araripe Júnior, por exemplo – tenham sido convictos em manter o critério retórico das belas-letas, que não diferenciava o gênero literário e a escrita histórica, ampliando-o, também, à expressão do conteúdo científico que Euclides manipulava. (CUNHA, 1997, p. 16-7) Para Costa Lima, “[...] em termos de uma reflexão que não se contente em ser parasitária”, é simplesmente inaceitável conceber *Os sertões* como uma obra simultaneamente de história e literária. (LIMA, 2006, p. 385) E mais problemático ainda seria admitir a hipótese de ficcionalidade no livro:

[...] a tese de *Os Sertões* como obra ficcional é a mais débil. Sua variante – a identificação da literatura com “obra de arte da linguagem” – não apresenta maior valia de imediato porque supõe um círculo vicioso: para definir-se o que é literatura, lança-se mão de outra incógnita, “arte”; por outro lado, porque, ao ser admitida, há de se pressupor que só a literatura oferece obras em que a linguagem é trabalhada. (LIMA, 2009, p. 132-3, grifo do autor)

Contudo, ao refutar a tradição interpretativa euclidiana, Costa Lima não classifica *Os sertões* como uma obra exclusivamente científica ou exclusivamente literária. A proposta é a de uma hierarquização entre estas modalidades discursivas, já que destina à ciência o lugar-centro, o lugar de tema; e à literatura, o lugar-margem, o lugar de ornato. (LIMA, 1997, p. 146) Haveria no livro um “núcleo científico” apresentado literariamente, com o intuito de empolgar o leitor, por força da eloquência, sendo imprescindível, nesse caso, assegurar “a explicação científica” do conteúdo narrado. (LIMA, 2006, p. 383) O crítico reconhece em Eucli-

des um esforço para “[...] combinar a expressão artística com o modo literário, dispondo-os em lugares distintos e formando uma específica *hierarquia* dentro do espaço-texto.” (CUNHA, 1997, p 17, grifo meu).

Por mais acertadas que sejam as investidas de Costa Lima contra a atribuição dos equívocos científicos e históricos cometidos por Euclides ao veio artístico, como se literariedade e falseamento do real se confundissem, bem como sua desconfiança em relação à imprecisão do termo “obra de arte da linguagem” em alguns seguimentos da tradição crítica euclidiana, revela-se frágil e questionável a tese de que, em *Os sertões*, a ciência seja central; e a literatura, secundária. Sendo assim, optamos por conceber a ciência e arte na obra euclidiana como partes indissociáveis de um mesmo discurso, que se interpenetram durante toda a narrativa, como nos parece propor o próprio Euclides não somente na carta a Veríssimo datada de 03 de dezembro de 1902, como também em textos anteriores e posteriores a *Os sertões*. É de se ressaltar que a defesa do consórcio integra o pensamento de Euclides desde pelo menos 1892, ano em que aborda o tema numa crônica publicada, no dia 08 de maio, na sessão “Dia a Dia” do jornal *O Estado de São Paulo*. Na crônica, tomando como pretexto o anúncio da publicação dos livros de poemas dos escritores Júlio César da Silva e Ezequiel Ramos Júnior, o autor sinaliza que “é pela arte, de uma maneira geral, que se pode formar a mais pronta, a mais ampla e a mais segura idéia da superioridade afetiva e mental de um povo” e que o “caráter de universalidade” da ciência torna “vulgar o fato de notáveis descobertas feitas simultaneamente em pontos diferentes”. A ciência “[...] define de um modo geral o espírito humano – competindo a arte mais especial, definir o espírito das nacionalidades.” (CUNHA, 1995, p. 672) Para Euclides, a ciência estaria comprometida com os conhecimentos universais; e a arte, com a expressão das particularidades nacionais. Ao julgá-las necessárias para a produção de uma obra de arte, mais do que o mero diálogo entre modalidades discursivas aparentemente contraditórias, o que o autor propõe é um modelo estético para seus textos, capaz de marcar, na escrita, não apenas o esforço do Brasil para se fazer (ou se sentir) parte integrante

do que se considerava, naquele momento histórico, o padrão ideal de civilização; como também a distância supostamente existente entre o Brasil – considerado bárbaro e arcaico – e a Europa – que não apenas se impunha como civilizada e moderna, como também era dessa maneira percebida por nossa intelectualidade.

** Léa Costa Santana Dias , Doutora em Literatura e Cultura pela UFBA. Mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela UEFS. Especialista em Estudos Literários pela UEFS. Professora de Literatura Brasileira da UNEB. Membro do Comitê de Ética da UNEB. Autora do livro Euclides da Cunha em terras baianas e amazônicas: impressões de um viajante sobre sertões brasileiros e outros espaços (EDUFBA, 2020, no prelo). Organizadora da coletânea Ser diferente é legal: histórias sobre respeito e tolerância (Darda, 2020). Coordenadora do @projetoamanhecer2020 no Instagram. Tem poemas e contos publicados em coletâneas literárias nacionais e estrangeiras.*

REFERÊNCIAS

AMADO, Gilberto. **Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956. 454p.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. 330p.

ANDRADE, Olímpio de Souza. **História e interpretação de Os sertões**. Organização e Introdução de Walnice Nogueira Galvão. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. 496p.

BERNUCCI, Leopoldo M. índice onomástico. In: CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos**. Edição, prefácio, cronologia,

notas e índices Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 793-858.

COUTINHO, Afrânio. *Os sertões*, obra de ficção. In: CUNHA, Euclides da. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. vol. 2, p. 61-6.

CUNHA, Euclides da. Dia a dia. Crônica. **Obra completa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. vol. 1, p. 645-91.

CUNHA, Euclides da. Correspondência (1890-1909). In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997. 456p.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002a. 928p. (Clássicos Comentados, I).

CUNHA, Euclides da. Nota preliminar. **Os sertões**: campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. 2. ed., São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002b. p. 65-7. (Clássicos Comentados, I).

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 4. reimpr. da 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 390p. (Estudos, 16).

FACIOLI, Valentim A. Euclides da Cunha: consórcio de ciência e arte (Canudos: o sertão em delírio). In: BRAIT, Beth (Org.). **O sertão e os sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. p. 35-59.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Os sertões*: uma análise literária. In: MENEZES, Eduardo Diatahy B. de; ARRUDA, João (Org.). **Canudos: as falas e os olhares**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1993. p. 23-30.

GUIMARÃES, Moreira. O livro de Euclides da Cunha. In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Juizados críticos**:

Os sertões e os olhares de sua época. São Paulo: Nankin Editorial, Unesp, 2003. p. 87-101.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. **A vingança da hi-léia:** Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 167-86.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário:** razão e imaginação nos tempos modernos. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 282p.

LIMA, Luiz Costa. **Terra ignota:** a construção de *Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 304p.

LIMA, Luiz Costa. **História, ficção, literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 340p.

LIMA, Luiz Costa. A estabilidade interpretativa de *Os Sertões*. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, Fase VII, ano XV, n. 59, p. 111-35, abr.-mai.-jun. 2009.

PINHEIRO, Lidianne Santos de Lima. Acontecimento e mídia: a guerra de Canudos na imprensa contemporânea. In: COLÓQUIO EM COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE – COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA: INSTITUIÇÕES, VALORES E CULTURAS, 1., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. 16f.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais.** São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001. 216p.

VERÍSSIMO, José. Uma história dos sertões e da Campanha de Canudos (*Os sertões*, campanha de Canudos por Euclides da Cunha, Laemmert & C., editores). In: FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). **Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época.** São Paulo: Nankin Editorial, Unesp, 2003. p. 46-54.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2127>. Acesso em: 27 fev. 2013.

OS SERTÕES: HISTÓRIA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

Rachel Aparecida Bueno da Silva *

No octogésimo aniversário da Semana Euclidiana, o tema: “80 anos de Semana Euclidiana: história, memória e resistência” traz à reflexão a importância de conhecer e se apoderar de movimentos culturais e também sociais de relevância para a construção de uma nação.

Num momento que o Brasil revive sua recente história de golpes, não valorizando a memória, lembrar os momentos de resistência torna-se imprescindível.

Construído sobre o tripé da história, memória e resistência também encontra-se a obra de Euclides da Cunha considerada um ícone na Literatura Brasileira “Os sertões”.

Escrito em parte na cidade de São José do Rio Pardo, por ocasião do trabalho de reconstrução da ponte metálica sobre o rio que dá nome a cidade, o engenheiro Euclides da Cunha trata em seu livro da Campanha de Canudos, ocorrida no interior da Bahia entre os anos de 1896 e 1897. Uma campanha que nas próprias palavras de Euclides, na nota preliminar do livro “lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime.” (Cunha, 1967)

Entretanto o livro na sua composição não trata apenas da guerra, trata da história, da memória, mas principalmente da resistência da população sertaneja.

Importante lembrar que o autor vai ao cenário da guerra como repórter enviado pelo então jornal O Estado de São Paulo. Vai com ideias a respeito do movimento e da população ali existente, construídas e amplamente difundidas pelos jornais de grande circulação da época, que insistiam na existência de um levante monarquista, onde no imaginário popular acreditava-se em financiamento vindo do exterior e tendo como mentor intelectual Conde d' Eu, genro de D. Pedro II deposto no golpe militar que instaurou a República.

Dessa maneira Euclides da Cunha forma seu conceito a cerca do movimento conselheirista. Alguns meses antes de conhecer pessoalmente o conflito em Canudos, publica em 14 de março de 1897, no jornal O Estado de São Paulo, um artigo intitulado A Nossa Vendéia (I), nele faz a comparação do movimento canudense com o movimento ocorrido no interior da França, na região da Vendée, entre os anos de 1793 e 1796. Esse movimento era contra a Revolução Francesa e Euclides comparando ambos aponta o movimento conselheirista como uma tentativa de restauração monárquica.

No mesmo ano, em 17 de julho ele publica, A Nossa Vendéia II, no mesmo jornal, reafirmando seu pensamento a cerca da população de Canudos e do movimento de resistência que lá acontecia.

Construído sob a luz de ideias deterministas o livro divide-se em três partes: A Terra, O Homem e A Luta.

Na primeira parte o autor trata principalmente das questões ligadas ao relevo, ao clima, dando atenção especial ao fenômeno das secas e a impressionante e resistente vegetação do sertão.

“...árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante...”
(CUNHA, p.32)

Ao tratar do episódio histórico das secas descreve como o homem produz o deserto, com sua herança cultural das queimadas e outras

ações sobre a terra, mas também aponta como é possível sua extinção utilizando-se de exemplos vividos por povos ao longo da História, encerrando a primeira parte do livro afirmando que “O martírio do homem, ali, é o reflexo da tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida. Nasce do martírio secular da Terra...” (Cunha, p. 48)

A segunda parte do livro, *O homem*, Euclides trata da formação racial do brasileiro, da formação racial do sertanejo, aprofunda sua análise sobre o sertanejo e seu modo de vida, dedica um capítulo especialmente a Antônio Conselheiro e outro a Canudos.

É nessa parte que se encontra a célebre expressão imortalizada pela força e beleza: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.” (Cunha, p. 86). Ou ainda a expressão mais assustadora que pode-se ter a respeito do sertanejo “Hércules – Quasímodo.” Expressão utilizada para descrever o sertanejo forte e destemido que em certos momentos é tão assustador e repugnante quanto Quasímodo, o Corcunda de Notre Dame. Esse é um dos muitos exemplos das imagens criadas a partir das antíteses e que vão enriquecer o texto euclidiano.

Com essa mesma habilidade Euclides passa ao leitor as impressões que construiu a respeito do Conselheiro com auxílio da imprensa da época e ajuda dessa forma a reforçar a imagem de um degenerado, de um monstro.

“Paranóico indiferente, este dizer, talvez, mesmo não lhe possa ser ajustado, inteiro. A regressão ideativa que patenteou, caracterizando-lhe o temperamento vesânico, é, certo, um caso notável de degenerescência intelectual, mas não o isolou — incompreendido, desequilibrado, retrógrado, rebelde — no meio em que agiu. Ao contrário, este fortaleceu-o. Era o profeta, o emissário das alturas, transfigurado por ilapso estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas, passível do sofrimento e da morte, e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores o caminho da salvação. Satisfez-se sempre com este papel de delegado dos céus. Não foi além. Era o servo jungido à tarefa dura; e lá se foi, caminho dos sertões bravios, largo tempo, arrastando a carcaça claudican-

te, arrebatado por aquela ideia fixa, mas de algum modo lúcido em todos os atos, impressionando pela firmeza nunca abalada e seguindo para um objetivo fixo com finalidade irresistível.” (CUNHA, p. 113)

Percebe-se no texto euclidiano a força crescente da palavra, que constrói e reforça os conceitos.

“...E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos...” (CUNHA, p. 120)

Entretanto Euclides mostra ao longo de seu texto que apesar do desejo das elites, que dominavam o cenário nacional da época, mostrarem indisposição com Antonio Conselheiro, o mesmo era homem carismático e de grande importância para aquela população abandonada ali há três séculos. E é justamente através desse homem que a representação da força e da resistência do povo sertanejo pode ser sentida.

A terceira e última parte do livro intitulada, A luta, narra o dramático cenário da guerra, a resistência e os últimos dias do Arraial de Canudos. Entre as muitas páginas de intensa comoção o autor narra, de forma crítica, a rendição dos prisioneiros ao exército, que os recebe não como troféus, mas como a vergonha dos vencedores.

A entrada dos prisioneiros foi comovedora. Vinha solene, na frente, o Beatinho, teso o torso desfibrado, olhos presos no chão, e com o passo cadente e tardo exercitado desde muito nas lentas procissões que compartilhara (...) Os combatentes contemplavam-nos entristecidos. Surprendiam-se; comoviam-se. O arraial, *in extremis*, punha-lhes adiante, naquele armistício transitório, uma legião desarmada, mutilada, faminta e claudicante, num assalto mais duro que o das trincheiras em fogo. Custava-lhes admitir que toda aquela gente inútil e frágil saísse tão numerosa ainda dos casebres bombardeados durante três meses. Contemplando-lhes os rostos baços, os arcaibouços esmirrados e sujos, cujos molambos em tiras não encobriam lanhos, escaras e escalavros — a vitória tão longamente apetecida decaía de súbito. Repugnava aquele

triunfo. Envergonhava. Era, com efeito, contraproducente compensação a tão luxuosos gastos de combates, de reveses e de milhares de vidas, o apresamento daquela caqueirada humana — do mesmo passo angulhenta e sinistra, entre trágica e imunda, passando-lhes pelos olhos, num longo enxurro de carcaças e molambos... (CUNHA, p. 454)

Euclides na última parte do livro faz duras críticas ao exército, a população litorânea civilizada e a forma dada a um problema social, como sendo um caso de polícia. Mostra que aqueles que lutavam contra os supostos bandidos apresentavam-se muitas vezes mais perigosos.

Relata a carnificina que ficou conhecido como espetáculo das degolas mostrando toda a covardia existente no cenário de guerra.

Chegando à primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido... Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estade-ar idênticas barbaridades. (CUNHA, p. 424)

E fala da despreocupação dos atores de tamanha barbarie: “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali.” (Cunha, p.428)

O autor, nas últimas páginas descreve os últimos momentos do arraial e sua resistência na figura de seus últimos defensores que “Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.” (Cunha, p. 458)

Encerra com brilhantismo o livro quando com ironia escreve as duas últimas linhas: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...(Cunha, p. 460)

O destino dos sobreviventes não foi relatado em *Os sertões*, é sabido que muitas mulheres e crianças foram vítimas de estupros cometidos pelos soldados. A maioria abandonada a própria sorte e muitas crianças dadas aos soldados.

Foi criado nesse período o Comitê Patriótico da Bahia, pelo jornalista Lélis Piedade, que tinha como principal atividade auxiliar os sobreviventes do Arraial de Canudos, que não conseguiam trabalho, assistência médica ou simplesmente transitar livremente pelo Estado da Bahia, aos quais eram dados salvo-condutos.

O próprio Euclides da Cunha recebeu uma criança, que levada a São Paulo foi adotada pela família do educador Gabriel Prestes, que lhe deu o nome de Ludgero Prestes.

O menino formou-se professor e foi diretor do grupo escolar da cidade de Bebedouro e Amparo. Porém a sorte da maioria das crianças foi bem diferente, muitas foram recolhidas pelo Comitê Patriótico da Bahia, que formou uma comissão com o intuito de resgatar crianças sertanejas feitas prisioneiras. Em seu relatório final a comissão descreve a situação em que muitas foram encontradas, apontando que várias meninas foram localizadas em casas de quitandeiras ou em prostíbulos. A comissão esforçou-se em localizar as famílias e parentes das crianças e devolvê-las, outras foram recolhidas em orfanatos. Esse compõe um triste episódio da história da infância brasileira, porém não é o único.

Canudos é um capítulo incômodo de nossa história, assim como tantos outros, porém a sua luta e resistência o torna objeto de tantas paixões, num momento em que resistir significa ter esperanças, hoje ainda mais do que ontem.

** Rachel Aparecida Bueno da Silva, é professora e escritora da cidade de Campinas - SP. Formada em Letras e Pedagogia, é mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), título obtido através da defesa de dissertação sobre Euclides da Cunha. Foi Profª de História da Educação e Sociologia da Educação do Programa Especial de Formação de Professores da Faculdade de Educação da Unicamp. Participa da Semana Euclidiana, em São José do Rio Pardo, desde 1980. Atualmente é aposentada da rede Pública Municipal de Campinas e, professora no Ciclo de Estudos Euclidianos em São José do Rio Pardo. Autora do livro: Aconteceu em Agosto: Casos e causas das Semanas Euclidianas.*

Referências

CARONE, Edgar. **A República velha** - Instituições e classes sociais. 4. ed. São Paulo, Difel, 1978.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 27 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1968.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: A Guerra de Canudos nos jornais. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SILVA, Rachel Aparecida Bueno da. **O projeto de construção da nação republicana na visão de Euclides da Cunha**. Dissertação de mestrado. Campinas: FE/UNICAMP, 2004.

ABRAÇO-VOS, EUCLIDES – CARTAS AO PAI, CARTAS AOS FILHOS

Rick Azevedo da Cunha *

As cartas pessoais são veiculadas num espaço privado e de relações restritas. Esse espaço dá abertura à expressividade e à sinceridade do remetente para o destinatário. Essa sinceridade acontece em função do espaço no qual esse gênero é produzido. É um ambiente íntimo, com ar de confidências, que procura expressar as ideias, sentimentos, opiniões de maneira direta, sem deturpar ou ocultar nada. Por isso, chama-se o gênero de carta pessoal, pois está de acordo com a particularidade do autor que está intrinsecamente relacionada com a personalidade.

Esse gênero citado tem como funções: criar, consolidar e manter relações interpessoais, informar e também para aproximar o que é separado pela distância. Essa aproximação faz com que muitas cartas tenham expressão sentimental e busquem exprimir o sentimento do remetente a quem é destinada, demonstrando a subjetividade daquele que a produz.

As cartas ainda deixam transparecer o autor de maneira que ele é, despojado de qualquer camuflagem ou dissimulação, pois a sinceridade entra no contexto íntimo. Matilde Demétrio dos Santos dialoga com essas afirmações, garantindo que o gênero *cartas* “impõe-se como um discurso sem máscaras”¹.

1 SANTOS, Matildes Demétrio. *Ao Sol Carta é Farol – a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. 1ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 1998,

Além do mais, o sujeito se constitui como tal a partir da interação com outro sujeito. Ou seja, uma pessoa não consegue constituir-se a si mesmo, com próprios valores, sem ter outro a quem se relacionar, para assim, inspirar-se ou repelir. (cf. Bakhtin, 1990). A relação com outros indivíduos faz com que um sujeito conheça diferentes pensamentos, discuta ideias e conheça novas opiniões, para, assim, formar seu perfil através de todos o tipo de interação que já pôde ter experiência. Para Jane Quintiliano Silva,

a nossa história interacional é constituída pela totalidade das interações das quais efetivamente participamos, seja como (co) produtor e/ou ouvinte/leitor de textos pertencentes a uma multiplicidade de gêneros produzidos na sociedade².

A escrita na primeira pessoa marca a confiabilidade naquilo que é escrito, pois são fatos vivenciados pelo autor e conceitos assinados por ele. Ainda há a caligrafia que é um fato da personalidade do remetente, pois é algo de sua intimidade. Uma marca dessa informalidade é o próprio manuscrito. As cartas são escritas, na maioria das vezes, à mão pelo seu autor. A caligrafia do locutor é apresentada, o que mostra mais uma evidência da intimidade, caracterizando-o, mostrando algo que é unicamente seu. Há uma carta de Euclides da Cunha a Dr. Oliveira Lima que essas duas considerações – caligrafia e intimidade – são abordadas em um espaço de amizade.

Respondo imediatamente a sua prezada carta do 13 que li, adivinhando o seu belo espírito através dos hieróglifos da sua caligrafia, que está ficando cada vez mas misteriosa e impenetrável. Assim é que estou ainda em dúvida quanto ao nome do escritor venezuelano que me indicou. [...] Não vá, agora, diante do juízo

p. 21.

² SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. “*Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos.*” Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/posletras/05.pdf>. Acesso em 24 jun. 2012, p. 26.

tão desfavorável que faço da sua caligrafia deixar de remeter-me as suas letras³.

Por serem escritas no contexto íntimo do autor, essas cartas, muitas vezes, são despojadas das formalidades da escrita, pois é produzida num ambiente privado e será lida nesse ambiente. Assim como um encontro com amigo é feito informalmente, as cartas querem exprimir essa informalidade do encontro, por isso a forma em que é escrita, é com menos cuidado linguístico do que em outra situação. Elas também podem ser carregadas de afetividade, pois servem para aproximar pessoas queridas que estejam afastadas pela distância. Dessa forma, a subjetividade é grande em cartas pessoais, pois expressam sentimentos que só são falados em intimidade. Assim, Jane Silva defende que

as cartas pessoais, cujo trajeto comunicativo se circunscreve no espaço das atividades da vida privada, formam as suas práticas comunicativas fundadas basicamente na finalidade de manter uma correspondência que propicie consolidar e/ou construir novos relacionamentos do âmbito das relações privadas (amizade, parentesco). Suas práticas comunicativas são alimentadas pela troca de cartas entre os correspondentes, que, nesse percurso, ora assumem o papel de remetente, ora o de destinatário, e assim sucessivamente⁴.

As cartas pessoais permitem reconhecer as situações vividas pelo locutor e interlocutor, assim como seus pensamentos e ideias que se formam no diálogo com o outro. Podendo reconhecer as opiniões e os julgamentos do remetente acerca daquilo que acontece em seu tempo. As datas que marcam o início do texto fixam-nas em um determinado momento histórico, podendo

3 Euclides da Cunha para Dr. Oliveira Lima, 20 de março de 1907. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 326.

4 SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. “*Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos.*” Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/posletras/05.pdf>. Acesso em 24 jun. 2012, p. 68.

dialogar com sua contemporaneidade. Também é possível ver as marcas culturais presentes na escrita, assim como marcas da época, como história, costumes e hábitos do tempo em que fora enviada. Assim, elas podem ser material de pesquisa e documento histórico, podendo, através delas, acontecer estudos sobre a situação daquele momento e aquilo que se fala sobre determinados assuntos já ocorridos. Goffman (1988, p. 197) afirma:

É claro que cada participante entra numa situação social, portanto uma biografia de interações vividas com os outros participantes, ou pelo menos, com os seus pares, e também um conjunto de conhecimentos socioculturais, que ele presume seja partilhado.

Partindo do pressuposto que as cartas têm a função de informar, a descrição de cenários e ambientes, fatos e atos, momentos e acontecimentos é algo marcante nas correspondências. Pois o remetente tem a vontade contar ao seu destinatário seus últimos feitos e como está naquele período a sua vida. Logicamente, de acordo com o grau de intimidade que o autor tem com aquele a quem se dirige. Sophia Angelides concorda com essas sentenças.

Embora numa carta a descrição de uma paisagem, o relato de um acontecimento, de uma vivência, a expressão de um sentimento tenham o cunho da veracidade, da não-ficção, porque seu sujeito-de-enunciação é histórico, o material linguístico é submetido ao crivo altamente seletivo do escritor, que recria a sua experiência pessoal⁵.

As cartas de Euclides da Cunha, analisadas neste, trabalho, estão presentes no livro *Correspondência de Euclides da Cunha* de Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti, que reuniram em um volume todas as cartas já publicadas de Euclides e inéditas de acervos diferentes. Mesmo sendo um grande missivista, ou seja, produzia muitas cartas, serão consideradas apenas as cartas com os seguintes destinatários: o pai de Euclides da Cunha – Manuel

5 ANGELIDES, Sophia. *Carta e Literatura: Correspondência entre Tchêkhov e Górkí*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 23.

Rodrigues da Cunha - e os filhos - Solon da Cunha (filho mais velho) e Euclides da Cunha Filho (segundo filho, chamado pelo pai de Quidinho); dando um total de vinte e duas cartas. Além de mais algumas cartas que façam referências à família.

O objetivo é traçar o perfil de “filho” de Euclides, através da análise das cartas endereçadas a seu pai e seu relacionamento com ele, e o perfil de “pai” pelo diagnóstico interpretativo das cartas aos filhos e também qualquer referência a eles encontradas em outras cartas. Esse trabalho de interpretação unindo ao contexto histórico em que é escrito e a vida pessoal do escritor cantagalense.

Retomando a ideia inicial de que o espaço privado no qual as cartas são escritas faz com que elas tenham um tom confidente e íntimo, além de possuir a característica principal como a sinceridade; unimos agora essas afirmativas com o contexto familiar. Na família, o indivíduo se apresenta em sua forma mais original, pois aqueles com quem ele vive conhece-o de maneira completa, em todas as suas falhas, limites e características mais ocultas. O convívio dá ainda uma maior intimidade do que com aqueles que somente se comunica e convive em alguns momentos. A família é quem o conhece em seu perfil mais totalitário, porque é naquele ambiente que ele se sente seguro e com as pessoas que ama. Portanto, uma carta escrita para um familiar possui uma linguagem diferenciada: ora com um tom afetivo marcante ora em tom de confiança, além de uma escrita menos rebuscada. De acordo com isso, Sophia Angelides afirma:

Um elemento que atua de modo fundamental no discurso epistolar é o destinatário. Sendo as cartas, em geral, dirigidas a uma determinada pessoa, esta orienta muitas vezes o grau de literariedade, de fragmentação, de espontaneidade, bem como o teor e o tom do discurso⁶.

6 ANGELIDES, Sophia. *Carta e Literatura: Correspondência entre Tchêkhov e Górkí*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 25.

Nos estudos das correspondências do escritor fluminense, tem-se a chance de conhecer e reconhecer através da escrita várias faces de um mesmo Euclides. O autor que ao mesmo tempo em que se preocupa com aquele a quem se escreve, também tem o desejo de narrar cada fato ocorrido em sua vida, demonstrar sentimentos e ideias. Matildes dos Santos revela essa multiplicidade de características que esse gênero textual possui: “Em muitas correspondências, os fantasmas ganham rosto, as máscaras caem, as influências se revelam, as dominações se explicam”⁷, ou seja, nesse espaço a verdade é demonstrada devido a fé que o remetente tem no destinatário.

Em relação a Euclides da Cunha, sua produção epistolar é repleta em conteúdo histórico e idealista. Comentários a cerca de fatos do país e da política, entre o fim do século XIX e início do século XX, como Revolta da Armada, a Rua do Ouvidor, a capital manauara que estava com sua economia em alta e todo o discurso entranhado nos ideais positivistas e republicanos pela sua formação militar na Escola Militar da Praia Vermelha que vão acompanhar o escritor por toda sua vida, ainda que se decepcione com a República e seus feitos, aqueles antigos ideais permanecem continuamente em seus escritos, demonstrando um Euclides preocupado com a nação como um todo, alguém que está sempre a serviço da pátria e que enxerga essa pátria como sendo uma nação de todos – não somente da elite econômica do eixo Rio de Janeiro e São Paulo – mas daqueles que não são lembrados e vistos por essa elite. Por isso, o escritor também se mostra interessado em descrever e contar as regiões interioranas por onde passa e valorizá-las, com o intuito de demonstrar que há beleza e cultura em lugares diferentes daqueles comuns que já são falados.

Além disso, conhecemos o Euclides que está em constante diálogo com outros pensadores e intelectuais da época, mostrando
⁷ SANTOS, Matildes Demétrio. *Ao Sol Carta é Farol – a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. 1ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 1998, p. 14.

do-se informado dos acontecimentos e alguém que tem interesse em discutir e debates sobre tudo aquilo que lhe cerca. O colóquio com outros intelectuais comprova a busca que o autor de *Os Sertões* tem pelo conhecimento variado e a nunca satisfação daquilo que sabe. Prova disso é a dedicação do escritor em produzir uma obra completa e sem falhas.

Pela vida agitada de engenheiro – que o fazia estar sempre em viagens e em mudanças – faz com que Euclides seja produtor de uma grande quantidade de cartas. Uma vez que a carta aproxima aqueles que estão distantes, as produções epistolares do escritor e engenheiro além de informativas são escritas com afeto e saudades àqueles que estão longe ou que não podem acompanhar a vida nômade do remetente.

A carta é um “pensar alto com”, o que torna o nível de veracidade maior que nas memórias recolhidas ou guardadas em segredo para só serem escritas ou divulgadas futuramente. A prática incessante da escrita de cartas, além disso, é determinada pela ausência do ente querido. Foi para superar a distância e manter vivo o elo de intimidade com o ausente [...]. A ausência não só motiva como enriquece o que se tem a dizer⁸.

É pelo motivo da distância que a afetividade é aflorada nas cartas e que podemos conhecer um perfil muito íntimo e sincero do remetente. A carta era importante para Euclides da Cunha, pois era sua forma de interação com aqueles que lhe agradava, por necessidade de trocar ideias e assuntos importantes, como seus empregos, e como mantinha contato com amigos que foi conquistando por onde passava que se tornaram respeitáveis, como Escobar, Coelho Neto e Reinaldo Porchat. A correspondência euclidiana é caracterizada por essa necessidade de se contar o que acontece na vida do autor e de unir aqueles que não estão perto.

8 SANTOS, Matildes Demétrio. *Ao Sol Carta é Farol – a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. 1ª ed. São Paulo: Annablume Editora, 1998, p. 24.

Esse perfil de engenheiro nômade que faz com que Euclides tenha uma grande produção epistolar, também faz com que o escritor se sinta preocupado com família. Com filhos e esposa, o Euclides que dificilmente fixa em algum lugar tem a consciência de que tem uma família e que deve cuidar e zelar por ela. Nesse âmbito, o engenheiro se vê dividido entre o profissional e o pessoal/familiar.

Euclides da Cunha necessita do trabalho para sustentar a família, mas os empregos que arranja faz com que ele se desloque de um lugar para o outro, sendo que a família precisa de um lugar estável para morar e viver. É desconexa a sentença que o escritor se encontra para viver e muitas vezes precisa recorrer a terceiros para ajudar-lhe na difícil missão de sustentar uma família e cuidar dela ao mesmo tempo.

O trecho abaixo se refere a quando Euclides foi chamado para a comissão para o Alto Purus para reconhecimento e delimitação de território. Para ir, precisava deixar a família sob os cuidados de alguém de confiança e da família. Fizera uma primeira tentativa deixando com sua sogra e dando todo o aparato necessário para uma boa estadia. Em uma carta para o pai, datada em 10 de outubro de 1904, Euclides narra os acontecidos.

Como o sr. sabe julguei que a casa da minha sogra era o ponto melhor onde deixar a minha família - e, neste propósito, acarretando com todas as despesas, aluguei nova casa na rua das Laranjeiras, 76. Mas vejo que é impossível continuar a aliança que planeei. Não por mim, mas pela desarmonia insanável entre a Saninha e os irmãos⁹.

É possível perceber o cuidado de Euclides com a família. Preocupa-se no bem-estar de sua esposa enquanto estiver fora a trabalho. E procurando um bom conforto e aconchego para seus

⁹ Euclides da Cunha para seu pai, 10 de outubro de 1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 239.

familiares, Euclides recorre a quem pode lhe ajudar: seu pai. A respeito disso vemos uma característica marcante do perfil de filho de Euclides da Cunha: seu pai é aquele a quem ele pode recorrer em casos de necessidades, tanto material quanto pessoal em orientações de vida. Por isso, nessa ocasião e na mesma carta, Euclides recorre ao pai e pede abrigo para a família neste momento em que carece.

Peço-lhe que agasalhe a minha família – e que me salve de uma situação bem infeliz para a qual não contribui senão em virtude da minha boa fé e da minha crença no coração humano. Se o sr me repelir – o que absolutamente não creio – serei obrigado a renunciar à comissão e como não poderei ficar aqui nem voltar para S. Paulo – estarei irremediavelmente perdido¹⁰.

A escolha de Euclides entre emprego e família fica bem clara nessa parte. Não podendo deixar a família como antes estava na casa da sogra, Euclides, se não conseguir solucionar, decidiria não ir à comissão. Decidir-se pela família em vez de um serviço desejoso e ansioso como esse da viagem à Amazônia – que Euclides tanto demonstra querer – é um ato difícil.

Empregos para Euclides sempre foram complicados. Queria achar um trabalho fixo que pudesse manter sua família em uma posição social e financeira digna. Entre as tarefas de engenheiro e escritor, Euclides vivia em linhas sinuosas – ora em um e ora em outros. A vida de jornalista, para o escritor, era somente para preencher lacunas como forma de sobrevivência, não deveria ser duradouro. As sinuosidades também se encontraram na saúde do intelectual que é precária. Encontra-se muitas vezes doente e acamado, o que em alguns momentos o impede de trabalhar. Em graves situações, o pai de Euclides é seu porto-seguro, a quem ele pode confiar e contar tudo. O pai torna-se confiante do filho.

10 Euclides da Cunha para seu pai, 10 de outubro de 1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 239.

Sinto-me abater dia a dia, minado por doença pertinaz (peço-vos não dizer isto a Saninha) sinto-me cada vez mais fraco e com o pressentimento cada vez maior de um tristíssimo fim. [...] Se existe um Deus, ele sabe de quanta virtude eu disponho para arcar com o cumprimento de tão penosos deveres; aliados a sacrifícios tão grandes.

Euclides vive a vida de uma maneira intensa. Todos os atos e acontecimentos são vividos em sua forma mais fiel e profunda. Por isso, as cartas que falam de doenças possuem um tom dramático e fúnebre.

Essa busca incessante por estabilidade econômica, afetiva e pessoal está estritamente ligada a um ensinamento que o próprio Euclides da Cunha afirma ter recebido do pai e o acompanha por toda sua vida, sendo exposto, várias vezes, durante suas missivas. O pai lhe ensinara em manter-se em uma linha reta numa vida inflexível. Ao relembrar tal afirmação, o escritor demonstra-se como um filho que é atencioso aos conselhos de seu pai e segue os valores por ele ensinados. Dessa forma, Euclides segue a vida tentando manter e viver pela formação que o pai lhe dera. Em uma carta ao pai, ao ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, para a cadeira de Castro Alves, e comentando que tinha eleitores com importantes nomes, Euclides escreve: “Mas não tenho vaidades: tudo isto me revela a boa linha reta que o sr. Me ensinou desde pequeno. Hei de continuar nela¹¹”.

Euclides era consciente de sua condição e sabia de sua dificuldade em traçar a linha reta da vida. Em carta a João Luís Alves – político mineiro – o escritor se compara a Ahsverus – Judeu Errante –, o mesmo personagem que vai dar o título a um conto amazônico do autor sobre os seringueiros. Nessa narrativa, Euclides compara o personagem Judas Ahsverus – que vaga sem lugar

11 Euclides da Cunha para seu pai, 22 de setembro de 1903. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 181.

certo – ao seringueiros que trabalha em um tempo que parece eterno e nunca consegue se livrar das crueldades e das misérias nas quais vive.

Sobre o personagem histórico Ahsverus, pode-se citar:

Na acepção cristã, oriunda do Novo Testamento, o Judas Ahasverus é o judeu errante, aquele que não reconhece Deus em Cristo, agredindo-o no caminho para a crucificação, e por este motivo é condenado a errar pela Terra até o retorno do Messias. É curioso ressaltar que tal personagem toma força com o relato bíblico e passa a marcar presença em centenas de lendas, sempre como (mau) presságio de calamidades¹². (Cf. BRUNEL, 1997, p. 665.)

Euclides, ao se comparar com Ahsverus, como será exposto a seguir, assume a condição de errante, daquele que trilha o caminho tortuoso da vida. O perfil nômade do escritor transparece nesse trecho em que pode-se afirmar que não é somente os empregos que o fazem mudar várias vezes de localidade e não estar fixo em nenhum lugar, mas também seu estado de saúde e sua adaptação ao meio. Mas, ainda assim, tem consciência de que tem uma família que deve cuidar e preservar e que o impede de “peregrinar” ainda mais.

Ando meio adoentado: não é de balde que se atravessam os pantanais de S. Paulo. Se o mau estado de saúde continuar tomarei outra vez o velho cajado de peregrino e procurarei outras terras. É destino. Às vezes, chego acreditar que tenho a vida mais incômoda ainda que a de Ashverus - porque afinal aquele pobre diabo não tinha mulher e filhos¹³.

Os escritos revelam um filho carinhoso e que presta atenção nas falas do pai. Em uma carta a Otaviano da Costa Vieira, cunha-

12 SANGENIS, Anabelle Loivos Considera Conde. *Euclides da Cunha presente e plural – uma leitura de intertextos errantes*. In: 99.a Semana Euclidiana, 2011, São José do Rio Pardo-SP. Revista da Semana Euclidiana, 2011. v. 1. p. 23-27.

13 Euclides da Cunha para João Luís, 19 de novembro de 1895. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 90.

do de Euclides, ele revela o princípio que acolhera: “Diga isto ao meu pai. Noutra carta direi mais sobre esta vida triste de caboclo malcriado e teimoso no seguir uma linha reta no meio das contorções e tortuosidades dos canalhas felicíssimos que o rodeiam¹⁴”.

Sabe-se que Euclides da Cunha não conseguiu traçar a vida em linha reta e inflexível. A procura de empregos que o deixasse estável financeiramente permeia por caminhos sinuosos, como a tentativa de um trabalho público – ora é algo que deseja ora uma ocupação passageira. Como no trecho seguinte: “Acho-me empregado – como engenheiro ajudante nas obras públicas daqui; não tenho entretanto desejo de ser por muito tempo empregado público; aproveitarei a primeira oportunidade que tiver para exercer a minha profissão mais dignamente¹⁵”.

Sua vida afetiva é destruída por uma traição impedindo-o de seguir a retidão planejada. Seus escritos demonstram um Euclides que é fiel aos seus princípios e sua formação, defendendo sempre seu ponto de vista intelectual, mas que também está disposto a receber novos conhecimentos e compartilhar ideias.

As tentativas de seguir decididamente a linha retilínea da vida fazem com que Euclides da Cunha apele ao pai soluções e opiniões sobre assuntos que cercam sua vida. A figura do pai na vida de Euclides demonstra ser como aquele que instrui, guia, orienta e aconselha. E ainda ajuda o filho a enxergar melhor e pensar com mais cautela. Como filho que é, ele parece, nas cartas, acatar cada instrução e conselho paterno. Euclides é um bom ouvinte, no sentido de atender o pai, mesmo que se demonstre como convicto de seus ideais.

14 Euclides da Cunha para Otaviano Vieira, 5 de novembro de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 388.

15 Euclides da Cunha para seu pai, 5 de setembro de 1895. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 82.

Recebi a sua carta – e fico ciente do que nela me diz. [...] O sr. tem razão: tenho sido idealista demais – e disto me arrependo. Vou fazer o possível para considerar as coisas praticamente, sem contudo perder a minha velha linha reta à qual já estou habituado. Para mim a comissão do Purus terá o valor de preparar-me talvez outras [...]. Antes de partir – irei até aí, e conversaremos melhor¹⁶.

No trecho a seguir, também é visível que Euclides pediu a opinião de seu pai para aceitar um emprego e ainda se refere a ele de maneira carinhosa: “Reconheci que não poderia suportar a vida da roça e, com a aprovação do meu velho, resolvi abraçar a minha profissão de engenheiro aqui em S. Paulo¹⁷”.

A respeito da expedição ao Rio Purus, Euclides demonstra o ânimo e relembra o ensinamento, em carta ao Pai, escrita de Manaus, em 30 de dezembro de 1904, enquanto estava esperando o grupo peruano se organizar. Essa missiva é a primeira que há das cartas conhecidas do ciclo amazônico do escritor. O princípio de seguir retilineamente encontra-se agora no foco ao trabalho no qual foi designado: “Estou animado. Avalio bem as minhas responsabilidades. Não vacilo. Hei de cumprir inflexivelmente o dever e tanto quanto possível corresponder à confiança com que me honraram¹⁸”.

Na mesma carta, o engenheiro compara a cidade de Belém – na qual estivera durante a viagem para chegar à Manaus às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro – eixo econômico e cultural, momento em que todos os olhos nacionais voltavam-se somente para essas cidades, enquanto Euclides, na sua visão de apaixonado pela pátria como um todo, enxerga e quer valorizar o interior,

16 Euclides da Cunha para seu pai, 25 de agosto de 1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 224.

17 Euclides da Cunha para seu pai, 5 de setembro de 1895. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 82.

18 Euclides da Cunha para seu pai, 30 de dezembro de 1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 250.

os lugares menos conhecidos por todo o resto da sociedade brasileira e mostrar que nesses “sertões” – palavra que, para Euclides, se refere a todo lugar interiorano – há também beleza, cultura, economia, belas ruas que merecem destaque e algumas linhas em seus textos. É possível ver, também, a característica de Euclides de descrever os cenários e ambientes nos quais passa – uma função das cartas e um atributo que encontra-se nas cartas para o pai.

Nunca S. Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes. Não se imagina no resto do Brasil, o que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem. Na volta hei de demorar-me ali alguns dias¹⁹.

A forte relação que é apresentada nas cartas se confirma pela necessidade que Euclides demonstra ter em narrar cada detalhe da vida ao pai, mesmo que seja em uma curta narrativa, o escritor parece precisar partilhar suas atividades com o pai, afirma-se isso em carta que escreve ao pai do Guarujá: “O que ocorrer de novo prontamente lhe comunicarei. Esta, rapidamente escrita, só tem por fim lhe dar parte disto²⁰”. As correspondências apresentam-se escritas na correria do trabalho, mas que não deixam de ser enviadas e de conter fortes traços da vida pessoal e profissional de Euclides da Cunha.

Mal tenho tempo de dizer-lhe que estou bom.

Aproveito um portador apressado que desce em canoa para Manaus. [...] É impossível escrever-lhes agora. Ao sr. mesmo nem sei como consegui mandar estas linhas escritas sobre a bota e diante de um portador que me pede pelo amor de Deus para terminar.

19 Idem, *ibidem*, p. 219.

20 Euclides da Cunha para seu pai, 8 de agosto de 1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 219.

Saudades, muitas saudades!²¹

Dessa forma, é possível perceber que a troca de correspondências entre o autor de *Os Sertões* e seu pai é uma constante em sua vida. E quando há a falta de cartas por um determinado tempo, Euclides mostrasse preocupado em informar qual fora o motivo da ausência epistolar, como demonstrado neste trecho: “Não lhe tenho escrito porque desde o dia 28 do mês passado ando em constantes viagens²²”. Ou, ainda, em: “escrevo esta ainda de bordo para não perder a oportunidade de mandar algumas notícias²³”.

Da mesma maneira que carece em contar notícias ao pai, também se importa em ouvi-lo e saber de sua vida e o que tem feito, sentenças como “Peço-lhe que me mande notícias suas²⁴”, “Escreva-nos sempre²⁵” estão presentes nas missivas que escreve ao ente querido. As preocupações de Euclides da Cunha com seu pai são grandes, ainda mais em relação à saúde.

Desejamos muito que o sr. possa dar uma fugida até cá em princípios do mês que vem; embora demore pouco. A Saninha irá com o sr. – e voltarão todos, depois, em dezembro. Não pense que será isto grande amolação. Depois de ver o Rio atual, há de desejar revê-lo. Mande-me dizer, portanto, alguma coisa a respeito²⁶.

21 Euclides da Cunha para seu pai, 25 de maio de 1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 282.

22 Euclides da Cunha para seu pai, 12 de junho de 1903. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 165.

23 Euclides da Cunha para seu pai, 30 de dezembro de 1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 249.

24 *Idem, ibidem.*

25 Euclides da Cunha para seu pai, 28 de janeiro de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 349.

26 Euclides da Cunha para seu pai, 22 de outubro de 1906. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 315.

Euclides lembra do pai nas viagens que faz, em carta após a expedição ao Rio Purus, escreve: “Ontem vi – com surpresa – duas caixas de charutos que trouxe para o sr. Nem me lembrava mais! Vou mandar uma – estando a outra inutilizada²⁷”. Também demonstra que sente saudades do pai, principalmente, quando as cartas que lhe mande não são respondidas por ele. Sente falta das palavras e do contato com o pai.

Desejo que o senhor continue melhorando.

A Saninha diz que combinou com o sr. ir ela buscá-lo no fim deste mês, ou princípio de setembro. Mas se por qualquer circunstância o sr. deseja vir antes peço dizer-me logo, para providências. [...] Ainda não recebi cartas do sr. Continuo mandar as minhas para São Carlos²⁸.

O carinho ao pai ainda é demonstrado em cartas escritas a Otaviano – cunhado de Euclides – que o ajuda muito: dando notícias do pai, levando respostas de Euclides ao pai, assim como cuidando dele juntamente com sua esposa e irmã de Euclides – Adélia. Cuidados esses que são confirmados em afirmativas de Saninha que são referidas em uma carta de Euclides ao cunhado: “A Saninha contou-me os desvelos e cuidados com que você e Adélia rodeiam o velho; e não me disse nenhuma novidade²⁹”. Ele é, portanto, esse intermediário entre o filho e seu pai. Muitos pedidos são feitos a Otaviano por Euclides para cuidar de algum assunto, conduzir o pai a alguma decisão, incentivá-lo a visitar o filho. Principalmente, nos momentos em que seu pai fica doente, Otaviano torna-se um importante interlocutor de Euclides sobre

27 Euclides da Cunha para seu pai, 14 de fevereiro de 1906. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 297.

28 Euclides da Cunha para seu pai, 8 de agosto de 1909. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 422.

29 Euclides da Cunha para Otaviano Vieira, 6 de agosto de 1909. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 419.

os assuntos relacionados ao pai. O filho, nestas ocasiões, sente as doenças do pai com muito pesar e preocupação.

Otaviano

Recebi a tua carta contando-me o lamentável incidente que me impediu o meu pai de vir até aqui. Felizmente, pela mesma carta vejo que não houve mais consequência além daquele transtorno que nos privou de tê-lo aqui em nossa companhia por algum tempo. Eu – se não fosse a dolorosíssima, a torturante situação em que estou, dúbia e incaracterística, de engenheiro à disposição – já estaria aí³⁰.

O pai é tão importante para ele que quando escreve aos amigos, cita com pesar quando o pai está doente. E isso acarreta na própria vida. A doença do pai o afeta de forma intensa, como em carta a Firmo Dutra – amigo do período em que esteve em Manaus – o filho preocupado escreve: “Tenho passado dias dolorosos. O meu pai foi vitimado por uma congestão cerebral – achando-se ainda em estado muito melindroso”³⁰.

Os diálogos existentes por meio das cartas de Euclides da Cunha com seu pai vão além do âmbito afetivo, as correspondências demonstram que há uma interação de intelectuais que discutem política e acontecimentos históricos. O escritor faz comentários acerca de assuntos recorrentes de sua época, podendo assim, fixar as missivas de Euclides da Cunha em seu contexto histórico e cultura, reafirmando-as como documento de opinião do autor sobre seu tempo e a política da época. Em carta ao pai em 14 de junho de 1890, início da República, Euclides afirma: “desconfio muito que entramos no desmoralizado regime da especulação mais desensofrida e que por aí pensa-se em tudo, em tudo se cogita, menos na Pátria”³¹. A visão euclidiana de nação está base-

30 Euclides da Cunha para Firmo Dutra, 27 de maio de 1907. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 329.

31 Euclides da Cunha para seu pai, 14 de junho de 1890. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*.

ada em sua formação na Escola Militar da Praia Vermelha com influência positivista e republicana, ainda mais tendo Benjamin Constant como um de seus professores que disseminava os ideais de tais correntes filosóficas; dessa forma, Euclides assume a questão do termo pátria com ardor e o desejo de construir uma nação igualitária e justa. Já, no início da República que por ele foi tão desejada, o escritor já criticara o esquecimento da significação e, em consequência, da palavra pátria.

A Revolta da Armada, que aconteceu no Rio de Janeiro, também é tema em uma das cartas de Euclides da Cunha a seu pai. Tal conflito teve início quando o presidente da República da época, Marechal Deodoro da Fonseca, fechou o Congresso. Assim, líderes da Marinha se revoltaram e prometeram invadir o Rio de Janeiro, então capital federal. A única solução encontrada foi a renúncia do presidente, deixando o vice, Floriano Peixoto, para assumir o cargo. A Revolta não teve fim e se tornou ainda maior quando Floriano recusa os pedidos de convocação de novas eleições. Ainda manda prender todos os envolvidos com o conflito que só tem fim de 1894.

A correspondência a seguir, transcrita em quase sua totalidade, é marcada historicamente por essa revolta, é escrita da então Capital Federal, 11 de dezembro de 1893. O tom fúnebre e triste permeia toda a missiva que se torna uma grande lamentação e confidência de Euclides a seu pai. O escritor, nessa época, trabalhava como militar e com uma Revolta acontecendo em plena capital o trabalho não parava. Euclides, dedicado que era, se esforçava por realizar um trabalho correto. É possível perceber que, por mais que tinha dificuldades, não desejava se afastar do trabalho, ainda mais servindo a pátria. Republicano, como já dito, trabalhar pela pátria e para ela é uma honra para Euclides; não foge por nenhum motivo e demonstra não querer afastar-se.

São Paulo: EDUSP, 1997, p. 51.

Escrevo sob a mais triste impressão. O longo afastamento dos que tanto estimo aliada aos trabalhos da minha posição, as preocupações que a todo momento me agitam, o pensamento constante no futuro e toda a incerteza do presente – têm-se refletido da pior maneira sobre mim. [...] Acabo de receber uma carta de Saninha que ainda mais me abateu: diz-me que está doente e pede-me para ir buscá-la. Eu sei que ela deve sofrer muito na dolorosa situação em que está, na iminência constante de uma viuvez que a pode assaltar quando menos esperar, mas o que hei de fazer? Não posso sair daqui. Não posso abandonar a minha posição. Não posso desonrar-me pela deserção – não posso, não devo e não quero³².

Euclides tem consciência dos sentimentos e pensamentos de Saninha, até mesmo pela troca de correspondências com ela que aqui ele se refere. Ao pai, ele faz um questionamento sobre o que fazer. A interrogação sugere o diálogo e sugere que seu destinatário dê alguma solução ou ajude-o na dúvida – é exatamente o que Euclides faz: divide com o pai aquilo que lhe angustia e pede socorro para as resoluções daquilo que não consegue. O escritor ainda faz uma série de negações, enfatizando a palavra não, o que mostra a dedicação ao trabalho e, conseqüentemente, à pátria por ele amada.

Apesar disto não a quero contrariar. Ela tem sofrido tanto que eu não seria digno se permanecesse surdo ao seu pedido. Quando surgiu essa maldita revolta que a tantos tem feito sofrer, pensei imediatamente no sr. como a única pessoa capaz de me amparar no doloroso transe, a única a que eu podia confiar a minha mulher e meu filho. E eu não me iludi. Estou certo de que a Saninha encontrou no sr. um verdadeiro pai [...]. Como contrapeso a tudo isto aparece-me agora uma tosse insistente e rebelde e progredindo espantosamente. [...] Nada porém eu posso fazer, nem mesmo para tratar a saúde se dão licenças. Vivo uma vida realmente mi-

32 Euclides da Cunha para seu pai, 11 de dezembro de 1893. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 55.

serável – não por falta de dinheiro – sem poder ter a mais ligeira higiene como regularidade de alimentação³³.

O adjetivo dado por Euclides a Revolta da Armada é pesado e negativo: maldita, e ainda vê-se a preocupação dele não somente com seus interesses, mas pensa no sofrimento de todos aqueles que possam ter sido atingidos de alguma maneira. Mesmo doente, o militar não consegue afastamento para se cuidar – é um fato que pode ser analisado para entender como estava a situação do conflito – necessitavam de todos trabalhando.

Ainda nessa correspondência é visível a intrínseca relação de Saninha, Euclides e seu pai. A confiança e o zelo entre eles são perceptíveis. O escritor recorre ao pai em um momento de necessidade, confiante de que receberá a ajuda pedida.

Sobre o lançamento de sua obra-prima – *Os Sertões* – Euclides escreve ao pai contando a repercussão do livro, comentando das dificuldades financeiras de lançá-lo e do lucro baixo que obtivera. O escritor mostra-se preocupado com o ganho intelectual que o fará ser reconhecido pelos seus escritos. Também é possível ler traços de sua formação republicana quando se remete à “filhos” da nação.

O que sobretudo me satisfaz é o lucro de ordem moral obtido: a opinião nacional inteira que, pelos seus melhores filhos, está inteiramente do meu lado. Cito, por exemplo, a opinião de um homem que é naturalmente o mais antipático a tudo quanto possa haver de republicano no Brasil, o Visconde de Ouro Preto. Disse-me ontem o dr. Gustão, numa roda em que estava o dr. Gomes, que a opinião do grande chefe monarquista é esta: Os Sertões são o único livro digno de tal nome, que se publicou no Brasil depois de 15 de novembro.

Euclides da Cunha termina essa correspondência afirmando sua obra ser fruto de seu próprio trabalho e dedicação, mas

33 Idem, ibidem.

não contentando com a vida de escritor, pois sabe de suas dificuldades financeiras, colocando acima seu trabalho como engenheiro. Por isso, conta: “Venci por mim só, sem reclames, sem patronos, sem a rua do Ouvidor e sem rodas. E dado esse primeiro movimento, continuarei, se o permitir a engenharia ingrata e trabalhosa”.

A postura de Euclides como pai na sua relação com seus filhos é de exigência. Ele está preocupado com a dedicação dos filhos aos estudos, visto que estão em colégio interno. É importante observar que, na época, era comum os filhos de pessoas com certo poder aquisitivo estudar em colégios desse tipo, até mesmo fora do país, principalmente na França. Era o vulgar “chique” da época. A atitude de colocar filhos em colégios internos era vista como forma de se preocupar com uma boa educação para os filhos e de querer o sucesso deles.

Encontram-se referências aos filhos nas cartas ao pai – maneira de contar ao avô como estão seus netos. Euclides escreve com tom de orgulho dos filhos e demonstra sempre preocupação para com eles. Da mesma forma que se preocupa com o pai, os filhos são temas dessas preocupações, como seu crescimento, sua educação, saúde e estabilidade.

Os meus filhinhos continuam como sempre fortes e sadios e como sempre serem a preocupação constante, insistente e muitas vezes dolorosa do meu espírito – sobretudo agora, numa grande cidade que, embora seja hoje das mais salubres da nossa terra, está sujeita ao assalto de todas as epidemias³⁴.

Até em cartas a amigos, como João Luís Alves, cita os filhos.

O que poderei dizer-te de novo sobre a minha vida? É sempre a mesma, incoerente, sulcada, de desânimos profundos, agitada, de aspirações tumultuosas, iluminada às vezes por esperanças

34 Euclides da Cunha para seu pai, 5 de setembro de 1895. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 82.

imensas... Felizmente porém, meu caro João Luís, prendi-a à de dois filhos pequenos, transformei-a de direito que é para quase toda a gente em dever imprescritível (se é que admities tão singular dever) e sigo avante³⁵.

Neste trecho, Euclides demonstra que sua vida não é somente um direito seu, mas sim tem dever de viver, para cuidar da vida dos filhos que precisavam dele, por mais desânimos e desesperanças que possa haver.

A postura de pai de Euclides é daquele que guia, norteia e exorta. Os verbos no imperativo produzem o efeito de ordem, mas a ordem em um sentido afetivo e carinhoso. O imperativo do conselho paterno. As cartas de Euclides para os filhos são permeadas de orientações: de como se portar no colégio, como estudo, como deve ser a constância nos estudos, da relação com o professor e com os colegas. Mesmo que esteja longe, ele quer que os filhos estejam no mesmo caminho que ele procura estar: o caminho retilíneo da vida. Assim como aprendera com o pai esse caminho, mostra querer que os filhos também sigam tal caminho e dá todas as direções para não desviarem dele.

Basta que tenha constância e método, e que estudes nas horas de estudo e prestes toda a atenção nas aulas. Assim, ainda terás muito tempo para brincare; e chegarás ao fim do ano com toda matéria sabida. Mas não te desvie nunca deste programa: nem um dia sem estudar! Um pouco por dia quer dizer muitíssimo por ano. A par disto não te esqueças nunca do respeito que deves aos mestres e da lealdade que deves aos teus companheiros³⁶. (Rio, 20 de março de 1908, p. 355)

35 Euclides da Cunha para seu pai, 9 de outubro de 1895. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 87.

36 Euclides da Cunha para Quidinho, 20 de março de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 355.

Sobre o carinho encontrado nas cartas é importante destacar os diminutivos de afetividade usados pelo escritor. Há correspondências em que ele escreve sobre ter recebido a “cartinha” do filho. E mesmo como chama os filhos mais novos: Quidinho – Euclides da Cunha Filho e Afonsinho – Manuel Afonso, o mais novo. Isso demonstra a diferença de linguagem de Euclides como escritor e como interlocutor dos filhos, sabendo adequar a linguagem ao tipo de meio em que está e para quem escreve. Além de mostrar o carinho e o cuidado com a escrita aos filhos, com falas amorosas. Por exemplo, em carta à Quidinho, escreve: “Desejo-te felicidades; e, sobretudo, que continues bem disposto a andar direitinho nos teus atos³⁷”. Ainda, no trecho abaixo, é perceptível a maneira que Euclides tem ao dirigir-se ao filho, usando ainda termos como “mamãe” que aproximam da maneira de falar de seu filho para que aja um bom entendimento entre eles. Nesse trecho, também se conhece um Euclides preocupado em estar junto dos filhos fisicamente, em visitas. Visto que isso, naquele momento, não era possível, escreve explicando: “Não vou até aí para visitar-te, e ao Solon, porque a varíola está grassando na nossa rua, de modo que tenho de dar providências para salvaguardar a mamãe e teus irmãos³⁸”.

Os filhos estão diante de um pai que incentiva o estudo e a boa conduta e não deixa que desanimem. Dessa forma, transmite uma convicta confiança e investimento neles. Mostra sempre a recompensa de quando se esforça nos estudos e consegue alcançar os objetivos. Preza pela alegria e lazer deles, com a condição de se esforçarem. Como em: “Arma-te de boa vontade para atravessares corretamente este ano, para saíres aprovado em dezembro,

37 Euclides da Cunha para Quidinho, 12 de junho de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 364.

38 Euclides da Cunha para Quidinho, 13 de agosto de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 368.

de modo que possas divertir-te bem durante as férias³⁹”; “Ainda é tempo de emendares a mão, e serás um estudante de valor, capaz de dar, mais tarde, um homem útil. Não desanimes, pois; nem nos desiludas⁴⁰”; “Agora – não debes parar mais. Prosegue com abnegação⁴¹”.

Mesmo que ainda não tenham alcançado o que o pai almeja, Euclides não desiste e não os deixa desanimar. Mostrando-se confiante do potencial deles e sempre os animando a persistirem no caminho. Ele demonstra ser um pai que está sempre incentivando. Mesmo nessas exortações, o incentivo é algo presente em praticamente todas as cartas que há para seus filhos. Euclides tem zelo pela educação e confia que é por ela que os filhos poderão vir a serem pessoas dignas, de respeito e com sucesso profissional.

Infelizmente ainda não tenho boas informações a teu respeito. Mas confio na tua nobreza de sentir, convencido de que fará tudo quanto puderes para não me dares desgostos. Notei que não está na lista dos que obtiveram o banco de honra. Não importa! Continua a estudar com vontade e constância e obterás o prêmio merecido. Arma-te de boa vontade para atravessares corretamente este ano [...] de modo que possas divertir-te bem durante as férias⁴².

Uma curiosidade interessante que se pode encontrar em carta de Euclides à Quidinho, é uma característica da educação dos colégios jesuítas, visto que os filhos do escritor estudaram no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo – RJ. A educação dos

39 Euclides da Cunha para Quidinho, 12 de junho de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 365.

40 Euclides da Cunha para Solon, 19 de março de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 354.

41 Euclides da Cunha para Quidinho, 20 de março de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 355.

42 Euclides da Cunha para Quidinho, 12 de junho de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 365.

jesuítas possuem várias regras que guiam o ensino, entre elas, uma que relaciona o sucesso e o desenvolvimento dos alunos em determinada disciplina às patentes dos exércitos. Um exemplo é o que Euclides nessa carta, datada em agosto de 1908.

Recebi as notas pelas quais vejo que estás tenente em português e coronel em latim. Ficaria mais contente si se trocassem os títulos. Em todo o caso vejo que não estás perdendo o tempo. Continua. Até ao fim do ano ainda podes fazer muito. Sobretudo debes comportar-te bem.

E a nossa velha Aritmética? Nem um posto? Nem mesmo o de alferes?⁴³

Em confirmação a essas afirmativas de Euclides, encontra-se no “Ratio Studiorum” – compêndio de regras de embasamento para os colégios jesuíticos – e faz referência a essa questão da hierarquia militar.

Cada mês, ou de dois em dois meses, deverão ser escolhidos os oficiais e também, se parecer conveniente, premiados, salvo se na Retórica, se julgasse, em algum lugar, menos necessário. Para esta escolha haja uma prova escrita em prosa, em poesia ou em grego, durante todo o tempo da aula, a menos que nas classes inferiores não fosse preferível deixar meia hora para o desafio. O que apresentar a melhor composição receberá, a mais alta dignidade, os que lhe seguirem receberão os outros postos de honra aos quais, para maior aparência de erudição, se atribua títulos tirados da república ou do exército grego, ou romano. Para alimentar a emulação, por via de regra poderá a aula dividir-se em dois campos, cada um com os seus oficiais, uns opostos aos outros, tendo cada aluno o seu êmulo. Os primeiros oficiais de ambos os campos ocuparão o lugar de honra⁴⁴.

43 Euclides da Cunha para Quindinho, ? de agosto de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 372.

44 O método pedagógico dos jesuítas - O "Ratio Studiorum". Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm. Acesso em 29 jul. 2012.

Outra característica do Euclides como pai é que ele se apresenta sempre como amigos dos filhos, como pai e amigo. Por mais que fosse exigente, queria ser amigo dos filhos para que eles pudessem contar com ele. De forma que não parecesse sempre como somente cobrança de boas notas e esforço nos estudos, mas para que pudessem contar com o pai em todos os momentos, para que pudessem compartilhar e partilhar experiências e confiar no pai para pedir ajuda quando necessário. E ainda pedia que respondessem às cartas, mostrando o desejo por essa amizade, a vontade de manter contato e estar próximo. As missivas apresentam isso em: “Ontem seguiu a mala do Quidinho, onde também há alguma roupa tua. Foram uns livros [...]. Tem constância no estudo: atende respeitosa e aos teus mestres; e conta com a estima do teu pai e amigo⁴⁵”; “Assim serás um homem e terás sempre ao teu lado com o teu maior amigos o teu pai⁴⁶”.

E quer ajudá-los materialmente também, não quer deixá-los necessitados de bem nenhum, mostra-se preocupado no bem-estar e conforto dos filhos. Pede que os filhos sempre enviem os pedidos daquilo que precisam, manda livros e roupas. Mostra-se atento a tudo que acontece e quer dar suporte para que eles possam se dedicar ao estudo, como o pai tanto pede. Como em: “Manda-nos notícias tuas e, também, uma nota do que precisas. [...] Saudades de todos⁴⁷”, “Diz-me se recebeste dois livros de Júlio Verne (que só deves ler no recreio). Responde logo⁴⁸”.

45 Euclides da Cunha para Solon, 19 de março de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 354.

46 Euclides da Cunha para Quidinho, 20 de março de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 355.

47 Euclides da Cunha para Euclides da Cunha Filho, 23 de agosto de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 369.

48 Euclides da Cunha para Quidinho, 12 de junho de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 365.

Mesmo sendo exigente, é um pai compreensivo quanto às atitudes dos filhos. Entende o processo pelo qual eles passam e ajuda-os. Mas não deixa de cobrar. As cobranças surgem até de forma mais amena e simples para que os filhos tenham vontade de seguir decididos e com ânimo.

E, dada a infelicidade de um erro, de que não estás livre, mesmo em virtude da tua idade, deves submeter-te às suas consequências. Sem esta resignação superior nunca será um homem útil. Mas eu sei que és bastante inteligente para veres e avaliares o valor do que estou dizendo-te; e que farás o que em ti couber para satisfazer a minha vontade⁴⁹. (Rio, 13 de agosto de 1908, p. 368)

Euclides mostra-se como um pai que se alegra ao ver o sucesso dos filhos. E quando ocorre isso, ele quer mostra a alegria e parabenizá-los como merecem, sempre afirmando sobre a capacidade intelectual e do esforço deles. É um pai que vive as expectativas junto aos filhos, assim como as esperas e as vitórias – caminha com os filhos.

Em duas cartas a Quidinho manifesta sua felicidade, assim como a dos familiares, num sentido de tentar unir a família. E, como sempre, dá direcionamentos, como treinar mais a escrita e se firmar nos estudos.

Recebemos a tua carta e ficamos contentes com o teu propósito de seres bom, obediente e estudioso. [...] Também estou ansioso para saber o resultado de teus exames. Achei a tua letra pior do que no ano. Vê, por aí, o que são dois meses de vadiação. Eu espero, porém, que doravante terás mais juízo, para a tua e nossa felicidade⁵⁰. (Rio, 19 de março de 1908, p. 354-355)

49 Euclides da Cunha para Euclides da Cunha Filho, 13 de agosto de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 368.

50 Euclides da Cunha para Quidinho, 19 de março de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 354.

A tua cartinha noticiando o resultado dos teus exames foi, como previste, verdadeira felicidade para nós. Agora – não debes parar mais. Prossegue com abnegação. Para isto não precisas sacrificar-te. Basta que tenhas constância e método [...]. Todos de casa vão bem; e o Afonsinho já foi contar a d. Lulu e ao Edgar o teu triunfo. Bateu palmas! deu vivas...! Por aí bem vês como vale a pena ser-se bom. Continua. Precisa fazer mais exercício de caligrafia⁵¹. (Rio, 20 de março de 1908, p. 355)

A preocupação com unir a família também é uma característica da missiva de Euclides da Cunha aos filhos, as referências aos outros irmãos do destinatário, à Saninha e ao avô dos meninos são recorrentes, assim como pessoas próximas à família. Essas citações vêm com a pretensão de dar informações sobre a vida das pessoas e mandar saudações e lembranças. Euclides quer essa aproximação, pois sabe que é importante o contato dos filhos com o resto da família, assim como o respeito. É possível identificar isso no seguinte trecho de uma correspondência de Euclides para Quidinho: “Não vamos até [aí] porque o Afonsinho tem passado mal com influenza. Iremos em setembro para assistirmos as festas. Diga isto ao Solon. Lembranças de todos. É preciso que escrevas daí ao vovô[□]”.

Em uma carta a Otaviano, Euclides revela a total atenção que dedica aos filhos e a importância deles sobre, até mesmo, sua vida profissional. Nesse momento, a lamentação do escritor é sobre seus filhos que não conseguem sucesso nos estudos. Aquele pai que é tão preocupado no afincamento deles à educação e ao colégio, se vê perdido em relação às atitudes que tomar mediante a situação em que se encontra.

Infelizmente me é impossível ir agora até aí. Já não falarei nas despesas de viagem – mas em muitas outras coisas que me prendem. À parte o dever profissional, outras mais urgentes recla-

51 Euclides da Cunha para Quidinho, 20 de março de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 355.

mam séria atenção: o Quidinho saiu do colégio porque os padres não podiam contê-lo; está agora aqui, em casa, e é um problema sério que tenho de resolver sem demora. O Solon vive a lamentar-se de moléstias – tornando-se cada vez mais difícil conservá-lo no colégio⁵².

Em carta, bem anterior a essa citada acima, datada em 8 de agosto de 1895, quando Euclides da Cunha Filho tinha apenas dois anos de idade, o pai cuidadoso escreve ao amigo dr. Júlio Bueno Brandão, médico mineiro de Campanha-MG: “O meu Euclidinho já está andando e já conhece pelo retrato a sua madrinha⁵³”. Em outra correspondência, no mesmo ano e ao mesmo destinatário, ele registra: “A minha família vai bem; os meninos continuam fortes e sadios⁵⁴”. Há várias outras cartas que demonstram que o carinho e o orgulho de Euclides para com seus filhos são desde o nascimento. Escreve sempre aos amigos contando e informando sobre os filhos, como estão crescendo e se adaptando ao lugar em que estão morando, como em carta à João Luís: “Nós continuamos sem maior novidade – os filhos fortes e robustos, reagindo a este clima deprimente⁵⁵”. Nesse período, Euclides tinha se deslocado a poucos meses do interior do Estado de São Paulo – Descalvado – para a capital paulista.

As cartas mostram-se a mistura de temas ligados à vida pessoal de Euclides da Cunha e à história política, social e literária do Brasil, o escritor é um intelectual de seu tempo, que pensa e opina sobre seu contexto histórico e quer modificá-lo, visto nas

52 Euclides da Cunha para Otaviano, 3 de novembro de 1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 385.

53 Euclides da Cunha para dr. Brandão, 8 de agosto de 1895. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 81.

54 Euclides da Cunha para dr. Brandão, 6 de novembro de 1895. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 89.

55 Euclides da Cunha para João Luís, 8 de agosto de 1895. In: GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 93.

cartas para o pai e indiretamente, na relação com os filhos, pois a maneira de mudar a história, segundo o próprio escritor, é “o verdadeiro vencedor: o mestre-escola⁵⁶”. Por isso a preocupação de que os filhos tenham uma boa educação e se dediquem a ela.

Uma vida repleta de contrariedades, mas com um único desejo: de seguir em linha reta, decididamente e sempre fazer o melhor trabalho, seja como engenheiro, como jornalista, como pai, como filho e como escritor.

* *Rick Azevedo da Cunha*, Graduado em Letras – Língua Portuguesa / Literatura; Especialista em Literatura Brasileira, Gestão Escolar e Psicopedagogia; poeta, escritor e Publisher da Editora Outra Margem.

56 CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 92.

REFERÊNCIAS

ANGELIDES, Sophia. *Carta e Literatura: Correspondência entre Tchêkhov e Górkí*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CUNHA, Euclides da. *Canudos: Diário de uma expedição*. São Paulo: Martin Claret, 2006

_____. *Diário de uma expedição*. In: GALVÃO, Walnice Nogueira (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 92.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GALLOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella (orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEMOS, Renato (org.). *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

SANTOS, Matildes Demétrio. *Ao Sol Carta é Farol – a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. 1ª ed. São Paulo: Anablume Editora, 1998.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. “Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos.” Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/posletras/05.pdf>. Acesso em 24 jun. 2012.

O rio-rio-rio de Euclides e Guimarães: poéticas da abertura, poéticas da ausência.

Andrey Istvan Mendes Carvalho *

“O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez, isso se fará; de modo que nada há de novo debaixo do sol.”

- Eclesiastes; 1:9.

1. Introdução

Ao pensar o papel do crítico literário quando posto diante de uma coletânea de Roger Laporte, Roland Barthes (2004, p. 326) sentencia o seguinte: “o crítico parece praticar uma escrita transitiva: ele trata um autor como trata transitivamente um material, mas o que ele realiza é de fato uma escrita intransitiva: escrever, verbo sem objeto, escrever o desejo de escrever”. O trabalho do crítico é, então, um trabalho amador no sentido mais puro e dicionarresco do termo: aquele que ama. Amor não a um texto ou a uma produção autoral, mas ao próprio processo da escrita e da leitura e da reescrita. Sua única possibilidade de vida é sendo um eterno elo na cadeia produtiva de um texto.

Há, evidente, textos mais amáveis que outros, textos mais produtivos que outros. Talvez o texto mais amável venha a ser a poesia, o texto-poema, texto-experiência. Nessa visão, Octávio Paz (1982, p. 28) nos fala da leitura de um poema como “a revelação de algo alheio à poesia propriamente dita”, signo da po-

ética enquanto potência? Possível. Visão de uma renovação, de uma recriação individual, de um novo e arrebatador sentimento em cada leitura. Uma produtividade? Sim, ligada a um grande trabalho de significância, ao momento em que “já não podemos determinar *quem fala* em que se verifica apenas que *aquilo começa a falar*” (BARTHES, 1987, p. 265, grifos do autor). A poética é produtiva enquanto torna um texto aberto ao prazer, não se quer um texto fraco, quer-se um texto perpétuo: “nada de ponto final no texto, nada de última palavra” (BARTHES, 2004, p. 257).

Ainda que seja o poema-poesia (poderíamos falar em *poemasia*?) a forma perpétua *par excellence*, há certas prosas que se constroem no mesmo sentido. Essas seriam as narrativas, da forma que Benjamin desenvolve em seu famoso ensaio *O narrador*: a narrativa contada como experiência, como sabedoria e conselho: “ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1987, p. 205).

Narrativas de corpo, contadas ao modo tradicional, em-presença e que, como aponta o próprio filósofo-crítico, caíram em desuso com a expansão do texto escrito, dos romances, do capitalismo, entre outros dilemas da ordem moderna. Curioso notar que, ao passo do apagamento do narrador, o gênero conto ganha um novo fôlego. Os motivos são inúmeros, mas é interessante pensar que isso se deva a uma característica intrínseca de tal gênero: a dupla contagem. Por essa linha, Ricardo Piglia, em suas *Teses sobre o conto*, toma por início uma ideia simples e de grandes repercussões: “um conto sempre conta duas histórias” (PIGLIA, 2004, p. 89). São as duas presenças, os dois sistemas de diferentes causalidades, que permitem o distanciamento do narrador e sua constante presença, aproximações e distensões.

Focalizar uma linha causal ou outra é um trabalho muito caro aos contistas (se não a todos os autores), pois é isso que garante a perpetuidade de seus textos, seu impacto, seu valor estético. Deixar óbvios os conselhos e ensinamentos e experiências do que chamaremos de Texto 2, a narrativa enquanto leituras de um / por um sujeito, tornaria supérfluos os fatos do Texto 1, a narrativa enquanto ordem de acontecimentos / estrutura.

Tensionar o eixo que une uma linha causal a outra é um trabalho muito caro aos críticos, pois é isso que garante a produtividade de suas leituras, a produção de novas versões, a exploração de mais um fio da trama chamada texto. Em alguns casos, textos em obras de diferentes momentos por diferentes autores, ou nos mesmos autores, tensionam os mesmos pontos para suas construções. Cabe ao crítico ter esse olhar pericial e, por evidente, a sensibilidade (estética, poética, como preferir), o tato de se deixar tocar pela tensão da escritura.

Entender como dois textos escritos há quase cinquenta anos de distância podem tensionar os mesmos pontos soa loucura, certa pretensão. Dir-se-ia amador. É isso que tentamos no presente artigo, ser amadores de textos. Nesse sentido é que cremos, e tentaremos demonstrar, que diferentes momentos da narrativa euclidiana *Judas-Asvero* e da rosiana *A terceira margem do rio* trabalham num mesmo sentido: a construção poética de uma ausência.

Sua operação de trabalho é uma ausência construída em mudanças e refigurações, trazendo até nós a perpetuidade desconcertante da imensidão. Seriam, talvez, ambos os textos poéticas da sina, poéticas de aberturas imensas como o rio pondo perpétuo, o estirão retilíneo e longo, encerrados nos fantasmas vagabundos e nos que são o que não foram e que seguem rio abaixo, rio a fora, rio a dentro, descendo... o rio. Um rio que segue, forte e imutável, para a eternidade, infinito entre suas duas margens numa inexplicável viagem da parte de além, desdobran-

do-se nas eras e pelas eras. O sem fim de um ciclo e sua história que sempre se retorna, dos sertões às matas, de brejões de léguas e praias de água doce. Seringueiro e filho, Judas e Asvero, o rio-rio-rio; através do tempo e do espaço, através das correntezas e de margens, de ganâncias e perdões, ambição e penitência, dos pecados que se sabem e dos que nem se imaginam; nada há de novo debaixo do sol.

2. Uma proposta de leitura dramática: formas de enunciação literária.

É preciso que, para entender o rio como expressão de uma eternidade, tenhamos alguma compreensão do todo em que essa construção ocorre. O conto de Euclides, inserido no volume *À margem da história*, publicação póstuma, “é a história do seringueiro que, na malhação do Judas no sábado de Aleluia, esculpe o boneco do judeu traidor e (...) entrega-o aos tiros e às imprecações da população ribeirinha em sua descida rio abaixo numa jangada” (PIETRANI, 2016, p. 73). O conto de Guimarães, parte do volume *Primeiras estórias*, por sua vez, encontra seu resumo em igualmente poucas frases: “um pai de família toma a inusitada decisão de passar a viver dentro de uma canoa no rio que corre ao lado de sua fazenda. (...) O narrador envelhece à margem do rio, e um dia resolve chamar o pai e oferecer-se para ocupar o lugar dele na canoa” (RODRIGUES, 2016, p. 221).

Dada a exiguidade de fatos em ambos os textos, é necessário um modo de leitura que consiga dar conta de seus aspectos enunciativos: os movimentos do discurso tem maior relevância construtiva e literária que a ordem factual do narrado. Nesse sentido, será percebido que, durante a exploração do percurso narrativo, não assumimos uma distinção entre a figura do crítico-teórico, que escreve o presente texto, e do narrador do conto de Guima-

rões Rosa; nem mesmo entre o narrador aparentemente impessoal do conto de Euclides da Cunha.

O fato de o conto *A terceira margem do rio* incluir um pronome pessoal que abarque o leitor figura como um convite ao exercício da significância, na medida em que “ela situa o sujeito (do leitor, do escritor) no texto, não como uma projeção (...), mas como uma ‘perda’” (BARTHES, 2004, p. 274) de um cogito racional, de uma escrita como instrumento, e passa-se a uma escritura produtiva enquanto enunciação: torna-se, assim, indispensável que o leitor-crítico-teórico assuma o ato enunciativo, dando margem ao surgimento de uma enunciação literária.

Fizemos, portanto, para o presente trabalho, a escolha de um *método dramático*, “que renunciasse aos exemplos e repousasse na ação única de uma linguagem primeira (sem metalinguagem)” (BARTHES, 1981, p. 1): assumimos os enunciados do narrador rosiano, em primeira pessoa, como sendo enunciados nossos, do trio leitor-crítico-teórico que redige o presente texto, tratando o constructo crítica-obra como unitário, ainda que demarcadas as fronteiras entre nossa escrita e a escrita de Guimarães. Exercer uma análise diferente do conto *A terceira margem do rio*, acreditamos, seria perder a dimensão subjetiva da construção, a sua dimensão enquanto acontecimento tão singular enquanto enunciação; assumida pelo narrador, partilhada habilmente com o leitor.

A aplicação das mesmas ideias ao conto euclidiano precisa ser justificada, já que, diferente do conto de Guimarães Rosa, não há primeiras pessoas que lastreem uma enunciação em sentido estrito. Pietrani (2012, p. 14), numa reflexão sobre o narrar de Euclides da Cunha, nos aponta que, “se a narração, ao nível do enunciado, é feita em terceira pessoa, no nível da enunciação, aparece um ‘eu’ (não marcado gramaticalmente) que rompe a separação entre objetividade e subjetividade” e, ainda que tal conjectura diga respeito inicialmente a *Os Sertões*, acreditamos

em sua validade para toda a obra do autor. Assim, nos é válido proceder como no texto de Guimarães e assumir os enunciados euclidianos como parte de um comentário desdobrado, operação necessário para o método dramático de leitura-crítica-teoria.

O método de crítica-teorização que propomos evoca, implicitamente, dois conceitos que é válido explicitar. O primeiro deles é a noção de *lexia textual*, considerada como “um segmento no interior do qual observamos a distribuição dos sentidos” (BARTHES, 1987, p. 241); enquanto operação, “o texto tutor será segmentado numa série de *lexias*, pois são unidades de leitura” (BARTHES, 1999, p. 18; grifos do autor) que carregam sentidos possíveis de serem explorados, questionamentos, possibilidades, dúvidas, chaves interpretativas. O segundo conceito válido é o de produtividade, entendida como um processo que “sobrevém o texto desde que, por exemplo, o escrevedor e/ou leitor comecem a jogar com o significante” (BARTHES, 2004, p. 271) nas mais diferentes formas em que esse jogo possa ocorrer.

Basear, portanto, a crítica-teoria num ato de leitura-escrita é considerar as diferentes formas em que o texto se fixa no espírito do leitor (enquanto produtividade, enquanto jogo psico-intelectual), tendo em vista o interminável trabalho de *bricolagem* (organizações e enxertos, reordenamentos e definições) que suas partes possibilitam, seja numa leitura primeira, seja numa releitura, por meio de seus enunciados e formas mais marcantes. Assim, a presente crítica-teorização recorre a um uso produtivo e não-linear das *lexias* dos textos tutores.

Restringimos, por fim, o uso da metalinguagem apenas para os desenlaces iniciais das narrativas, como modo de aproximação e inserção do leitor-crítico-teórico na trama textual, abandonando-a assim que se torna viável no corpo do texto. Evidente que a metalinguagem é mantida nas notas de rodapé, com o propósito de esclarecer alguns pontos conceituais a serem explorados nas conclusões de leitura.

Diante do método proposto, a inserção de citações que não pertençam aos textos tutores, de definições de conceitos e de metalinguagem no corpo textual é impossível: ela contraria a proposta metodológica da qual extraímos nossa análise. Nesse sentido, o uso extensivo das notas de rodapé, ainda que considerados seus inconvenientes, se faz necessário. Incluir as reflexões sobre o volume significativo dos textos tutores no próprio texto-leitura é incorrer em metalinguagem como modo de explorar um método que se propõe não-metalinguístico; é uma contradição em termos.

3. A leitura dos contos: os Judas pelo rio – pondo perpétuo.

As determinações, predicacões e retomadas são os elementos fundamentais de construção de sentidos mais do que a sucessão linear e adições de elementos. No conto rosiano, o primeiro elemento predicado é o pai. E mais, predicado e determinado: “nosso pai era homem cumpridor, ordeiro, positivo” (ROSA, 2005, p. 77)¹. Na mesma linha, o texto de Euclides é claro ao se iniciar: “no sábado de Aleluia os seringueiros do Alto Purus desforam-se de seus dias tristes” (CUNHA, 2000, p. 173)². Não temos, portanto, qualquer seringueiro, ou qualquer pai: o pai é nosso, do narrador e meu e seu e de todos, um pai coletivo; os seringueiros são do rio apenas, “tão relegados se encontram à borda do rio solitário, que no próprio volver de suas águas é o primeiro a fugir, eternamente, àqueles tristes e desfreqüentados rincões” (JA; p. 174) pois nem mais são homens de Deus, que “esqueceu-os para sempre, ou não os viu talvez” (JA; p. 174).

Nas próximas refigurações, talvez, encontramos o nosso pai tão esquecido por nós quanto o seringueiro pelo mundo: “cum-

1 Daqui em diante, as referências ao texto de Guimarães Rosa serão da forma: TM; p. número.

2 Daqui em diante, as referências ao texto de Euclides da Cunha serão da forma: JA; p. número.

pridor, ordeiro, positivo (...) pelo que testemunharam as sensatas pessoas” (TM; p. 77). Nosso pai não se define por nós, por nossas lembranças, mas por outros e, mesmo quando nos alembamos de sua figura, não é como nada além de nem “mais estúrdio nem mais triste do que os outros, conhecidos nossos” (TM; p. 77). A imagem construída é uma imagem vazia, porque nós mesmos pouco dele sabemos. Esse desconhecimento, fruto da distância emocional estabelecida inicialmente em relação ao nosso pai, homem “só quieto” (TM; p. 77), no jogo que nos leva em dúvida se ele é apenas quieto ou se de uma quietude solitária, se estabelece no seringueiro como “uma convicção talvez demasiado objetiva, ou ingênua, mas irreduzível (...): é um excomungado pela própria distância que o afasta dos homens; e os grandes olhos de Deus não podem descer até aqueles brejais, manchando-se” (JA; p. 174).

O esquecimento, no entanto, mensura-se pela régua das lembranças. O próximo movimento do que contamos é trazer o que é lembrado e, como sabemos, lembra-se o que se destaca, por algum motivo, de todo o resto. Para os seringueiros do Alto Purus, há um destaque, uma diferença de toda a sua “existência inteira, monótona, obscura, doloríssima e anônima” (JA; p. 174); há um dia feliz, “um único dia feliz: o sábado prefixo aos mais santos atentados, às balbúrdias confessáveis, à turbulência mística dos eleitos e à divinização da vingança” (JA; p. 175): o sábado de Aleluia, dia da tão tradicional feitura e malhação de Judas Iscariotes. Para nós, filhos de um pai de quem pouco nos lembramos, construído pelas lembranças de outros, não nos é possível esquecer o dia em que a canoa “especial, de pau de vinhático, pequena, mal com a tabuinha da popa, como para caber justo o remador” (TM; p. 77) ficou pronta.

Especialíssima a canoa, “toda fabricada, escolhida forte e arqueada em rijo, própria para dever durar na água por uns vinte ou trinta anos” (TM; p. 77); não poderia ser uma canoa qualquer

para um momento de tão grande importância, um momento tão complexo e grave³: a partida de nosso pai, “a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais” (TM; p. 78). Também, para os seringueiros, não cabia um Judas qualquer, “monstrengo de palha, trivialíssimo, de todos os lugares e de todos os tempos” (JA; p. 175); era preciso mais, “acentuar-lhe as linhas mais vivas e cruéis; e mascarar-lhe o rosto de pano, e que o eterno condenado pareça ressuscitar ao mesmo tempo que a sua divina vítima, (...) a imagem tanto quanto possível perfeita da sua miséria e das suas agonias terríveis” (JA; p. 175). Não se trata aqui, como vemos, da miséria de um Judas traidor pago com 40 moedas de prata; mas a miséria do homem portador, como o tal Judas, “da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, manietado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem, e esse pecado é seu próprio castigo, transmudando-lhe a vida numa interminável penitência” (JA; p. 176-177).

Um processo longo torna possível a construção do Judas traidor, mas que leva a um caminho do qual não se poderia fugir: “o monstro, lento e lento, num transfigurar-se insensível, vai-se tornando em homem” (JA; p. 176). O processo não é solitário, é coisa vista por todos e por nós, pela filharada que “queda-se espectante, assistindo ao desdobrar da concepção, que a maravilha” (JA; p. 176). Faz-se pouco a pouco, o seringueiro se per-

3 A forma-síntese do caráter extraordinário desse acontecido, a ida do pai para o rio conforme narrada no conto, é a célebre citação: “Aquilo que não havia, acontecia” (TM; p. 78). Quanto a ela, Rodrigues (2016, p. 224) ressalta que “o emprego dos dois verbos no imperfeito, de aspecto durativo, quando esperaríamos o segundo verbo no pretérito perfeito, parece desmentir a existência do acontecimento mesmo que está sendo narrado, isto é, acontece, mas é como se continuasse a não existir”. Esse emprego também ressalta, cremos, uma suspensão da ordem temporal da narrativa. Assim, não é absurdo pensar que tal uso se constitui como um meio de retirada do presente, passado e futuro, organizando a narrativa como uma memória, tendo em vista que a “a memória quase sempre guarda e mantém à disposição da lembrança tudo o que *não é mais*; e a vontade antecipa o que o futuro poderá trazer, mas que *ainda não é*” (ARENDE, 2000, p. 60; grifos da autora).

cebe “às voltas com a figura disforme (...). Recua meia dúzia de passos. Contempla-a durante alguns minutos. Estuda-a” (JA; p. 176) como um artista à sua obra, buscando “apanhar de um lance, numa vista de conjunto, a impressão exata, a síntese de todas aquelas linhas” (JA; p. 176) que formam tão triste visão.

Ao fim de todo esse esforço, uma aterradora verdade: “os filhinhos todos recuam, num grito, vendo retratar-se na figura desengonçada e sinistra o vulto do seu próprio pai” (JA; p. 176). O seringueiro esculpe o maldito Judas à sua imagem e semelhança, transfigura a sina máxima da ambição em sua própria sina, fruto de um último e pessoal retoque: o seringueiro “arranca seu próprio sombreiro; atira-o à cabeça de Judas” (JA; p. 176) dando àquela figura um símbolo de si: o homem se transfigura em boneco, o boneco em homem; todos em destinos tão selados e sagrados quanto os mais antigos rituais⁴.

Fez-se o seringueiro em um Judas, desoladora imagem de sua miséria e de sua culpa; nosso pai em sua ausência, pelo tempo presente, nos fez como um si dele mesmo. Já era esse nosso caminho desde quando pedimos “pai, o senhor me leva junto, nessa sua canoa?” (TM; p. 78) Não nos levou, nenhum de nós. Mas por nos não levar, começamos nossos engenhos de mantê-lo, trabalho tão cuidadoso quanto o do sertanejo levado aos seringais: “eu

4 Leandro (2015, p. 998; grifos do autor) afirma que “essa noção de duplicidade cinge a estruturação da narrativa. O narrador euclidiano puxa a mimese para a relação meta-artística do seringueiro. O olhar do narrador euclidiano não é de mimese, mas de menmosine. É de memória que se faz a narrativa, como num gesto de recuperar fatos *esquecidos* pela história”. Na mesma linha segue Pietrani (2016, p. 77), ao afirmar que, na postura do sombreiro no boneco, além do seringueiro, “ata-se também o narrador que, mais do que observar a cena e descrevê-la, reconhece no manejar e modelar da imagem do boneco o valor que ele passa a assumir a partir de então: o veio reflexivo euclidiano – que a imaginação poética exige – toma o rumo da narrativa”. cremos que esse desenlace incluí, também, a sinalização por parte do narrador da replicação da gênese do seringueiro, tanto individual quanto coletivo, observado num trabalho de verdadeira pesquisa antropológica, elevando ao nível do próprio divino (enquanto força de bênçãos e punições) a feitura do Judas no seio daquela comunidade (cf. JUNG, 2000; p. 121).

mesmo cumpria de trazer para ele, cada dia um tanto de comida furtada. (...) Isso, que fiz, e refiz, sempre, tempos a fora” (TM; p. 79). E nosso pai lá continuava, sempre na canoa, nos meios de rio, “avistado ou diluso, cruzando na canoa, sem deixar ninguém se chegar à pega ou à fala. (...) se desaparecia para a outra banda, aproava a canoa no brejão, de léguas, que há, por entre juncos e mato, e só ele conhecesse, a palmos, a escuridão daquele” (TM; p. 79).

Aos poucos nosso pai, em sua presença ausente, nosso pai que não voltou, afinal “ele não tinha ido a nenhuma parte” (TM; p. 78), tornou-se uma constante realidade do nosso pensar, “ tiro por mim, que no que queria, e no que não queria, só com nosso pai me achava: assunto que jogava para trás meus pensamentos.” (TM; p. 79) Nosso pai, mesmo que o soubéssemos “cabeludo, barbudo, de unhas grandes, mal e magro, ficado preto de sol e dos pêlos, com aspecto de bicho” (TM; p. 80), era com quem nos parecíamos, com quem me parecia, já que, “às vezes, algum conhecido nosso achava que eu ia ficando mais parecido com nosso pai” (TM; p. 80).

Se fosse nossa casa, que “no tempo, ainda era mais próxima do rio, obra de nem quarto de légua” (TM; p. 77), uma casa às margens do Alto Purus, nosso pai ganharia um companheiro: o Judas, em “uma jangada de quatro paus boiantes, rijamente travejados” (JA; p. 177). Nosso pai, junto a ele, talvez sofresse a intervenção ruidosa de vizinhos, “saudando com repetidas descargas de rifles” (JA; p. 177) o viajante maldito. Nosso pai, que muitos disseram sua feita ser obra de doideira, veria um companheiro que “vacila um momento no seu pedestal flutuante, fustigado a tiros, indeciso, como a esmar um rumo, durante alguns minutos, até se reaviar no sentido geral da correnteza” (JA; p. 177).

Se resolvesse, então, seguir junto à arte engenhosa de um seringueiro de ambição, faria parte da “lúgubre viagem sem des-

tino e sem fim, a descer, a descer, sempre, desequilibradamente, aos rodopios, tonteando em todas as voltas, à mercê de correntezas, ‘bubuia’ sobre as grandes águas” (JA; p. 177). E nosso pai, com ele, seu companheiro na estranha sina de se estar, sentiria as balas, pedras e o ódio de todo o povo, de toda a gente, “tiros, e gritos, sarcasmos pungentes e esconjuros” (JA; p. 178). Estaria nosso pai, junto com o Judas que não é mais traidor, mas o Judas feito, por chance de penitências, aos modos de Asvero⁵, o errante, ouvindo ecoar “sobretudo maldições que revivem, na palavra descansada dos matutos, este eco de uma anátema vibrado há vinte século” (JA; p. 178). Diz-se-lhe que caminhe, como em sua impiedade disse ao Salvador. E o Judas caminha, caminha pelo rio, não sobre as águas, mas talvez como parte delas, e talvez leve consigo nosso pai, até que cada um deles “se forre ao alcance máximo da trajetória dos rifles, descendo...” (JA; p. 178).

Mas meu pai desceria o rio, por querendo ou sem querer, para esse caminho eterno sem fim? Quisera eu saber, mas sofri tanto o não “entender, de maneira nenhuma, como ele aguentava. De dia e de noite, com sol ou aguaceiros, calor, sereno e nas friagens terríveis do meio-do-ano, sem arrumo, só com o chapéu velho na cabeça, por todas as semanas, e os meses, e os anos – sem fazer conta do se-ir do viver” (TM; p. 79). E nessas idas do viver, nessas passagens do tempo, “minha irmã se mudou, com o marido, para longe daqui. Meu irmão resolveu e se foi, para uma cidade. Os tempos mudavam, no devagar depressa dos tempos. Nossa mãe terminou indo também, de uma vez, residir com minha irmã, ela estava envelhecida. Eu fiquei aqui, de resto” (TM; p. 80-81).

⁵ Da consideração de que um ritual é, por excelência, a repetição e atualização de um acontecimento primordial (nesse sentido, cf. ELIADE, 1992), poder-se-ia falar da vagância do Judas pelo rio como uma repetição da “migração sertaneja daqueles seringueiros” e sua violentação como não apenas, mas principalmente “uma renovação dos votos de cristandade e perdão pelos pecados terrenos” (VIEIRA, 2017, p. 6). Dessa forma, a transfiguração do seringueiro em Judas se faz completa: para além de seu sombreiro, o Judas tem também seu destino: o vagar pelo rio/mundo rumo a onde não se sabe.

Tanto tempo já se há passado, “apontavam já em mim uns primeiros cabelos brancos” (TM; p. 81). Meu pai em sua teima do rio, de tão natural que já se fazia dele uma terceira margem, mas e todos nós? “Não queria saber de nós; não tinha afeto?” (TM; p. 80) E eu? “Do que era que eu tinha tanta, tanta culpa? Se o meu pai, sempre fazendo ausência: e o rio-rio-rio, o rio – pondo perpétuo” (TM; p. 81). Ele desceria um dia o rio, no querendo sem querer de sua velhice?

Devia de padecer demais. De tão idoso, não ia, mais dia menos dia, fraquejar do vigor, deixar que a canoa emborcasse, ou que bubuiasse sem pulso, na levada do rio, para se despedir horas abaixo, em tororoma e no tomba da cachoeira, brava, com fervimento e morte? Apertava o coração. Ele estava lá, sem a minha tranquilidade. Sou o culpado do que nem sei, de dor em aberto, no meu foro. Soubesse – se as coisas fossem outras. Eu fui tomando idéia. (TM; p. 81)

As coisas não eram outras. Me restava chamá-lo, trazê-lo ao mundo, tirá-lo do rio e de uma penitência que nem sabia. Tentei, chamei, com lenço em mão, até com que uma certeza que de nada não me sabia, gritei: “Pai, o senhor está velho, já fez o seu tanto... Agora, o senhor vem, não carece mais... O senhor vem, e eu, agora mesmo, quando que seja, a ambas as vontades, eu tomo o seu lugar, do senhor, na canoa!...” (TM; p. 81-82, grifos do autor) Não pude. “Fugi, me tirei de lá, num procedimento desatinado. Porquanto ele me pareceu vir: da parte de além. E estou pedindo, pedindo, pedindo um perdão” (TM; p. 82) pelo meu falimento, pelo meu pecado de não assumir a sina do que, talvez, houvesse sido meu erro, erro que nem sei. “Mas, então, ao menos que no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio” (TM; p. 82).

Quem sabe, assim, estejamos eu e meu pai, Judas e Asveros, sertanejos e seringueiros, “sócios do infortúnio” (JA; p. 178) seguindo por um rio eterno, rio tão vasto, que “às vezes alarga-se num imenso círculo; remansa-se; a sua corrente torce-se e vai em giros muito lentos perlongando as margens, traçando a espiral amplíssima de um redemoinho imperceptível e traiçoeiro” (JA; p. 179). E por redemoinhos e tombamentos não teríamos porque temer, não sofreria mais eu “o grave frio dos medos” (TM; p. 82). Seguiríamos assim, errantes, desfeitos de nossas sinas, das sinas que sabemos e não sabemos, que são nossas e que não nos são.

É que nossos pais assim quiseram, do Judas e de mim, nos criaram, e ali nos poram, como os símbolos de suas sinas que sequer podemos saber, sem escolha, “acompanhando a correnteza, que se retifica na última espiral dos remansos” (JA; p. 179). Mas também aceitamos nossas sinas, porque assim é que se faz o que já se foi feito; como profetizou Jesus a traição de Judas, como meu pai que, antes de se ir a nenhum lugar, “espiou manso para mim, me acenando de vir também” (TM; p. 78) apenas para que lhe pedisse para ir. Assim, talvez, quem um dia lá nos veja, juntos em nossa penitência, em nosso ser tão rio quanto a terceira margem, veja os que “lá se vão, em filas, um a um, vagorosamente, processionalmente, rio abaixo, descendo...” (JA; p. 179).

4. Conclusões da leitura.

Com o uso de um método pouco ortodoxo, nosso objetivo era único: ressaltar a aproximação das duas narrativas por meio das transfigurações de seus elementos. Na narrativa euclidiana, o seringueiro faz-se de si um Judas que lança ao rio da mesma forma que sua ambição o lançou naquela desventura. O pai, no conto de Guimarães, joga-se ao rio, num apenas se estar, sem motivo que se faça entender; o Judas é lá jogado, como a figura grotesca de uma sina. O filho, após a morte, tem esse único desejo: estar,

tal como o pai, nas águas do rio. O pano de fundo desses processos é único e, por diversos motivos, quase que perfeitamente compartilhado: o rio.

A natureza do rio, enquanto categoria poética e de imaginação, guarda dois aspectos usados de forma construtiva nas narrativas. Cada qual no seu diferente desenlace, como vimos, os contos aproximam os seus elementos, gradativamente, ao rio até que todas encontram o seu encerramento numa unidade com o passar das águas; na eternidade do passar das águas (a futura morte do filho, as reticências para os Judas). Segue, assim, uma análise individual desses aspectos.

4.1 “No lança da correnteza enorme do rio tudo rola o perigoso”

O primeiro aspecto do rio que as narrativas operam é seu papel enquanto movimento. O conto de Guimarães oferece uma descrição inicial do rio como “grande, fundo, calado que sempre”. Essa é uma demarcação importante pois não se trata de um rio que “assume com toda naturalidade as metáforas do frescor e da claridade” (BACHELARD, 1997, p. 34-35), mas um rio que se configura de forma distinta. O silêncio desse rio é um silêncio de noite sem luar, silêncio quieto e profundo, aproximando essas águas às águas escuras, águas sombrias; a meditação da morte, suspensa na certeza de que “basta um vento noturno para que a água que se calara fale-nos mais uma vez... Basta um raio de lua, muito suave, muito pálido, para que o fantasma caminhe de novo sobre as ondas” (BACHELARD, 1997, p. 72). Esse pequeno raio a movimentar as águas é a ida do pai.

O que antes era um rio calado que sempre, passa a ser motivo de preocupação: o filho preocupa-se com o esforço do pai para se manter no rio, “mesmo na demasia das enchentes, no subimento, aí quanto no lança da correnteza enorme do rio tudo rola o perigoso, aqueles corpos de bichos mortos e paus-de-árvore

descendo - de espanto de esbarro". O rio calado se torna um rio em movimento ante a imaginação, "a água que escorre é amargo convite à viagem sem retorno: nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio e os cursos de água não voltam à nascente. A água que corre é a figura do irrevogável" (DURAND, 2012, p. 96). É forma visual e empírica da passagem do tempo, que se desdobra por todo o conto acompanhando o narrador até próximo à morte.

O rio de Euclides é também movimento, mas um movimento de fuga. É o próprio rio que foge "no volver das suas águas (...), eternamente, àqueles tristes e desfreqüentados rincões" (JA; p. 174); foge do fatídico destino daquela gente, "a girar abrunhadamente na vida dolorosa e inalterável, sem princípio e sem fim, do círculo fechado das 'estradas'" (JA; p. 174). Haveria ali naquela vida miserável dos seringueiros a própria suplantação da morte? De certo, pois a necessidade de um Judas mais detalhado, mais pessoal, é a forma de trazer uma morte para um ser que, em sua vida, já é morto: morto pela penitência de seus pecados. E o rio que foge, que tem o poder de fugir, e de lembrar àqueles seres o quão irrevogável é seu destino, também se faz alvo da ira: antes de acertarem o Judas, "as balas chofram na superfície líquida, ericando-a" (JA; p. 177), trazendo até eles o verdadeiro movimento da morte.

4.2 "O rio que lhe passa à porta é uma estrada para toda a terra"

O segundo aspecto relevante é o rio enquanto vastidão. O rio de Euclides é longo, "estirão retilíneo e longo" (JA; p. 178), rio de "grandes águas" (JA; p. 177). Há uma imensidão de rio, tanto que a caminhada de Judas se faz "ao cair das tardes e ao subir das manhãs" (JA; p. 178). E o rio é, assim, a marcação de uma poética do espaço que "surge então para o poeta como o sujeito do ver-

bo desdobrar-se, do verbo crescer” (BACHELARD, 1993, p. 206). Diante de tamanha imensidão, “os dois espaços – o espaço da intimidade e o espaço do mundo – tornam-se consoantes. Quando a grande solidão do homem se aprofunda, as duas imensidões se tocam, se confundem” (BACHELARD, 1993, p. 207).

O rio serve, assim, como palco para o desdobrar das mais diferentes imaginações, dos mais diferentes sonhos e devaneios por sua própria natureza no campo do vasto. Mas, diante de possibilidades tão amplas, chega-se ao solitário e a um diluir-se tão profundo quanto uma ausência. É o “rio-rio-rio, o rio – pondo perpétuo”, palco da solidão do filho de um pai sempre fazendo ausência, palco da ausência de futuro de um sertanejo ambicioso.

5. O rio-rio-rio do Judas feito Asvero.

A figura que ambas as narrativas operam é a de um rio dialético. A vastidão do rio enquanto fonte de sonhos precede o conto de Euclides na medida em que o seringueiro era antes um sertanejo, levado à Amazônia pelo que descobriu depois ser apenas ambição mas que, talvez, houvesse surgido da semente de um sonho. Nesse sentido, a refiguração ritualística de sua ida ao rio através do Judas ganha um segundo caráter: o da inveja.

Para além do comum espancamento do boneco, é preciso que ele percorra o rio, a vastidão do rio, primeiro como uma punição que o seringueiro aplica a si pelos seus pecados, mas como uma lembrança dolorosa de uma escapatória. O rio foge daquela vida, como o Judas também seguindo irá para longe, junto de seus companheiros, quem sabe talvez para um lugar melhor. A dialética movimento-vastidão se realiza, portanto, na medida em que a narrativa euclidiana desdobra a relação entre o grande rio que serviu de fonte de sonhos para o sertanejo e uma realidade de

miséria. Uma realidade de miséria tão certa e tão fatídica quanto uma viagem sem retorno, quanto a viagem da morte.

O caminho do Judas pelo rio pode, assim, ser lido tanto como uma desforra cruel da miséria daquela gente quanto como uma tentativa de, ainda uma vez mais, contemplar a vastidão, dar-se conta de que “o tempo já não tem ontem nem amanhã. O tempo é submergido na dupla profundidade do sonhador e do mundo. O mundo é tão majestoso que nele não ocorre mais nada: o Mundo repousa em sua tranquilidade” (BACHELARD, 1988, p. 166).

A concretização desse vasto, dessa contemplação, no entanto, é interdita pela própria realização da sua tentativa: o dia em que ocorre é um dia com ontem e com amanhã, é uma véspera. O único dia feliz, em que se surge a chance de desforra, de se ver o rio e de se fazer, em certa medida, mesmo que enquanto símbolo, seguir o caminho da viagem sem volta, é um dia posto de forma tão firme no tempo (entre o dia da Paixão de Cristo e o dia de Sua Ressurreição) que interdita qualquer tentativa de sonhar: deixa de ser o verdadeiro ato e torna-se ritual.

A transposição do filho enquanto ser na canoa, no rio, tomando o lugar de seu pai, é um movimento da mesma natureza. O filho teve a chance de ser, como o pai, tanto do rio quanto uma terceira margem, tanto do vasto quanto um próprio sonhador, e foi assim que decidiu, “sem fazer véspera” que deveria tomar seu lugar.

Ao ver a necessidade de se diluir, no entanto, em algo tão imenso quanto o próprio mundo, o filho recuou. Teve medo. Aceitou, como o seringueiro aceita ao lançar o Judas feito Asvero no rio, que a única chance de contemplação de um outro mundo, de um modo de ser maior e mais amplo, diante da tamanha miséria humana devida às suas ambições e falimentos, é a própria morte: a viagem sem volta que não avisa quando começa.

6. Considerações finais

A natureza das narrativas tratadas nos impôs a necessidade de estabelecer um método menos ortodoxo de leitura. Ignorar o fato de que na construção dos narradores, tanto de Euclides quanto de Guimarães, há a presença de uma subjetividade, entendida como a capacidade de transformar percepções em impressões, rebaixaria a poética dos textos. Levar ao extremo, como feito, a noção do texto literário como um discurso apresenta o risco do crítico-teórico assumir uma postura projetiva. Não vemos, no entanto, esse risco como um demérito, mas como uma virtude tanto do método quanto da própria literatura: a noção da partilha, do momento em que diferentes sujeitos se lançam ao texto, em diferentes momentos, assumindo o que se poderia entender como uma *contemporaneidade textual*.

Baseando-se nessas considerações, distâncias e ordenamentos temporais ou espaciais pouco importam para leituras e análises desses textos, já que ambos se movimentam no sentido de unir um acontecimento percebido e interpretado por um narrador (o texto-escritura) a um acontecimento percebido e interpretado por um leitor (o texto-leitura) através de um processo de enunciação mais ou menos marcado. Assim, atar duas narrativas, ou quantas possíveis, para uma leitura é o que de mais natural a literatura nos possibilita e por essa via que tentamos seguir.

Por fim, cabe ressaltar a existência de muitas outras narrativas euclidianas nas quais pode-se perceber as marcas dessa contemporaneidade. Em suas cartas publicadas pelo jornal Estado de São Paulo sobre a campanha de Canudos, por exemplo, perceberemos claramente um *propósito de partilha* (não é cabível o termo intencionalidade) que, em muitos aspectos, vimos em Judas-Asvero, um de seus escritos amazônicos. O que nos cabe perguntar,

agora, é se essa é apenas uma característica da literatura euclidiana ou se possui desdobramentos mais amplos no campo da produção literária nacional ou, quiçá, da literatura como um todo.

Andrey Carvalho é licenciando em Letras: Português - Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-UFRJ). Autor do livro Dezesesseis estudos sobre outro você, além de contos e poemas publicados em antologias e coletâneas. Integra grupos de pesquisa voltados para a relação entre literatura, semiótica e ensino.

Referências

ARENDDT, H. **A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar.** Tradução de Cesar Augusto R. de Almeida Antônio Abranches. 4. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, v. 1, 2000.

BACHELARD, G. **A poética do devaneio.** Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BACHELARD, G. **A poética do espaço.** Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BACHELARD, G. **A água e os sonhos.** Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTHES, R. **Fragmentos de um discurso amoroso.** Tradução de Hortênsia dos Santos. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

BARTHES, R. **A aventura semiológica.** Tradução de Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1987.

BARTHES, R. **S/Z**. Tradução de Maria de Santa Cruz e Ana Mafalda Leite. Lisboa: Edições 70, 1999.

BARTHES, R. **Inéditos**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, v. 1: Teoria, 2004.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, v. I, 1987.

CUNHA, E. D. Judas-Asvero. In: _____ **Um paraíso perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 173-179. Seleção e coordenação de Hildon Rocha.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arquetipologia geral. Tradução de Hélder Godinho. 4ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Maria Luiza Appy et al. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEANDRO, R. V. Judas-Asvero: Euclides da Cunha e os destinos da ficção Amazônica. **Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades**, Brasília, n. 6, p. 990-1005, 2016. ISSN 1982-8640.

PAZ, O. **O Arco e a Lira**. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PIETRANI, A. M. Euclides da Cunha e a poesia do pensamento. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, v. 1, p. 10-18, jul-dez 2012.

PIETRANI, A. M. "Judas-Asvero", um conto de Euclides da Cunha. **O eixo e a roda**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 65-86, 2016. ISSN 2358-9787.

PIGLIA, R. **Formas breves**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, A. L. As três margens do rio e o vertiginoso fluxo da vida. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 221-233, jan-abr 2016. ISSN 1806-9592.

ROSA, G. A terceira margem do rio. In: _____ **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 77-82.

VIEIRA, J. G. O Judas da mara feito Asvero do rio: a condição humana e a herança simbólica da violência em “Judas Asvero”, de Euclides da Cunha. **ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 9, Janeiro 2017. ISSN 2525-4529.

Versos

Na Selva

Euclides da Cunha

- 1 -

Oh! Se eu pudesse ir nas florestas ínvias
Tecer o olvido de meu pobre nome!...
Buscar nas auras estivais o bálsamo
À febre - imensa - que o meu ser consome!...

\ Ir lá bem longe - nos seus seios flóridos
Divinos - cheios de uma vida imensa -
Beber, trememente delirante e ávido
- Uma outra vida - inspiração e crença...

Galgar febril os levantados píncaros
Que as frentes torvas para Deus levantam
- Perto dos céus ir semear as lágrimas
Chorar as dores que o meu ser quebrantam

Ah! Se eu pudesse, ó solidão intérmina,
- Poema mudo, divinal, que assombras -
As mentes todas, no teu seio místico -

Lavar – com prantos – da minh’ alma as sombras

Depois – contente – nos florentes paramos
Lançar-me rindo... e arremessar meus cantos
– Filhos da Luz, da mata, altivos, férvidos
Na sublimar mudez dos ermos santos!...

– 2 –

Sim! Eu quisera nos desertos áridos
Sem fim, sem luz, imensos, vastos
Matar a ideia de um passado tétrico;
Lançar a poeira de meus sonhos gastos!...

Por que eu não quero da riqueza os séquitos,
Soberbas glórias, rutilantes vestes,
E quero apenas, na floresta, extático
Ouvir cantar as juritis agrestes!...

E porque quero as rubras, quentes lágrimas,
Que dominar no peito o embalde ensaio,
Jorrar alfim nas cumeadas pétreas
Onde a procela retempera o raio!

Longe dos homens, de seus vis escárnios
Oh... se eu pudesse reviver ainda
Ouvindo os cantos das esferas lúcidas,
As canções de ouro d'amplidão infinda...

O atroz delírio das cidades lúbricas
Mão - de minh'alma, a crença, a luz consome...
Ah! Se eu pudesse ir florestas ínvias -
Tecer o olvido de meu pobre nome...

No campo

Eucdes da Cunha

Oh que manhã formosa... Purpurina
Rubente envolta nos seus véus de auroras
Cheia de risos de canções sonoras
Vagueia a primavera na campina...

Alados grupos de gazis cantores
Se erguem do Sol aos palpitantes lumes
E banham-se nas ondas de perfumes
Do belo e róseo mar virgem das flores!...

O campônio aparece - calmo fita
A vida enorme que em dor palpita -
E toma, assoviando, p' r um atalho...

Tempos depois - c' o a voz - argêntea e honesta -
Cantava, ásp' ro o machado - na floresta
As rígidas estrofes do trabalho!...

Ecos de Euclides

Rick da Cunha *

Os pés não paravam
Corpo não tinha lar
Sossego não chegava ao coração
Encontrou nas letras o lar
de suas ideias e ideais

Na retidão de um monte,
as curvas das palavras
eram a trilha certa da esperança

Em sua bagagem,
um coração de pássaro.
Na mãos, apaixonou-se pelas páginas
manchada de amarelo e verde,
mas rasuradas pela memória.

Do outro lado da poesia,
havia coração.
Além da ponte de dúvidas,
uma guerra.

Nos rachados sertões,

nasceu uma flor.

Dos finos rios,

bebeu o verde.

Um vento, um tempo e um susto

Um coração quebrado

Uma voz ecoando

Ainda.

** Rick Azevedo da Cunha, Graduado em Letras – Língua Portuguesa / Literatura; Especialista em Literatura Brasileira, Gestão Escolar e Psicopedagogia; poeta, escritor e Publisher da Editora Outra Margem.*

Os sertões euclidianos

Lourildo Costa *

A obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha,
Considerada a “Bíblia da Nacionalidade”,
Evidenciou com minúcias o caipira filho-dasunha
E o tornou pioneiro entre a pré-modernidade.

Nela evidenciou os traços de um texto literário,
Pois captou a alma simples do homem sertanejo,
Pronto a morrer por um líder arbitrário,
Combatendo a seu lado, mesmo sem ter algum traquejo.

Também possui marcas de um tratado científico,
Pois esquadrinhou a crosta do torrão nordestino,
Analisou características do solo inespecífico,
Dissecou propriedades do chão do sol a pino.

Obra de investigação socioantropológica,
Já que se ocupou em explicar a gênese de Conselheiro;
Estudou o sertanejo segundo a ciência epistemológica
E de líder messiânico tornou-o um trapicheiro.

Nos “Sertões” há cunho de matéria jornalística,
Pois trouxe registros de lutas travadas em detalhes;
Das tropas oficiais expôs sua heurística,
E dos revoltosos falou dos instrumentos de entalhes.

Em “Os Sertões” Euclides misturou estilos,
De novas tendências literárias foi precursor!
Criou verbetes em tons de macrostilos,
Da geração modernista tornou-se predecessor.

“Os Sertões” com foco determinista,
Ligou-o à visão do Realismo-naturalismo.
Transformou Conselheiro em protagonista
E o fez em mero produto do coronelismo.

Em três décadas antecipadas,
Seus textos marcaram prosas de ficção;
Pôs em evidência expressões regionalizadas,
Discorreu o sertanejo pelo viés da circunspeção.

Captou os caracteres geológicos e topográficos
Que medeiam a Bacia do São Francisco;
Como descrição de monumentos iconográficos,
Seu romance envolveu um “sentimento san sisco”.

Permeou regiões sertanejas de Monte Santo,
Cruzou os rios Vasa-Barris e Itapicurus;
Discorreu sobre a seca, como fosse um acalanto,
Falou de Conselheiro e de suas gentes jururus.

O “agente geológico de destruição”
Praticou queimadas primitivas,
Arrasou florestas, tornou desertos pela erosão
E desfez ciclos de matas arbustivas.

Euclides apresentou o mestiço-mulato
Como um elemento étnico do meio brasileiro;
Expedições que abafaram jagunços no meio do mato,
Sufocaram “bandidos do sertão” e o cangaceiro.

O exército efetuou a queda do Arraial de Canudos
E demoliu as casas erguidas no local;
Na devastação sangrenta dizimou os entrudos,
Arruinaram com os seguidores de Conselheiro, no carrascal.

Cunha delatou crimes ocorridos no sertão baiano,
Revelando toda a extensão daquele drama;
- “Como um cachorro!” - Era o grito Kafkaniano,

Canudos era um foco de melodrama.

A luta narrada nos “Sertões Euclidianos”

Denunciou a exploração preservada pelos séculos;

Até o último vivente dos provincianos,

Eram como raízes secas e tubérculos.

** Lourildo Costa é poeta, escritor, graduado em letras e professor de língua portuguesa. É membro da Academia Volta-redondense de Letras.*

Falta ar

Andreia Reis *

Faltou ar a Dona Eudóxia e Euclides foi entregue a orfandade
Herdou o pouco ar que levou pela vida
De frágeis pulmões de aberta ferida
Mas com o ar que lhe restava Euclides amou
Amou a vida, amou o pai, Adélia ,amou Ana
Amou filhos, amou profissão ,amou República e o Brasil
E de tanto amor se desfez
Pois vive-se apenas uma vez
Mas antes de partir denunciou :
O Brasil matando o Brasil
Massacre assim nunca se viu
Usou a pena contra o canhão
O Brasil atacou em número de quatro, em expedição
Euclides respondeu dividindo em três, a redação
Não se calou, gritou, o grito ecoou
Rodou o mundo, o consagrou
E a pena Euclides novamente usou
[“Contrastes e Confrontos” mostrou
O pulmão do mundo nos apresentou
E agora, ao pulmão do mundo falta o ar, denunciemos!

Em chamas está a arder
Fauna e flora a perecer
Falta o ar!
Denunciemos em alta voz!
O pulmão do mundo sofre, sofre calado
Pulmão sem governo, à sorte largado
E os filhos teus abatidos aos milhares
Falta o ar!
Denunciemos!
Não podemos nos calar!

** Andréa Reis é professora, poeta e trovadora.*

O entardecer do poeta¹

(Para sempre Euclides da Cunha)

Janáína da Cunha *

O galo canta no amanhecer de um novo dia.
O vento traz novos ares,
no infinito, a melodia

O galo canta... Cantagalo!
A genialidade nasce no despertar da vida!

No horizonte a imagem responde:
canções sem acordes e versos sem música.
No caminhar do gênio,
o poeta geme.

Um grito ecoa pelo ar;
um clamor mudo, vingador.
O outono enfeita folhas secas pelo chão.
Secas, abandonadas como o solo do sertão.

¹ Publicado originalmente no livro "Entrega, A Essência de Uma Mulher" / Editora Nitpress"

Ao fim do dia o sol descansa.
No entardecer,
o poeta adormece.

Acredita-se que a carne fenece
mas a alma imortal permanece para nossa glória.
Seu nome reluz para sempre
no Alvorecer da História!

**Janáina da Cunha é escritora e poeta.*



Uma publicação da
Academia Volta-redondense de Letras